



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

17 de Janeiro de 2014

CONSULTAS DE 2013 AO ABRIGO DO ARTIGO IV E SEGUNDA AVALIAÇÃO DO ACORDO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO — RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO; ANEXO INFORMATIVO; ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA; COMUNICADO DE IMPRENSA SOBRE A DISCUSSÃO NO CONSELHO E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

No contexto das consultas de 2013 ao abrigo do Artigo IV e da segunda avaliação do acordo no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Relatório do Corpo Técnico** sobre as consultas de 2013 ao abrigo do Artigo IV e segunda avaliação do acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado, elaborado por uma equipa do FMI após o término das discussões com as autoridades de São Tomé e Príncipe, em 26 de Setembro de 2013, sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi concluído em 2 de Dezembro de 2013, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo FMI, em consulta com o Banco Mundial.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Comunicados de Imprensa**, que incluem uma declaração do Presidente do Conselho e resumem as opiniões do Conselho de Administração conforme expressas durante as deliberações de 16 de Dezembro de 2013 sobre o relatório do corpo técnico e temas relacionados à consulta ao abrigo do Artigo IV e ao acordo com o FMI.
- **Declaração do Administrador** do FMI que representa São Tomé e Príncipe.

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades de São Tomé e Príncipe *

Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades de São Tomé e Príncipe *

Memorando Técnico de Entendimento *

Nota Consultiva Conjunta (JSAN)

* Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services

700 19th Street, N.W. • Washington, D.C. 20431

Telefone: +1 202 623-7430 • Telefax: +1 202 623-7201

E-mail: publications@imf.org • Internet: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional

Washington, D.C.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2013 AO ABRIGO DO ARTIGO IV E SEGUNDA AVALIAÇÃO DO ACORDO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO

SUMÁRIO EXECUTIVO

Contexto. O governo de coligação que tomou posse no dia 12 de Dezembro de 2012 continua plenamente empenhado em prosseguir as políticas judiciosas que estão a contribuir para consolidar a estabilidade macroeconómica, apesar do ambiente externo complexo e das perspectivas mais incertas no sector petrolífero.

Desempenho do programa. O desempenho do programa foi satisfatório de modo geral. Foram cumpridos todos os critérios de desempenho quantitativos de aplicação contínua relativos ao final de Junho de 2013, bem como um dos dois indicadores de referência estruturais para a mesma data; o outro indicador será cumprido com atraso. Todavia, será necessário mais tempo para formular um plano para liquidar os atrasados cruzados (o indicador de referência estrutural para o final de Setembro de 2013 não foi cumprido). A meta quantitativa indicativa sobre as despesas para a redução da pobreza foi cumprida, mas as outras duas metas indicativas não o foram.

Políticas macroeconómicas e principais políticas estruturais. O quadro de políticas macroeconómicas das autoridades para 2014 e além reafirma o compromisso com a prudência orçamental em apoio à paridade cambial fixa com o euro e à sustentabilidade da dívida, bem como com políticas financeiras correctas. As autoridades estão empenhadas em cumprir a meta de 3,0% do PIB para o défice primário interno em 2014, em linha com as projecções do financiamento não gerador de dívida, e em perseguir uma orientação orçamental mais restritiva até 2017, dadas as perspectivas mais incertas quanto à produção petrolífera. Para cumprir as metas orçamentais e criar espaço adicional para as despesas prioritárias com infra-estruturas e para a redução da pobreza, as autoridades fortalecerão a arrecadação de receitas, nomeadamente modernizando as administrações fiscal e aduaneira e alargando a base de tributação, e limitarão as despesas não prioritárias. O banco central intensificou a vigilância ao sector financeiro através das inspecções directas e indirectas aos bancos comerciais, e está a reforçar o cumprimento das exigências regulamentares e prudenciais. Diligenciará junto aos bancos comerciais para aumentar a eficácia do sistema bancário, bem como a sua rentabilidade e resiliência. As autoridades estão a envidar esforços para reforçar a competitividade do país e reduzir as vulnerabilidades externas, através de melhorias no ambiente de negócios e de diversas medidas tendentes a aumentar a produtividade.

Aprovado por
David Owen (AFR)
e Dhaneshwar
Ghura (SPR)

As discussões tiveram lugar em São Tomé, entre os dias 13 e 26 de Setembro de 2013, e em Washington, entre os dias 10 e 12 de Outubro de 2013. A equipa foi composta pelos Srs. Ricardo Velloso (chefe), Rodgers Chawani e Justin Matz, e a Sra. Ruby Randall (todos do AFR). O Sr. David Owen (AFR) participou da missão na primeira semana, e o Sr. Thierry Nguema Affane (OED) acompanhou a missão e esteve presente em todas as discussões de políticas. A missão reuniu-se com o Primeiro-Ministro, Sr. Gabriel Costa; a Governadora do Banco Central, Sra. Maria do Carmo Silveira; o Ministro das Finanças, Sr. Hélio Almeida; o Ministro das Obras Públicas, Sr. Osvaldo Abreu; o Ministro da Saúde, Sr. Leonel Pontes; o Ministro da Agricultura, Sr. António Dias, e os respectivos quadros superiores. A missão reuniu-se também com representantes da Assembleia Nacional, dos sindicatos, do sector privado financeiro e não financeiro e com os parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CONTEXTO | 4 |
| DESENVOLVIMENTO ECONÓMICOS RECENTES E PERSPECTIVAS | 5 |
| DESEMPENHO AO ABRIGO DO PROGRAMA APOIADO PELO ACORDO ECF | 9 |
| POLÍTICAS A CURTO E MÉDIO PRAZO | 10 |
| A. Fortalecimento das Finanças Públicas | 10 |
| B. Diagnóstico do Sector Financeiro | 13 |
| C. Reforço da Gestão da Liquidez, da Estabilidade Financeira e das Salvaguardas | 15 |
| D. Avaliação do Saldo das Contas Externas | 17 |
| E. Melhoria do Clima de Negócios e da Competitividade Externa | 20 |
| F. Reforço do quadro de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (CBC/FT) | 21 |
| REFORÇO DO SISTEMA ESTATÍSTICO | 22 |
| MONITORIA DO PROGRAMA E SALVAGUARDAS | 22 |
| AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO | 23 |

CAIXAS

| | |
|--|----|
| 1. ENRP-II _____ | 26 |
| 2. Perspectivas da Produção de Petróleo _____ | 27 |
| 3. Principais Recomendações das Consultas de 2011 ao Abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação _____ | 28 |
| 4. Matriz de Avaliação do Risco de São Tomé e Príncipe _____ | 29 |

GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| 1. Desenvolvimentos Macroeconómicos Recentes _____ | 31 |
| 2. Indicadores Orçamentais, 2005–12 _____ | 32 |
| 3. Evolução da Moeda e do Crédito, 2005–12 _____ | 33 |
| 4. Sector Externo 2005–12 _____ | 34 |

TABELAS

| | |
|--|----|
| 1. Principais Indicadores Económicos, 2010–18 _____ | 35 |
| 2. Operações Financeiras do Governo Central, 2010–18 (Mil milhões de dobras) _____ | 36 |
| 3. Operações Financeiras do Governo Central, 2010–18 (Percentagem do PIB) _____ | 37 |
| 4. Síntese das Contas do Banco Central, 2010–18 _____ | 38 |
| 5. Síntese Monetária, 2010–18 _____ | 39 |
| 6. Indicadores de Solidez Financeira, 2008–13 _____ | 40 |
| 7. Balança de Pagamentos, 2010–18 (Milhões de USD) _____ | 41 |
| 8. Balança de Pagamentos, 2010–18 (Percentagem do PIB) _____ | 42 |
| 9. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2010–18 _____ | 43 |
| 10. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio _____ | 44 |
| 11. Cronograma de Desembolsos ao abrigo do Acordo ECF, 2012–15 _____ | 45 |

APÊNDICES

| | |
|--|----|
| I. Carta de Intenções _____ | 46 |
| II. Avaliação do Saldo das Contas Externas _____ | 70 |
| III. Diagnóstico do Sector Financeiro _____ | 80 |

ANEXOS

| | |
|---|----|
| 1. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2013 e 2014 _____ | 48 |
| 2. Memorando Técnico de Entendimento _____ | 62 |

CONTEXTO

As autoridades continuam plenamente empenhadas em prosseguir políticas judiciosas que estão a contribuir para a estabilidade macroeconómica, pese embora o ambiente externo complexo e as perspectivas mais incertas no sector petrolífero.

1. **O novo governo que assumiu o poder em Dezembro de 2012 permanece empenhado em manter a disciplina orçamental.** O governo minoritário anterior sofreu uma moção de censura da Assembleia Nacional no dia 26 de Novembro de 2012 e foi formalmente demitido pelo Presidente Pinto da Costa a 4 de Dezembro de 2012. Sob a liderança do Primeiro-Ministro Gabriel Costa, foi formado um novo governo maioritário de coligação, que integra os outros três partidos políticos com representação na Assembleia Nacional. O novo governo foi empossado pelo Presidente a 12 de Dezembro de 2012. Desde a posse, o novo governo tem demonstrado o seu empenho em resistir às pressões de gastos como os que provocaram a derrapagem da austeridade orçamental em ciclos eleitorais anteriores (a expectativa é que sejam realizadas eleições locais e parlamentares em Agosto de 2014).

2. **O governo está empenhado em implementar a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II e em consolidar a estabilidade macroeconómica e financeira** (Caixa 1). O objectivo de tais políticas é reduzir a pobreza através da criação de riqueza, e promover o desenvolvimento económico através da probidade orçamental, estabilidade financeira e criação de um ambiente propício ao investimento privado e ao crescimento inclusivo. A política orçamental continuará a apoiar a estabilidade macroeconómica e os esforços assíduos para atenuar os riscos para a sustentabilidade da dívida, assegurando que o défice primário interno esteja em linha com o financiamento não gerador de dívida, conjuntamente com a mobilização de mais receitas internas para custear despesas prioritárias em infra-estruturas e para redução da pobreza. Tendo em consideração o papel crítico de uma adequada gestão de liquidez e de uma supervisão bancária eficaz para a manutenção da estabilidade financeira, o banco central continuará a aperfeiçoar as suas competências em matéria de previsão de liquidez, e a realizar diligentemente as inspecções *in situ* aos bancos comerciais planeadas.

3. **A recente decisão da petrolífera francesa Total de retirar-se da exploração do Bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria é comparável a um choque externo significativo, que exige o fortalecimento das políticas macroeconómicas e financeiras, dadas as perspectivas mais incertas sobre a produção de petróleo** (Caixa 2). O início da produção de petróleo no Bloco 1 da ZDC estava projectado para 2015. Embora as autoridades

continuem optimistas quanto às perspectivas a longo prazo de produção de petróleo, referindo o interesse manifestado por diversas petrolíferas de médio porte em assumir o lugar da Total, reconhecem também a necessidade de fortalecer as políticas macroeconómicas e financeiras. Em especial, a incerteza crescente em torno do cronograma e volume da produção de petróleo apontam para a necessidade de aplicar uma política orçamental gradualmente mais restritiva e reduzir a dimensão do sistema bancário — de modo a aumentar a eficiência, rentabilidade e resiliência do sistema —, bem como promover de forma ainda mais activa o desenvolvimento de sectores prioritários não petrolíferos, nomeadamente o turismo, a agricultura e as pescas.

4. **O seguimento das principais recomendações das últimas discussões de consulta ao abrigo do Artigo IV tem sido relativamente positivo** (Caixa 3). Os Administradores salientaram a necessidade de manter a prudência orçamental e estabilizar o défice primário interno em linha com os fluxos disponíveis não geradores de dívida, em simultâneo à mobilização de mais receitas fiscais através da redução das isenções. Recomendaram também a adopção de reformas visando a eliminação dos atrasados cruzados.¹ Para além disso, referindo ao elevado risco de sobreendividamento de São Tomé e Príncipe, os Administradores aconselharam as autoridades a intensificar o uso de donativos e financiamento em condições altamente concessionais. Tais recomendações já foram adoptadas ou estão a ser estudadas no contexto do programa apoiado pelo acordo ECF, apesar de não se perspectivarem ainda progressos tangíveis na eliminação dos atrasados cruzados.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICOS RECENTES E PERSPECTIVAS

A aderência a uma política orçamental prudente no contexto do regime de taxa de câmbio fixa ajudou a promover a estabilidade macroeconómica, não obstante a vulnerabilidade do país a choques conjunturais.

5. **Após um período de intensa volatilidade do crescimento económico real e inflação elevada até 2009, o crescimento estabilizou, e a inflação baixou recentemente para um dígito** (Tabela 1 e Gráfico 1). Contudo, o crescimento económico real caiu para 4% em 2012, como reflexo da redução do financiamento de projectos e do investimento directo estrangeiro, uma vez que

¹ Atrasados internos entre: o Tesouro e a empresa pública de Água e Electricidade (EMAE); entre a EMAE e a empresa importadora de combustíveis (ENCO); e entre a ENCO e o Tesouro (pagamentos em atraso do imposto sobre os combustíveis).

muitos dos principais parceiros de São Tomé e Príncipe foram fortemente afectados pela desaceleração da economia mundial. Projecta-se que o crescimento permaneça estacionário em 4% em 2013, dadas as incertezas persistentes resultantes da complexa conjuntura externa e das fracas perspectivas de financiamento externo. Não obstante a vulnerabilidade de São Tomé e Príncipe a choques na oferta, a inflação continuou a diminuir após a adopção da paridade cambial com o euro em Janeiro de 2010 e a manutenção da disciplina nas contas públicas desde então (ver abaixo). Embora a inflação anual tenha atingido os 10,5% no final de 2012, na sequência de chuvas excepcionalmente intensas que prejudicaram a oferta de produtos perecíveis, as pressões inflacionistas diminuíram no início de 2013 e a inflação anual caiu para 6,5% em Agosto de 2013, o seu nível mais baixo em duas décadas.

6. **A orientação da política orçamental tem sido prudente nos últimos anos** (Tabelas 2 e 3 e Gráfico 2). Após uma derrapagem inicial em 2009, verificou-se uma melhoria constante do défice primário interno, graças aos esforços para alargar as receitas fiscais e conter as despesas de capital financiadas com recursos internos, bem como os gastos com bens e serviços. Contudo, as autoridades tiveram dificuldades em manter o esforço tributário, que caiu de 16,5% do PIB em 2010–11 para apenas 14% do PIB em 2012. Embora este resultado procíclico tenha decorrido da influência do abrandamento da economia sobre a cobrança de direitos aduaneiros e de impostos sobre o consumo e os lucros, a mobilização de receitas também foi prejudicada pela base de tributação ainda estreita e a persistência dos atrasados cruzados, entre eles os do imposto sobre combustíveis.

7. **O desempenho orçamental até ao final de Junho de 2013 apresentou-se satisfatório, mas o problema dos atrasados cruzados agravou-se.** As autoridades compensaram o desempenho menos favoráveis das receitas fiscais (devido ao enfraquecimento da economia e à acumulação de pagamentos em atraso de impostos sobre os combustíveis) e o aumento da massa salarial (devido à adopção de um novo plano de carreira no sector da segurança nacional e do pagamento de horas extraordinárias aos professores que não estava previsto no orçamento) com o aumento das receitas não fiscais e a redução dos gastos discricionários. Em especial, a antecipação de dividendos das empresas públicas e de licenças de pescas, bem como a taxas de licenciamento associados à venda da participação do Estado na STP Cabo a uma empresa angolana de telecomunicações, elevaram as receitas não fiscais, enquanto reduziu-se a execução dos pagamentos de transferências e despesas de investimento financiadas com recursos internos, bem como os gastos com bens e serviços.

8. **Após a adopção do regime de câmbio fixo, a expansão dos agregados monetários tem sido coerente com a manutenção da credibilidade da paridade cambial** (Tabelas 4 e 5 e

Figura 3). O crescimento da massa monetária acelerou em 2012, em decorrência da acumulação maior do que o previsto de activos externos, mas abrandou desde então. O crescimento homólogo da massa monetária abrandou de uma média de 18¾% no segundo semestre de 2012 para 16½% no primeiro semestre de 2013, e actualmente encontra-se em linha com o crescimento do PIB nominal. Tal evolução reflecte igualmente a atenuação do crescimento do crédito ao sector privado, face aos níveis recorde de endividamento das famílias e à falta de oportunidades adequadas de investimento bancário, não obstante o facto de que alguns bancos mantêm reservas no banco central em níveis muito superiores ao exigido.

9. **A solidez financeira do sistema bancário foi prejudicada pela rápida expansão do crédito até 2011, num contexto de práticas deficientes de gestão de risco e de concessão de empréstimos** (Tabela 6 e Figura 3). Os dados revelam níveis de rentabilidade baixos de modo geral, uma percentagem elevada e crescente de empréstimos mal parados e uma tendência de rápido declínio dos rácios de fundos próprios/activos ponderados pelo risco de crédito. No lado positivo, a dolarização do sistema bancário continua a cair, o que reflecte as medidas tomadas para difundir o uso da moeda nacional, bem como a maior confiança do público na paridade cambial à medida que a inflação converge para níveis internacionais. Em Abril de 2013, o banco central assumiu as operações do Island Bank após este pequeno banco comercial, que responde por apenas 5% dos depósitos do sistema, não ter cumprido os requisitos de supervisão e não ter apresentado um plano de medidas correctivas.

10. **O défice da conta corrente externa continua a cair e as reservas internacionais do banco central, a subir** (Tabelas 7, 8 e 9 e Figura 4). O enfranquecimento da actividade económica levou a uma redução das importações de bens e serviços e a uma melhoria do saldo da conta corrente externa. Após cair para menos de três meses de importações em meados de 2013, a acumulação de reservas internacionais pelo banco central aumentou consideravelmente. Tais reservas, que foram reforçadas pelas receitas de privatização com a venda da STP Cabo e com donativos do Banco Mundial e de Timor-Leste, situavam-se próximas dos 5,5 meses de importações no final de Setembro de 2013.

11. **O panorama económico para São Tomé e Príncipe dependerá do aumento da resiliência da economia em face da diminuição das perspectivas para o petróleo no curto prazo** (Caixa 4). A melhoria dos indicadores orçamentais e da sustentabilidade da dívida externa deverá ser mais lenta após o anúncio inesperado da saída da Total do Bloco 1 da ZDC. As autoridades terão de continuar a depender de donativos e de financiamentos em condições altamente concessionais por vários anos, e as perspectivas mais difíceis de financiamento do orçamento exigirão uma orientação mais restritiva da política orçamental. Os bancos comerciais

também terão de adaptar-se à nova realidade, e os que entraram no mercado atraídos, sobretudo, pelas perspectivas petrolíferas terão de alterar a sua estratégia de mercado e reforçar os seus balanços, inclusive recorrendo a recapitalizações adicionais. Também é necessário reestruturar e fortalecer o sistema bancário, procedendo à fusão e/ou ao fechamento de bancos em dificuldades e frágeis. Por último, as autoridades precisarão promover, de forma ainda mais activa, o desenvolvimento de sectores não petrolíferos prioritários, como o turismo, a agricultura e as pescas, inclusive melhorando o ambiente de negócios e reabilitando as infra-estruturas do país com o apoio do sector privado.

12. O panorama para 2014 continua a ser afectado pela difícil conjuntura mundial.

O crescimento do PIB real foi corrigido em baixa, de 5,5% para 5%, o que reflecte a incerteza persistente em torno da economia mundial, as perspectivas fracas de financiamento externo para projectos de investimento e a mudança das perspectivas do petróleo.² As projecções indicam que a inflação deve atingir os 6% até ao final de 2014, uma vez que as expectativas inflacionistas continuam ancoradas por uma orientação prudente da política orçamental e pela paridade da dobra com o euro. O défice da conta corrente externa deve diminuir mais, com o enfraquecimento da actividade económica ainda maior que o projectado, levando a um crescimento mais lento das importações, enquanto as reservas internacionais do Banco Central devem permanecer confortavelmente acima dos 3,5 meses de importações (o novo nível mínimo do programa).

13. Não obstante, os riscos para as perspectivas são geríveis. Entre os riscos de deterioração figuram derrapagens significativas nas despesas no período que antecede as eleições locais e parlamentares do próximo ano, considerando que em ciclos eleitorais anteriores a probidade orçamental derrapou. As autoridades, porém estão plenamente empenhadas em resistir às pressões de gastos. As perspectivas também poderiam ser afectadas pela materialização de choques na oferta (levando a um aumento da inflação e à desaceleração do crescimento), pela repercussão de uma nova deterioração das condições financeiras na Europa (resultando em atrasos na execução de projectos devido à insuficiência de financiamento) e por atrasos na reestruturação do sector bancário do país (o que levaria à manutenção da baixa rentabilidade no sector e à estagnação do crédito). Do lado positivo, existe a possibilidade de o crescimento fortalecer-se na Europa, da inflação em 2013 ser mais baixa do que o projectado e da produção de petróleo arrancar.

² O início projectado da produção de petróleo no cenário alternativo descrito na ASD foi adiado para 2019.

DESEMPENHO AO ABRIGO DO PROGRAMA APOIADO PELO ACORDO ECF

A implementação do programa até ao final de Junho de 2013 foi satisfatória na generalidade, mas os desafios inerentes provocaram atrasos em algumas reformas estruturais.

14. **O desempenho no âmbito do programa até ao final de Junho de 2013 apresentou-se satisfatório** (Tabela 1 do MPEF). Todos os critérios de desempenho quantitativos e de aplicação contínua foram cumpridos, mas duas das três metas indicativas não o foram. As autoridades cumpriram, por uma larga margem, os critérios de desempenho sobre o saldo primário interno e as reservas internacionais do banco central. Contudo, o aumento maior do que o programado das reservas internacionais líquidas contribuiu para o incumprimento, por uma ligeira margem, da meta indicativa sobre a base monetária.³ A meta indicativa sobre os atrasados internos do governo central não foi cumprida, sobretudo em decorrência do ressurgimento do problema dos atrasados cruzados, mas a meta indicativa sobre as despesas para a redução da pobreza foi cumprida, apesar das condições difíceis de financiamento.

15. **As reformas estruturais avançaram, embora a um ritmo desigual** (Tabela 2 do MPEF). Um dos dois indicadores de referência estruturais para o final de Junho de 2013 foi cumprido, tendo sido realizados progressos constantes para a implementação dos três indicadores de referência estruturais para o final de Dezembro de 2013, relativos às melhorias nas administrações fiscal e aduaneira e no aperfeiçoamento do índice de preços no consumidor. A inspeção *in situ* do maior banco comercial do país foi concluída antes da data-limite do final de Junho de 2013, a despeito das limitações de pessoal do banco central devido à intervenção administrativa no Island Bank. As contas públicas de 2010 foram finalizadas e submetidas ao Tribunal de Contas em Junho de 2013 (a primeira vez em mais de duas décadas que as contas do Governo foram elaboradas e submetidas a revisão). As autoridades estão agora a trabalhar nas contas públicas de 2011 e 2012, mas a elaboração destas usando o recurso de contabilidade do SAFE-e levará mais tempo do que inicialmente esperado, em virtude de atrasos na prestação de assistência técnica e capacitação nessa área. A formulação de um plano para a eliminação dos atrasados cruzados entre a ENCO, a EMAE e o Tesouro e para evitar que voltem a recorrer ainda está em suspenso. Um elemento básico dessa

³ A previsão da base monetária em São Tomé e Príncipe tem sido dificultada pela magnitude dos fluxos de divisas em relação ao tamanho da economia e pelas limitadas opções de esterilização de que dispõe o Banco Central. No entanto, as fortes oscilações de crescimento da base monetária (Figura 3, gráfico central do lado esquerdo) parecem ter tido um impacto limitado na inflação desde a adopção da paridade cambial com o euro no início de 2010.

estratégia é a melhoria do fluxo de caixa da EMAE. As autoridades solicitaram recentemente ao Banco Mundial e à CFI que apresentem opções para a solução deste problema, o que pode incluir a contratação dos serviços de uma operadora externa idónea para assumir a gestão da EMAE.

POLÍTICAS A CURTO E MÉDIO PRAZO

As discussões centraram-se na necessidade de manter a prudência orçamental no período que antecede as eleições locais e parlamentares programadas para 2014 e de formular uma reacção de política apropriada às perspectivas mais incertas da produção de petróleo. Foi consensual que a probidade orçamental deveria ser mantida e que a orientação da política orçamental deveria ser gradativamente mais restritiva no médio prazo, em vista do risco elevado de sobreendividamento e da disponibilidade mais limitada de financiamento não gerador de dívida num cenário sem petróleo. As autoridades salientaram que os esforços para fortalecer a gestão da liquidez monetária e a fiscalização e regulamentação do sector financeiro seriam redobrados, e que o banco central diligenciaria junto aos bancos comerciais para aumentar a eficiência, rentabilidade e resiliência do sistema.

A. Fortalecimento das Finanças Públicas

16. **As autoridades estão no bom caminho para alcançar a meta para o défice primário interno de 3,1% do PIB em 2013.** A meta para o défice primário interno permanece inalterada, apesar da elevação projectada dos custos com pessoal (um aumento de cerca de 37 mil milhões de dobras, ou 2/3% do PIB em relação ao montante orçado) em virtude dos custos da adopção de novos planos de carreira nos sectores da saúde, educação e segurança, bem como do aumento de 10% nos salários dos professores (a partir de Agosto de 2013). A arrecadação de receitas será superior ao programado graças ao reforço da receita não fiscal decorrente das taxas de licença associadas à venda da participação do Governo na STP Cabo, ao passo que o rácio impostos/PIB permanecerá inalterado (em relação a 2012), uma vez que os esforços para fortalecer as administrações fiscal e aduaneira e alargar a base de tributação devem compensar os efeitos adversos da desaceleração do crescimento económico sobre a arrecadação de impostos. Por último, as despesas correntes excluindo juros devem permanecer em linha com as projecções anteriores, apesar do aumento dos gastos com pessoal acima referido, em decorrência da reformulação das prioridades e contenção das despesas correntes não salariais e das despesas de capital financiadas com recursos internos.

17. **O programa orçamental para 2013 e 2014 continua inteiramente financiado.** A entrada de fluxos externos adicionais mais do que compensou o atraso dos donativos para bolsas de estudo da Nigéria, que agora são esperados em 2014. Os fluxos de entrada imprevistos em 2013

abrangeram: o aumento do apoio ao orçamento pelo Banco Mundial (um adicional de USD 1,3 milhão); o apoio ao orçamento por parte de Timor-Leste (USD 7 milhões) e o produto da venda da participação do Estado na STP Cabo (USD 6,4 milhões). A entrada desses fluxos adicionais financiou uma recuperação da execução de projectos em relação ao primeiro semestre do ano, e os recursos serão usados para liquidar atrasados do Tesouro com a EMAE até ao final de 2013 (indicador de referência estrutural).

18. O orçamento de 2014 manterá a austeridade orçamental durante o ano de eleições.

Terá como meta um défice primário de 3,0% do PIB, o que é plenamente compatível com o financiamento não gerador de dívida proveniente do Banco Mundial, da Nigéria e de transferências da Conta Nacional do Petróleo. Os ganhos decorrentes do alargamento da base de tributação e da melhoria da segmentação dos contribuintes (concebida para reforçar o cumprimento das obrigações por parte dos grande contribuintes) devem resultar num ligeiro aumento do esforço de arrecadação fiscal. Do lado da despesa, as autoridades estão totalmente empenhadas em conter o crescimento da massa salarial do sector público, em linha com a projecção da inflação média. A eliminação (em 2013) e a não acumulação (a partir de 2014) de atrasados do Tesouro com a EMAE deve servir para catalisar a redução dos atrasados da EMAE com a ENCO e facilitar a eliminação dos pagamentos em atraso de impostos sobre os combustíveis pela ENCO.

19. Perspectiva-se que a consolidação orçamental será implementada gradativamente, a fim de limitar o seu impacto contraccionista.

Um ajustamento acumulado do défice primário interno de 1,0% do PIB será aplicado ao longo de três anos, a contar do ano após as eleições locais e parlamentares. Tal permitirá às autoridades fazer face ao impacto negativo inicial da decisão da Total e fazer o ajustamento fiscal tão logo a recuperação económica internacional esteja em curso. Em vista do nível relativamente baixo de despesas correntes e despesas de capital financiadas com recursos internos, a margem para uma contenção ainda maior das despesas é limitada. Assim, não obstante os esforços ora em andamento para fortalecer a priorização das despesas e a gestão das finanças públicas, o ajustamento fiscal necessário pesará mais sobre o reforço das receitas, abarcando uma combinação de reformas administrativas nos domínios aduaneiro e fiscal, além de medidas de política fiscal, conforme necessário.

20. Embora as autoridades tenham reiterado o seu compromisso com a prudência orçamental, têm algumas reservas quanto às projecções de receitas a médio prazo.

As autoridades expressaram preocupação com tais projecções que, como referiram, dependem em certa medida da resolução dos atrasados entre a EMAE e a ENCO. O corpo técnico ressaltou que as projecções de receitas pressupõem, de facto, a regularização dos pagamentos do imposto sobre combustíveis pela ENCO. Referiu também que as projecções de receitas eram coerentes com o

desempenho do país em anos anteriores em matéria de receitas, bem como com as melhorias esperadas nas administrações fiscal e aduaneira graças à vasta assistência técnica prestada pelo FMI, entre outros.

Reformas estruturais para fortalecer as finanças públicas

21. As realizações específicas em 2013 na área da reforma orçamental foram as seguintes:

- Criação de uma unidade macro-orçamental, com representantes do Ministério do Plano e Finanças, BCSTP e Instituto Nacional de Estatística (INE), que deu início aos trabalhos preliminares visando à implementação de um cenário orçamental de médio prazo.
- Medidas para que o sistema de administração financeira do Estado (SAFE-e) esteja em pleno funcionamento, com a activação do módulo de contabilidade do sistema.

22. Entre as reformas já em curso ou previstas para começar em 2014 figuram:

- Adopção de uma solução abrangente para o problema dos atrasados cruzados. O plano para eliminar os atrasados cruzados entre o Tesouro, a EMAE e a ENCO e para evitar a sua recorrência deve agora ser finalizado até ao final de Março de 2014 (indicador de referência estrutural), enquanto a eliminação dos atrasados do Tesouro com a EMAE deve ocorrer até ao final de Dezembro de 2013 (indicador de referência estrutural). Além disso, foram adoptadas metas indicativas para acompanhar, ao longo de 2014, a não acumulação de atrasados do Tesouro com a EMAE.
- Alargamento da base de tributação com o lançamento do projecto “Operação Inclusão de Contribuintes” e a adopção e execução de medidas de aferição trimestral do número de novos contribuintes registados. O projecto foi concebido para registar, de forma cumulativa, 500 e 800 novos contribuintes, respectivamente, até ao final de Junho de 2014 e de Dezembro de 2014 (indicadores de referência estruturais) e, em última análise, visa registar mais 3 mil contribuintes até ao encerramento do projecto.
- Reforço da gestão dos contribuintes no seio da Direcção de Impostos com o aumento da segurança do Registo de Contribuintes e a criação de uma unidade dedicada aos grandes contribuintes e de um dossiê único informatizado por contribuinte (indicador de referência estrutural, Dezembro de 2013).

- Progresso no sentido de concluir a segunda fase da implementação do SYDONIA World por meio da activação de todas as funcionalidades e do estabelecimento de um procedimento totalmente informatizado (indicador de referência estrutural, Dezembro de 2013).
- Preparação das contas do governo geral para 2012 e apresentação das mesmas à Assembleia Nacional e ao Tribunal de Contas até ao final de Dezembro de 2013 (indicador de referência estrutural).
- Combate à fraude e à evasão fiscais através do apuramento da selecção de contribuintes a auditar por meio da análise de risco, alargar a cobertura tributária em todo o país e fortalecer o Tribunal Tributário Nacional permitindo que este desempenhe as suas funções com recursos próprios.
- Aumento do cumprimento voluntário por parte dos contribuintes ao melhorar a qualidade dos serviços a eles prestados, simplificar e harmonizar os procedimentos fiscais, estender os serviços fiscais às áreas mais remotas do país e visitar as novas empresas.
- Proporcionar às administrações fiscal e aduaneira os recursos necessários, inclusive mais funcionários e equipamento, para levar a cabo as reformas mencionadas acima.

B. Diagnóstico do Sector Financeiro

Embora o sistema bancário seja considerado estável na generalidade e a dolarização esteja em declínio, as discussões centraram-se nas possíveis maneiras de melhorar o desempenho e a resiliência da banca.

23. **Há espaço para melhorar o desempenho e a resiliência do sistema bancário.** A análise do corpo técnico apresentada no Apêndice II revela que a prevalência de bancos em São Tomé e Príncipe é superior à dos pequenos estados insulares comparáveis, um possível sinal de que o país é servido por relativamente mais bancos do que o necessário. Ademais, embora o rácio médio de adequação dos fundos próprios do sistema bancário pareça ser apropriado, este indicador tem apresentado uma tendência descendente e, em alguns casos, obscurece fragilidades subjacentes. A qualidade dos activos também deteriorou, como reflexo de práticas desadequadas de concessão de crédito e má gestão de risco durante o período de forte expansão do crédito que prevaleceu até 2011. Para além disso, com o abrandamento da actividade económica e os níveis crescentes de créditos mal parados, os indicadores de rentabilidade pioraram, e é provável que permaneçam sob

pressão no futuro próximo se não forem tomadas medidas correctivas. A desaceleração do crescimento do crédito ao sector privado, aliada a mercados monetários e interbancários praticamente inoperantes, contribuiu para uma acumulação de excesso de liquidez que pode prejudicar os esforços do banco central para gerir a liquidez. Do lado positivo, o corpo técnico reconheceu o êxito em reduzir a dolarização no sistema bancário, inclusive através de uma combinação de forças prudenciais e de mercado, e louvaram os esforços das autoridades nesse sentido.

24. Face a estas constatações, o corpo técnico fez as seguintes recomendações às autoridades:

- Intensificar os esforços para reforçar a supervisão e fiscalizar o cumprimento dos requisitos prudenciais em todo o sistema bancário, com a aplicação rigorosa do rácio de 12% de fundos próprios/activos ponderados pelo risco.
- Estudar maneiras de estimular a fusão de alguns bancos pequenos para aumentar a eficiência e rentabilidade do sistema bancário, continuando a promover a estabilidade financeira.
- Fiscalizar o cumprimento do requisito legal de que todos os bancos comerciais publiquem as suas contas financeiras, para aumentar a transparência e facilitar a avaliação dos riscos de contraparte.
- Incentivar os bancos a reverem os seus planos de negócios e estratégias de investimento à luz das perspectivas mais incertas do petróleo e efectuarem os ajustamentos necessários nos seus balanços.

25. As autoridades exprimiram apreço pela análise do corpo técnico e concordaram que era preciso melhorar a saúde global do sector bancário. Contudo, atribuíram mais importância à necessidade de atacar as causas subjacentes dos elevados custos fixos do sistema bancário, entre elas os custos de electricidade e telecomunicações. Referiram também que a complexidade e os altos custos dos processos judiciais estavam a afectar a rentabilidade bancária, e que os atrasos nas decisões dos tribunais prejudicavam a execução dos direitos dos credores. Por conseguinte, as autoridades vincaram a necessidade de melhorar a infra-estrutura do país e fortalecer os seus quadros legislativo e judicial. Embora uma solução para estes problemas de longa data seja

evidentemente necessária, o corpo técnico observou que levaria tempo, para além de estar fora do controlo directo do banco central; ressaltou, por isso, que a reestruturação do sistema bancário seria uma solução mais imediata para a melhoria da estabilidade financeira.

26. **As autoridades reiteraram o seu compromisso de tomar medidas correctivas imediatas para resolver questões pendentes relativas aos bancos em dificuldades.** Indicaram a sua intenção de nomear um administrador provisório para o Island Bank, e informaram o corpo técnico que estavam a examinar ofertas de possíveis investidores interessados no banco. Acrescentaram que o atendimento das necessidades dos bancos em dificuldades não teria implicações para o orçamento, pois o banco central está preparado para liquidar o Island Bank se nenhum compromisso firme de investidores for recebido no momento oportuno.

27. **As autoridades declararam a sua preferência inequívoca por permitir que os bancos tivessem mais tempo para se adaptarem ao redimensionamento das perspectivas petrolíferas.** Embora concordassem que o volume elevado de créditos mal parados representa um fardo para os balanços dos bancos, temiam que a pressão para que os bancos saneassem imediatamente as suas carteiras serviria apenas para exacerbar as perdas bancárias, tendo em conta a debilidade da economia e a falta de alternativas de investimento. Nesse contexto, observaram que a recém-criada Associação de Bancos facilitaria as discussões entre os banqueiros e os responsáveis políticos sobre o rumo a seguir. Tal fórum já propôs a discussão de temas como a deterioração da qualidade dos activos, e será útil para debater as reformas legislativas e judiciais necessárias para reduzir os custos no sector bancário.

C. Reforço da Gestão da Liquidez, da Estabilidade Financeira e das Salvaguardas

28. **O banco central continua a desenvolver o seu quadro de gestão da liquidez monetária e a sua capacidade de supervisão.** Logrou estender o horizonte de previsão da liquidez para um mês e está a adoptar uma abordagem sistemática para analisar os erros de previsão, em preparação do lançamento de instrumentos do mercado monetário no devido tempo. Na tentativa de resolver as limitações de capacidade, o BCSTP contratou recentemente mais três funcionários para a Direcção de Supervisão Bancária, mas o nível dos quadros de pessoal ainda está abaixo do ideal. Um programa de inspecções *in situ* está em curso e todos os bancos comerciais deverão ser objecto de inspecção até ao final de Junho de 2014, após a auditoria dos dois bancos que ainda não foram

contemplados (indicador de referência estrutural). Para além disso, até ao final de 2013, o Banco Central fará uma segunda inspecção *in situ* de um banco previamente inspecionado

29. **Entre as demais realizações específicas em 2013, destacam-se:**

- Conclusão da inspecção *in situ* do maior banco comercial do país no primeiro semestre.
- Apoio à paridade cambial ao manter as reservas internacionais líquidas no banco central acima do equivalente a três meses de importações, e investimento das reservas internacionais do banco central em activos financeiros líquidos e de alta qualidade.
- Alargamento do papel da Direcção de Auditoria Interna para acompanhar de forma mais sistemática a implementação das recomendações dos auditores externos e monitorar os principais riscos para o balanço do banco central.
- Tomada de controlo das operações do Island Bank após o banco não haver conseguido cumprir as exigências da supervisão nem apresentar um plano de acção correctivo.

30. **As reformas planeadas para o próximo ano a fim de aumentar a resiliência da economia a choques, reforçar a independência e as práticas de supervisão do banco central e promover a educação financeira e a transparência são as seguintes:**

- Aumentar o nível mínimo das reservas internacionais líquidas de 3 para 3,5 meses de importações para reforçar a confiança em face da diminuição das perspectivas petrolíferas a curto prazo.
- Reforçar o cumprimento das normas de solvência e outros regulamentos ao exigir que todos os bancos comerciais que operam em São Tomé e Príncipe apresentem um rácio de fundos próprios/activos ponderados pelo risco de no mínimo 12% até ao final de Março de 2014 (indicador de referência estrutural) e aplicar de forma rigorosa outros regulamentos bancários, como as reservas obrigatórias e o envio de dados para o registo de crédito, com a aplicação de sanções às instituições incumpridoras.
- Fazer inspecções *in situ* dos dois bancos comerciais que ainda não foram inspecionados, até ao final de Junho de 2014 (indicador de referência estrutural) e aumentar a frequência de inspecções *in situ* daí em diante, bem como melhorar a análise dos relatórios trimestrais

dos bancos comerciais, o que seria possível, em parte, mediante a contratação de mais supervisores bancários.

- Aumentar a transparência da banca comercial ao assegurar que todos os bancos comerciais publiquem os seus resultados financeiros referentes a 2012 até ao final de Março de 2014. Os bancos comerciais devem ter como objectivo a publicação das suas contas de 2013 até ao final de Setembro de 2014, caso contrário estariam sujeitos a sanções (indicador de referência estrutural).
- Elaborar e começar a implementar um programa de trabalho para que o banco central adopte um novo plano de contas e relatórios compatíveis com as normas internacionais de relato financeiro (NIRF-IFRS), com a assistência técnica do Banco Central do Brasil.
- Elaborar, até ao final de Setembro de 2014, um projecto de Lei do BCSTP revisto que fortaleça a autonomia do banco central em linha com as normas internacionais, inclusive no que respeita à resolução de bancos com problemas (indicador de referência estrutural).⁴
- Melhorar as políticas de comunicação externa para reforçar a educação financeira e aumentar a confiança no sistema financeiro, inclusive com a publicação regular de relatórios e boletins económicos, o fortalecimento do gabinete de atendimento ao consumidor e a promoção da educação financeira.
- Estimular o uso de tecnologias modernas, como cartões de crédito e de débito, terminais em pontos de venda, caixas automáticos e o acesso seguro à banca móvel, no intuito de ampliar as operações do sistema electrónico de pagamentos para todo o país.

D. Avaliação do Saldo das Contas Externas

A análise do corpo técnico não encontrou indícios conclusivos de um desalinhamento da taxa de câmbio real, mas destacou a necessidade de continuar a reduzir as vulnerabilidades externas dada a reduzida base de exportação e as perspectivas mais incertas sobre o petróleo.

31. **A posição externa de São Tomé e Príncipe é vulnerável devido a uma série de factores, entre eles a reduzida base de exportação do país** (Apêndice II). Segundo as projecções, a conta

⁴ Talvez sejam necessárias outras alterações no enquadramento jurídico, inclusive na Lei das Instituições Financeiras.

corrente externa continuará a registar um défice a longo prazo, como reflexo da reduzida base de exportação e da forte dependência das importações de alimentos, combustíveis e bens de investimento relacionados a projectos. Em vista do elevado risco de sobreendividamento de São Tomé e Príncipe e do seu défice estrutural da balança comercial, a consecução da sustentabilidade externa exigirá o uso contínuo de IDE, donativos e empréstimos em condições altamente concessionais.

32. **A análise do corpo técnico não revelou indícios concretos de desalinhamento da taxa de câmbio a médio prazo.** Em especial, o exercício de avaliação da taxa de câmbio, assente nas metodologias do grupo consultivo do FMI sobre taxas de câmbio (CGER, na sigla inglesa), revelou que a taxa de câmbio está sobrevalorizada no curto prazo mas está basicamente alinhada com os fundamentos a médio prazo. No curto prazo, tanto a abordagem do equilíbrio macroeconómico quanto a da sustentabilidade externa indicam uma sobrevalorização (de 6 e 10%, respectivamente). Os modelos demonstraram que, na generalidade, a taxa de câmbio real está alinhada com os fundamentos a médio prazo (subvalorização de 2,5% segundo a abordagem do equilíbrio macroeconómico e sobrevalorização de 1% segundo a abordagem da sustentabilidade externa). A abordagem da taxa de câmbio real de equilíbrio, que está sujeita a grandes incertezas acerca das estimativas, dada a limitação dos dados, indica que a dobra está bastante sobrevalorizada no curto prazo (cerca de 34%) e no médio prazo (cerca de 37%).⁵ O possível impacto adverso da apreciação real da moeda desde a adopção do regime de taxa de câmbio fixa, devido ao diferencial de inflação entre São Tomé e Príncipe e os seus parceiros comerciais, é parcialmente moderado por outros factores atenuantes. Por um lado, é de se esperar que o processo gradativo de desinflação ora em curso continue, caso se mantenha a prudência orçamental — o que reduziria consideravelmente a escala do problema.⁶ Para além disso, o compromisso das autoridades com a realização de despesas de investimento de cariz social e com a utilização dos fluxos de ajuda financeira em investimentos de capital que estimulem a produtividade deve contribuir para impulsionar o potencial de crescimento de São Tomé e Príncipe e fortalecer os seus fundamentos.

⁵ A abordagem da taxa de câmbio real de equilíbrio (TCRE) é um modelo de regressão de forma reduzida, ao contrário das outras duas abordagens, que utilizam modelos de regressão comportamental. A TCRE não produz bons resultados quando os dados são limitados e as séries temporais históricas são curtas, como é o caso de São Tomé e Príncipe.

⁶ Hamann e Prati (IMF, WP/02/228) examinam a experiência de um painel de países com o processo de desinflação e concluem que estabilizações cambiais tinham maiores chances de sucesso do que estabilizações monetárias, no contexto de ajustamentos de políticas duradouros e suficientes.

33. **O corpo técnico avalia que o risco de inversão dos fluxos de capital é baixo, uma vez que a maioria desses fluxos se refere a capitais próprios e endividamento do sector público.**

As autoridades estão também a tomar medidas para reduzir a sua vulnerabilidade externa, inclusive através da acumulação de reservas internacionais, mas terão de acelerar as reformas estruturais em vista do aumento das incertezas quanto à produção de petróleo. Nesse contexto, o corpo técnico aconselhou o banco central a manter uma posição confortável de reservas internacionais, e recomendou o prosseguimento dos actuais esforços para diversificar e alargar a base de exportação, com a realização de reformas focadas na melhoria do clima de negócios e da competitividade do país.

34. **O corpo técnico concluiu que as reservas internacionais do banco central atingiram níveis basicamente compatíveis com os de países comparáveis, e são consideradas apropriadas para fazer face a choques externos.**

Situando-se em cerca de 5,5 meses de importações, as reservas internacionais do banco central estão dentro dos cinco a seis meses de importações recomendados para países de baixo rendimento exportadores de matérias primas e com regimes de câmbio fixo.⁷ São também superiores às medições tradicionais de adequação, designadamente três meses de importações, 20% de M2 e a assim chamada métrica do FMI (30% da dívida externa de curto prazo, 15% dos passivos externos oficiais, 10% de M2 e 10% das exportações). Para além disso, as autoridades têm acesso a 7,2 milhões de dólares em depósitos da Conta Nacional do Petróleo (CNP) e 25 milhões de euros da linha de crédito de emergência Portugal.⁸

35. **As autoridades sublinharam o seu compromisso com a sustentabilidade externa, mas alertaram para o facto de que a concretização do potencial de crescimento do país exigiria investimentos de capital adicionais.**

Referiram também que a redução do défice da balança de transacções correntes levaria tempo, considerando as necessidades do país em matéria de infra-estruturas e o seu défice estrutural da balança comercial. Embora reconhecendo as vulnerabilidades causadas por níveis elevados de endividamento, as autoridades observaram que o baixo risco de

⁷ Dabla-Norris, Era, et. al., "Optimal Precautionary Reserves for Low-Income Countries: A Cost-Benefit Analysis", IMF Working Paper 11/249, Figura 7.

⁸ Como suporte da ancoragem cambial ao euro, as autoridades celebraram um acordo com Portugal segundo o qual Portugal se compromete a fornecer apoio na forma de uma linha de crédito de até 25 milhões de euros, o que acrescenta outros 3,5 meses de cobertura das importações pelas reservas internacionais.

inversões dos fluxos de capital era um factor atenuante, que reduzia os riscos do endividamento externo para o desenvolvimento das infra-estruturas. Ao mesmo tempo, frisaram que a identificação de novas fontes de capital era essencial para que o país conseguisse alcançar todo o seu potencial de crescimento. Citaram tanto o processo de desinflação quanto a acumulação de reservas internacionais como sinais animadores de que a recuperação económica estava a avançar, o que fortaleceria a posição externa de São Tomé e Príncipe. Embora reconhecessem o valor da análise do corpo técnico, as autoridades argumentaram que esta poderia ser fortalecida com o acréscimo de melhores dados, e apontaram como prioridade o desenvolvimento de um conjunto de dados sobre a posição de investimento internacional.

36. **As autoridades permanecem plenamente comprometidas com o regime de câmbio fixo e com o actual nível da paridade cambial, que é tido como uma âncora nominal eficaz para a inflação.** Assim sendo, em vista da necessidade premente de diversificar a economia e alargar as suas bases produtiva e de exportação, o corpo técnico salientou que a melhoria da competitividade externa através da continuidade da gestão rigorosa da procura e de reformas estruturais destinadas a aumentar a produtividade e estimular o investimento privado revestiam-se de enorme importância. O corpo técnico apontou ainda a flexibilidade dos preços dos factores e as melhorias no clima de negócios como elementos críticos dessa estratégia (ver abaixo).

37. **São Tomé e Príncipe continua a manter uma restrição cambial.** O país utiliza o regime transitório previsto no Artigo XIV, mas não mantém restrições nos termos do referido artigo. Contudo, o país mantém uma medida sujeita à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII, nomeadamente, uma restrição cambial decorrente dos limites à transferência dos lucros líquidos, nos termos da alínea i) do Artigo 3 e da alínea b) do nº. 1 do Artigo 10 do Código de Investimento (Lei nº 7/2008). Uma vez que as autoridades não apresentaram um cronograma específico para a remoção da restrição existente, o corpo técnico não recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

E. Melhoria do Clima de Negócios e da Competitividade Externa

38. **Para promover o crescimento e a diversificação da economia induzidos pelo sector privado, será preciso melhorar o ambiente de negócios.** São Tomé e Príncipe fez avanços recentes na melhoria deste ambiente, mas é necessário fazer mais para diversificar a produção e pôr a economia numa trajectória de crescimento sustentável. Embora a edição de 2012 do inquérito

Doing Business do Banco Mundial tenha classificado São Tomé e Príncipe como um dos países que mais reformas realizaram em 2011,⁹ este esforço não foi sustentado. Na edição de 2014, lançada recentemente, São Tomé e Príncipe caiu algumas posições. A classificação do país é também inferior às dos pequenos estados comparáveis e muito abaixo da média da África Subsariana. Ademais, o inquérito de 2014 indica um declínio em oito dos dez indicadores, com melhorias apenas modestas nos quesitos de facilidade de obter electricidade e cumprimento dos contratos.

39. **As autoridades concordaram que havia uma necessidade premente de realizar novas reformas estruturais para estimular o investimento privado e aumentar a produtividade através de melhorias no ambiente de negócios.** São necessários avanços no desenvolvimento das infra-estruturas físicas e nas reformas legislativas e administrativas básicas, nomeadamente: maior facilitação do comércio; reforço dos direitos de propriedade e dos investidores; acesso ao crédito; racionalização do pagamento de impostos e acesso simplificado às licenças de construção; bem como melhores redes de transportes e serviços de utilidade pública.

40. **Algumas das preocupações citadas no inquérito *Doing Business* serão resolvidas com a implementação prevista dos guichés únicos na administração aduaneira.** Estão em andamento os preparativos para o lançamento, até ao início de 2015, do novo guiché único relacionado ao comércio. Ao entrar em operação, tal guiché reduzirá os custos de transacção relacionados ao comércio e, assim, aumentará a competitividade externa de São Tomé e Príncipe. Também terá um efeito positivo sobre a arrecadação de receitas ao permitir o pagamento único e simultâneo de direitos aduaneiros e outras taxas e impostos devidos a todas as instituições envolvidas no desembaraço das importações de mercadorias. Segundo as autoridades, entre os marcos importantes destacam-se: o estabelecimento, até ao final de Junho de 2014, da conectividade entre as Direcções das Alfândegas e dos Impostos (indicador de referência estrutural) e a eliminação, até ao final de Dezembro de 2014, de documentos impressos e adopção da assinatura e aprovação electrónicas de documentos (indicador de referência estrutural). Esta facilidade complementar também o guiché para investidores criado em 2011, o qual foi concebido para centralizar as exigências administrativas para a abertura de uma empresa em São Tomé e Príncipe e reduzir os custos para os investidores.

F. Reforço do quadro de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao

⁹ Embora o inquérito *Doing Business* em geral forneça uma indicação dos progressos e das áreas que carecem de melhorias, os seus resultados, inclusive no que se referem a São Tomé e Príncipe, devem ser interpretados com cautela, considerando, entre outros factores, a cobertura limitada das empresas e o pequeno número de informantes.

Financiamento do Terrorismo (CBC/FT)

41. **As autoridades tomaram medidas para resolver as deficiências do quadro de CBC/FT de São Tomé e Príncipe.** Com a assistência técnica do Departamento Jurídico do FMI, formularam emendas à lei de CBC/FT e apresentaram o projecto de lei à Assembleia Nacional em Maio de 2013. A lei foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Nacional e assinada pelo Presidente Pinto da Costa. A aprovação desta lei facilitou a recente retirada de São Tomé e Príncipe da lista do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) de jurisdições de alto risco e não cooperantes. Todavia, o GAFI observou que o regime CBC/FT de São Tomé e Príncipe ainda apresenta uma série de deficiências estratégicas e incentivou as autoridades a trabalharem com o Grupo Intergovernamental de Acção sobre o Branqueamento de Capitais em África (GIABA) para solucioná-las, nomeadamente através de medidas para fortalecer as operação e as funções centrais da Unidade de Informação Financeira (UIF), com o aporte de mais recursos, designadamente funcionários, equipamento e capacitação.

REFORÇO DO SISTEMA ESTATÍSTICO

42. **As autoridades continuam a fortalecer o sistema estatístico.** Para além das várias melhorias relacionadas acima, o INE está a tomar medidas para melhorar o desfasado índice de preços no consumidor (IPC). O inquérito às famílias concluído em 2011 será a base para redefinir as ponderações das componentes do IPC e incluir novos bens e serviços no seu cabaz (a última actualização em ambos os casos ocorreu há vinte anos). O lançamento do novo IPC no final de Dezembro de 2013 (indicador de referência estrutural) deve melhorar bastante o cálculo da inflação (Anexo Informativo).

MONITORIA DO PROGRAMA E SALVAGUARDAS

43. **Monitoria do Programa.** O corpo técnico e as autoridades chegaram a um acordo acerca dos critérios de desempenho para 2014 e dos critérios de desempenho, metas indicativas e indicadores de referência estruturais referentes ao segundo semestre de 2013 e para 2014, conforme apresentado nas Tabelas 1 a 4 do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF, Anexo 1). As definições dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas são fornecidas no Memorando Técnico de Entendimento (MTE, Anexo 2). A terceira avaliação deve ser concluída até Abril de 2014; a quarta, até Outubro de 2014, e a quinta, até Abril de 2015.

44. **Salvaguardas.** É de louvar o compromisso das autoridades em fortalecer a estrutura governativa do banco central e mitigar os riscos identificados pela recente avaliação das salvaguardas do FMI.¹⁰ Entre os marcos importantes nesse sentido figuram: i) instituir a supervisão independente das funções de auditoria e controlo; ii) fazer a transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro; iii) implementar as recomendações dos auditores externos; e iv) monitorizar os principais riscos para o balanço do banco central.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

Incentiva-se as autoridades a continuar a prosseguir políticas judiciosas e a consolidar os ganhos macroeconómicos recentes, não obstante o ambiente externo complexo. Trata-se de um ponto particularmente importante em vista das perspectivas mais incertas para a produção de petróleo, o que também exige um ajustamento orçamental gradativo a médio prazo e a continuidade do recurso intensivo aos donativos e empréstimos em condições altamente concessionais para mitigar o elevado risco de sobreendividamento de São Tomé e Príncipe. Para além disso, as autoridades devem diligenciar junto aos bancos comerciais para reduzir o tamanho do sistema bancário e aumentar a eficiência, rentabilidade e resiliência do sistema. Para promover o crescimento e a diversificação da economia liderados pelo sector privado, será preciso continuar a melhorar o ambiente de negócios.

45. **Será necessário manter a disciplina orçamental no período que antecede as eleições locais e parlamentares de 2014, assim como a consolidação orçamental gradativa que ajudará a mitigar o elevado risco de sobreendividamento de São Tomé e Príncipe.** Tendo em conta o fraco historial durante os ciclos eleitorais, as autoridades devem assegurar a resistência às pressões de gastos, a execução do orçamento de 2013 conforme planeado e a aprovação de um orçamento para 2014 que seja realista e compatível com os objectivos do programa apoiado pelo acordo ECF. A médio prazo, será necessário um ajustamento orçamental gradativo, da ordem de 1,0% do PIB. O corpo técnico acredita que tal ajustamento deveria pesar mais sobre o reforço das receitas, abarcando uma combinação de reformas administrativas nos domínios aduaneiro e fiscal, além de medidas de política fiscal, conforme necessário, para resguardar as despesas prioritárias em infra-estruturas e para a redução da pobreza.

46. **É preciso chegar a uma solução completa e fiável para o problema de longa data dos atrasados cruzados, de forma a melhorar a transparência das contas públicas e alcançar a sustentabilidade orçamental duradoura.** Este problema tem-se revelado persistente e de difícil

¹⁰ Para mais pormenores sobre os principais resultados e recomendações da missão de avaliação das salvaguardas, consulte o Anexo Informativo.

diagnóstico, mas precisa de ser solucionado. Contando com a assistência da CFI e do Banco Mundial, incentiva-se as autoridades a formular um plano exequível para a melhoria do fluxo de tesouraria da EMAE, o qual assentaria as bases para a formulação de uma estratégia para a regularização paulatina dos atrasados com a ENCO e impediria a recorrência deste problema no futuro.

47. **Os esforços de mobilização de receitas concebidos para elevar o nível de cumprimento das obrigações fiscais e alargar a base de tributação devem ser perseguidos com zelo.** Nesse sentido, o corpo técnico apoia vivamente a decisão de lançar o Projecto de Inclusão do Contribuinte, que se destina a registar 3 000 novos contribuintes, bem como a implementação eficaz das unidades dedicadas ao atendimento dos pequenos e médios contribuintes. O corpo técnico apoia também as reformas em curso para o lançamento do novo guiché único da administração aduaneira, que ajudará a reforçar a arrecadação de receitas ao permitir o pagamento único e simultâneo de direitos aduaneiros e outras taxas e impostos devidos a todas as instituições envolvidas no desembaraço das mercadorias. Para além disso, a conclusão da segunda fase da implementação do SYDONIA World permitirá a automatização do desalfandegamento e reduzirá acentuadamente os riscos de subfacturação.

48. **O corpo técnico apoia o ponto de vista das autoridades de que o regime de paridade cambial fixa trouxe benefícios a São Tomé e Príncipe num contexto de probidade orçamental e de um nível suficiente de reservas internacionais.** Contudo, é preciso prosseguir nos esforços para tornar a economia mais eficiente e estimular a competitividade e as exportações, designadamente através de melhorias nas infra-estruturas do país e da implementação de reformas normativas e legislativas. Nesse sentido, o corpo técnico concorda que a operacionalização do guiché único na administração aduaneira ajudará a aumentar a competitividade externa ao reduzir os custos de negócios. Contudo, são necessárias outras reformas complementares, a saber: a eliminação das distorções regulamentares e outras formas de distorção dos preços, inclusivamente com a adopção de tarifas de electricidade que permitam a recuperação dos custos no contexto das reformas estruturais da EMAE para reforçar a sua capacidade operacional; a flexibilidade dos preços dos factores; a facilitação do comércio; o fortalecimento dos direitos de propriedade e dos investidores; a melhoria do acesso ao crédito; a racionalização dos pagamentos de impostos e o acesso simplificado às licenças de construção.

49. **As melhorias recentes na capacidade de supervisão do banco central são um avanço positivo, mas é preciso fazer mais para fortalecer a estabilidade financeira.** O banco central intensificou a vigilância ao sector financeiro através das inspecções directas e indirectas dos bancos comerciais. Deve também reforçar o cumprimento das exigências normativas e prudenciais,

assegurando que todos os bancos comerciais em actividade no país mantenham um rácio de fundos próprios/activos ponderados pelo risco de pelo menos 12%. O banco central deve trabalhar com os bancos comerciais para reduzir o tamanho do sistema bancário e aumentar a eficiência, rentabilidade e resiliência do sistema. Nesse sentido, o corpo técnico salienta a importância de adoptar um quadro de gestão de crises e resolução bancária e desenvolver soluções de reestruturação para os bancos que não demonstrarem condições de recuperar a rentabilidade no médio prazo. Para além disso, o banco central deve continuar a promover a educação financeira e a transparência, de modo a estimular a inclusão financeira e aumentar a confiança no sistema financeiro.

50. **O corpo técnico elogiou as autoridades pela aprovação célere e unânime de uma moderna Lei de CBC/FT.** A aprovação desta lei facilitou a recente retirada de São Tomé e Príncipe da lista do GAFI de jurisdições de alto risco e não cooperantes, e transmite um sinal positivo importante para a comunidade de doadores e investidores. Para além da aprovação das leis, incentiva-se as autoridades a tomar medidas concretas para melhorar a eficácia do conjunto do quadro de CBC/FT, inclusive no que respeita ao fortalecimento das operações da Unidade de Informação Financeira (UIF), com ênfase no reforço dos efectivos e equipamentos e na melhor formação.

51. **À luz do bom desempenho até à altura e do compromisso das autoridades para com a implementação de políticas sólidas, o corpo técnico apoia o pedido das autoridades de conclusão da segunda avaliação do acordo trienal no âmbito da ECF e o terceiro desembolso no montante de DSE 370.000.**

52. **Propõe-se que as próximas consultas com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV ocorram dentro de 24 meses, em conformidade a *Decisão sobre os Ciclos de Consultas do Artigo IV* (Decisão No. 14747-(10/96), na sua actual redacção).**

Caixa 1. ENRP-II

Conforme expresso aos respectivos Conselhos de Administração na Nota Consultiva Conjunta (documento EBD/13/16 de 26 de Março de 2013), os corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial consideram que, na generalidade, a ENRP II é apropriada como alicerce para a consecução dos objectivos do governo a médio prazo em termo de crescimento e redução da pobreza. Passados nove meses, o corpo técnico reitera esta avaliação, mas chama a atenção para os seguintes desenvolvimentos:

- **O foco mais preciso no âmbito da ENRP II possibilitou que as autoridades se concentrassem num número menor de objectivos e utilizassem indicadores melhores da pobreza.** As autoridades buscaram consolidar as realizações no âmbito da ENRP I ao tornar o processo participativo mais inclusivo, utilizar uma medida mais acurada da pobreza (ingestão calórica diária) e baixar para quatro o número de eixos estratégicos para a redução da pobreza. As autoridades confirmaram que isso lhes conferiu maior capacidade de monitorização e resposta, duas áreas de acção que haviam sido assinaladas pelos corpos técnicos na Nota.
- **O uso de dois cenários (petrolífero e não petrolífero) no quadro macroeconómico da ENRP II revelou-se presciente,** uma vez que os desenvolvimentos recentes indicam que a produção de petróleo não começará em 2015 como esperado no cenário de base petrolífero. Embora isto tenha um impacto negativo sobre os objectivos mais ambiciosos de redução da pobreza a médio prazo, a ENRP II permanecerá válida no cenário alternativo (não petrolífero), que presume a ausência de receitas desse sector durante o prazo de implementação da estratégia.
- **A apuração dos custos dos programas de redução da pobreza continua a suscitar preocupação, uma situação que tem-se agravado com a crescente imprevisibilidade dos apoios externos e das receitas de exportação.** Os corpos técnicos assinalaram na Nota Conjunta que embora as prioridades tenham sido correctamente identificadas na ENRP, não se pode dizer o mesmo dos seus custos e respectivo financiamento. Este ponto continua a causar preocupação em vista dos atrasos no desembolso da assistência dos doadores ao longo de 2013 e das perspectivas mais incertas para o petróleo.

Caixa 2. Perspectivas da Produção de Petróleo

O anúncio da petrolífera francesa Total de sua desistência de participar da exploração do Bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria foi um desenvolvimento inesperado. A Total era a última companhia petrolífera de grande porte envolvida na prospecção na ZDC, após a saída das outras grandes petrolíferas (Exxon, Chevron e Sinopec) em 2007-12, as quais, assim como a Total, haviam ficado decepcionadas com os resultados das perfurações de exploração que indicaram que as reservas de hidrocarbonetos eram pequenas demais e o custo de extracção grande demais para justificar novos investimentos.

Mais uma vez, São Tomé e Príncipe vê adiadas as suas perspectivas de riqueza petrolífera.

A prospecção de petróleo no país foi iniciada em 1997, e as avaliações optimistas à época indicavam que a produção poderia ser iniciada já em 2002. As empresas petrolíferas desembolsaram montantes significativos em “bónus de assinatura” para iniciar a prospecção. Em 2001 foi firmado o acordo com a Nigéria para a criação da ZDC, e em 2004 foi promulgada uma moderna lei de gestão da receita petrolífera. Contudo, desde então, as perfurações de exploração produziram resultados insatisfatórios. A saída da Total reduziu as perspectivas do sector petrolífero no futuro próximo.

As perspectivas de exploração de petróleo em São Tomé e Príncipe passarão agora a depender de empresas de médio porte com capacidade reduzida de perfuração em alto mar. Contudo, a Autoridade de Desenvolvimento Conjunto (ADC), que foi criada para administrar a exploração de petróleo na ZDC, manifestou a sua confiança que a exploração do bloco abandonado pela Total e por outras grandes empresas petrolíferas será retomada por empresas de médio porte que, segundo a ADC, podem obter lucros mesmo com um volume menor de extracção.

Caixa 3. Principais Recomendações das Consultas de 2011 ao Abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação

Recomendação

Ponto da situação

Financiar o défice primário interno com os recursos não geradores de dívida disponíveis

Maioritariamente cumprido. O défice primário interno registou a média de 3,4% no período 2010-12, que é compatível com os fluxos não geradores de dívida, e projecta-se que continue numa trajectória descendente no médio prazo.

Elevar as receitas internas ao reduzir as isenções aduaneiras e adoptar um mecanismo de reajuste automático dos preços dos combustíveis

Parcialmente cumprido. O rácio impostos/PIB subiu de 14,5% em 2009 para 16,6% no período 2010-11, estabilizando-se nesse patamar antes de voltar a cair para 14,0% em 2012. Este declínio foi causado pelo enfraquecimento da economia e pela acumulação de pagamentos em atraso de impostos sobre os combustíveis pela ENCO. Estão em marcha os esforços para continuar a aperfeiçoar as administrações fiscal e aduaneira, mas não foram registados progressos no reajuste automático dos preços dos combustíveis.

Eliminar os atrasados cruzados, através da orçamentação realista das contas de serviços públicos do governo, da restrição das despesas das administrações locais e regionais e da viabilização comercial da EMAE

Maioritariamente não cumprido. Os atrasados cruzados foram reduzidos consideravelmente no início de 2013, mas voltaram a crescer nos meses seguintes. Continua pendente a formulação de um plano para liquidar os atrasados cruzados entre a ENCO, a EMAE e o Tesouro, bem como para evitar que voltem a ocorrer. Um elemento crucial desta estratégia é a melhoria do fluxo de caixa da EMAE e, recentemente, as autoridades solicitaram ao Banco Mundial e à CFI que oferecessem opções para resolver esta questão, o que poderia passar pela terceirização da administração da EMAE para uma operadora de boa reputação em nível internacional.

Garantir a gestão prudente das futuras receitas do petróleo

Maioritariamente cumprido. As autoridades instituíram uma Lei de Gestão dos Recursos Petrolíferos que é eficaz. As transferências anuais da Conta Nacional do Petróleo (CNP) para o orçamento são feitas segundo a lei.

Adoptar uma política prudente de endividamento externo, valendo-se de donativos e empréstimos em condições altamente concessionais

Em curso. Embora o programa apoiado pelo acordo ECF tenha adoptado essa estratégia prudente de endividamento externo como a política *de facto* do país, a formulação, aprovação e implementação de uma estratégia formal de endividamento a médio prazo ainda está em curso, com a assistência técnica do Banco Mundial.

Administrar os riscos financeiros através do reforço da supervisão regulamentar e da intervenção

Em curso. O sistema bancário ainda é caracterizado por níveis de rentabilidade baixos de modo geral, uma percentagem elevada e crescente de empréstimos mal parados e uma tendência de rápido declínio dos rácios de fundos próprios/ativos ponderados pelo risco. Contudo, o banco central intensificou a sua vigilância, com um programa activo de inspecções directas e indirectas, reforço das exigências de capital e mecanismos de resolução de bancos com problemas. A dolarização do sistema bancário continua a declinar, o que reflecte as medidas tomadas pelo banco central para promover o uso da dobra, bem como o aumento da confiança na dobra à medida que a inflação converge para níveis internacionais.

Fortalecer o quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT)

Cumprido. Com a assistência técnica do Departamento Jurídico (LEG), as autoridades prepararam as emendas à Lei CBC/FT, que já foram apresentadas e aprovadas. A aprovação desta lei facilitou a recente retirada de São Tomé e Príncipe da lista do GAFI de jurisdições de alto risco e não cooperantes.

Caixa 4. Matriz de Avaliação do Risco de São Tomé e Príncipe

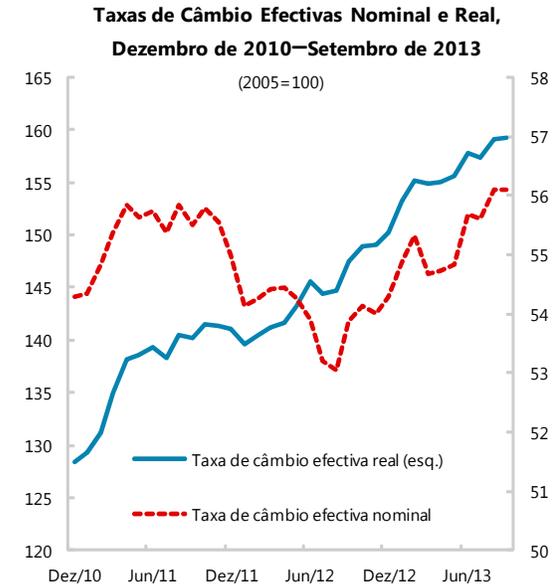
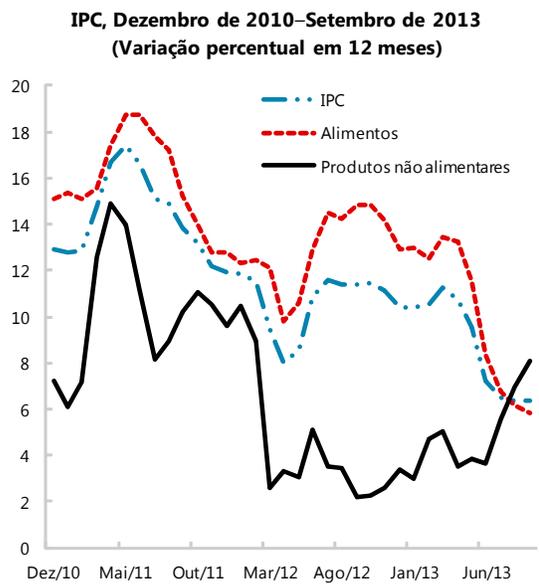
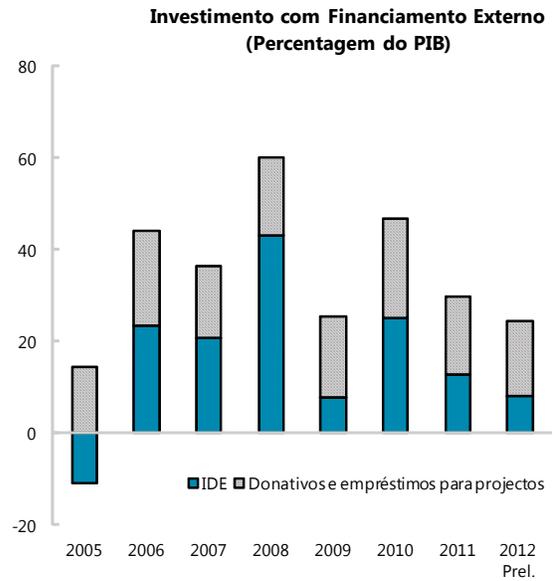
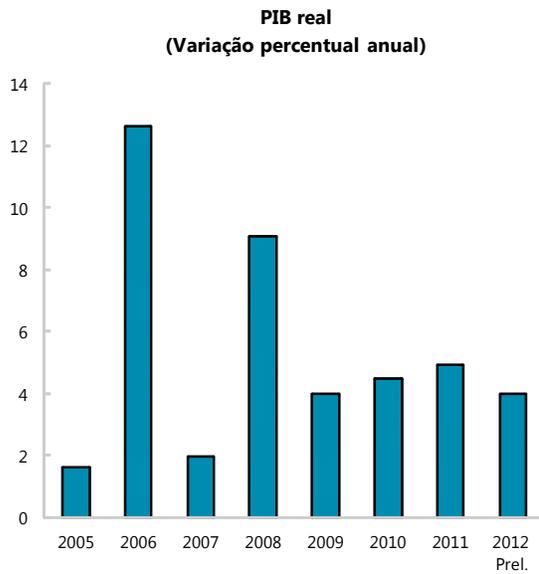
| Fonte de risco | Probabilidade | Gravidade | Impacto | Resposta a nível de políticas |
|---|---------------|-----------|---|--|
| <i>Riscos a curto prazo</i> | | | | |
| Início antecipado do ciclo político e despesas adicionais associadas | Média | Alta | A realização de gastos significativos relacionados às eleições poria em causa a probidade orçamental conquistada a pulso e resultaria na necessidade de contrair novos empréstimos, que poderiam ser difíceis de identificar e levariam a perdas nas reservas internacionais. Isso reduziria a margem orçamental para as despesas prioritárias em infra-estruturas e para a redução da pobreza. | Manter a prudência orçamental ao assegurar que os planos de despesas para 2013 sejam cumpridos como previsto no orçamento e aprovar um orçamento para 2014 que seja compatível com o programa apoiado pelo acordo ECF. |
| Reacender das tensões financeiras na zona do euro | Média | Média | Considerando que a maior parte do financiamento a projectos (donativos oficiais e IDE) provém da Europa, isso poderia reduzir ainda mais o ritmo de investimentos públicos e privados e deprimir o crescimento económico. | Continuar a acelerar as reformas no ambiente de negócios para estimular o crescimento, criar empregos e alargar as exportações não tradicionais. Não há espaço para o estímulo orçamental (dadas as condições restritas de financiamento) ou monetário (dado o regime de paridade cambial fixa). |
| Choque no preço do petróleo a nível mundial desencadeado por acontecimentos geopolíticos | Baixa | Média | A subida dos preços do petróleo agravaria o défice da conta corrente externa, que já é elevado. Se for permitida a repercussão plena nos preços internos, o impacto sobre a inflação será significativo. Do contrário, haverá um aumento dos passivos directos e contingentes do governo. | Permitir a repercussão plena da subida dos preços internacionais do petróleo nos preços internos e, ao mesmo tempo, tentar minimizar o impacto sobre os pobres e conter os efeitos secundários sobre a inflação através do aperto das condições monetárias. |

Caixa 4. Matriz de Avaliação do Risco de São Tomé e Príncipe (conclusão)
Riscos a médio prazo

| | | | | |
|---|-------|-------|---|---|
| Persistência das debilidades na intermediação bancária | Média | Média | Os níveis persistentemente elevados de empréstimos mal parados e a baixa rentabilidade dos bancos impediriam a recuperação do ciclo de crédito e teriam um efeito adverso sobre o crescimento económico. | Exigir que todos os bancos mantenham um rácio de fundos próprios/activos ponderados pelo risco de 12% para absorver as perdas de crédito e aplicar de forma rigorosa outros regulamentos bancários. Elaborar de soluções de reestruturação para os bancos com poucas perspectivas de recuperar a rentabilidade. |
| Prolongamento do período de crescimento económico europeu mais lento | Alta | Média | Considerando que uma parcela considerável do financiamento aos projectos do país (na forma de donativos oficiais e IDE) provém da Europa, isso poderia causar uma desaceleração ainda maior dos investimentos públicos e privados e deprimir o crescimento económico. | Continuar a acelerar as reformas no ambiente de negócios para estimular o crescimento, criar empregos e alargar as exportações não tradicionais. Não há espaço para o estímulo orçamental (dadas as condições restritas de financiamento) ou monetário (dado o regime de paridade cambial fixa). |

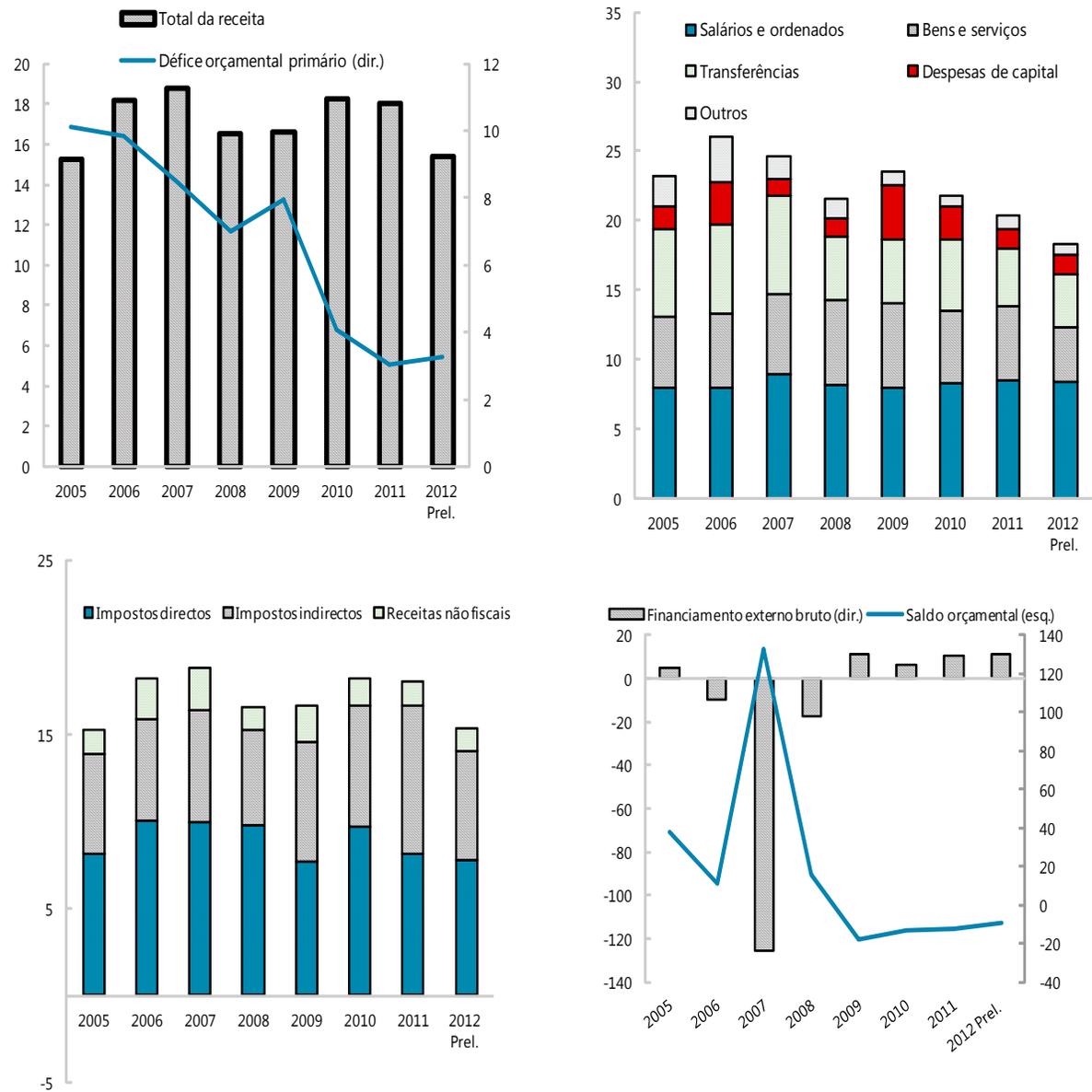
Obs.: A Matriz de Avaliação do Risco (MAR) lista os eventos que podem alterar de forma material o cenário de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspectiva do corpo técnico do FMI). A classificação da probabilidade relativa dos riscos aqui descritos é fruto da avaliação subjectiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base ("baixa" indica uma probabilidade abaixo dos 10%; "média" indica uma probabilidade situada entre os 10 e 30% e "alta" indica uma probabilidade igual ou superior aos 30%). A MAR reflecte a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações à altura das discussões com as autoridades.

Figura 1. São Tomé e Príncipe: Desenvolvimentos Macroeconómicos Recentes



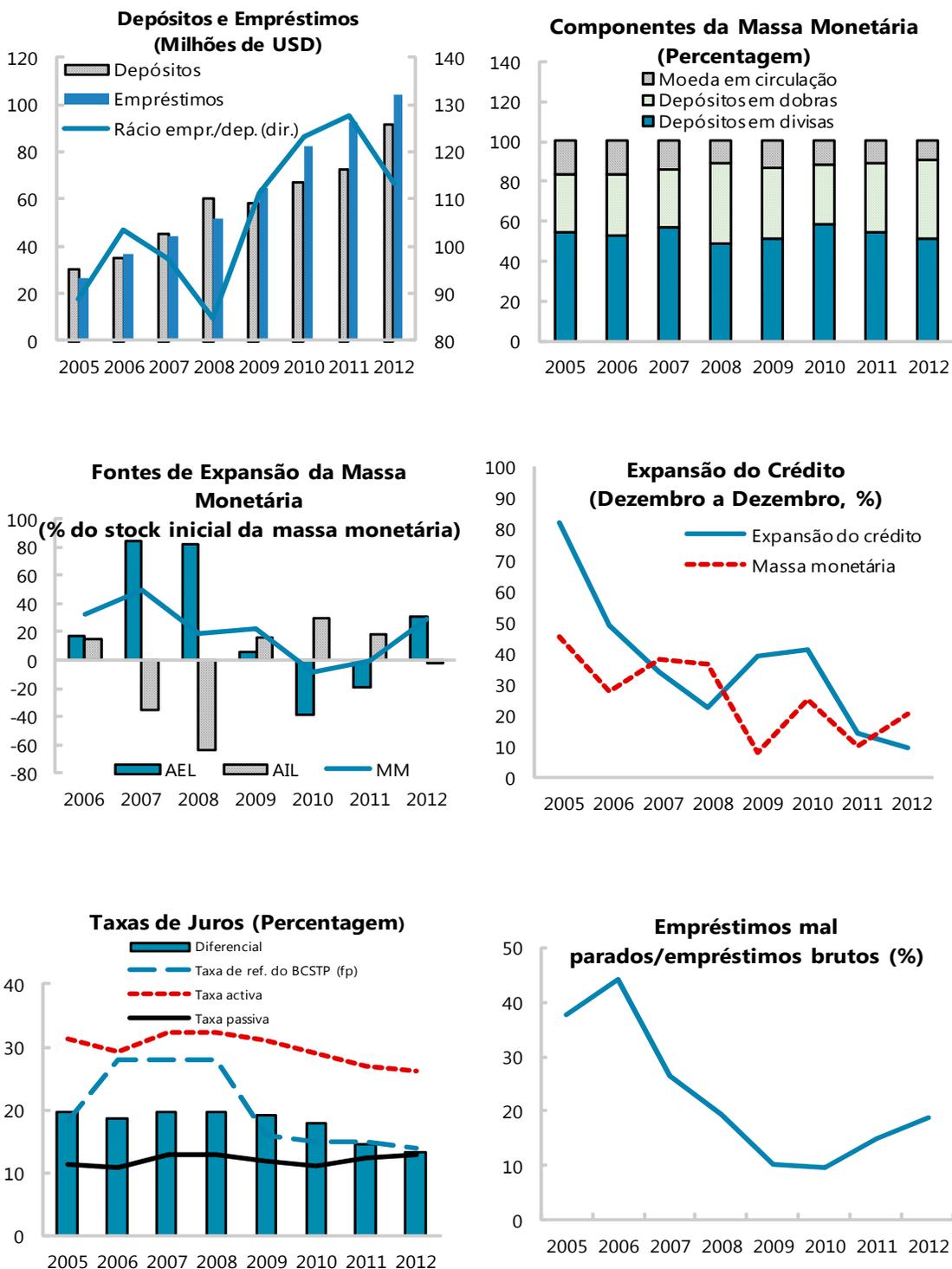
Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores Orçamentais, 2005–12 (Porcentagem do PIB)



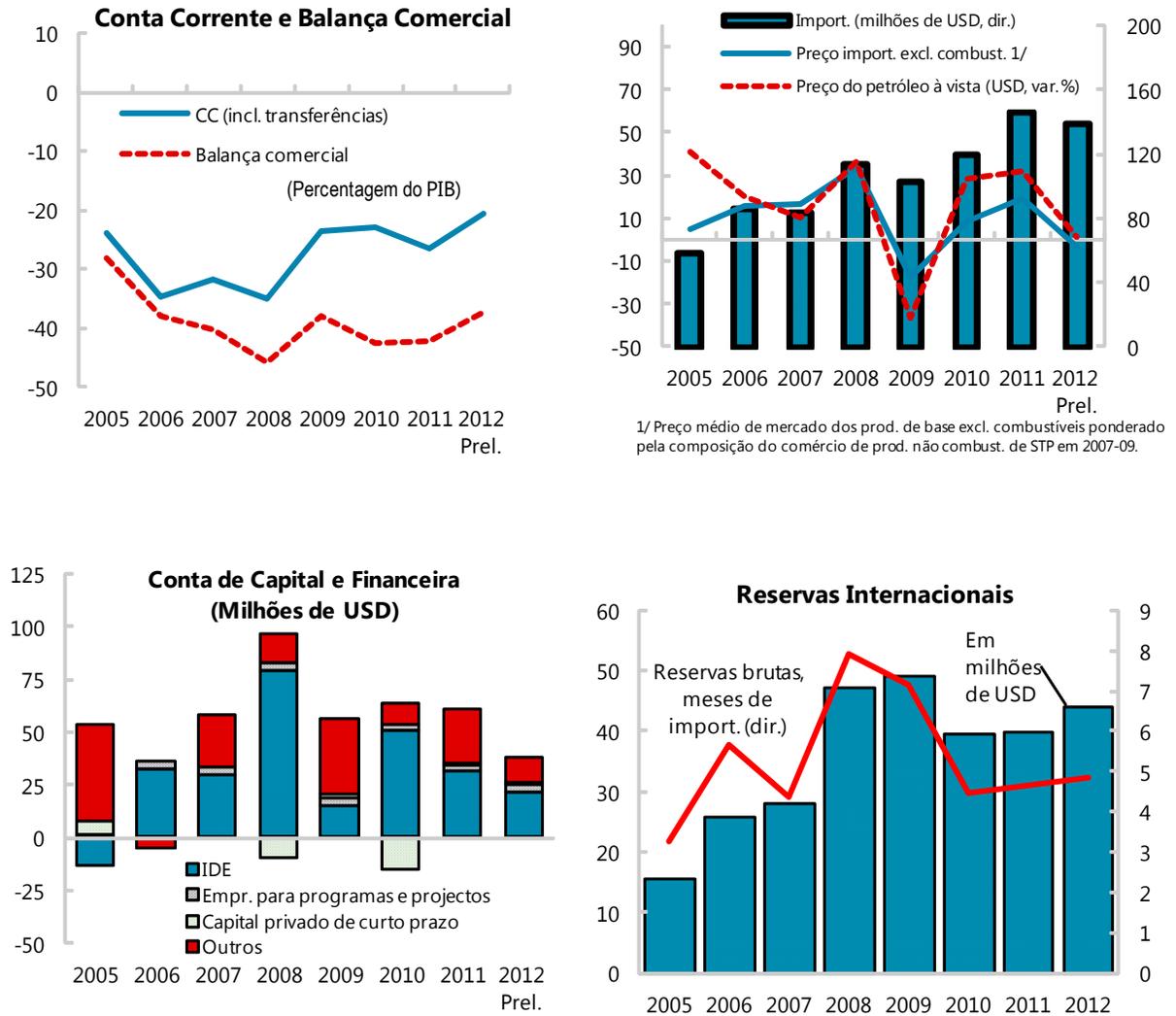
Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 3. São Tomé e Príncipe: Evolução da Moeda e do Crédito 2005–12



Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 4. São Tomé e Príncipe: Sector Externo, 2005-12



Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2010–18
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | | 2014 | | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|--|----------|--------|--------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|-----------|-------|-------|-------|
| | Efectivo | | | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Projeções | | | |
| Rendimento nacional e preços | | | | | | | | | | | |
| PIB a preços constantes | 4,5 | 4,9 | 4,0 | 4,5 | 4,0 | 5,5 | 5,0 | 5,5 | 5,5 | 6,0 | 6,0 |
| Preços no consumidor | | | | | | | | | | | |
| Fim do período | 12,9 | 11,9 | 10,4 | 8,0 | 8,0 | 6,0 | 6,0 | 4,0 | 3,0 | 3,0 | 3,0 |
| Média do período | 13,3 | 14,3 | 10,6 | 9,0 | 8,3 | 7,1 | 7,1 | 5,0 | 3,5 | 3,0 | 3,0 |
| Comércio externo | | | | | | | | | | | |
| Exportações de bens e serviços não factoriais | 24,0 | 20,7 | 16,1 | 10,6 | 0,3 | 15,3 | 7,0 | 10,2 | 6,7 | 8,6 | 7,4 |
| Importações de bens e serviços não factoriais | 17,3 | 22,0 | -5,4 | 10,5 | 5,4 | 3,7 | 9,1 | 7,5 | 5,6 | 6,4 | 6,3 |
| Taxa de câmbio (Dobras por USD; fim do período) ¹ | 18.651 | 19.008 | 18.585 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Taxa de câmbio efectiva real (depreciação = -) | -2,8 | 11,7 | 5,0 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Moeda e crédito | | | | | | | | | | | |
| Base monetária | -7,9 | -0,7 | 28,6 | 11,8 | 42,9 | 26,8 | 10,0 | 9,0 | 5,5 | 7,0 | 5,2 |
| Massa monetária (M3) | 25,1 | 10,4 | 20,3 | 14,7 | 11,5 | 25,9 | 13,1 | 9,5 | 9,2 | 9,6 | 10,2 |
| Crédito à economia | 41,1 | 14,5 | 9,6 | 9,4 | 9,4 | 10,4 | 9,9 | 10,2 | 11,1 | 11,1 | 10,7 |
| Velocidade (PIB/M3; fim do período) | 2,6 | 2,8 | 2,7 | 2,7 | 2,7 | 2,5 | 2,8 | 2,7 | 2,7 | 2,6 | 2,6 |
| Taxa de juro de referência do banco central (%) | 15,0 | 15,0 | 14,0 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Taxa de juro activa (%) | 28,9 | 27,0 | 26,2 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Taxa de juro passiva (%) | 11,0 | 12,4 | 12,9 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Finanças públicas (em percentagem do PIB) | | | | | | | | | | | |
| Total da receita, donativos e bónus de assin. do petróleo ² | 38,1 | 37,1 | 33,6 | 38,4 | 31,7 | 31,3 | 31,9 | 32,7 | 33,4 | 34,2 | 34,7 |
| D/q: receitas fiscais | 16,6 | 16,6 | 14,0 | 15,2 | 15,2 | 15,7 | 15,3 | 15,6 | 15,8 | 16,1 | 16,1 |
| Receitas não fiscais | 1,6 | 1,4 | 1,3 | 1,3 | 1,7 | 1,3 | 1,3 | 1,3 | 1,3 | 1,3 | 1,3 |
| Donativos | 19,9 | 18,3 | 17,5 | 20,6 | 13,2 | 14,3 | 15,3 | 15,8 | 16,3 | 16,8 | 17,3 |
| Bónus de assinatura do petróleo | 0,0 | 0,8 | 0,8 | 1,3 | 1,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Total da despesa e concessão líquida de empréstimos | 49,1 | 49,0 | 44,3 | 45,7 | 39,0 | 39,9 | 38,9 | 38,6 | 38,5 | 38,4 | 38,4 |
| Custos com pessoal | 8,3 | 8,4 | 8,4 | 7,8 | 8,5 | 7,8 | 8,2 | 8,1 | 8,1 | 8,1 | 8,1 |
| Juros devidos | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 0,4 |
| Despesa corrente excl. juros e custos com pessoal | 11,1 | 10,5 | 8,5 | 9,6 | 9,4 | 9,6 | 9,2 | 9,2 | 9,0 | 9,0 | 9,0 |
| Despesas de capital custeadas pelo Tesouro | 2,3 | 1,5 | 1,5 | 1,7 | 1,7 | 2,2 | 1,7 | 1,7 | 1,7 | 1,7 | 1,7 |
| Despesas de capital custeadas por doadores | 26,3 | 27,5 | 25,1 | 25,7 | 18,6 | 19,3 | 18,6 | 18,6 | 18,6 | 18,6 | 18,6 |
| Gastos sociais relacionadas à Iniciativa HIPC | 0,6 | 0,7 | 0,3 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 |
| Saldo primário interno ³ | -4,1 | -3,0 | -3,3 | -3,1 | -3,1 | -3,0 | -3,0 | -2,6 | -2,3 | -2,0 | -2,0 |
| Saldo global (base de compromissos) | -11,0 | -12,0 | -10,8 | -7,2 | -7,3 | -8,6 | -7,0 | -6,0 | -5,1 | -4,2 | -3,7 |
| Sector externo | | | | | | | | | | | |
| Saldo da conta corrente (percentagem do PIB) | | | | | | | | | | | |
| Incl. transferências oficiais | -23,0 | -26,6 | -20,5 | -16,6 | -20,2 | -18,5 | -15,9 | -14,5 | -13,0 | -11,6 | -10,5 |
| Excl. transferências oficiais | -46,5 | -46,5 | -38,9 | -37,7 | -34,1 | -33,3 | -32,0 | -31,0 | -30,1 | -29,3 | -28,8 |
| VA da dívida externa (percentagem do PIB) | 33,7 | 33,6 | 35,7 | 32,5 | 32,7 | 30,9 | 30,4 | 28,0 | 26,0 | 23,8 | 22,1 |
| Serviço da dívida externa (% das exportações) ⁴ | 6,6 | 8,0 | 7,1 | 12,7 | 15,5 | 12,4 | 15,0 | 13,6 | 12,2 | 10,7 | 9,8 |
| Export. de bens e serviços não factoriais (milhões de USD) | 24,3 | 29,3 | 34,1 | 32,7 | 34,2 | 37,7 | 36,6 | 40,3 | 43,0 | 46,7 | 50,2 |
| Reservas internacionais brutas ^{5,6,7} | | | | | | | | | | | |
| Milhões de USD | 39,3 | 39,7 | 43,8 | 37,3 | 53,4 | 37,1 | 59,0 | 65,2 | 70,3 | 75,8 | 80,5 |
| Meses de import. de bens e serv. não factoriais ⁸ | 4,5 | 4,6 | 4,8 | 4,0 | 5,5 | 4,1 | 5,7 | 6,0 | 6,1 | 6,2 | 6,2 |
| Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD) | 7,8 | 8,3 | 9,0 | 11,5 | 12,2 | 9,2 | 9,9 | 8,0 | 6,5 | 5,3 | 4,3 |
| Por memória | | | | | | | | | | | |
| PIB | | | | | | | | | | | |
| Mil milhões de Dobras | 3.719 | 4.376 | 5.021 | 5.780 | 5.732 | 6.569 | 6.524 | 7.064 | 7.589 | 8.180 | 8.848 |
| Milhões de USD | 201,0 | 248,3 | 263,3 | 312,2 | 310,2 | 353,6 | 359,1 | 393,9 | 428,0 | 465,9 | 504,1 |

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FML.

¹ O ponto médio da taxa do BCSTP.

² Inclui o alívio da dívida no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI.

³ Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais. Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI.

⁵ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁶ Para 2008 e 2009, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁷ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

⁸ Importações de bens e serviços não factoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2010–18
 (Mil milhões de Dobras)

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | | 2014 | | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|----------|------|------|-----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|-----------|------|------|------|
| | Efectivo | | | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Projeções | | | |
| Total da receita e donativos | 1417 | 1622 | 1685 | 2222 | 1819 | 2058 | 2079 | 2308 | 2535 | 2799 | 3071 |
| Total da receita | 677 | 787 | 771 | 954 | 970 | 1118 | 1081 | 1192 | 1296 | 1421 | 1538 |
| Receitas fiscais | 617 | 726 | 704 | 878 | 871 | 1030 | 998 | 1102 | 1200 | 1317 | 1425 |
| Receitas não fiscais | 60 | 61 | 67 | 77 | 100 | 87 | 83 | 90 | 97 | 104 | 113 |
| Donativos | 739 | 799 | 876 | 1190 | 757 | 941 | 998 | 1116 | 1239 | 1377 | 1533 |
| Donativos a projectos | 686 | 674 | 730 | 964 | 475 | 702 | 705 | 848 | 964 | 1104 | 1239 |
| Donativos não destinados a projectos | 25 | 83 | 119 | 193 | 240 | 190 | 246 | 218 | 222 | 215 | 233 |
| Donativos relacionados à Iniciativa HIPC | 28 | 43 | 28 | 32 | 42 | 49 | 46 | 49 | 53 | 57 | 62 |
| Bónus de assinatura do petróleo | 0 | 35 | 38 | 78 | 91 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total da despesa | 1824 | 2145 | 2225 | 2639 | 2238 | 2620 | 2535 | 2730 | 2921 | 3145 | 3398 |
| Despesa primária interna | 829 | 920 | 934 | 1133 | 1149 | 1318 | 1280 | 1377 | 1471 | 1586 | 1715 |
| Despesas correntes | 737 | 851 | 875 | 1030 | 1046 | 1176 | 1178 | 1261 | 1342 | 1443 | 1557 |
| <i>D/c</i> : custos com pessoal | 309 | 369 | 419 | 449 | 486 | 510 | 535 | 575 | 618 | 666 | 720 |
| Juros devidos | 16 | 24 | 30 | 24 | 21 | 32 | 40 | 39 | 38 | 37 | 37 |
| Bens e serviços | 191 | 234 | 198 | 236 | 230 | 268 | 262 | 277 | 289 | 311 | 337 |
| Transferências | 192 | 181 | 190 | 287 | 275 | 327 | 300 | 326 | 350 | 377 | 408 |
| Outras despesas correntes | 28 | 43 | 39 | 34 | 34 | 39 | 41 | 44 | 48 | 51 | 55 |
| Despesas de capital | 1066 | 1266 | 1336 | 1581 | 1164 | 1416 | 1326 | 1434 | 1541 | 1661 | 1796 |
| <i>D/q</i> : financiadas pelo Tesouro | 87 | 65 | 74 | 99 | 96 | 146 | 111 | 120 | 129 | 139 | 150 |
| Financiadas por fontes externas | 979 | 1201 | 1262 | 1483 | 1068 | 1271 | 1215 | 1314 | 1412 | 1522 | 1646 |
| Gastos sociais relacionados à Iniciativa HIPC | 21 | 29 | 14 | 28 | 28 | 28 | 31 | 35 | 38 | 41 | 44 |
| Saldo primário | -391 | -500 | -511 | -394 | -397 | -530 | -416 | -383 | -424 | -384 | -364 |
| Saldo orçamental global (base de compromissos) | -408 | -524 | -540 | -417 | -419 | -562 | -456 | -422 | -386 | -346 | -327 |
| Variação líquida nos atrasados, <i>float</i> e discrepâncias estatísticas (redução = -) | -75 | -15 | 87 | 0 | -87 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Atrasados externos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Atrasados internos | 0 | 65 | 33 | 0 | -87 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Float</i> e discrepâncias estatísticas | -75 | -80 | 54 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Saldo orçamental global (base de caixa) | -483 | -539 | -453 | -417 | -506 | -562 | -456 | -422 | -386 | -346 | -327 |
| Financiamento | 483 | 539 | 453 | 418 | 506 | 562 | 456 | 422 | 386 | 346 | 327 |
| Externo líquido | 246 | 461 | 558 | 461 | 564 | 519 | 411 | 410 | 394 | 364 | 353 |
| Desembolsos (projectos) | 293 | 528 | 532 | 518 | 592 | 569 | 511 | 466 | 448 | 417 | 407 |
| Financiamento programático (empréstimos) | 1 | 1 | 75 | 0 | 60 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Empréstimos de curto prazo líquidos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Amortização programada | -48 | -68 | -49 | -57 | -89 | -50 | -99 | -56 | -54 | -54 | -54 |
| Variação nos atrasados (capital) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reescalamento bilateral | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Economias de fluxos da HIPC | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Interno líquido | 236 | 78 | -104 | -43 | -58 | 43 | 45 | 12 | -8 | -17 | -26 |
| Crédito bancário líquido ao governo | 236 | 78 | -104 | -43 | -58 | 43 | 45 | 12 | -8 | -17 | -26 |
| Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo) | 201 | 51 | -66 | 0 | 0 | 0 | 0 | -23 | -36 | -40 | -44 |
| <i>D/q</i> : Conta de privatização ¹ | 13 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Conta Nacional do Petróleo | 35 | 27 | -38 | -43 | -58 | 43 | 45 | 35 | 28 | 23 | 19 |
| Financiamento não bancário | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Défice de financiamento | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Por memória: | | | | | | | | | | | |
| Saldo primário interno ² | -152 | -133 | -163 | -178 | -178 | -200 | -198 | -185 | -175 | -164 | -177 |
| Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Saldo da conta de privatização (milhões de USD) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento) | 7,8 | 8,3 | 9,0 | 11,5 | 12,2 | 9,2 | 9,9 | 8,0 | 6,5 | 5,3 | 4,3 |

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

² Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2010–18
(Percentagem do PIB)

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | | 2014 | | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|--|--------------|--------------|--------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Efectivo | | | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Projectões | | | |
| Total da receita e donativos | 38,1 | 37,1 | 33,6 | 38,4 | 31,7 | 31,3 | 31,9 | 32,7 | 33,4 | 34,2 | 34,7 |
| Total da receita | 18,2 | 18,0 | 15,3 | 16,5 | 16,9 | 17,0 | 16,6 | 16,9 | 17,1 | 17,4 | 17,4 |
| Receitas fiscais | 16,6 | 16,6 | 14,0 | 15,2 | 15,2 | 15,7 | 15,3 | 15,6 | 15,8 | 16,1 | 16,1 |
| Receitas não fiscais | 1,6 | 1,4 | 1,3 | 1,3 | 1,7 | 1,3 | 1,3 | 1,3 | 1,3 | 1,3 | 1,3 |
| Donativos | 19,9 | 18,3 | 17,5 | 20,6 | 13,2 | 14,3 | 15,3 | 15,8 | 16,3 | 16,8 | 17,3 |
| Donativos a projectos | 18,5 | 15,4 | 14,5 | 16,7 | 8,3 | 10,7 | 10,8 | 12,0 | 12,7 | 13,5 | 14,0 |
| Donativos não destinados a projectos | 0,7 | 1,9 | 2,4 | 3,3 | 4,2 | 2,9 | 3,8 | 3,1 | 2,9 | 2,6 | 2,6 |
| Donativos relacionados à Iniciativa HIPC | 0,7 | 1,0 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 |
| Bónus de assinatura do petróleo | 0,0 | 0,8 | 0,8 | 1,3 | 1,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Total da despesa | 49,1 | 49,0 | 44,3 | 45,7 | 39,0 | 39,9 | 38,9 | 38,6 | 38,5 | 38,4 | 38,4 |
| Despesa primária interna | 22,3 | 21,0 | 18,6 | 19,6 | 20,0 | 20,1 | 19,6 | 19,5 | 19,4 | 19,4 | 19,4 |
| Despesas correntes | 19,8 | 19,4 | 17,4 | 17,8 | 18,3 | 17,9 | 18,1 | 17,8 | 17,7 | 17,6 | 17,6 |
| D/c: custos com pessoal | 8,3 | 8,4 | 8,4 | 7,8 | 8,5 | 7,8 | 8,2 | 8,1 | 8,1 | 8,1 | 8,1 |
| Juros devidos | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 0,4 |
| Bens e serviços | 5,1 | 5,3 | 3,9 | 4,1 | 4,0 | 4,1 | 4,0 | 3,9 | 3,8 | 3,8 | 3,8 |
| Transferências | 5,2 | 4,1 | 3,8 | 5,0 | 4,8 | 5,0 | 4,6 | 4,6 | 4,6 | 4,6 | 4,6 |
| Outras despesas correntes | 0,8 | 1,0 | 0,8 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 |
| Despesas de capital | 28,7 | 28,9 | 26,6 | 27,4 | 20,3 | 21,6 | 20,3 | 20,3 | 20,3 | 20,3 | 20,3 |
| D/q: financiadas pelo Tesouro | 2,3 | 1,5 | 1,5 | 1,7 | 1,7 | 2,2 | 1,7 | 1,7 | 1,7 | 1,7 | 1,7 |
| Financiadas por fontes externas | 26,3 | 27,5 | 25,1 | 25,7 | 18,6 | 19,3 | 18,6 | 18,6 | 18,6 | 18,6 | 18,6 |
| Gastos sociais relacionados à Iniciativa HIPC | 0,6 | 0,7 | 0,3 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 |
| Saldo primário | -10,5 | -11,4 | -10,2 | -6,8 | -6,9 | -8,1 | -6,4 | -5,4 | -5,6 | -4,7 | -4,1 |
| Saldo orçamental global (base de compromissos) | -11,0 | -12,0 | -10,8 | -7,2 | -7,3 | -8,6 | -7,0 | -6,0 | -5,1 | -4,2 | -3,7 |
| Variação líquida nos atrasados, float e discrepâncias estatísticas (redução = -) | -2,0 | -0,3 | 1,7 | 0,0 | -1,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Atrasados externos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Atrasados internos | 0,0 | 1,5 | 0,7 | 0,0 | -1,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Float e discrepâncias estatísticas | -2,0 | -1,8 | 1,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Saldo orçamental global (base de caixa) | -13,0 | -12,3 | -9,0 | -7,2 | -8,8 | -8,6 | -7,0 | -6,0 | -5,1 | -4,2 | -3,7 |
| Financiamento | 13,0 | 12,3 | 9,0 | 7,2 | 8,8 | 8,6 | 7,0 | 6,0 | 5,1 | 4,2 | 3,7 |
| Externo líquido | 6,6 | 10,5 | 11,1 | 8,0 | 9,8 | 7,9 | 6,3 | 5,8 | 5,2 | 4,4 | 4,0 |
| Desembolsos (projectos) | 7,9 | 12,1 | 10,6 | 9,0 | 10,3 | 8,7 | 7,8 | 6,6 | 5,9 | 5,1 | 4,6 |
| Financiamento programático (empréstimos) | 0,0 | 0,0 | 1,5 | 0,0 | 1,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Empréstimos de curto prazo líquidos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Amortização programada | -1,3 | -1,6 | -1,0 | -1,0 | -1,5 | -0,8 | -1,5 | -0,8 | -0,7 | -0,7 | -0,6 |
| Variação nos atrasados (capital) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Reescalamento bilateral | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Economias de fluxos da HIPC | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Interno líquido | 6,4 | 1,8 | -2,1 | -0,8 | -1,0 | 0,6 | 0,7 | 0,2 | -0,1 | -0,2 | -0,3 |
| Crédito bancário líquido ao governo | 6,4 | 1,8 | -2,1 | -0,8 | -1,0 | 0,6 | 0,7 | 0,2 | -0,1 | -0,2 | -0,3 |
| Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo) | 5,4 | 1,2 | -1,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -0,3 | -0,5 | -0,5 | -0,5 |
| D/q: Conta de privatização ¹ | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Conta Nacional do Petróleo | 0,9 | 0,6 | -0,8 | -0,8 | -1,0 | 0,6 | 0,7 | 0,5 | 0,4 | 0,3 | 0,2 |
| Financiamento não bancário | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Défice de financiamento | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Por memória: | | | | | | | | | | | |
| Saldo primário interno ² | -4,1 | -3,0 | -3,3 | -3,1 | -3,1 | -3,0 | -3,0 | -2,6 | -2,3 | -2,0 | -2,0 |
| Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Saldo da conta de privatização (milhões de USD) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento) | 7,8 | 8,3 | 9,0 | 11,5 | 12,2 | 9,2 | 9,9 | 8,0 | 6,5 | 5,3 | 4,3 |
| PIB nominal (Mil milhões de dobras) | 3.719 | 4.376 | 5.021 | 5.780 | 5.732 | 6.569 | 6.524 | 7.064 | 7.589 | 8.180 | 8.848 |

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projectões do corpo técnico do FMI

¹ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

² Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2010–18
 (Mil milhões de Dobras)

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | | 2014 | | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|-------------|-------------|--------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Efectivo | | | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Projeções | | | |
| Activos externos líquidos | 998 | 891 | 1.062 | 975 | 1.297 | 969 | 1.347 | 1.436 | 1.511 | 1.597 | 1.681 |
| Crédito a não residentes | 1.311 | 1.385 | 1.385 | 1.318 | 1.636 | 1.314 | 1.682 | 1.760 | 1.816 | 1.887 | 1.961 |
| Reservas internacionais oficiais ¹ | 1.052 | 1.148 | 1.136 | 1.066 | 1.396 | 1.058 | 1.450 | 1.532 | 1.589 | 1.663 | 1.735 |
| Outros activos externos | 259 | 237 | 249 | 252 | 239 | 256 | 232 | 229 | 226 | 224 | 226 |
| Passivos com não residentes | -313 | -494 | -324 | -343 | -339 | -345 | -335 | -324 | -305 | -290 | -279 |
| Passivos de curto prazo com não residentes | -110 | -287 | -121 | -141 | -140 | -142 | -138 | -129 | -112 | -99 | -87 |
| Outros passivos externos ¹ | -203 | -207 | -203 | -202 | -200 | -203 | -197 | -194 | -192 | -191 | -192 |
| Activos internos líquidos | -439 | -337 | -349 | -178 | -278 | 41 | -227 | -215 | -222 | -218 | -231 |
| Crédito interno líquido | 30 | 85 | 71 | 14 | 59 | 58 | 107 | 120 | 113 | 96 | 71 |
| Crédito a outras sociedades de depósitos | 9 | 1 | 41 | 41 | 72 | 41 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 |
| Crédito líquido ao governo central | -23 | 35 | -30 | -74 | -89 | -33 | -45 | -34 | -44 | -64 | -90 |
| Crédito ao governo central | 258 | 262 | 233 | 233 | 230 | 234 | 227 | 225 | 223 | 222 | 223 |
| D/q: uso de DSE/PRGF ² | 211 | 215 | 186 | 186 | 183 | 187 | 181 | 179 | 177 | 175 | 177 |
| Passivos com o governo central | -281 | -228 | -263 | -307 | -319 | -267 | -272 | -260 | -267 | -285 | -313 |
| Depósitos do governo central | -33 | -25 | -4 | -4 | -4 | -4 | -4 | -28 | -64 | -104 | -148 |
| Recursos de contrapartida | -43 | -30 | -65 | -65 | -65 | -65 | -65 | -65 | -65 | -65 | -65 |
| Depósitos em divisas | -205 | -173 | -194 | -238 | -249 | -198 | -203 | -167 | -139 | -116 | -100 |
| D/q: Conta Nacional do Petróleo | -145 | -157 | -168 | -212 | -224 | -172 | -178 | -142 | -114 | -92 | -76 |
| Crédito a outros sectores | 44 | 50 | 60 | 47 | 76 | 50 | 80 | 83 | 85 | 87 | 89 |
| Outras rubricas (líquido) | -469 | -422 | -421 | -192 | -337 | -17 | -334 | -335 | -335 | -313 | -302 |
| Base monetária | 558 | 554 | 712 | 797 | 1.018 | 1.010 | 1.120 | 1.222 | 1.289 | 1.379 | 1.450 |
| Emissão monetária | 191 | 204 | 217 | 226 | 207 | 295 | 188 | 193 | 217 | 252 | 290 |
| Reservas bancárias | 367 | 350 | 495 | 571 | 811 | 715 | 932 | 1.029 | 1.072 | 1.127 | 1.160 |
| D/q: moeda nacional | 297 | 268 | 399 | 462 | 672 | 578 | 780 | 863 | 897 | 939 | 963 |
| D/q: moeda estrangeira | 71 | 82 | 97 | 108 | 138 | 137 | 152 | 166 | 175 | 187 | 197 |
| Por memória: | | | | | | | | | | | |
| Reservas internacionais brutas (milhões de USD) ³ | 39,3 | 39,7 | 43,8 | 37,3 | 53,4 | 37,1 | 59,0 | 65,2 | 70,3 | 75,8 | 80,5 |
| Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁴ | 4,5 | 4,6 | 4,8 | 4,0 | 5,5 | 4,1 | 5,7 | 6,0 | 6,1 | 6,2 | 6,2 |
| Reservas internacionais líquidas (milhões de USD) ⁵ | 33,3 | 24,6 | 37,3 | 29,6 | 45,8 | 29,5 | 51,3 | 57,9 | 54,0 | 59,4 | 64,3 |
| Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁴ | 3,8 | 2,9 | 4,1 | 3,2 | 4,7 | 3,3 | 4,9 | 5,3 | 4,7 | 4,9 | 4,9 |
| Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD) | 7,8 | 8,3 | 9,0 | 11,5 | 12,2 | 9,2 | 9,9 | 8,0 | 6,5 | 5,3 | 4,3 |
| Reservas em divisas dos bancos comerciais (milhões de USD) | 3,8 | 4,3 | 5,2 | 5,9 | 7,6 | 7,4 | 8,4 | 9,3 | 9,9 | 10,7 | 11,2 |
| Depósitos garantidos (milhões de USD) | 1,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Base monetária (variação percentual anual) | -7,9 | -0,7 | 28,6 | 11,8 | 42,9 | 26,8 | 10,0 | 9,0 | 5,5 | 7,0 | 5,2 |

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

² A cifra de Dezembro de 2012 reflecte uma pequena correcção no registo dos empréstimos do FMI.

³ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁴ Importações de bens e serviços não factoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

⁵ As reservas internacionais líquidas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

Tabela 5. São Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2010–18
(Mil milhões de Dobras)

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | | 2014 | | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|--------------|--------------|--------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Efectivo | | | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Projeções | | | |
| Activos externos líquidos | 1.364 | 1.263 | 1.630 | 1.409 | 1.877 | 1.424 | 1.947 | 2.056 | 2.150 | 2.253 | 2.361 |
| Activos externos líquidos do BCSTP | 998 | 891 | 1.062 | 975 | 1.297 | 969 | 1.347 | 1.436 | 1.511 | 1.597 | 1.681 |
| Activos externos líquidos das outras soc. de depósitos | 367 | 372 | 568 | 434 | 580 | 455 | 600 | 619 | 639 | 657 | 679 |
| Activos internos líquidos | 50 | 299 | 250 | 712 | 219 | 1.247 | 422 | 540 | 684 | 852 | 1.063 |
| Crédito interno líquido | 1.481 | 1.743 | 1.810 | 1.893 | 1.843 | 2.146 | 2.087 | 2.326 | 2.591 | 2.878 | 3.178 |
| Crédito líquido ao governo central | -60 | -22 | -123 | -172 | -273 | -136 | -237 | -235 | -254 | -283 | -319 |
| Crédito ao governo central ¹ | 261 | 267 | 236 | 236 | 232 | 237 | 229 | 227 | 225 | 223 | 225 |
| Passivos com o governo central | -321 | -290 | -359 | -408 | -504 | -372 | -466 | -462 | -479 | -506 | -544 |
| Depósitos orçamentais | -33 | -25 | -4 | -4 | -4 | -4 | -4 | -28 | -64 | -104 | -148 |
| Recursos de contrapartida | -43 | -30 | -65 | -65 | -65 | -65 | -65 | -65 | -65 | -65 | -65 |
| Depósitos em divisas | -245 | -235 | -290 | -338 | -435 | -303 | -397 | -370 | -351 | -338 | -331 |
| D/q: Conta Nacional do Petróleo | -145 | -157 | -168 | -212 | -224 | -172 | -178 | -142 | -114 | -92 | -76 |
| Crédito a outros sectores | 1.541 | 1.765 | 1.934 | 2.065 | 2.116 | 2.281 | 2.325 | 2.561 | 2.845 | 3.161 | 3.497 |
| D/q: crédito em moeda estrangeira (Em milhões de USD) | 1.099 | 1.114 | 1.162 | 1.150 | 1.163 | 1.227 | 1.235 | 1.313 | 1.408 | 1.383 | 1.534 |
| Outras rubricas (líquido) | -1.430 | -1.444 | -1.561 | -1.181 | -1.624 | -899 | -1.665 | -1.786 | -1.907 | -2.025 | -2.116 |
| Massa monetária (M3) | 1.415 | 1.562 | 1.711 | 2.121 | 2.096 | 2.671 | 2.369 | 2.596 | 2.834 | 3.105 | 3.421 |
| Passivos em moeda nacional incluídos em M2 | 585 | 719 | 745 | 978 | 1.270 | 1.238 | 1.427 | 1.557 | 1.699 | 1.861 | 2.050 |
| Moeda (M1) | 562 | 670 | 565 | 836 | 889 | 1.059 | 993 | 1.078 | 1.175 | 1.287 | 1.418 |
| Em circulação | 163 | 177 | 4 | 192 | 168 | 252 | 170 | 171 | 183 | 200 | 221 |
| Depósitos transferíveis em Dobras | 399 | 493 | 561 | 644 | 721 | 807 | 823 | 907 | 992 | 1.086 | 1.197 |
| Outros depósitos em Dobras | 23 | 48 | 180 | 143 | 381 | 179 | 435 | 479 | 524 | 574 | 632 |
| Depósitos em divisas | 829 | 843 | 966 | 1.143 | 826 | 1.433 | 942 | 1.039 | 1.136 | 1.244 | 1.371 |
| Por memória: | | | | | | | | | | | |
| Velocidade (rácio PIB/M3; fim do período) | 2,6 | 2,8 | 2,7 | 2,7 | 2,7 | 2,5 | 2,8 | 2,7 | 2,7 | 2,6 | 2,6 |
| Multiplicador monetário (M3/M0) | 2,5 | 2,8 | 2,4 | 2,7 | 2,1 | 2,6 | 2,1 | 2,1 | 2,2 | 2,3 | 2,4 |
| Base monetária (taxa de crescimento em 12 meses) | -7,9 | -0,7 | 28,6 | 11,8 | 42,9 | 26,8 | 10,0 | 9,0 | 5,5 | 7,0 | 5,2 |
| Crédito a outros sectores residentes (taxa de cresc. em 12 meses) | 41,1 | 14,5 | 9,6 | 9,4 | 9,4 | 10,4 | 9,9 | 10,2 | 11,1 | 11,1 | 10,7 |
| M3 (taxa de crescimento em 12 meses) ² | 25,1 | 10,4 | 20,3 | 14,7 | 11,5 | 25,9 | 13,1 | 9,5 | 9,2 | 9,6 | 10,2 |

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FML

¹ A cifra de Dezembro de 2012 reflecte uma pequena correcção no registo dos empréstimos do FML

² Os dados monetários revistos dos bancos comerciais a partir de Janeiro de 2010 não são comparáveis às séries históricas.

Tabela 6. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Solidez Financeira, 2008–13

| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2013 |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|--------|--------|
| | Dezembro | Dezembro | Dezembro | Dezembro | Dezembro | Março | Junho |
| Adequação dos fundos próprios | | | | | | | |
| Capital regulamentar/activos ponderados pelo risco | | | | | | | |
| Percentagem de bancos com capital igual ou superior a 10% | 71,40 | 85,70 | 85,70 | 100,00 | 100,00 | 87,50 | 75,00 |
| Percent. de bancos com capital inferior a 10% e superior ao mínimo de 6% | | | ... | ... | ... | ... | ... |
| Percentagem de bancos com capital inferior ao mínimo de 6% | 28,60 | 14,30 | 14,30 | ... | ... | 12,50 | 25,00 |
| Capital (património líquido)/activos | 24,70 | 23,20 | 27,90 | 28,00 | 24,39 | 22,46 | 16,62 |
| Depósitos nos bancos com capital inferior a 6% | | | ... | ... | ... | ... | ... |
| Qualidade dos ativos | | | | | | | |
| Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos | 74,20 | 73,00 | 77,50 | 67,08 | 57,91 | 54,73 | 52,64 |
| Empréstimos mal parados | 19,30 | 10,20 | 9,73 | 14,83 | 18,88 | 19,61 | 22,45 |
| Provisões como percentagem dos empr. vencidos | 10,90 | 24,00 | 42,20 | 46,05 | 39,43 | 52,64 | 41,73 |
| Lucros e rentabilidade | | | | | | | |
| Lucros líquidos antes dos impostos/rendimento líquido | -13,10 | -1,20 | | | | | |
| Rentabilidade dos activos | -1,00 | 0,10 | 0,70 | 0,07 | -0,04 | 0,00 | -0,01 |
| Rentabilidade do capital | -3,70 | | 1,80 | 0,23 | -0,16 | -0,02 | -0,04 |
| Despesas (incl. amortização e provisões)/rendimento | 109,30 | 98,20 | 98,20 | 97,48 | 97,84 | 102,89 | 101,41 |
| | | | | | | 54,73 | |
| Liquidez | | | | | | | |
| Activos líquidos/total do activo | 19,70 | 18,40 | 21,90 | 21,43 | 36,25 | 38,00 | 39,72 |
| Activos líquidos/passivo de curto prazo | | | 36,10 | 36,18 | 55,89 | 57,00 | 56,40 |
| Empréstimos/total do passivo | | | 109,73 | 103,04 | 135,82 | 143,58 | 148,37 |
| Passivos em moeda estrangeira/total do activo | 71,00 | 73,10 | 57,40 | 59,22 | 58,46 | 59,61 | 49,61 |
| Empréstimos/depósitos | | | 104,20 | 114,15 | 102,11 | 100,06 | 96,96 |
| Sensibilidade ao risco de mercado | | | | | | | |
| Passivo em moeda estrangeira/capitais próprios | 215,70 | 274,00 | 203,80 | 112,29 | 141,06 | 150,45 | 130,89 |

Tabela 7. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2010–18
(Milhões de USD)

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | | 2014 | | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|--------------|---------------|--------------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Efectivo | Preliminar | | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Projeções | | | |
| Balança comercial | -85,3 | -104,7 | -98,2 | -110,9 | -103,9 | -116,7 | -114,0 | -118,6 | -125,6 | -133,5 | -142,5 |
| Exportações, FOB | 10,9 | 10,9 | 16,2 | 11,8 | 15,1 | 12,3 | 15,2 | 16,8 | 17,1 | 18,0 | 18,5 |
| <i>D/q:</i> petróleo | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Cacau | 5,4 | 5,3 | 5,3 | 5,1 | 5,6 | 5,4 | 6,2 | 6,6 | 6,7 | 6,8 | 7,0 |
| Reexportação | 5,2 | 5,1 | 8,8 | 5,6 | 9,4 | 5,6 | 9,0 | 9,2 | 9,3 | 9,6 | 9,9 |
| Importações, FOB | -96,2 | -115,7 | -114,4 | -122,7 | -119,1 | -129,0 | -129,2 | -135,3 | -142,7 | -151,5 | -160,9 |
| <i>D/q:</i> alimentos | -25,5 | -33,6 | -33,7 | -34,4 | -34,1 | -34,1 | -35,6 | -36,6 | -38,2 | -40,2 | -42,3 |
| Produtos petrolíferos | -18,4 | -25,2 | -25,9 | -25,9 | -25,9 | -26,7 | -26,7 | -27,6 | -28,6 | -29,6 | -32,1 |
| Bens de investimento | -36,0 | -40,2 | -35,2 | -39,2 | -35,5 | -42,9 | -40,5 | -43,7 | -47,0 | -50,7 | -54,4 |
| Bens de investimento rel. ao sector petrolifero | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços e rendimentos (líquido) | -11,3 | -13,4 | -9,1 | -11,7 | -11,0 | -6,1 | -12,3 | -15,2 | -15,1 | -15,0 | -14,8 |
| Exportações de serviços não factoriais | 13,4 | 18,4 | 17,9 | 20,9 | 19,0 | 25,4 | 21,4 | 23,5 | 26,0 | 28,7 | 31,7 |
| <i>D/q:</i> viagens e turismo | 11,1 | 15,6 | 12,6 | 18,1 | 14,4 | 22,2 | 16,5 | 18,4 | 20,5 | 22,9 | 25,6 |
| Importações de serviços não factoriais | -24,3 | -31,4 | -24,8 | -30,2 | -27,5 | -29,6 | -30,7 | -36,5 | -38,8 | -41,5 | -44,2 |
| Serviços factoriais (líquido) | -0,4 | -0,4 | -2,2 | -2,3 | -2,5 | -1,9 | -2,9 | -2,2 | -2,2 | -2,2 | -2,2 |
| <i>D/q:</i> relacionados ao petróleo | 0,1 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| Transferências privadas (líquido) | 3,0 | 2,8 | 4,9 | 5,0 | 9,0 | 5,1 | 11,5 | 11,7 | 11,8 | 12,0 | 12,2 |
| Transferências oficiais (líquido) | 47,3 | 49,2 | 48,5 | 65,9 | 43,1 | 52,3 | 57,7 | 65,2 | 73,3 | 82,4 | 92,3 |
| <i>D/q:</i> donativos para projectos | 41,3 | 39,9 | 39,7 | 53,8 | 27,5 | 40,4 | 41,4 | 50,0 | 57,4 | 66,2 | 74,1 |
| Donativos relacionados à Iniciativa HIPC | 1,2 | 3,0 | 1,4 | 1,7 | 1,7 | 2,6 | 2,6 | 2,8 | 3,0 | 3,3 | 3,5 |
| Saldo da conta corrente | | | | | | | | | | | |
| Incl. transferências oficiais | -46,3 | -66,2 | -53,9 | -51,7 | -62,8 | -65,4 | -57,0 | -57,0 | -55,5 | -54,1 | -52,7 |
| Excl. transferências oficiais | -93,6 | -115,3 | -102,4 | -117,6 | -105,9 | -117,7 | -114,7 | -122,1 | -128,8 | -136,5 | -145,0 |
| Conta de capital e financeira | 59,3 | 68,1 | 66,3 | 47,8 | 72,2 | 64,4 | 60,8 | 62,0 | 60,7 | 59,9 | 57,4 |
| Transferências de capital ¹ | 0,3 | 6,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 6,1 | 6,1 | 0,0 | 0,0 |
| Conta financeira | 59,0 | 61,5 | 66,3 | 47,8 | 72,2 | 64,4 | 60,8 | 55,9 | 54,6 | 59,9 | 57,4 |
| Investimento directo estrangeiro | 50,5 | 31,9 | 22,1 | 19,8 | 28,0 | 22,4 | 25,1 | 27,6 | 30,0 | 32,8 | 35,5 |
| <i>D/q:</i> Bónus de assinatura do petróleo | 0,0 | 2,0 | 2,0 | 4,2 | 4,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Investimento relacionado ao petróleo | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Recuperação das desp. de capital relac. ao petróleo | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Investimento de carteira (líquido) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outros investimentos (líquido) | 8,4 | 29,7 | 44,3 | 28,0 | 44,1 | 41,9 | 35,7 | 28,3 | 24,5 | 27,1 | 21,9 |
| Activos | 11,2 | 6,8 | 28,4 | 23,7 | 17,0 | 24,0 | 12,5 | 12,7 | 12,9 | 13,1 | 13,3 |
| Sector público (líquido) | 12,8 | 22,6 | 15,2 | 3,0 | 27,8 | 7,2 | 23,4 | 20,2 | 20,4 | 18,4 | 17,4 |
| Empréstimos para projectos | 17,8 | 27,7 | 20,1 | 8,4 | 32,1 | 7,5 | 28,1 | 26,0 | 25,3 | 23,8 | 23,2 |
| Empréstimos para programas | 4,2 | 0,9 | 1,4 | 0,0 | 3,3 | 4,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Amortização | -5,7 | -6,3 | -6,9 | -4,8 | -8,6 | -4,7 | -4,7 | -5,8 | -5,8 | -6,1 | -6,4 |
| Outros investimentos | -3,6 | 0,2 | 0,6 | -0,5 | 1,1 | -0,2 | 0,0 | -0,1 | 0,9 | 0,7 | 0,6 |
| <i>D/q:</i> transferências para a ZDC | -0,1 | -0,3 | -0,4 | -0,4 | -0,1 | -0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Sector privado (líquido) | -15,5 | 0,3 | 0,6 | 1,3 | -0,6 | 10,7 | -0,2 | -4,5 | -8,8 | -4,4 | -8,8 |
| Bancos comerciais | -16,7 | 0,1 | -11,0 | 0,5 | -1,1 | 0,9 | -1,5 | 1,5 | 1,5 | 1,4 | 0,9 |
| Capital privado de curto prazo | 1,1 | 0,2 | 11,7 | 0,7 | 0,5 | 9,8 | 1,3 | -6,1 | -10,2 | -5,8 | -9,8 |
| Erros e omissões | -25,9 | 3,1 | -13,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Saldo global | -13,0 | 5,0 | -0,6 | -3,9 | 9,4 | -1,0 | 3,8 | 5,0 | 5,2 | 5,8 | 4,7 |
| Financiamento | 13,0 | -5,0 | 0,6 | 3,9 | -9,4 | 1,0 | -3,8 | -5,0 | -5,2 | -5,8 | -4,7 |
| Varição nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -) | 10,5 | -4,5 | 1,4 | 5,8 | -6,7 | -1,4 | -6,4 | -7,0 | -5,7 | -6,3 | -5,1 |
| Uso dos recursos do FMI (líquido) | 0,6 | 0,0 | 0,0 | 0,5 | 0,5 | 0,2 | 0,2 | 0,1 | -0,9 | -0,7 | -0,6 |
| Compras | 0,6 | 0,0 | 0,0 | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Recompras (incl. reembolso MDRI) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -0,6 | -0,6 | -1,0 | -1,0 | -1,1 | -0,9 | -0,7 | -0,6 |
| Conta Nacional do Petróleo (aumento = -) | 1,9 | -0,5 | -0,8 | -2,4 | -3,2 | 2,2 | 2,4 | 1,9 | 1,5 | 1,2 | 1,0 |
| Financiamento excepcional ² | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Déficit de financiamento | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Por memória: | | | | | | | | | | | |
| Saldo da conta corrente (percentagem do PIB) | | | | | | | | | | | |
| Antes das transferências oficiais | -46,5 | -46,5 | -38,9 | -37,7 | -34,1 | -33,3 | -32,0 | -31,0 | -30,1 | -29,3 | -28,8 |
| Após as transferências oficiais | -23,0 | -26,6 | -20,5 | -16,6 | -20,2 | -18,5 | -15,9 | -14,5 | -13,0 | -11,6 | -10,5 |
| Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ³ | 6,6 | 8,0 | 7,1 | 12,7 | 15,5 | 12,4 | 15,0 | 13,6 | 12,2 | 10,7 | 9,8 |
| Reservas internacionais brutas ^{4,5} | | | | | | | | | | | |
| Milhões de USD | 39,3 | 39,7 | 43,8 | 37,3 | 53,4 | 37,1 | 59,0 | 65,2 | 70,3 | 75,8 | 80,5 |
| Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁶ | 4,5 | 4,6 | 4,8 | 4,0 | 5,5 | 4,1 | 5,7 | 6,0 | 6,1 | 6,2 | 6,2 |

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FML

¹ Inclui o alívio da dívida MDRI.

² Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

³ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

⁴ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁵ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁶ Importações de bens e serviços não factoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 8. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2010–18
 (Percentagem do PIB)

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | | 2014 | | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Efectivo | Preliminar | | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Projectões | | | |
| Balança comercial | -42,4 | -42,2 | -37,3 | -35,5 | -33,5 | -33,0 | -31,7 | -30,1 | -29,4 | -28,6 | -28,3 |
| Exportações, FOB | 5,4 | 4,4 | 6,1 | 3,8 | 4,9 | 3,5 | 4,2 | 4,3 | 4,0 | 3,9 | 3,7 |
| <i>D/q: petróleo</i> | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Cacau | 2,7 | 2,1 | 2,0 | 1,6 | 1,8 | 1,5 | 1,7 | 1,7 | 1,6 | 1,5 | 1,4 |
| Reexportação | 2,6 | 2,0 | 3,3 | 1,8 | 3,0 | 1,6 | 2,5 | 2,3 | 2,2 | 2,1 | 2,0 |
| Importações, FOB | -47,8 | -46,6 | -43,4 | -39,3 | -38,4 | -36,5 | -36,0 | -34,4 | -33,3 | -32,5 | -31,9 |
| <i>D/q: alimentos</i> | -12,7 | -13,5 | -12,8 | -11,0 | -11,0 | -9,6 | -9,9 | -9,3 | -8,9 | -8,6 | -8,4 |
| Produtos petrolíferos | -9,1 | -10,2 | -9,8 | -8,3 | -8,3 | -7,6 | -7,4 | -7,0 | -6,7 | -6,4 | -6,4 |
| Bens de investimento | -17,9 | -16,2 | -13,4 | -12,6 | -11,4 | -12,1 | -11,3 | -11,1 | -11,0 | -10,9 | -10,8 |
| Bens de investimento rel. ao sector petrolífero | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Serviços e rendimentos (líquido) | -5,6 | -5,4 | -3,4 | -3,7 | -3,6 | -1,7 | -3,4 | -3,9 | -3,5 | -3,2 | -2,9 |
| Exportações de serviços não factoriais | 6,7 | 7,4 | 6,8 | 6,7 | 6,1 | 7,2 | 5,9 | 6,0 | 6,1 | 6,2 | 6,3 |
| <i>D/q: viagens e turismo</i> | 5,5 | 6,3 | 4,8 | 5,8 | 4,6 | 6,3 | 4,6 | 4,7 | 4,8 | 4,9 | 5,1 |
| Importações de serviços não factoriais | -12,1 | -12,6 | -9,4 | -9,7 | -8,9 | -8,4 | -8,6 | -9,3 | -9,1 | -8,9 | -8,8 |
| Serviços factoriais (líquido) | -0,2 | -0,2 | -0,8 | -0,7 | -0,8 | -0,5 | -0,8 | -0,6 | -0,5 | -0,5 | -0,4 |
| <i>D/q: relacionados ao petróleo</i> | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Transferências privadas (líquido) | 1,5 | 1,1 | 1,9 | 1,6 | 2,9 | 1,4 | 3,2 | 3,0 | 2,8 | 2,6 | 2,4 |
| Transferências oficiais (líquido) | 23,5 | 19,8 | 18,4 | 21,1 | 13,9 | 14,8 | 16,1 | 16,5 | 17,1 | 17,7 | 18,3 |
| <i>D/q: donativos para projectos</i> | 20,6 | 16,1 | 15,1 | 17,2 | 8,9 | 11,4 | 11,5 | 12,7 | 13,4 | 14,2 | 14,7 |
| Donativos relacionados à Iniciativa HIPC | 0,6 | 1,2 | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 |
| Saldo da conta corrente | | | | | | | | | | | |
| Incl. transferências oficiais | -23,0 | -26,6 | -20,5 | -16,6 | -20,2 | -18,5 | -15,9 | -14,5 | -13,0 | -11,6 | -10,5 |
| Excl. transferências oficiais | -46,5 | -46,5 | -38,9 | -37,7 | -34,1 | -33,3 | -32,0 | -31,0 | -30,1 | -29,3 | -28,8 |
| Conta de capital e financeira | 29,5 | 27,4 | 25,2 | 15,3 | 23,3 | 18,2 | 16,9 | 15,7 | 14,2 | 12,9 | 11,4 |
| Transferências de capital ¹ | 0,1 | 2,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,5 | 1,4 | 0,0 | 0,0 |
| Conta financeira | 29,3 | 24,8 | 25,2 | 15,3 | 23,3 | 18,2 | 16,9 | 14,2 | 12,7 | 12,9 | 11,4 |
| Investimento directo estrangeiro | 25,1 | 12,8 | 8,4 | 6,3 | 9,0 | 6,3 | 7,0 | 7,0 | 7,0 | 7,0 | 7,0 |
| <i>D/q: Bónus de assinatura do petróleo</i> | 0,0 | 0,8 | 0,8 | 1,3 | 1,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Investimento relacionado ao petróleo | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Recuperação das desp. de capital relac. ao petróleo | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Investimento de carteira (líquido) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outros investimentos (líquido) | 4,2 | 11,9 | 16,8 | 9,0 | 14,2 | 11,9 | 10,0 | 7,2 | 5,7 | 5,8 | 4,4 |
| Activos | 5,6 | 2,7 | 10,8 | 7,6 | 5,5 | 6,8 | 3,5 | 3,2 | 3,0 | 2,8 | 2,6 |
| Sector público (líquido) | 6,4 | 9,1 | 5,8 | 1,0 | 8,9 | 2,0 | 6,5 | 5,1 | 4,8 | 4,0 | 3,5 |
| Empréstimos para projectos | 8,9 | 11,2 | 7,6 | 2,7 | 10,3 | 2,1 | 7,8 | 6,6 | 5,9 | 5,1 | 4,6 |
| Empréstimos para programas | 2,1 | 0,4 | 0,5 | 0,0 | 1,0 | 1,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Amortização | -2,8 | -2,5 | -2,6 | -1,6 | -2,8 | -1,3 | -1,3 | -1,5 | -1,4 | -1,3 | -1,3 |
| Outros investimentos | -1,8 | 0,1 | 0,2 | -0,2 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,1 | 0,1 |
| <i>D/q: transferências para a ZDC</i> | 0,0 | -0,1 | -0,2 | -0,1 | 0,0 | -0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Sector privado (líquido) | -7,7 | 0,1 | 0,2 | 0,4 | -0,2 | 3,0 | -0,1 | -1,2 | -2,1 | -0,9 | -1,7 |
| Bancos comerciais | -8,3 | 0,0 | -4,2 | 0,2 | -0,4 | 0,3 | -0,4 | 0,4 | 0,3 | 0,3 | 0,2 |
| Capital privado de curto prazo | 0,6 | 0,1 | 4,4 | 0,2 | 0,2 | 2,8 | 0,4 | -1,5 | -2,4 | -1,2 | -1,9 |
| Passivos | | | | | | | | | | | |
| Sector público (líquido) | | | | | | | | | | | |
| Sector privado (líquido) | | | | | | | | | | | |
| Bancos comerciais | | | | | | | | | | | |
| Capital privado de curto prazo | | | | | | | | | | | |
| Erros e omissões | -12,9 | 1,3 | -5,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Saldo global | -6,5 | 2,0 | -0,2 | -1,3 | 3,0 | -0,3 | 1,1 | 1,3 | 1,2 | 1,2 | 0,9 |
| Financiamento | 6,5 | -2,0 | 0,2 | 1,3 | -3,0 | 0,3 | -1,1 | -1,3 | -1,2 | -1,2 | -0,9 |
| Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -) | 5,2 | -1,8 | 0,5 | 1,9 | -2,2 | -0,4 | -1,8 | -1,8 | -1,3 | -1,3 | -1,0 |
| Uso dos recursos do FMI (líquido) | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -0,2 | -0,1 | -0,1 |
| Compras | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,4 | 0,4 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Recompras (incl. reembolso MDRI) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -0,2 | -0,2 | -0,3 | -0,3 | -0,3 | -0,2 | -0,1 | -0,1 |
| Conta Nacional do Petróleo (aumento = -) | 0,9 | -0,2 | -0,3 | -0,8 | -1,0 | 0,6 | 0,7 | 0,5 | 0,3 | 0,3 | 0,2 |
| Financiamento excepcional ² | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Déficit de financiamento | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Por memória: | | | | | | | | | | | |
| Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ³ | 6,6 | 8,0 | 7,1 | 12,7 | 15,5 | 12,4 | 15,0 | 13,6 | 12,2 | 10,7 | 9,8 |
| Reservas internacionais brutas ^{4,5} | | | | | | | | | | | |
| Milhões de USD | 39,3 | 39,7 | 43,8 | 37,3 | 53,4 | 37,1 | 59,0 | 65,2 | 70,3 | 75,8 | 80,5 |
| Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁶ | 4,5 | 4,6 | 4,8 | 4,0 | 5,5 | 4,1 | 5,7 | 6,0 | 6,1 | 6,2 | 6,2 |

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projectões do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida MDRI.

² Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

³ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

⁴ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁵ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁶ Importações de bens e serviços não factoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 9. São Tomé e Príncipe: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2010–18
(Milhões de USD)

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | | 2014 | | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|--------------|---------------|---------------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Efectivo | | Preliminar | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Primeira aval. ECF | Programa revisto | Projeções | | | |
| Necessidades brutas de financiamento | -92,3 | -126,0 | -107,3 | -117,7 | -120,7 | -124,8 | -126,8 | -136,0 | -140,4 | -148,8 | -156,5 |
| Conta corrente, excl. transferências oficiais | -93,6 | -115,3 | -102,4 | -117,6 | -105,9 | -117,7 | -114,7 | -122,1 | -128,8 | -136,5 | -145,0 |
| Exportações, FOB | 10,9 | 10,9 | 16,2 | 11,8 | 15,1 | 12,3 | 15,2 | 16,8 | 17,1 | 18,0 | 18,5 |
| Importações, FOB | -96,2 | -115,7 | -114,4 | -122,7 | -119,1 | -129,0 | -129,2 | -135,3 | -142,7 | -151,5 | -160,9 |
| Serviços e rendimentos (líquido) | -11,3 | -13,4 | -9,1 | -11,7 | -11,0 | -6,1 | -12,3 | -15,2 | -15,1 | -15,0 | -14,8 |
| Transferências privadas | 3,0 | 2,8 | 4,9 | 5,0 | 9,0 | 5,1 | 11,5 | 11,7 | 11,8 | 12,0 | 12,2 |
| Conta financeira | -9,2 | -6,1 | -6,3 | -6,0 | -8,1 | -5,8 | -5,6 | -6,9 | -5,8 | -6,1 | -6,4 |
| Amortização programada ¹ | -5,7 | -6,3 | -6,9 | -4,8 | -8,6 | -4,7 | -4,7 | -5,8 | -5,8 | -6,1 | -6,4 |
| Reembolsos ao FMI ² | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -0,6 | -0,6 | -1,0 | -1,0 | -1,1 | -0,9 | -0,7 | -0,6 |
| Outros fluxos do sector público (líquido) | -3,6 | 0,2 | 0,6 | -0,5 | 1,1 | -0,2 | 0,0 | -0,1 | 0,9 | 0,7 | 0,6 |
| Variação nas reservas externas (- = aumento) ³ | 10,5 | -4,5 | 1,4 | 5,8 | -6,7 | -1,4 | -6,4 | -7,0 | -5,7 | -6,3 | -5,1 |
| Financiamento disponível | 92,3 | 126,0 | 107,3 | 117,7 | 120,7 | 124,8 | 126,8 | 136,0 | 140,4 | 148,8 | 156,5 |
| Fundo Nacional do Petróleo (líquido) | 1,9 | 1,5 | 1,2 | 1,8 | 1,7 | 2,2 | 2,4 | 1,9 | 1,5 | 1,2 | 1,0 |
| Bónus de assinatura do petróleo | 0,0 | 2,0 | 2,0 | 4,2 | 4,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Poupança (- = acum. do fundo de reserva petrol.) | 1,9 | -0,5 | -0,8 | -2,4 | -3,2 | 2,2 | 2,4 | 1,9 | 1,5 | 1,2 | 1,0 |
| Desembolsos previstos | 69,6 | 84,4 | 70,0 | 74,3 | 78,4 | 64,3 | 85,8 | 97,2 | 104,7 | 106,2 | 115,5 |
| Assistência intercalar multilateral HIPC | 1,2 | 3,0 | 1,4 | 1,7 | 1,7 | 2,6 | 2,6 | 2,8 | 3,0 | 3,3 | 3,5 |
| Transferências de capital ^{1,2} | 0,3 | 6,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 6,1 | 6,1 | 0,0 | 0,0 |
| Donativos ⁴ | 46,1 | 46,2 | 47,0 | 64,2 | 41,4 | 49,7 | 55,1 | 62,4 | 70,3 | 79,1 | 88,8 |
| Empréstimos concessionais | 22,0 | 28,7 | 21,5 | 8,4 | 35,3 | 12,0 | 28,1 | 26,0 | 25,3 | 23,8 | 23,2 |
| Empréstimos para projectos | 17,8 | 27,7 | 20,1 | 8,4 | 32,1 | 7,5 | 28,1 | 26,0 | 25,3 | 23,8 | 23,2 |
| Empréstimos para programas | 4,2 | 0,9 | 1,4 | 0,0 | 3,3 | 4,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Sector privado (líquido) | 20,2 | 40,1 | 36,1 | 40,5 | 39,4 | 57,1 | 37,4 | 35,8 | 34,2 | 41,5 | 40,0 |
| FMI ³ | 0,6 | 0,0 | 0,0 | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Défice de financiamento | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Financiamento excepcional ³ | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Défice de financiamento residual | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI

¹ Inclui o alívio da dívida MDRI.² Inclui o alívio da dívida do FMI ao abrigo da MDRI como uma redução do stock da dívida.³ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.⁴ Inclui a receita do programa petrolífero com a Nigéria.

Tabela 10. São Tomé e Príncipe: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

| | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 | 2012 |
|--|--------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome | | | | | | |
| 1.1 Proporção de pessoas que vivem com menos de USD 1,25 por dia (PPC) (% da população) | -- | -- | 28.18 ^{5/} | -- | -- | -- |
| 1.1 Proporção de pessoas que vivem na linha de pobreza nacional, total (%) | -- | -- | 53.8 ^{5/} | -- | 66.2 ^{10/} | -- |
| 1.2 Hiato de pobreza a USD 1,25 por dia (PPC) (%) | -- | -- | 7.87 ^{5/} | -- | -- | -- |
| 1.3 Parcela do rendimento detida pelos 20% mais pobres | -- | -- | 5.23 ^{5/} | -- | -- | -- |
| 1.5 Emprego vulnerável, total (% do emprego total) | 27 ^{1/} | -- | -- | -- | -- | -- |
| 1.5 Taxa de desemprego, total | -- | -- | 14,4 | -- | 16.7 ^{8/} | 13,9 |
| 1.8 Prevalência de desnutrição, peso/idade (% dos menores de 5 anos) | -- | -- | 3,0 | -- | 4.3 ^{9/} | -- |
| 1.9 Prevalência de subnutrição (% da população) | 22.6 ^{2/} | 24,4 | 14,8 | 8,9 | 7.5 ^{9/} | 7.7 ^{11/} |
| 1.9 Incidência da fome (quilocalories por pessoa por dia) | 190 ^{2/} | 190 ^{3/} | 170 ^{6/} | -- | 160 ^{8/} | -- |
| Objectivo 2: Atingir o ensino primário universal | | | | | | |
| 2.1 Total de inscritos, ensino primário (% líquida) | 97 | -- | 98.30 ^{6/} | 99,35 | 98,64 | 99,56 |
| 2.1 Alunos que atingem o último ano de escolaridade primária, total (% da faixa) | 65 | -- | 58.83 ^{5/} | 68.91 ^{7/} | 68.03 ^{9/} | -- |
| 2.2 Taxa de conclusão do ensino primário, total (% da faixa etária pertinente) | 79 | -- | 61.58 ^{5/} | 74,34 | 85,31 | 99,14 |
| 2.3 Taxa de alfabetização feminina (% das jovens de 15-24 anos) | 92 ^{1/} | -- | 94.85 ^{5/} | -- | 95,94 | -- |
| 2.3 Taxa de alfabetização masculina (% dos jovens de 15-24 anos) | 96 ^{1/} | -- | 95.97 ^{2/} | -- | 94,72 | -- |
| Objectivo 3: Promover a igualdade de género e a capacitação da mulher | | | | | | |
| 3.1 Rácio entre raparigas e rapazes no ensino primário (%) | 92 | -- | 97 ^{4/} | 97 | 100 | 97 |
| 3.1 Rácio entre raparigas e rapazes no ensino secundário (%) | -- | -- | -- | 107 | 103 | 113 |
| 3.1 Rácio entre raparigas e rapazes no ensino terciário (%) | -- | -- | -- | -- | 98 | -- |
| 3.2 Proporção de assentos no parlamento nacional ocupados por mulheres (%) | 12 | 7 ^{3/} | 9 | 9 | 18 | 18 |
| 3.3 Parcela de mulheres empregues no sector não agrícola (% do total do emprego não agrícola) | 32 ^{1/} | -- | -- | -- | -- | -- |
| Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil | | | | | | |
| 4.1 Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (por 1 000) | 96 | 94 | 93 | 91 | 89 | 89 ^{11/} |
| 4.2 Taxa de mortalidade infantil (por mil nados vivos) | 62 | 61 | 60 | 59 | 58 | 58 ^{11/} |
| 4.3 Imunização, sarampo (% das crianças de 12-23 meses) | 71 | 74 | 69 | 88 | 92 | 91 ^{11/} |
| Objectivo 5: Melhorar a saúde materna | | | | | | |
| 5.1 Taxa de mortalidade materna (estimativa modelada, por 100 000 nados vivos) | 150 | 120 | 110 | 87 | 70 | -- |
| 5.2 Partos assistidos por profissionais técnicos de saúde (% do total) | -- | -- | 79 | -- | 82 ^{10/} | -- |
| 5.3 Taxa de utilização de contraceptivos (% das mulheres de 15-49 anos) | -- | -- | 29 | -- | 38 ^{10/} | -- |
| 5.4 Taxa de fertilidade de adolescentes (nascimentos por mil mulheres de 15-19 anos) | -- | 94 ^{3/} | 86 | 72 | 60 | 55 |
| 5.5 Mulheres grávidas que recebem atendimento pré-natal (%) | -- | -- | 91 | -- | 98 ^{10/} | -- |
| 5.6 Necessidades não satisfeitas de contracepção (% das mulheres casadas de 15-49 anos) | -- | -- | -- | -- | 37 ^{10/} | -- |
| Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças | | | | | | |
| 6.1 Prevalência de HIV, total (% da população de 15-49 anos) | 0,2 | 0,5 | 0,8 | 1,2 | 1,0 | 1.0 ^{11/} |
| 6.1 Prevalência de HIV entre as mulheres (% 15-24 anos) | -- | -- | -- | -- | -- | 0.3 ^{11/} |
| 6.1 Prevalência de HIV entre os homens (% 15-24 anos) | -- | -- | -- | -- | -- | 0.4 ^{11/} |
| 6.2 Uso de preservativos, população feminina de 15-24 anos (% das jovens de 15-24 anos) | -- | -- | -- | -- | 54 ^{10/} | -- |
| 6.2 Uso de preservativos, população masculina de 15-24 anos (% dos jovens de 15-24 anos) | -- | -- | -- | -- | 64 ^{10/} | -- |
| 6.7 Uso de mosquiteiros tratados com insecticidas (% das crianças menores de 5 anos) | -- | -- | 23 | -- | 56 ^{10/} | -- |
| 6.8 Crianças c/febre que recebem medicamentos antimalária (% das crianças menores de 5 anos c/febre) | -- | -- | 61 | -- | 8 ^{10/} | -- |
| 6.9 Incidência de tuberculose (por 100 000 pessoas) | 135 | 124 | 114 | 105 | 96 | 94 ^{11/} |
| 6.10 Taxa de detecção de casos de tuberculose (todas as formas) | 11 | -- | 60 | 85 | 76 | 86 ^{11/} |
| Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental | | | | | | |
| 7.1 Área florestal (% da área terrestre) | 28 | -- | 28 | 28 | 28 | -- |
| 7.2 Emissões de dióxido de carbono (em kg por dólar PPC do PIB) | -- | -- | 54 ^{5/} | 0,59 | 0,41 ^{9/} | -- |
| 7.2 Emissões de dióxido de carbono (em toneladas métricas per capita) | 0,57 | 0,60 | 0,62 | 0,84 | 0,79 ^{9/} | -- |
| 7.8 Acesso a uma fonte de água melhorada (% da população com acesso) | -- | 75 | 79 | 85 | 89 | -- |
| 7.9 Acesso a saneamento melhorado (% da população com acesso) | -- | 20 | 21 | 24 | 26 | -- |
| Objectivo 8: Criar uma parceria global para o desenvolvimento | | | | | | |
| 8.1 AOD líquida recebida per capita (em USD correntes) | 466 | 657 | 247 | 213 | 298 | -- |
| 8.12 Serviço da dívida (PGP e FMI apenas, % das exportações, excl. remessas dos trabalhadores) | 29 | 27 ^{3/} | 22 | 61 | 7 | -- |
| 8.14 Linhas telefónicas (por 100 pessoas) | 1,9 | 2,0 | 3,3 | 4,7 | 4,7 | 4.7 ^{11/} |
| 8.15 Assinaturas de telemóvel (por 100 pessoas) | -- | -- | -- | 8 | 62 | 71 |
| 8.16 Uso da Internet (por 100 pessoas) | -- | -- | 5 | 14 | 19 | 22 |
| Outros | | | | | | |
| Taxa de fertilidade, total (partos por mulher) | 5,4 | 5,0 | 4,6 | 4,1 | 3,7 | 3,5 |
| RNB per capita, método Atlas (em USD correntes) | -- | -- | -- | 750 | 1240 | 1350 ^{11/} |
| RNB, método Atlas (em milhões de USD correntes) | -- | -- | -- | 114 | 205 | 227 ^{11/} |
| Esperança de vida à nascença, total (anos) | 61 | 62 | 62 | 63 | 64 | 65 |
| Taxa de alfabetização de adultos, total (% das pessoas acima de 15 anos) | 73 ^{1/} | -- | 84 ^{5/} | -- | 89 ^{10/} | -- |
| Taxa de alfabetização de jovens, total (% das pessoas entre 15-24 anos) | 94 ^{1/} | -- | 95 ^{5/} | -- | 95 ^{10/} | -- |
| População, total (milhares) | 116 | 128 | 141 | 153 | 165 | 169 ^{11/} |
| Comércio externo (% do PIB) | -- | -- | 79 | 67 | 76 | 69 ^{11/} |

Fonte: Indicadores do Desenvolvimento, do Banco Mundial.

 1/ Corresponde a 1991 2/ Corresponde a 1992 3/ Corresponde a 1997 4/ Corresponde a 1999 5/ Corresponde a 2001 6/ Corresponde a 2002
 7/ Corresponde a 2004 8/ Corresponde a 2007 9/ Corresponde a 2008 10/ Corresponde a 2009 11/ Corresponde a 2011

Tabela 11. São Tomé e Príncipe: Cronograma de Desembolsos ao abrigo do Acordo ECF, 2012–15

| Data | Condições para o desembolso | Montante em DSE | % da quota |
|-------------|---|------------------------|-------------------|
| 20/7/2012 | Aprovação do acordo pelo Conselho. | 370.000 | 5 |
| 13/6/2013 | Observância dos CD contínuos e para o fim de Dezembro de 2012 e conclusão da primeira avaliação | 370.000 | 5 |
| 16/12/2013 | Observância dos CD contínuos e para o fim de Junho de 2013 e conclusão da segunda avaliação | 370.000 | 5 |
| 15/4/2014 | Observância dos CD contínuos e para o fim de Dezembro de 2013 e conclusão da terceira avaliação | 370.000 | 5 |
| 15/10/2014 | Observância dos CD contínuos e para o fim de Junho de 2014 e conclusão da quarta avaliação | 370.000 | 5 |
| 15/4/2015 | Observância dos CD contínuos e para o fim de Dezembro de 2014 e conclusão da quinta avaliação | 370.000 | 5 |
| 15/6/2015 | Observância dos CD contínuos e para o fim de Março de 2015 e conclusão da sexta avaliação | 370.000 | 5 |
| | Total | 2.590.000 | 35 |

Fonte: FMI

Apêndice I. Carta de Intenções

São Tomé, 25 de Novembro de 2013

Sra. Christine Lagarde
Directora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431

Senhora Directora-Geral:

No dia 20 de Julho de 2012, o Conselho Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um novo programa de três anos para a República Democrática de São Tomé e Príncipe ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla inglesa). O programa tem por objectivo apoiar os esforços de médio prazo do Governo para reforçar a estabilidade macroeconómica, promover o crescimento sustentável e inclusivo e reduzir a pobreza, no contexto da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II. A primeira avaliação do programa apoiado pelo acordo ECF foi concluída pelo Conselho de Administração do FMI em 13 de Junho de 2013. Recentemente, o Governo concluiu as discussões sobre a segunda avaliação com a missão do corpo técnico do FMI, concentrando-se na implementação do programa até ao final de Junho de 2013, bem como nas medidas orçamentais e financeiras a serem implementadas durante o restante de 2013 e em 2014.

Não obstante uma conjuntura internacional bastante complexa, a execução do programa até ao final de Junho de 2013 foi satisfatória na generalidade. Todos os critérios de desempenho foram observados e registaram-se progressos nas reformas estruturais, embora a um ritmo desigual. As negociações entre o Governo, a Empresa de Água e Electricidade (EMAE) e a Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO) no sentido de formular um plano definitivo para a eliminação dos atrasados da EMAE à ENCO e evitar a recorrência do problema no futuro continuam a se mostrar complexas, e espera-se que sejam concluídas até ao final de Março de 2014. Um elemento básico dessa estratégia é a melhoria do fluxo de caixa da EMAE. O Governo solicitou recentemente ao Banco Mundial e à CFI que apresentem opções para a solução deste problema, o que pode incluir a contratação dos serviços de uma operadora interna de boa reputação para assumir a gestão da EMAE.

O Governo está plenamente empenhado em consolidar essas conquistas recentes, entre elas a redução da inflação anual para 6,4% em Agosto de 2013 (o seu nível mais baixo em duas décadas). A política orçamental continuará a apoiar a estabilidade macroeconómica e os esforços para baixar ainda mais a inflação, assegurando que o défice primário interno seja compatível com o financiamento disponível não gerador de dívida. Tendo em conta o papel crítico da gestão de liquidez e da supervisão bancária na manutenção da estabilidade financeira, o Governo pretende continuar a garantir a independência do Banco Central na realização dos seu trabalho altamente técnico.

O panorama económico para São Tomé e Príncipe dependerá do aumento da resiliência da economia em face da diminuição das perspectivas para o petróleo no curto prazo. A saída inesperada da petrolífera francesa Total do Bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria, em Setembro último, tem as características de um choque externo significativo. Até

então, tratava-se do campo produtor de petróleo mais promissor, com a expectativa do início da produção em 2015. Várias empresas petrolíferas de médio porte estão interessadas em assumir a exploração do Bloco 1 da ZDC no lugar da Total, mas crescem as incertezas em torno do cronograma e do volume da produção de petróleo. Na falta do petróleo, a melhoria dos indicadores orçamentais e da sustentabilidade da dívida externa será mais lenta. O Governo terá de continuar a depender de donativos ou de financiamentos em condições altamente concessionais por vários anos, e as perspectivas mais difíceis de financiamento do orçamento exigirão uma orientação mais restritiva da política orçamental. Os bancos comerciais também terão de adaptar-se à nova realidade, e os que entraram no mercado atraídos, sobretudo, pelas perspectivas petrolíferas terão de alterar a sua estratégia de mercado e reforçar os seus balanços, ou abandonar o mercado. Para além disso, o Governo precisará promover, de forma ainda mais activa, o desenvolvimento de sectores prioritários não petrolíferos, como o turismo e a agricultura, inclusive melhorando o ambiente de negócios e reabilitando as infra-estruturas do país.

O Governo acredita que as políticas delineadas no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) anexo são as apropriadas para atingir os objectivos do programa, mas, se necessário, tomará medidas adicionais para salvaguardar esses objectivos. São Tomé e Príncipe manterá consultas com o FMI sobre a adopção dessas medidas e antes de quaisquer alterações às políticas contidas no MPEF, em conformidade com as políticas do Fundo sobre esse processo de consulta. O Governo prestará ao FMI, em tempo útil, os dados necessários para a monitorização do programa. As informações e os pormenores relativos à monitorização da implementação do programa, e as definições das metas indicativas e dos critérios de desempenho estão elencadas no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) também anexo a esta carta. Durante a vigência do programa, o Governo compromete-se a não introduzir ou intensificar quaisquer restrições cambiais ou prática de taxas de câmbio múltiplas que sejam incompatíveis com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI, e a não introduzir nem intensificar quaisquer restrições às importações para fins de balança de pagamentos.

Em face do acentuado progresso na implementação do programa apoiado pelo acordo ECF, o Governo vem solicitar a conclusão da segunda avaliação do programa e o terceiro desembolso de DSE 0,37 milhões ao abrigo do referido acordo.

O Governo deseja divulgar publicamente a presente carta, juntamente com o MPEF e o TEM que a acompanham, bem como o relatório do corpo técnico do FMI sobre a primeira avaliação do programa. Por esta razão autorizamos a publicação e introdução da presente no sítio Internet do FMI, com prévia autorização do Conselho de Administração.

Atentamente,

/s/

/s/

Sr. Hélio Almeida
Ministro de Plano e Finanças

Sra. Maria do Carmo Silveira
Governadora do Banco Central de São Tomé e Príncipe

Anexos: – Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
– Memorando Técnico de Entendimento

Anexo 1. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2013 e 2014

I. EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

- 1. O crescimento do PIB real desacelerou para 4% em 2012 e deve permanecer neste patamar em 2013, segundo as projecções.** Muitos dos principais parceiros de São Tomé e Príncipe, no plano do desenvolvimento e investimento, foram fortemente afectados pela desaceleração da economia mundial. Em consequência, o país sofreu uma redução no financiamento de projectos e no investimento directo estrangeiro. Não se projecta uma aceleração do crescimento para 2013, dadas as incertezas remanescentes resultantes da complexa conjuntura externa e, por conseguinte, das fracas perspectivas de financiamento externo para projectos de investimento (tanto públicos como privados).
- 2. A inflação anual atingiu recentemente níveis mínimos recordes.** A adopção da paridade cambial com o euro no início de 2010, a par de uma orientação orçamental prudente, ajudou a reduzir a inflação, não obstante a vulnerabilidade de São Tomé e Príncipe a choques na oferta. Embora a inflação anual tenha atingido 10,4% no final de 2012, na sequência de chuvas excepcionalmente intensas que prejudicaram a oferta de produtos perecíveis, as pressões inflacionistas diminuíram no início de 2013 e a inflação anual atingiu 6,4% em Agosto de 2013, o seu nível mais baixo em duas décadas.
- 3. O desempenho orçamental até ao final de Junho de 2013 apresentou-se favorável, mas o problema dos atrasados cruzados tornou a causar preocupação.** A arrecadação de impostos no primeiro semestre de 2013 foi inferior ao projectado, em vista do enfraquecimento da economia e da acumulação de pagamentos em atraso de impostos sobre os combustíveis pela Empresa Nacional de Combustível – ENCO (em vez dos pagamentos não efectuados pela EMAE); a massa salarial, por sua vez, foi mais elevada devido à adopção de novos planos de carreira no sector da segurança nacional e dos pagamentos de horas extraordinárias aos professores, os quais não estavam previstos no orçamento. Contudo, esses factos foram mais do que compensados pelo crescimento das receitas não fiscais (adiantamento de direitos das pescas e transferências de para-estatais, e a taxa de licença associada à venda da participação do Estado na STP Cabo a uma operadora de telecomunicações angolana, e por uma menor execução de transferências e despesas de investimento financiadas com recursos internos, bem como por gastos mais reduzidos com bens e serviços).
- 4. No tocante ao sistema bancário, continua a ser difícil aumentar a sua solidez, mas o seu nível de dolarização está a cair gradativamente.** O número de bancos comerciais em São Tomé e Príncipe parece alto em comparação com o de outros pequenos Estados insulares. Os indicadores de solidez revelam níveis de rentabilidade baixos de modo geral, uma percentagem elevada e crescente de empréstimos mal parados e uma tendência de rápido declínio dos rácios de fundos próprios/ativos ponderados pelo risco da banca. Para além disso,

dois bancos comerciais — um deles já sob intervenção do Banco Central — precisam ser recapitalizados, vendidos ou fechados. No lado positivo, a dolarização no sistema bancário comercial são-tomense continua a recuar, o que reflecte medidas tomadas pelo Banco Central para promover o uso da moeda nacional, além do aumento da confiança na dobra à medida que a inflação converge para níveis internacionais.

5. **O défice da conta corrente externa continua a cair e as reservas internacionais, a subir.** O financiamento externo reduzido conduziu a uma diminuição da procura de importações de bens e serviços e a uma melhoria do saldo da conta corrente externa. As reservas internacionais no Banco Central foram reforçadas com receitas de privatização da venda da participação do Estado na STP Cabo e com donativos do Banco Mundial e de Timor Leste. As reservas internacionais do Banco Central situam-se confortavelmente acima do piso de três meses de importações previsto no programa e excedem de forma significativa outras medidas tradicionais de suficiência de reservas.

II. DESEMPENHO RECENTE NO ÂMBITO DO PROGRAMA APOIADO PELO ECF

6. **O desempenho no âmbito do programa até ao final de Junho de 2013 apresentou-se satisfatório** (Tabela 1). Todos os critérios de desempenho (CD) quantitativos e de aplicação contínua foram cumpridos. Todavia, a meta indicativa referente à base monetária em dobras deixou de ser cumprida por uma margem estreita, reflectindo uma maior acumulação de reservas internacionais. Além disso, a meta indicativa referente à não acumulação de atrasados internos não foi cumprida em decorrência do ressurgimento do problema dos atrasados cruzados.

7. **As reformas estruturais avançaram, embora a um ritmo desigual** (Tabela 2):

- A inspecção in situ do maior banco comercial do país foi concluída no final de Junho de 2013, apesar das significativas limitações de pessoal no Banco Central devido à intervenção no Island Bank.
- Pela primeira vez em mais de duas décadas, as contas do Governo foram elaboradas e submetidas a revisão: as contas de 2010 foram finalizadas e apresentadas ao Tribunal de Contas em Junho de 2013. Agora o Governo está a trabalhar nas contas de 2011 e 2012, mas a elaboração destas usando o recurso de contabilidade do SAFE-e levará mais tempo do que inicialmente previsto em virtude de atrasos na prestação de assistência técnica e capacitação nessa área.
- Continua pendente a formulação de um plano para liquidar os atrasados cruzados entre a ENCO, a Empresa de Água e Electricidade – EMAE e o Tesouro, bem como para evitar que voltem a ocorrer. Um elemento básico dessa estratégia é a melhoria do fluxo de caixa da EMAE. O Governo solicitou recentemente ao Banco Mundial e à CFI que apresentem opções para a solução deste problema, o que pode incluir a contratação dos serviços de uma operadora interna de boa reputação para assumir a gestão da EMAE.

III. PERSPECTIVAS E RISCOS PARA A ECONOMIA

8. **O panorama económico para São Tomé e Príncipe dependerá do aumento da resiliência da economia em face da diminuição das perspectivas para o petróleo no curto prazo.** A saída inesperada da petrolífera francesa Total do Bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria, em Setembro último, devido a preocupações acerca dos custos de exploração em águas profundas em alto mar e da dimensão das reservas de petróleo, tem as características de um choque externo significativo. Até então, tratava-se do campo produtor de petróleo mais promissor, com a expectativa do início da produção em 2015. Na falta do petróleo, a melhoria dos indicadores orçamentais e da sustentabilidade da dívida externa será mais lenta. O Governo terá de continuar a depender de donativos e/ou de financiamentos em condições altamente concessionais por vários anos, e as perspectivas mais difíceis de financiamento do orçamento exigirão uma orientação mais restritiva da política orçamental. Os bancos comerciais também terão de adaptar-se à nova realidade, e os que entraram no mercado atraídos, sobretudo, pelas perspectivas petrolíferas terão de alterar a sua estratégia de mercado e reforçar os seus balanços, inclusive recorrendo a uma recapitalização ainda maior. Também é necessário reestruturar e fortalecer o sistema bancário, procedendo à fusão e/ou ao fechamento de bancos em dificuldades e frágeis. Por último, o Governo precisará promover, de forma ainda mais activa, o desenvolvimento de sectores prioritários não petrolíferos, como o turismo, a agricultura e as pescas, inclusive melhorando o ambiente de negócios e reabilitando as infra-estruturas do país com apoio do sector privado.

9. **Embora mantenha-se confiante quanto às perspectivas para a produção de petróleo em São Tomé e Príncipe, o Governo decidiu agir com cautela e adoptar um cenário de base não petrolífero.** Várias empresas petrolíferas de médio porte estão interessadas em assumir a exploração do Bloco 1 da ZDC no lugar da Total, e o Governo firmou recentemente um novo contrato de partilha de produção envolvendo os direitos de exploração na Zona de Exploração Exclusiva (ZEE). Contudo, cresce a incerteza em torno do cronograma e do volume da produção de petróleo, o que indica a importância de aumentar a resiliência da economia. Nesse sentido, durante 2015-17, o Governo implementará um ajuste cumulativo do saldo primário interno de 1% do PIB e o Banco Central exigirá de todos os bancos comerciais que operam em São Tomé e Príncipe que apresentem rácios de fundos próprios/activos ponderados pelo risco de pelo menos 12% até ao final de Março de 2014 (indicador de referência estrutural). Um cenário revisto do petróleo servirá como cenário alternativo do programa para fins de análise da sustentabilidade da dívida.

10. **O panorama para 2014 continua a ser afectado pela difícil conjuntura mundial.** O crescimento do PIB real foi corrigido para menos, de 5½% para 5%, o que reflecte a incerteza persistente em torno da economia mundial, as perspectivas fracas de financiamento externo para projectos de investimento, e a mudança das perspectivas do petróleo. As projecções indicam que a inflação deve atingir 6% até ao final de 2014, uma vez que as expectativas inflacionistas continuam ancoradas por uma orientação prudente da política orçamental e pela paridade da dobra com o euro. O défice da conta corrente externa deve diminuir mais, com o enfraquecimento da actividade económica ainda maior que o projectado, levando a um crescimento mais lento das importações, enquanto as reservas internacionais do Banco Central

devem permanecer confortavelmente acima dos 3½ meses de importações (o novo piso do programa).

11. **Os riscos para as perspectivas são administráveis.** Os riscos de deterioração abrangem um excesso significativo de despesas no período que antecede as eleições locais e parlamentares do próximo ano, pois, em ciclos de eleição anteriores, a austeridade orçamental foi prejudicada. Contudo, o Governo está totalmente empenhado em resistir a pressões sobre os gastos. As perspectivas também poderiam ser afectadas pela materialização de choques na oferta (levando a um aumento da inflação e à desaceleração do crescimento), pela repercussão de uma nova deterioração das condições financeiras na Europa (resultando em atrasos na execução de projectos devido à insuficiência de financiamento) e pela demora no dimensionamento correcto da banca em São Tomé e Príncipe (o que levaria à manutenção da baixa rentabilidade no sector e à estagnação do crédito). Do lado positivo, existe a possibilidade de o crescimento fortalecer-se na Europa, de a inflação em 2013 ser mais baixa do que o projectado e de a produção de petróleo arrancar.

IV. POLÍTICAS MACROECONÓMICAS

A. Fortalecimento das Finanças Públicas

O programa orçamental para 2013 e 2014

12. **O Governo está no bom caminho para alcançar a meta para o défice primário interno de 3,1% do PIB.** Esta meta deve ser cumprida apesar da elevação dos gastos com pessoal — um aumento de cerca de 37 mil milhões de dobras, equivalente a 2/3% do PIB, em relação ao montante orçado — em virtude do aumento dos custos da adopção de estruturas de carreira nos sectores da saúde, educação e segurança nacional, bem do aumento adicional de 10% dos salários dos professores (a partir de Agosto de 2013). A arrecadação de receitas será superior ao programado graças ao reforço da receita não fiscal decorrente das taxas de licença associadas à venda da participação do Estado na STP Cabo, ao passo que o rácio impostos/PIB permanecerá inalterado (em relação a 2012), uma vez que os esforços para fortalecer as administrações fiscal e aduaneira, alargar a base de tributação e cobrar os impostos sobre combustíveis atrasados devem compensar o efeito negativo da desaceleração do crescimento económico sobre a arrecadação de impostos. Por último, as despesas correntes não relacionadas a juros devem permanecer em linha com as projecções anteriores, apesar do aumento dos gastos com pessoal, em decorrência da reformulação das prioridades e contenção das despesas correntes não salariais e das despesas de capital financiadas com recursos internos.

13. **O programa orçamental para 2013 e 2014 está inteiramente financiado.** A entrada de fluxos externos adicionais mais do que compensou o atraso dos donativos para bolsas de estudo da Nigéria, que agora são esperados para 2014. Os fluxos de entrada inesperados em 2013 abrangeram: o aumento do apoio ao orçamento pelo Banco Mundial (um adicional de USD 1,3 milhão); o apoio ao orçamento por parte de Timor-Leste (USD 7 milhões) e as receitas

de transferência decorrente da venda da participação do Estado na STP Cabo (USD 6,4 milhões). A entrada desses fluxos financiou uma recuperação da execução de projectos em relação ao primeiro semestre do ano e os recursos serão usados para liquidar atrasados do Tesouro com a EMAE até ao final de 2013 (indicador de referência estrutural).

14. **O orçamento de 2014 manterá a austeridade orçamental durante o ano de eleição.** Terá como meta um défice primário de 3,0% do PIB, o que é plenamente compatível com o financiamento não criador de dívida proveniente do Banco Mundial, da Nigéria e de transferências da Conta Nacional do Petróleo. Os ganhos decorrentes do alargamento da base de tributação e da melhoria da segmentação dos contribuintes (concebida para reforçar o cumprimento das obrigações por parte dos grande contribuintes) devem resultar num aumento do esforço de arrecadação fiscal. Do lado da despesa, o Governo está totalmente empenhado em conter o crescimento da massa salarial do sector público em linha com a projecção da inflação média. A eliminação (em 2013) e a não acumulação (a partir de 2014) de atrasados do Tesouro com a EMAE deve servir para catalisar a redução dos atrasados da EMAE com a ENCO e facilitar a eliminação dos pagamentos em atraso de impostos sobre os combustíveis pela ENCO.

O cenário orçamental de médio prazo

15. **Com vistas ao futuro, a consolidação orçamental será implementada gradativamente, a fim de limitar o seu impacto contraccionista.** Um ajustamento acumulado do défice primário interno de 1,0% do PIB será implementado ao longo de três anos, a contar do ano após as eleições locais e parlamentares. Isso permitirá ao Governo fazer face ao impacto negativo inicial da decisão tomada pela Total e fazer o ajustamento fiscal tão logo a recuperação esteja firme no seu curso. Em vista do nível relativamente baixo de despesas correntes e despesas de capital financiadas com recursos internos, a margem para uma contenção ainda maior das despesas é limitada. Assim, não obstante os esforços ora em andamento para fortalecer a priorização das despesas, o ajustamento fiscal necessário pesará mais sobre o reforço das receitas, abarcando uma combinação de reformas administrativas nos domínios aduaneiro e fiscal, além de medidas de política fiscal, conforme necessário.

Reformas estruturais para fortalecer as finanças públicas

16. **As realizações específicas em 2013 na área de gestão das finanças públicas foram as seguintes:**

- Criação de uma unidade macro-orçamental, com representantes do Ministério do Plano e Finanças, Banco Central e Instituto Nacional de Estatística (INE), que deu início aos trabalhos preliminares visando à implementação de um cenário orçamental de médio prazo.
- Medidas ora em curso para que o sistema de administração financeira do Estado (SAFE-e) esteja em pleno funcionamento, como a activação do módulo de contabilidade do sistema.

17. **As reformas que estão em curso e as previstas para 2014 incluem:**

- Adoptar uma solução abrangente para o problema dos atrasados cruzados. O plano para eliminar os atrasados cruzados entre o Tesouro, a EMAE e a ENCO e para evitar a sua recorrência deve agora ser finalizado até ao final de Março de 2014 (indicador de referência estrutural), enquanto a eliminação dos atrasados do Tesouro com a EMAE deve ocorrer até ao final de Dezembro de 2013 (indicador de referência estrutural). Além disso, foram adoptadas metas indicativas para acompanhar, ao longo de 2014, a não acumulação de atrasados com a EMAE por parte do Tesouro.
- Alargar a base de tributação com o lançamento do projecto “Operação Inclusão de Contribuintes” e a adopção e execução de métricas trimestrais visando ao número de novos contribuintes registados. O projecto foi concebido para registar, de forma cumulativa, 500 e 800 novos contribuintes, respectivamente, até ao final de Junho de 2014 e até ao final de Dezembro de 2014 (indicadores de referência estruturais) e, em última análise, visa a registar mais 3 mil contribuintes até ao encerramento do projecto.
- Reforçar a gestão dos contribuintes no seio da Direcção de Impostos com o aumento da segurança do Registo de Contribuintes e a criação de uma unidade dedicada aos grandes contribuintes e de um dossiê único informatizado por contribuinte (indicador de referência estrutural, Dezembro de 2013).
- Efectuar progressos na conclusão da segunda fase da implementação do SYDONIA World por meio da activação das funcionalidades e do estabelecimento de um procedimento totalmente informatizado (indicador de referência estrutural, Dezembro de 2013).
- Preparar as contas do governo geral para 2012 e apresentá-las à Assembleia Nacional e ao Tribunal de Contas até ao final de Dezembro de 2013 (indicador de referência estrutural).
- Combater a fraude e a evasão fiscais ao melhorar a selecção de contribuintes para fiscalização por meio da análise de risco, alargar a cobertura fiscal em todo o país e fortalecer o Tribunal Tributário Nacional permitindo que este desempenhe as suas funções com recursos próprios.
- Aumentar o cumprimento voluntário por parte dos contribuintes com ao melhorar a qualidade dos serviços a eles prestados, simplificar e harmonizar os procedimentos fiscais, estender os serviços fiscais às áreas mais remotas do país e visitar as empresas recém-criadas.
- Proporcionar às administrações fiscal e aduaneira os recursos necessários, inclusive mais funcionários e equipamento, para levar a cabo as reformas mencionadas acima.

B. Reforço da Gestão da Liquidez, da Estabilidade Financeira e das Salvaguardas

18. **O Banco Central continua a desenvolver a sua estrutura para a gestão da liquidez monetária e a sua capacidade de supervisão bancária.** Ele agora já consegue estender o horizonte de previsão da liquidez para um mês e está a adoptar uma abordagem sistemática para analisar os erros de previsão como precursor do lançamento de instrumentos do mercado monetário no futuro. Na tentativa de resolver as limitações de capacidade, o Banco Central contratou recentemente três novos funcionários para a Direcção de Supervisão Bancária, mas o nível dos quadros de pessoal ainda está abaixo do ideal. Um programa de fiscalizações *in situ* está em curso no momento e todos os bancos comerciais devem passar por uma inspecção até ao final de Junho de 2014, após a inspecção dos dois bancos remanescentes que ainda não foram objecto de fiscalização *in situ* (indicador de referência estrutural). Para além disso, até ao final de 2013, o Banco Central fará uma segunda inspecção *in situ* de um banco que já havia sido fiscalizado.

19. **Entre as demais realizações específicas em 2013, destacam-se:**

- Conclusão da inspecção *in situ* do maior banco comercial do país no primeiro semestre do ano.
- Apoio à paridade cambial ao manter as reservas internacionais líquidas no Banco Central acima do equivalente a três meses de importações e investi-las em activos financeiros líquidos e de alta qualidade.
- Alargamento do papel da Direcção de Auditoria Interna para acompanhar de forma mais sistemática a implementação das recomendações dos auditores externos e monitorar os principais riscos para o balanço do Banco Central.
- Tomada de controlo das operações do Island Bank após o banco não haver conseguido cumprir as exigências da supervisão nem apresentar um plano de acção correctivo.

20. **As reformas que estão em curso e as planeadas para 2014 a fim de aumentar a resiliência da economia a choques, reforçar a independência e as práticas de supervisão do Banco Central e promover a educação financeira e a transparência são as seguintes:**

- Aumentar o piso das reservas internacionais líquidas de 3 para 3,5 meses de importações para reforçar a confiança em face da diminuição das perspectivas petrolíferas.
- Reforçar o cumprimento das normas de solvência e outros regulamentos ao exigir que todos os bancos comerciais que estão abertos ao público apresentem um rácio de fundos próprios/activos ponderados pelo risco igual ou superior a 12% até ao final de Março de 2014 (indicador de referência estrutural) e aplicar de forma rigorosa outros

regulamentos bancários, como as reservas obrigatórias e o envio de dados para o registo de crédito, com a aplicação de sanções às instituições incumpridoras.

- Fazer inspecções *in situ* dos dois bancos comerciais que ainda não foram objecto de fiscalização até ao final de Junho de 2014 (indicador de referência estrutural) e aumentar a frequência de inspecções *in situ* daí em diante, bem como melhorar a análise dos relatórios trimestrais dos bancos comerciais, o que seria possível, em parte, mediante a contratação de mais supervisores bancários.
- Aumentar a transparência da banca comercial ao assegurar que todos os bancos comerciais publiquem os seus resultados financeiros referentes a 2012 até ao final de Março de 2014. Os bancos comerciais devem ter como objectivo a publicação das suas contas de 2013 até ao final de Setembro de 2014, caso contrário estarão sujeitos a sanções (indicador de referência estrutural).
- Reforçar ainda mais a gestão da liquidez ao desenvolver uma abordagem sistemática para a análise de erros de previsão e examinar a evolução das condições diárias de liquidez agregada, com vistas a lançar, oportunamente, instrumentos de mercado monetário e assentar as bases para um mercado interbancário.
- Elaborar e começar a implementar um programa de trabalho para que o Banco Central adopte um novo plano de contas e relatórios compatíveis com as normas internacionais de relato financeiro (NIRF-IFRS), com assistência técnica do Banco Central do Brasil.
- Elaborar, até ao final de Setembro de 2014, um projecto de lei do Banco Central revisto que fortaleça a autonomia do Banco Central em linha com as normas internacionais, inclusive na resolução de bancos com problemas (indicador de referência estrutural).
- Melhorar as políticas de comunicação externa para reforçar a educação financeira e aumentar a confiança no sistema financeiro, inclusive com a publicação regular de relatórios e boletins económicos, o fortalecimento do gabinete de atendimento ao consumidor e a promoção da educação financeira.
- Estimular o uso de tecnologias modernas, como cartões de crédito e de débito, terminais em pontos de venda, caixas automáticas e o acesso seguro à banca móvel, no intuito de ampliar as operações do sistema electrónico de pagamentos para todo o país.

V. AMBIENTE DE NEGÓCIOS

21. **Para promover o crescimento e a diversificação da economia liderados pelo sector privado, será preciso melhorar o ambiente de negócios.** São Tomé e Príncipe fez avanços recentes na melhoria deste ambiente, mas é necessário fazer mais para diversificar a produção e pôr a economia numa trajectória de crescimento sustentável. Nesse sentido, o Governo planeia empreender mais reformas para fortalecer e simplificar a infra-estrutura jurídica do país, inclusive

nas áreas de cumprimento de contratos, registo de propriedades e protecção de investidores. O Governo mantém o seu compromisso com a prudência na administração das finanças públicas, a estabilidade financeira e monetária, e a manutenção da flexibilidade de salários e preços, com vistas a manter a taxa de câmbio efectiva real compatível com os seus fundamentos no contexto do regime de taxa de câmbio fixa.

22. **Estão a ser feitos avanços rumo à criação de um guiché único de atendimento para facilitar e promover o comércio internacional.** Estão em andamento os preparativos para o lançamento do novo guiché até ao início de 2015. Ao entrar em operação, reduzirá os custos de transacção e, assim, aumentará a competitividade externa de São Tomé e Príncipe. Também reforçará a eficiência, a transparência e, possivelmente, a arrecadação de receitas ao permitir o pagamento único e simultâneo de direitos aduaneiros e outras taxas e impostos devidos a todas as instituições envolvidas no desembaraço das importações. Entre os marcos importantes, destacam-se: o estabelecimento, até ao final de 2014, da conectividade entre as Direcções das Alfândegas e dos Impostos (indicador de referência estrutural) e a eliminação de documentos impressos e adopção da assinatura e aprovação electrónicas de documentos até ao final de Dezembro de 2014 (indicador de referência estrutural). Esta facilidade complementará o guiché para investidores criado em 2011, o qual centralizou e simplificou as exigências administrativas para a abertura de uma empresa em São Tomé e Príncipe.

F. COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO (CBC/FT)

23. **O Governo continua plenamente empenhado em resolver as deficiências do quadro de CBC/FT de São Tomé e Príncipe.** Com a assistência técnica do Departamento Jurídico do FMI, as autoridades formularam emendas à lei de CBC/FT e apresentaram o projecto revisto à Assembleia Nacional em Maio de 2013. O projecto de lei foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Nacional e foi assinado pelo Presidente Pinto da Costa. A aprovação da lei facilitou a recente retirada de São Tomé e Príncipe da lista do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) de jurisdições de alto risco e não cooperantes. Esforços complementares para reforçar as operações da Unidade de Informação Financeira (UIF) por meio da melhoria dos recursos, como funcionários, equipamento e capacitação, devem fortalecer as funções centrais da UIF — inclusive o recebimento, análise e apresentação, à Procuradoria Geral, de relatórios de transacções suspeitas.

G. ESTATÍSTICAS

24. **O Governo continua a fortalecer o sistema estatístico.** Para além das várias melhorias relacionadas acima, o INE está a tomar medidas para melhorar o desfasado índice de preços no consumidor (IPC). O inquérito às famílias concluído em 2011 está a fornecer a base para redefinir as ponderações das componentes do IPC e incluir novos bens e serviços no seu cabaz (a última actualização em ambos os casos ocorreu há vinte anos). O lançamento do novo IPC (indicador de referência estrutural, final de Dezembro de 2013) deve melhorar bastante o cálculo da inflação.

H. MONITORIA DO PROGRAMA

25. Os critérios de desempenho, metas indicativas e indicadores de referência estruturais referentes ao segundo semestre de 2013 e a 2014 são apresentados nas Tabelas 1 a 4. As definições dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas constam do Memorando Técnico de Entendimento (MTE) anexo. A terceira avaliação deve ser concluída até Abril de 2014; a quarta avaliação, até Outubro de 2014 e a quinta avaliação, até Abril de 2015.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2013
(Em mil milhões de dobras, acumulados desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

| | 2013 | | | | | | Setembro | Dezembro |
|---|--------------------|---------------------------------------|-----------|----------------------------|---|-----------|-----------|----------|
| | Março | | | Junho | | | | |
| | Meta indicativa | Metas indicativas c/ajustamento | Efectivo | Critérios de desempenho | Critérios de desempenho c/ajustamento | Efectivo | | |
| 31-Mar-13 | 31-Mar-13 | 31-Mar-13 | 30-Jun-13 | | | 30-Sep-13 | 31-Dez-13 | |
| Critérios de desempenho: | | | | | | | | |
| 1 Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) ² | -47 | -47 | 14 | -105 | -147 | -95 | -142 | -178 |
| 2 Tecto da variação do financiamento interno líquido do governo central (à taxa de câmbio do programa) ^{3,4,5} | 0 | 38 | -22 | 0 | 46 | -148 | 0 | 0 |
| 3 Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) 2, 4 | 21,97 | 19,96 | 38,28 | 21,97 | 19,54 | 47,46 | 21,97 | 21,97 |
| 4 Tecto do stock de atrasados de pagamentos externos do governo central (em milhões de USD) 5, 6, 7, 8 | 0 | ... | 0 | 0 | ... | 0 | 0 | 0 |
| 5 Tecto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo governo central ou pelo BCSTP (milhões de USD) 5, 6, 7, 8, 9, 10 | 0 | ... | 0 | 0 | ... | 0 | 0 | 0 |
| 6 Tecto do stock da dívida externa com vencimento original inferior ou igual a um ano devida ou garantida pelo governo central ou pelo BCSTP (milhões de USD) 5, 7, 8, 9, 10 | 0 | ... | 0 | 0 | ... | 0 | 0 | 0 |
| Metas indicativas: | | | | | | | | |
| Tecto do stock de atrasados de pagamentos internos do governo central | 0 | ... | 31 | 0 | ... | 79 | 0 | 0 |
| Tecto do stock da base monetária em dobras | 635 | ... | 635 | 649 | ... | 678 | 827 | 913 |
| Piso das despesas em favor dos pobres | 73 | ... | 79 | 146 | ... | 158 | 219 | 292 |
| Por memória: | | | | | | | | |
| Transferência da CNP para o Orçamento (em milhões de USD) | 1,8 | ... | 0,0 | 1,8 | ... | 1,8 | 1,8 | 1,8 |
| Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹¹ | 14 | ... | 13 | 35 | ... | 53 | 85 | 110 |
| Apoio externo oficial ao programa ¹¹ | 74 | ... | 37 | 158 | ... | 51 | 168 | 193 |
| Despesas de capital custeadas pelo Tesouro | 25 | ... | 0 | 31 | ... | 38 | 92 | 96 |

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho nas datas de teste de Junho e Dezembro é examinado na segunda e na terceira avaliação, respectivamente.

² O piso será ajustado para cima ou para baixo de acordo com as definições do MTE.

³ O tecto será ajustado para baixo ou para cima de acordo com as definições do MTE.

⁴ Exclui a Conta Nacional do Petróleo no Banco Central.

⁵ O termo "governo" é definido conforme o parágrafo 3 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais.

⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

⁷ O termo externa/externos é definido de acordo com a residência do credor, conforme indicado no ponto 2 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa, adoptadas pela Decisão 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (posteriormente modificadas, com efeito a partir de 1 de Dezembro de 2009).

⁸ Este critério de desempenho não se aplica apenas à dívida conforme definida no ponto 9 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa adoptadas pela Decisão 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (posteriormente modificadas, com efeito a partir de 1 de Dezembro de 2009), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos de 15 a 17 do MTE.

⁹ Aplica-se apenas à dívida com um elemento de donativo inferior a 50%, conforme definido no ponto 8(g)(i) das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa, adoptadas pela Decisão 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (posteriormente modificadas, com efeito a partir de 11 de Outubro de 2013). Mais detalhes sobre a definição de concessionalidade podem ser encontrados na nota de rodapé 4 do MTE.

¹⁰ O termo dívida é definido segundo o ponto 9 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa adoptadas pela Decisão 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (posteriormente modificadas, com efeito a partir de 1 de Dezembro de 2009). Mais detalhes sobre a definição de dívida podem ser encontrados nos parágrafos de 15 a 17 do MTE.

¹¹ Conforme definido no MTE, avaliado à taxa de câmbio do programa.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais para 2013

| Categoria | Indicadores de referência estruturais | Justificação económica | Prazo indicativo | Situação e prazo indicativo |
|---|--|---------------------------------------|-------------------------|--|
| Fortalecimento das Finanças Públicas | | | | |
| Controlo externo | i. Reforçar o controlo externo ao: Preparar as contas do governo geral para 2012 e enviá-las à Assembleia Nacional e ao Tribunal de Contas. | Fortalecer a GFP | Fim de Jun. 2013 | Não cumprido Reprogramado para o fim de Dez. 2013 |
| Controlos internos | ii. Reforçar o controlo interno ao: Finalizar um plano para liquidar, ao longo do tempo, os atrasados da EMAE com a ENCO e evitar a recorrência do problema de atrasados cruzados no futuro. Eliminar todos os atrasados entre o Tesouro e a EMAE. | Fortalecer a GFP | Fim de Set. 2013 | Não cumprido Reprogramado para o fim de Mar. 2014 |
| Administração tributária | iii. Melhorar a gestão dos contribuintes e o cumprimento das obrigações fiscais ao: Aumentar a segurança do Registo de Contribuintes, estabelecer uma unidade dedicada aos grandes contribuintes e criar um dossiê único informatizado por contribuinte. | Reforçar a administração das receitas | Fim de Dez. 2013 | Novo indicador de referência estrutural Em curso |
| Administração das alfândegas | iv. Concluir a segunda fase da implementação do SYDONIA World ao: Activar todas as funcionalidade e estabelecer um procedimento totalmente informatizado. | Reforçar a administração das receitas | Fim de Dez. 2013 | Em curso |
| Reforço da Gestão Monetária e da Estabilidade Financeira | | | | |
| Supervisão bancária | v. Reforçar a supervisão e regulamentação bancária ao: Concluir o processo de supervisão <i>in situ</i> dos maiores bancos comerciais. Concluir o processo de supervisão <i>in situ</i> dos dois bancos comerciais restantes. | Assegurar a estabilidade financeira | Fim de Jun. 2013 | Cumprido |
| | | | Fim de Dez. 2013 | Reprogramado para o fim de Jun. 2014 |
| Estatísticas | | | | |
| Estatísticas do IPC | vi. Melhorar as estatísticas do índice de preços no consumidor ao: Redefinir as ponderações dos componentes do IPC e incluir novos bens e serviços no cabaz do IPC. | Fortalecer o sistema estatístico | Fim de Dez. 2013 | Em curso |

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2014
(Em mil milhões de dobras, acumulados desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

| | 2014 | | | |
|---|-----------------|--------------------------------------|-----------------|--------------------------------------|
| | Março | Junho | Setembro | Dezembro |
| | Meta indicativa | Critérios de desempenho ¹ | Meta indicativa | Critérios de desempenho ¹ |
| | 31-Mar-14 | 30-Jun-14 | 30-Set-14 | 31-Dez-14 |
| Critérios de desempenho: | | | | |
| 1 Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) ² | -50 | -119 | -159 | -198 |
| 2 Tecto da variação do financiamento bancário líquido do governo central (à taxa de câmbio do programa) ^{3,4,5} | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3 Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) 2, 4 | 27,50 | 27,50 | 27,50 | 27,50 |
| 4 Tecto do stock de atrasados de pagamentos externos do governo central (em milhões de USD) 5, 6, 7, 8 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5 Tecto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo governo central ou pelo BCSTP (milhões de USD) 5, 6, 7, 8, 9, 10 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 6 Tecto do stock da dívida externa com vencimento original inferior ou igual a um ano devida ou garantida pelo governo central ou pelo BCSTP (milhões de USD) 5, 7, 8, 9, 10 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Metas indicativas: | | | | |
| Tecto do stock de atrasados de pagamentos internos do governo central | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Tecto do stock de atrasados de pagamentos internos do governo central à EMAE | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Tecto do stock da base monetária em dobras | 954 | 1.030 | 1.071 | 1.145 |
| Piso das despesas em favor dos pobres | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Por memória: | | | | |
| Transferência da CNP para o Orçamento (em milhões de USD) | 2,5 | 2,5 | 2,5 | 2,5 |
| Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹¹ | 24 | 59 | 97 | 139 |
| Apoio externo oficial ao programa ¹¹ | 0 | 36 | 172 | 246 |
| Despesas de capital custeadas pelo Tesouro | 28 | 72 | 102 | 111 |

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho nas datas de teste de Junho e Dezembro é examinado na quarta e na quinta avaliação, respectivamente.

² O piso será ajustado para cima ou para baixo de acordo com as definições do MTE.

³ O tecto será ajustado para baixo ou para cima de acordo com as definições do MTE.

⁴ Exclui a Conta Nacional do Petróleo no Banco Central.

⁵ O termo "governo" é definido conforme o parágrafo 3 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais.

⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

⁷ O termo externa/externos é definido de acordo com a residência do credor, conforme indicado no ponto 2 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa, adoptadas pela Decisão 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (posteriormente modificadas, com efeito a partir de 1 de Dezembro de 2009).

⁸ Este critério de desempenho não se aplica apenas à dívida conforme definida no ponto 9 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa adoptadas pela Decisão 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (posteriormente modificadas, com efeito a partir de 1 de Dezembro de 2009), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem

⁹ Aplica-se apenas a dívida com um elemento de donativo inferior a 50%, conforme definido no ponto 8(g)(i) das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa, adoptadas pela Decisão 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (posteriormente modificadas, com efeito a partir de 11 de Outubro de 2013). Mais

¹⁰ O termo dívida é definido segundo o ponto 9 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa adoptadas pela Decisão 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (posteriormente modificadas, com efeito a partir de 1 de Dezembro de 2009). Mais detalhes sobre a definição de dívida podem ser encontrados nos parágrafos de 15 a 17 do MTE.

¹¹ Conforme definido no MTE, avaliado à taxa de câmbio do programa.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais para 2014

| Categoria | Indicadores de referência estruturais | Justificação económica | Prazo indicativo |
|---|--|---|--|
| Fortalecimento das Finanças Públicas | | | |
| Controlos internos | i. Reforçar o controlo interno ao: Finalizar um plano para liquidar, ao longo do tempo, os atrasados da EMAE com a ENCO e evitar a recorrência do problema de atrasados cruzados no futuro. | Fortalecer a GFP | Fim de Mar. 2014 |
| Administração tributária | ii. Alargar a base de tributação ao lançar o projecto “Operação Inclusão de Contribuintes” e: Registar 500 novos contribuintes a partir da data de lançamento do programa. Registar 800 novos contribuintes a partir da data de lançamento do programa. | Reforçar a administração das receitas | Fim de Jun. 2014 Fim de Dez. 2014 |
| Administração das alfândegas | iii. Proceder aos preparativos para a instalação de um “guiché único” para o comércio internacional ao: Estabelecer a conectividade e a gestão do NIF aduaneiro/fiscal. Eliminar os documentos impressos e adoptar a assinatura e aprovação electrónicas de documentos. | Reforçar a administração das receitas e a facilitação do comércio | Fim de Jun. 2014 Fim de Dez. 2014 |
| Reforço da Gestão Monetária e da Estabilidade Financeira | | | |
| Supervisão bancária | iv. Reforçar a supervisão e regulamentação bancária ao: Assegurar que todos os bancos comerciais abertos ao público apresentem rácios de fundos próprios/ativos ponderados pelo risco de pelo menos 12%. Concluir o processo de supervisão <i>in situ</i> dos dois bancos comerciais restantes. Assegurar que todos os bancos comerciais publiquem contas financeiras auditadas referentes a 2013 ou aplicar sanções pelo descumprimento. | Garantir a estabilidade financeira Garantir a estabilidade financeira Assegurar a estabilidade financeira e a transparência | Fim de Mar. 2014 Fim de Jun. 2014 Fim de Set. 2014 |
| | Elaborar um projecto de lei do Banco Central revisto que fortaleça a autonomia do Banco Central em linha com as normas internacionais, inclusive na resolução de bancos com problemas. | Aumentar a eficácia das políticas monetária e financeira | Fim de Set. 2014 |

Anexo 2. Memorando Técnico de Entendimento

Novembro de 2013

1. O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) contém as definições e mecanismos de ajustamento para clarificar a medição dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas incluídas nas Tabelas 1 e 3, anexas ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2013 e 2014. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos cumulativos a partir do início de cada ano civil.

I. FORNECIMENTO DE DADOS AO FMI

2. Os dados relativos a todas as variáveis sujeitas aos critérios de desempenho e metas indicativas serão fornecidos ao corpo técnico do FMI mensalmente, com um desfazamento não superior a quatro semanas para os dados relativos às reservas internacionais líquidas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e a seis semanas para outros dados. Todas as revisões de dados serão transmitidas de imediato pelas autoridades ao corpo técnico do FMI. Para as variáveis relevantes para avaliar o desempenho em relação aos objectivos do programa mas que não constem especificamente no presente Memorando, as autoridades consultarão o corpo técnico do FMI, à medida do necessário, sobre o modo da sua aferição e reporte. Os critérios de desempenho incluídos no programa, conforme a definição abaixo, referem-se ao saldo primário interno e financiamento bancário líquido do Governo Central, reservas internacionais líquidas do Banco Central, atrasados de pagamentos externos, dívida externa não concessional de curto prazo e de médio e longo prazo contraída ou garantida pelo Governo Central e/ou pelo Banco Central.

II. DEFINIÇÕES

3. **Governo**, para efeitos do presente MTE, refere-se ao Governo Central, que inclui todos os ministérios, gabinetes e entidades, e outros organismos que constituam agências ou instrumentos da autoridade central de São Tomé e Príncipe. Entretanto, o Governo Central não inclui as operações das empresas públicas.

4. **Receitas internas do Governo (excluindo receitas petrolíferas)** incluem todas as receitas fiscais e não fiscais do Governo (em moeda nacional e estrangeira), com excepção de: 1) donativos externos, 2) receitas da venda local de donativos em espécie (por exemplo, o petróleo bruto recebido da Nigéria, a ajuda alimentar, etc.) e 3) todos os fluxos brutos de entradas para o Governo relacionados com os pagamentos dos bónus de assinatura do petróleo e com os juros acumulados na Conta Nacional do Petróleo (CNP). As receitas serão calculadas em base de caixa conforme apresentado na Tabela de Operações Financeiras do Estado elaborada pelas Direcções do Orçamento e do Tesouro do Ministério do Plano e Finanças.

5. **Despesa primária interna** abrange todas as despesas do Governo avaliadas na base de compromissos, excluindo: 1) as despesas de capital financiadas através de empréstimos concessionais e

donativos externos e 2) os pagamentos de juros programados. A divulgação das despesas internas do Governo será baseada no relatório de execução do orçamento do Estado elaborado mensalmente pelas Direcções do Orçamento e do Tesouro do Ministério do Plano e Finanças.

6. Dentro da despesa primária interna, as **despesas para a redução da pobreza** dizem respeito aos gastos do Governo previstos no orçamento que têm efeito directo na redução da pobreza, como acordado com o corpo técnico do FMI e do Banco Mundial. Tais despesas, que incluem tanto gastos correntes como de capital, são definidas da seguinte forma:

- a. **Despesas correntes para a redução da pobreza:** Abrangem os ministérios e categorias de despesas (por código orçamental) descritos na matriz abaixo:

| Code | Description of expenditure | Ministry of Education | Ministry of Health | Ministry of Labour |
|-------------|------------------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|
| 01.00.00 | Personnel expenses | x | x | x |
| 02.01.05 | Other durable goods | x | x | |
| 02.02.02 | Fuel and lubricants ¹ | x | x | x |
| 02.02.04 | Food ¹ | x | | |
| 02.02.05 | Medicine | x | x | |
| 02.02.06 | Clothing and footwear ¹ | x | x | x |
| 02.02.09 | Other nondurable goods | x | x | |
| 02.03.01.01 | Water and energy | x | x | x |
| 02.03.02 | Custody of goods | x | x | |
| 02.03.06 | Communications | x | x | x |
| 04.02.01 | Private institutions | x | | x |
| 04.03.01 | Individuals | x | | x |
| 04.04.02 | Other inward transfers | | x | |
| 06.01.00 | Education and training | | x | |
| 06.04.01 | Project costs | x | | |
| 06.04.04.02 | Miscellaneous | x | x | |

¹ Expenditures on fuels and lubricants (*combustíveis e lubrificantes*) that are effected for administrative purposes are excluded. Likewise, food (*alimentação*) and clothing and shoes (*roupas e calçados*) supplied to administrative staff are excluded.

- b. **Despesas de capital para a redução da pobreza financiadas pelo Tesouro:** Cobrem os projectos que se considere terem um impacto directo no alívio da pobreza nos seguintes sectores: educação, saúde, redes de apoio social, agricultura e pescas, desenvolvimento rural, juventude e desportos, abastecimento de água potável, e electrificação.

7. **Despesas de capital financiadas pelo Tesouro:** Classificam-se como parte da despesa primária interna e cobrem projectos que não sejam directamente financiados por donativos para projectos nem empréstimos concessionais. As despesas de capital financiadas pelo Tesouro deverão corresponder aos planos do Governo de 2013 e 2014 para investimento em estradas, pontes, escolas, água e energia. Deverão incluir gastos em construções novas, reabilitação e manutenção. As despesas com ordenados e salários e aquisição de bens e serviços relacionadas com os projectos não serão classificadas como despesa de capital.

O programa de investimentos do Governo será executado pelos Ministérios das Obras Públicas e Recursos Naturais, Educação e Saúde.

8. **Saldo primário interno** é definido como a diferença entre a receita interna e a despesa primária interna do Governo. Como referência, no final de Dezembro de 2012 este saldo ascendia a 163 mil milhões de dobras, repartido da seguinte forma:

| | | |
|-----------------|--|------------------------|
| | Receita interna do Governo: | 771 mil milhões |
| <i>Menos:</i> | Despesa primária do Governo: (conforme definida no parágrafo 5) | <u>934 mil milhões</u> |
| <i>Igual a:</i> | Saldo primário interno: | -163 mil milhões |

9. **Atrasados internos** são definidos como a diferença entre a despesa em base de compromissos e os pagamentos de caixa (montantes devidos há mais de 40 dias e não pagos).

10. **Atrasados com a EMAE** são definidos como as obrigações devidas pelo Governo à EMAE que não foram pagas dentro de um prazo de 40 dias.

Para efeitos do presente MTE,¹ a **taxa de câmbio do programa** será de 18.585 dobras por dólar americano, 24.500 dobras por euro e 28.563 dobras por DSE em 2013 e 2014.

11. **Crédito bancário líquido ao governo central (CLG)** é definido como o stock de todos os créditos concedidos ao Governo Central pelo BCSTP e pelas outras sociedades de depósitos (OSD), menos todos os depósitos do Governo Central no BCSTP e nas OSD, conforme reportados mensalmente pelo BCSTP ao corpo técnico do FMI. O saldo da Conta Nacional do Petróleo (CNP) não está incluído no crédito líquido ao Governo Central. Todas as contas expressas em moeda estrangeira serão convertidas em dobras à taxa de câmbio do programa. Como referência, no final de Dezembro de 2012, o saldo do crédito líquido ao Governo Central (excluindo a CNP) ascendia a 44 mil milhões de dobras, repartido da seguinte forma:

| | | |
|-----------------|--|-----------------------|
| | Crédito do BCSTP, incluindo o uso de recursos do FMI: | 233 mil milhões |
| <i>Menos:</i> | Depósitos do Governo no BCSTP (excluindo a CNP) | 95 mil milhões |
| <i>Do qual:</i> | Contas do Tesouro em dobras | 4 mil milhões |
| | Contas do Tesouro em divisas | 26 mil milhões |
| | Depósitos de contrapartida | <u>65 mil milhões</u> |
| <i>Igual a:</i> | Crédito líquido concedido ao Governo pelo BCSTP | 138 mil milhões |
| <i>Mais:</i> | Crédito das OSD ao Governo | 3 mil milhões |
| <i>Menos:</i> | Depósitos do Governo nas OSD (incl. fundos de contrapartida) | <u>96 mil milhões</u> |
| <i>Igual a:</i> | Financiamento bancário líquido do Governo (excl. CNP) | 44 mil milhões |

12. **A base monetária em dobras** é definida como a soma da moeda emitida – que consiste em notas e moedas em poder do público e do numerário nos cofres-fortes – e reservas bancárias em dobras. As

¹ Este dado se refere ao ponto médio das taxas de câmbio publicadas na página web do BCSTP no último dia de 2012.

reservas bancárias referem-se às reservas dos bancos comerciais – em dobras – detidas no Banco Central e incluem as reservas em excesso relativamente às reservas mínimas de caixa. Como referência, no final de Dezembro de 2012, a base monetária em dobras ascendia a 616 mil milhões, calculada da seguinte forma:

| | |
|---|------------------------|
| Emissão de moeda: | 217 mil milhões |
| <i>Da qual:</i> Numerário nos cofres-fortes | 41 mil milhões |
| Notas e moedas em poder do público | 176 mil milhões |
| <i>Mais:</i> Reservas bancárias em dobras | <u>399 mil milhões</u> |
| <i>Igual a:</i> Base monetária em dobras | 616 mil milhões |

13. **Reservas internacionais líquidas** (RIL) do BCSTP são definidas, para efeitos de monitorização do programa, como, activos externos transaccionáveis de curto prazo do BCSTP menos obrigações externas de curto prazo, incluindo obrigações em relação ao FMI. Todos os activos externos de curto prazo que não sejam integralmente convertíveis, nem imediatamente disponíveis para e controlados pelo BCSTP (isto é, os activos externos garantidos ou de outra forma onerados, incluindo, mas não se limitando, à conta geral HIPC, em DSE, e os activos utilizados como garantia ou caução a obrigações de terceiros) serão excluídos da definição das RIL. Qualquer título cujo valor de mercado no último dia do ano diferir em mais de 20% do seu valor de emissão nominal original será avaliado pelo seu valor corrente de mercado, conforme informação do Departamento de Mercados do BCSTP. O saldo: 1) da CNP no BCSTP, 2) dos depósitos bancários relacionados às exigências de capital ou licenciamento e 3) das reservas bancárias expressas em moeda estrangeira não está incluído na definição do programa das RIL. Todos os valores serão convertidos em dólares americanos ao ponto médio efectivo das taxas de câmbio de mercado prevaletentes na data de análise. Como referência, no final de Dezembro de 2012 as RIL ascendiam a 726 mil milhões de dobras, calculadas da seguinte forma:

| | |
|---|------------------------|
| Reservas internacionais brutas: | 933 mil milhões |
| <i>Da qual:</i> Numerário | 19 mil milhões |
| Depósitos à ordem | 127 mil milhões |
| Depósitos a prazo (incl. depósitos bancários em divisas) | 388 mil milhões |
| Títulos excepto acções | 376 mil milhões |
| <i>Do qual:</i> Obrigações do Tesouro Português | 92 mil milhões |
| Obrigações da Rede Ferroviária Nacional | 123 mil milhões |
| <i>Menos:</i> desconto (71,60) | 35 mil milhões |
| Títulos CDG garantidos por hipotecas | 195 mil milhões |
| Juros decorridos de títulos | 10 mil milhões |
| Posição de reserva no FMI | 0 mil milhões |
| Haveres em DSE | 13 mil milhões |
| <i>Menos:</i> Obrigações de curto prazo (incl. obrigações com o FMI) | 110 mil milhões |
| <i>Menos:</i> Reservas bancárias expressas em moeda estrangeira | 97 mil milhões |
| <i>Menos:</i> Depósitos bancários garantidos expressos em moeda estrangeira | <u>10 mil milhões</u> |
| <i>Igual a:</i> Reservas internacionais líquidas | 717 mil milhões |
| <i>Mais:</i> Outros activos externos | 249 mil milhões |
| <i>Menos:</i> Obrigações de médio e longo prazo (incl. a afectação de DSE) | <u>203 mil milhões</u> |
| <i>Igual a:</i> Activos externos líquidos | 763 mil milhões |
| <i>Por memória:</i> Conta Nacional do Petróleo (CNP) | 168 mil milhões |

14. **O critério de desempenho relativo à dívida externa de curto prazo** refere-se ao stock da dívida externa com vencimento original igual ou inferior a um ano (incluindo posições a descoberto mas excluindo o crédito normal à importação), devida ou garantida pelo Governo e/ou pelo BCSTP.² Em relação à linha de crédito preventiva de Portugal em apoio à paridade fixa da dobra em relação ao euro, os montantes por pagar nos primeiros três trimestres de determinado ano serão excluídos do limite da dívida externa de curto prazo. No entanto, os montantes por pagar no final de determinado ano serão incluídos na avaliação do cumprimento do critério de desempenho relativo à dívida externa de curto prazo. Como referência, no final de Dezembro de 2012 o stock de dívida externa de curto prazo era zero.

15. **O critério de desempenho relativo à dívida externa não concessional de médio e longo prazo é um critério de desempenho contínuo** que se refere à contratação ou garantia de nova dívida externa com vencimento original superior a um ano, pelo Governo e/ou pelo BCSTP.^{3,4} A dívida em processo de reescalonamento e reestruturação está excluída dos tectos estabelecidos para o endividamento em condições não concessionais. A dívida de médio e longo prazo será reportada pelo Departamento de Gestão da Dívida do Ministério do Plano e Finanças e (consoante o caso) pelo BCSTP, calculada em dólares americanos às taxas de câmbio prevalentes. O Governo deverá consultar o corpo técnico do FMI antes da contratação ou garantia de novas obrigações de dívida de médio e longo prazo.

16. **A não acumulação de novos atrasados de pagamentos externos constitui um critério de desempenho contínuo.** Os atrasados de pagamentos externos do Governo são definidos como todas as obrigações de dívida pública externa não pagas, de acordo com os dados apresentados pelo Departamento de Gestão da Dívida do Ministério do Plano e Finanças e (consoante o caso) pelo BCSTP, com excepção dos atrasados que aguardem acordos de reescalonamento da dívida, pois estes são considerados atrasados técnicos. A dívida é considerada em atraso quando não tiver sido paga no prazo de vencimento, a não ser que o conceito de atrasado tenha sido contratualmente definido de outra forma. Este critério de desempenho não se aplica aos atrasados externos que aguardam assinatura de acordos bilaterais no contexto do reescalonamento da dívida com os credores do Clube de Paris, consoante o caso, e outros credores bilaterais.

² O termo "dívida" define-se em conformidade com o Ponto 9 das *Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo, adoptadas através da Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI*, conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009. Por "dívida" entende-se um passivo corrente (ou seja, não contingente) criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, em data(s) futura(s); tais pagamentos serão de liquidação do capital e juros decorrentes da obrigação contratual.

³ Este critério de desempenho aplica-se não apenas à dívida conforme definida no Ponto 9 das *Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo, adoptadas através da Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI*, conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009, mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido.

⁴ O nível de concessionalidade dos empréstimos é avaliado utilizando-se uma taxa de desconto de 5%. Para os países menos desenvolvidos, como São Tomé e Príncipe, um empréstimo é considerado como em condições concessionais se, na data do desembolso inicial, o rácio entre o valor actual do empréstimo, calculado com base na taxa de juro de referência, face ao valor nominal do empréstimo for inferior a 50% (por outras palavras, um elemento de donativo de pelo menos 50%). Este critério de desempenho não se aplica aos instrumentos de crédito do FMI.

17. **Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa** são definidos como o serviço da dívida devido menos a acumulação de quaisquer novos atrasados de pagamentos externos, incluindo atrasados técnicos.

18. **Apoio programático externo oficial** é definido como donativos e empréstimos, incluindo apoio em espécie quando os produtos sejam vendidos pelo Governo e as receitas sejam consignadas a uma rubrica orçamental de despesa, e qualquer outro financiamento extraordinário fornecido por entidades estrangeiras oficiais e incorporado no orçamento. Os montantes assumidos no programa consistentes com esta definição apresentam-se nas Tabelas 1 e 3 do MPEF na rubrica por memória com a designação “apoio programático externo oficial”.

III. FACTORES DE AJUSTAMENTO

19. **O critério de desempenho relativo ao défice primário interno terá um factor de ajustamento.** O limite do défice primário interno será ajustado em alta se o Governo encontrar apoio orçamental e receitas de privatizações em 2013 e 2014 para além do descrito no MPEF; esse factor de ajustamento terá um limite de 50 mil milhões de dobras (cerca de 1% do PIB em 2012) para 2013 e 2014.⁵

20. **Serão definidos factores de ajustamento dos critérios de desempenho relativos ao crédito bancário líquido ao Governo Central e às reservas internacionais líquidas.** Os desvios aos montantes previstos no programa para as transferências a partir da CNP para o orçamento, o apoio programático externo oficial, os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e os atrasados internos desencadearão ajustamentos aos critérios de desempenho referidos acima. Esses desvios serão calculados cumulativamente a partir do final de Dezembro de 2012 ou final de Dezembro de 2013, conforme apropriado (MPEF, Tabelas 1 e 3). Segue-se uma explicação desses ajustamentos:

- **Ajustamentos aos tectos do crédito bancário líquido ao Governo Central (CLG):** As diferenças trimestrais entre os montantes efectivos e projectados no recebimento das transferências da CNP para o orçamento, no apoio programático externo oficial, nos pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e nos atrasados internos, serão convertidas em dobras à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de Dezembro de 2012 ou do final de Dezembro de 2013, conforme for apropriado, à data de análise. Os tectos serão ajustados em baixa (em alta) pelo valor dos desvios acumulados em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efectivos e projectados do serviço da dívida externa, e pelo valor dos desvios em alta (em baixa) nas transferências da CNP, no apoio programático externo oficial e nos atrasados internos. A aplicação combinada de todos os factores de ajustamento, em qualquer data de análise, é limitada ao equivalente a USD 3 milhões à taxa de câmbio do programa.
- **Ajustamentos ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP:** As diferenças trimestrais entre os recebimentos efectivos e projectados das transferências da CNP para o

⁵ Os donativos e as despesas relacionadas com custos de realização de eleições não serão incluídos no cálculo do défice primário interno.

orçamento, o apoio programático externo oficial, os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e os atrasados internos, em dobras, serão convertidas em dólares americanos à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de Dezembro de 2012 ou do final de Dezembro de 2013, conforme for apropriado, à data de análise. Os pisos serão ajustados em alta (em baixa) pelo valor dos desvios acumulados em baixa (em alta) entre os valores efectivos e projectados dos pagamentos do serviço da dívida externa do Governo Central, e pelo valor dos desvios em alta (em baixa) nas transferências da CNP para o orçamento, no apoio programático externo oficial e nos atrasados internos. A aplicação combinada de todos os factores de ajustamento, em qualquer data de análise, é limitada de modo a que o piso ajustado não seja inferior a USD 18,97 milhões em 2013 e USD 24,5 milhões em 2014.

IV. REPORTE DE DADOS

21. A informação seguinte será fornecida ao corpo técnico do FMI para efeitos de monitorização do programa.

1) **Dados orçamentais:** A Direcção do Orçamento do Ministério do Plano e Finanças fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI, no prazo de seis semanas após o final de cada mês ou trimestre, com excepção do programa de investimento público (PIP), cujos dados serão fornecidos no prazo de três meses após o final de cada trimestre:

- Dados mensais sobre as operações do Governo Central em termos de receitas, despesas e financiamento, incluindo uma descrição detalhada dos recursos líquidos consignados, em base de compromissos e de caixa;
- Dados mensais sobre o crédito líquido ao Governo pelo BCSTP, registados conta por conta, num formato compatível com as contas monetárias do BCSTP;
- Dados mensais detalhados sobre receitas fiscais e não fiscais;
- Dados mensais detalhados sobre a despesa de capital com financiamento interno em base de compromissos e de caixa;
- Dados mensais sobre atrasados internos, por tipo, e sobre os atrasados com a EMAE;
- Dados mensais sobre o apoio programático externo oficial (não relacionado a projectos);
- Dados trimestrais sobre a execução do programa de investimento público (PIP), por projecto e fonte de financiamento;
- Dados trimestrais sobre a execução das despesas de capital financiadas pelo Tesouro, por tipo de projecto, montante, cronograma de execução e progressos na execução;
- Dados trimestrais sobre donativos para projectos e desembolsos de empréstimos (HIPC e não HIPC);
- Dados trimestrais sobre alívio da dívida bilateral no âmbito da HIPC;
- Estruturas de preços de petróleo pendentes mais recentes e apresentação de novas estruturas de preços (no prazo de uma semana após cada alteração).

2) **Dados monetários:** O BCSTP fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de três semanas após o final de cada mês, as suas contas monetárias. Serão fornecidos outros dados monetários no prazo de seis semanas após o final de cada mês, no prazo de dois meses após o final de cada trimestre no caso de

dados trimestrais, e no prazo de dois meses após o final de cada ano para os dados anuais. O BCSTP fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI:

- Dados diários sobre taxas de câmbio, a serem publicados no sítio web do BCSTP;
- Dados diários sobre taxas de juro, a serem publicados no sítio web do BCSTP;
- Tabela diária de gestão da liquidez, incluindo base monetária em dobras e moeda em circulação, a ser publicada no sítio web do BCSTP;
- Posição diária de reservas internacionais líquidas, a ser publicada no sítio web do BCSTP;
- Dados mensais do balanço do BCSTP (no formulário 1SR do FMI, com as rubricas por memória solicitadas);
- Dados mensais do balanço consolidado das outras sociedades de depósitos (no formulário 2SR do FMI);
- Dados mensais consolidados da síntese das sociedades de depósitos (no formulário de inquérito 3SG do FMI);
- Orçamento cambial mensal do Banco Central;
- Mapa trimestral dos rácios prudenciais dos bancos e indicadores de solidez financeira;
- Dados trimestrais sobre a posição financeira do BCSTP (demonstração de resultados, défice, execução orçamental, etc.).

3) **Dados da dívida externa:** A Unidade de Gestão da Dívida do Ministério do Plano e Finanças fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de dois meses após o final de cada mês, a informação seguinte:

- Dados mensais sobre amortização e juros da dívida externa, por credor: montante pago, programado e sujeito a alívio da dívida ou reescalonado;
- Dados trimestrais sobre desembolsos de projectos com financiamento externo e empréstimos de apoio programático.

4) **Contas nacionais e estatísticas comerciais:** Os dados seguintes serão fornecidos ao corpo técnico do FMI:

- Dados mensais do índice de preços no consumidor, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, no período de um mês após o final de cada mês;
- Dados mensais sobre importações (valor das importações, impostos cobrados sobre importações e atrasados) e valores das exportações de produtos, fornecidos pela Direcção das Alfândegas do Ministério do Plano e Finanças, no prazo de dois meses após o final de cada mês;
- Dados mensais sobre os carregamentos e consumo de petróleo (volume e preços CIF, por produto), fornecidos pela Direcção das Alfândegas.

Apêndice II. Avaliação do Saldo das Contas Externas¹

A posição externa de São Tomé e Príncipe é vulnerável, devido sobretudo à estreita base exportadora do país. A conta corrente deve permanecer em défice no longo prazo, em razão da forte dependência das importações de alimentos, combustíveis e bens de investimento relacionados a projectos, as quais são necessárias para o arranque do crescimento. O défice da conta corrente externa do país é financiado sobretudo pela ajuda externa e pelo investimento directo estrangeiro (IDE). A consecução da estabilidade externa exige a aceleração das reformas no ambiente de negócios para estimular o crescimento, criar empregos e alargar a base de exportação. O principal risco de deterioração da conta corrente (incl. transferências) se refere aos choques da oferta e aos efeitos de uma nova deterioração das condições financeiras na Europa, o que limitaria a disponibilidade de donativos e empréstimos altamente concessionais.

Não há provas indícios conclusivos de um desalinhamento da taxa de câmbio real. A dobra parece estar ligeiramente sobrevalorizada no curto prazo, e largamente em linha com os fundamentos no médio prazo. Embora a taxa de câmbio efectiva real (TCER) tenha apresentado uma certa valorização desde a adopção da paridade fixa com o euro, no início de 2010, uma análise do corpo técnico não constatou a existência de fortes indícios de desalinhamento da taxa de câmbio real que poderia conduzir à instabilidade externa a médio prazo. A análise quantitativa baseada das metodologias CGER indica que a norma do saldo da conta corrente situa-se nos $-9\frac{1}{2}\%$ do PIB (segundo a abordagem da sustentabilidade externa) e nos $-13\frac{1}{4}\%$ do PIB (segundo a abordagem do equilíbrio macroeconómico), em comparação a uma projecção de médio prazo de $-10\frac{1}{2}\%$ do PIB. Isso se traduz numa sobrevalorização de cerca de 1% e numa subvalorização de $2\frac{1}{2}\%$, respectivamente. A abordagem da taxa de câmbio real de equilíbrio — que produziu grande incerteza em torno das estimativas, dadas as limitações de dados — mostra que a dobra está consideravelmente sobrevalorizada (em cerca de 37%).

O actual nível das reservas internacionais brutas, próximo dos 5,4 meses de importações, parece ser suficiente para fazer face a choques externos. Após um breve período em que as reservas internacionais baixaram para menos de três meses de importações, em meados de 2012, as autoridades conseguiram acumular um volume expressivo de reservas, tendo beneficiado de receitas de privatizações e fluxos de entrada do Banco Mundial, da Nigéria e de Timor-Leste. Para além disso, São Tomé e Príncipe tem acesso a USD 7,2 milhões em depósitos da Conta Nacional do Petróleo (CNP) e €25 milhões de uma linha de crédito contingente com Portugal.²

São Tomé e Príncipe fez alguns progressos na melhoria do seu ambiente de negócios, mas ainda há muito a ser feito. A edição de 2012 do inquérito *Doing Business* do Banco Mundial colocou o país entre os que mais

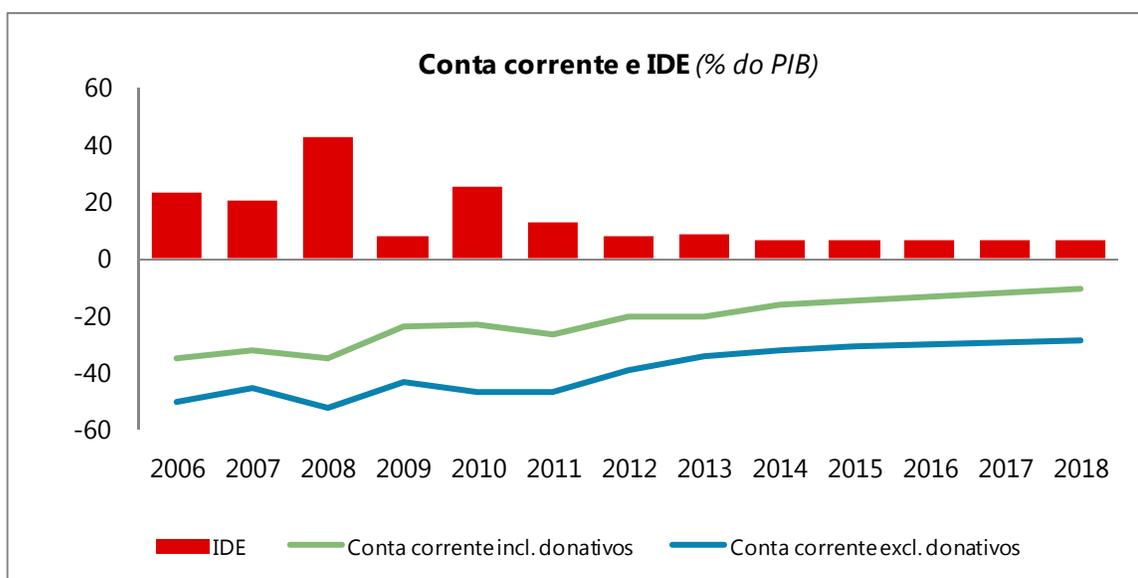
¹ Nota elaborada por Justin Matz (AFR).

² Com vista a amparar a ancoragem cambial, as autoridades celebraram um acordo com Portugal segundo o qual este se compromete a fornecer apoio a STP na forma de uma linha de crédito de até 25 milhões de euros, o que acrescenta outros 3,5 meses de cobertura das importações pelas reservas internacionais.

realizaram reformas em 2011, uma vez que as autoridades instituíram um guiché único para os investidores e eliminaram uma gama variada de exigências em matéria de licenças e capital mínimo para a abertura de empresas. Contudo, o país caiu algumas posições na edição de 2014, e ainda está nas últimas colocações. São necessárias mais reformas estruturais para estimular a produtividade e melhorar o ambiente de negócios, incluindo medidas para fortalecer o enquadramento jurídico do país (nos quesitos de cumprimento dos contratos, registo de propriedades e protecção dos investidores, por exemplo).

Conta corrente externa

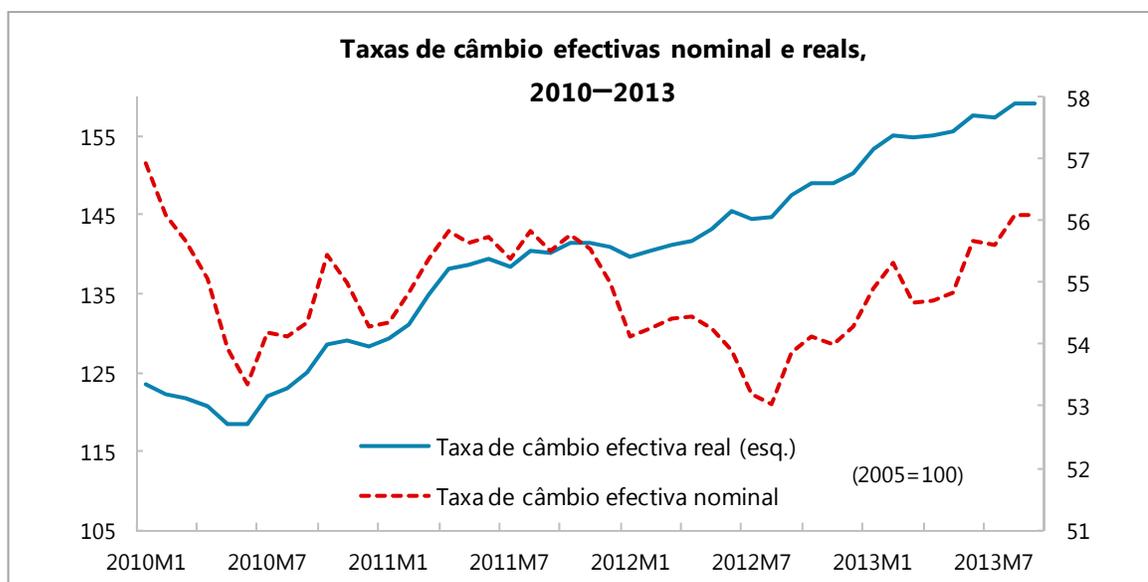
O défice da conta corrente externa diminuiu nos últimos anos, uma vez que a actividade económica mais fraca levou a um menor crescimento das importações. A expectativa é que a conta corrente continue a registar défices até ao médio prazo, como reflexo da forte dependência do país em relação às exportações de alimentos, combustíveis e bens de capital, entre outros. O défice é financiado sobretudo por transferências oficiais e IDE, ambos os quais diminuíram em consequência das condições financeiras na Europa. A trajectória óptima para a conta corrente nos próximos cinco anos deve ser de uma melhoria gradual ao longo do tempo, à medida que o país alarga a sua base de exportação, aumenta a segurança alimentar e realiza um processo de consolidação orçamental.



Avaliação da taxa de câmbio

A TCER de São Tomé e Príncipe apreciou-se consideravelmente desde a introdução da paridade fixa com o euro em Janeiro de 2010. Desde então, verificou-se um processo gradual de desinflação, largamente em linha com a experiência internacional.³ Todavia, a inflação interna continuou superior à dos parceiros comerciais do país.

³ Uma comparação da desinflação em São Tomé e Príncipe com as experiências dos países que tentaram baixar a inflação ao indexar as suas moedas às moedas de países com baixas taxas de inflação mostra que o caminho já percorrido por São Tomé e Príncipe assemelha-se mais às tentativas bem-sucedidas do que às tentativas frustradas.



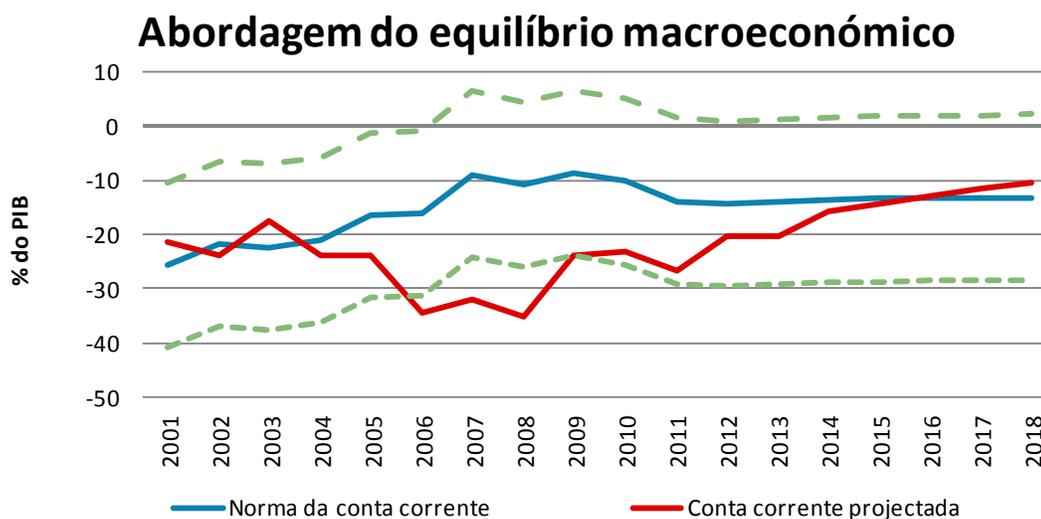
Embora a análise comparativa da sustentabilidade externa de um país pequeno e frágil como São Tomé e Príncipe, que apresenta graves limitações em termos de dados, seja bastante difícil, a aplicação das três metodologias padronizadas de avaliação cambial sugere que a taxa de câmbio real está sobrevalorizada no curto prazo e largamente em linha com os fundamentos a médio prazo.

Os resultados das avaliações da taxa de câmbio de São Tomé e Príncipe, realizadas com base nas metodologias do Grupo Consultivo sobre Taxas de Câmbio (CGER) do FMI, são apresentados a seguir. O foco das avaliações é o cenário de base do país para 2013 e o médio prazo, tendo como período de referência o ano de 2018.

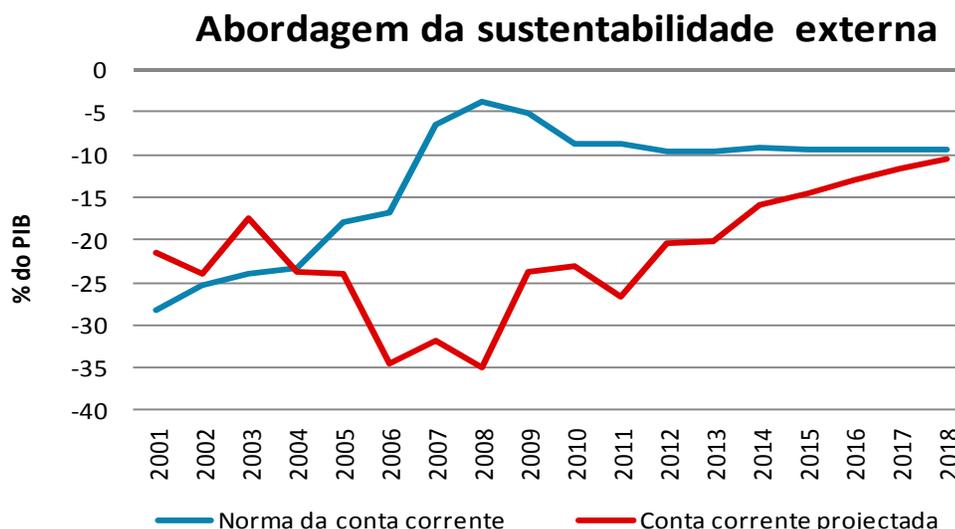
Na abordagem de equilíbrio macroeconómico (EM), estima-se um saldo da conta corrente de equilíbrio (a norma) através da relação entre o saldo da conta corrente e os fundamentos macroeconómicos. Entre os fundamentos típicos figuram o saldo orçamental, o crescimento do produto, o rendimento real, o saldo do petróleo, dados demográficos, abertura comercial e produtividade relativa. No curto prazo, ao aplicar os coeficientes estimados pela extensão da metodologia CGER, de autoria de Vitek (2013), obtém-se uma norma da conta corrente de São Tomé e Príncipe de -14% do PIB.⁴ Este valor é comparado com o saldo da conta corrente projectado de -20¼% do PIB. Isto implicaria uma sobrevalorização cambial de 6% em 2013, presumindo que a elasticidade do saldo da conta corrente externa em relação à TCER seja de menos 1,05.⁵ Para 2018, projecta-se uma melhoria do saldo da conta corrente, para -10½% do PIB, enquanto a norma da conta corrente recua para -13¼% do PIB. Isto implica um *gap* da conta corrente de 2¾% do PIB e uma subavaliação da moeda da ordem de 2,6% no médio prazo.

⁴ Vitek, Francis, 2013, "Exchange Rate Assessment Tools for Advanced, Emerging, and Developing Economies", IMF Documentation on the Exchange Rate Assessment Toolkit (Washington: International Monetary Fund).

⁵ Tokarick, Stephen, 2010, "A Method for Calculating Export Supply and Import Demand Elasticities", IMF Working Paper 10/180 (Washington: International Monetary Fund).



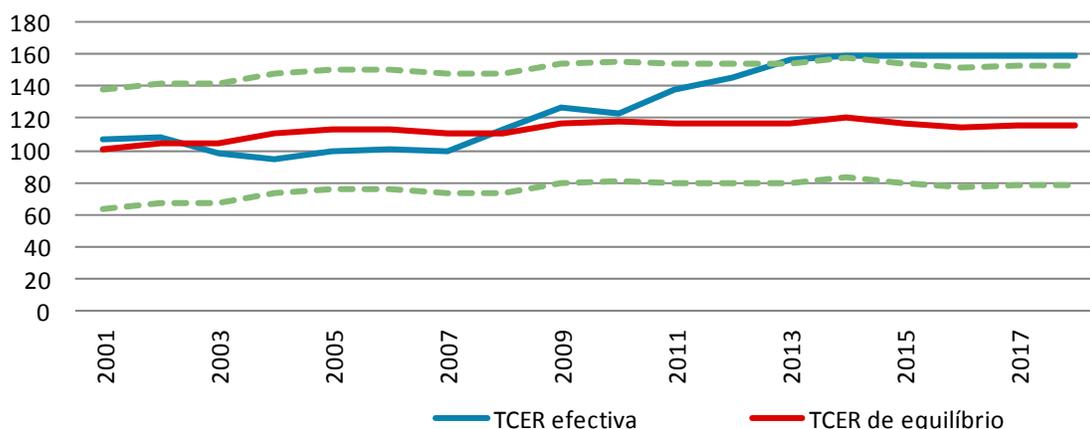
A abordagem da sustentabilidade externa (SE) calcula o saldo da conta corrente que seria coerente com um valor de referência dos activos externos líquidos (AEL). O principal desafio ao aplicar a abordagem SE é escolher a meta correcta para os AEL, uma tarefa que é ainda mais complexa no caso de São Tomé e Príncipe, dada a indisponibilidade de dados fiáveis sobre a posição de investimento internacional; sendo assim, pode-se apenas obter uma estimativa geral da posição dos AEL. Segundo a abordagem SE, a dobra está algo sobrevalorizada em 2013 (em 10¼%) mas torna-se menos sobrevalorizada com o tempo, até chegar a uma sobrevalorização de cerca de 1% em 2018.



A abordagem da taxa de câmbio real de equilíbrio (TCRE) é um modelo de regressão de forma reduzida, ao contrário das duas outras abordagens, que utilizam modelos de regressão comportamental. A TCRE não produz bons resultados quando existem limitações de dados e séries temporais históricas curtas, como é o caso de São Tomé e Príncipe. Para além disso, a metodologia TCRE é altamente sensível à escolha das

variáveis usadas no modelo. Com base nos coeficientes estimados pela extensão de Vitek da metodologia CGER, esta abordagem revela uma sobrevalorização da moeda de cerca de 34% a curto prazo e cerca de 37% a médio prazo.

Abordagem da taxa de câmbio real de equilíbrio



Indicadores Seleccionados da Avaliação da Taxa de Câmbio Efetiva Real (TCER)
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

| | Curto prazo (2013) | Médio prazo (2018) ² |
|---|--------------------|---------------------------------|
| Conta corrente efectiva ¹ | -20,5 | .. |
| Conta corrente subjacente (A) | -20,2 | -10,5 |
| Elasticidade do comércio (B) ³ | -1,05 | -1,05 |
| Abordagem do equilíbrio macroeconómico | | |
| Norma da conta corrente (C) ⁴ | -13,9 | -13,2 |
| Gap da conta corrente (D=A-C) | -6,3 | 2,8 |
| Gap da TCER, em percentagem (D/B) ^{5,6} | 6,0 | -2,6 |
| Abordagem da sustentabilidade externa | | |
| Norma da conta corrente (E) ⁴ | -9,5 | -9,5 |
| Gap da conta corrente (F=A-E) | -10,7 | -1,0 |
| Gap da TCER, em percentagem (F/B) ^{5,6} | 10,2 | 0,9 |
| Abordagem da taxa de câmbio efectiva real de equilíbrio | | |
| Gap da TCER de 2018, em percentagem ^{5,6} | 33,9 | 37,2 |

¹ Conta corrente observada em 2012.

² Utilizando a conta corrente de 2018 como o período de referência a médio prazo.

³ As elasticidades do comércio são derivadas de um estudo recente em painel sobre os países de rendimento médio baixo, de autoria de Tokarick (WP/10/180), página 31.

⁴ Os coeficientes que relacionam a conta corrente e os fundamentos macroeconómicos baseiam-se na metodologia CGER do FMI e na extensão de Vitek (IMF, 2009).

⁵ "+" sobrevalorização, "-" subvalorização.

⁶ Variação percentual na TCER necessária para eliminar o gap.

Contas de capital e financeira

As contas de capital e financeira de São Tomé e Príncipe mantiveram-se excedentárias nos últimos anos, a despeito da crise financeira mundial. A conta de capital é dominada pela ajuda externa (uma média de cerca de 20% do PIB ao ano) relacionada ao programa de investimento do governo. A conta financeira tem dois grandes componentes, o IDE e o endividamento do sector público.

Como reflexo da dimensão reduzida da economia e da natureza irregular de alguns investimentos, o IDE tem-se revelado volátil nos últimos anos; chegou a representar 43% do PIB em 2008 (sobretudo por causa da construção de um hotel *resort*) e registou uma mediana de 8% do PIB no período 2000-12. O capital próprio predomina na composição do IDE e, por este motivo, o risco de inversões súbitas é relativamente pequeno. O endividamento do sector público mantém-se estável, ao redor dos 9% do PIB ao ano.

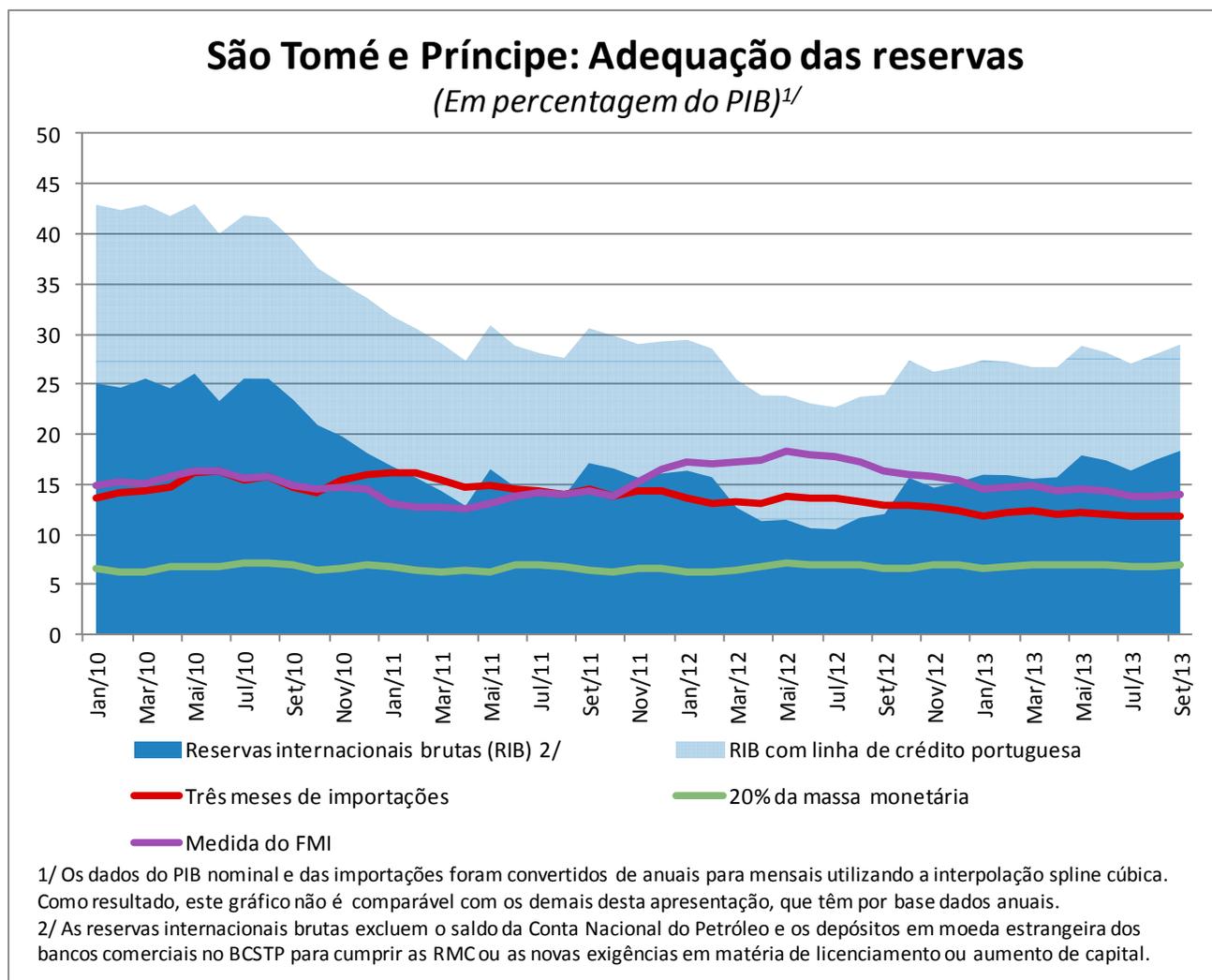
As autoridades não dispõem actualmente de instrumentos apropriados para esterilizar grandes fluxos de entrada de capitais, valendo-se principalmente da compra directa de divisas e das reservas obrigatórias. Como forma de melhorar a gestão dos grandes fluxos de capital, o banco central está a tomar medidas para desenvolver um quadro de previsão de liquidez, uma necessidade tendo em conta a perspectiva de introdução, no momento oportuno, de instrumentos do mercado monetário.

Embora a ausência de dados sobre a posição de investimento internacional (PII) dificulte a análise da posição dos activos externos líquidos do país, o banco central e os bancos comerciais têm estado a reforçar as suas posições de AEL nos últimos anos. Estima-se que o saldo da Conta Nacional do Petróleo diminua nos próximos anos, a menos que sejam recebidos novos bónus de assinatura da parte de empresas que desejem participar do desenvolvimento da Zona de Exploração Exclusiva (ZEE) de São Tomé e Príncipe.

Reservas cambiais

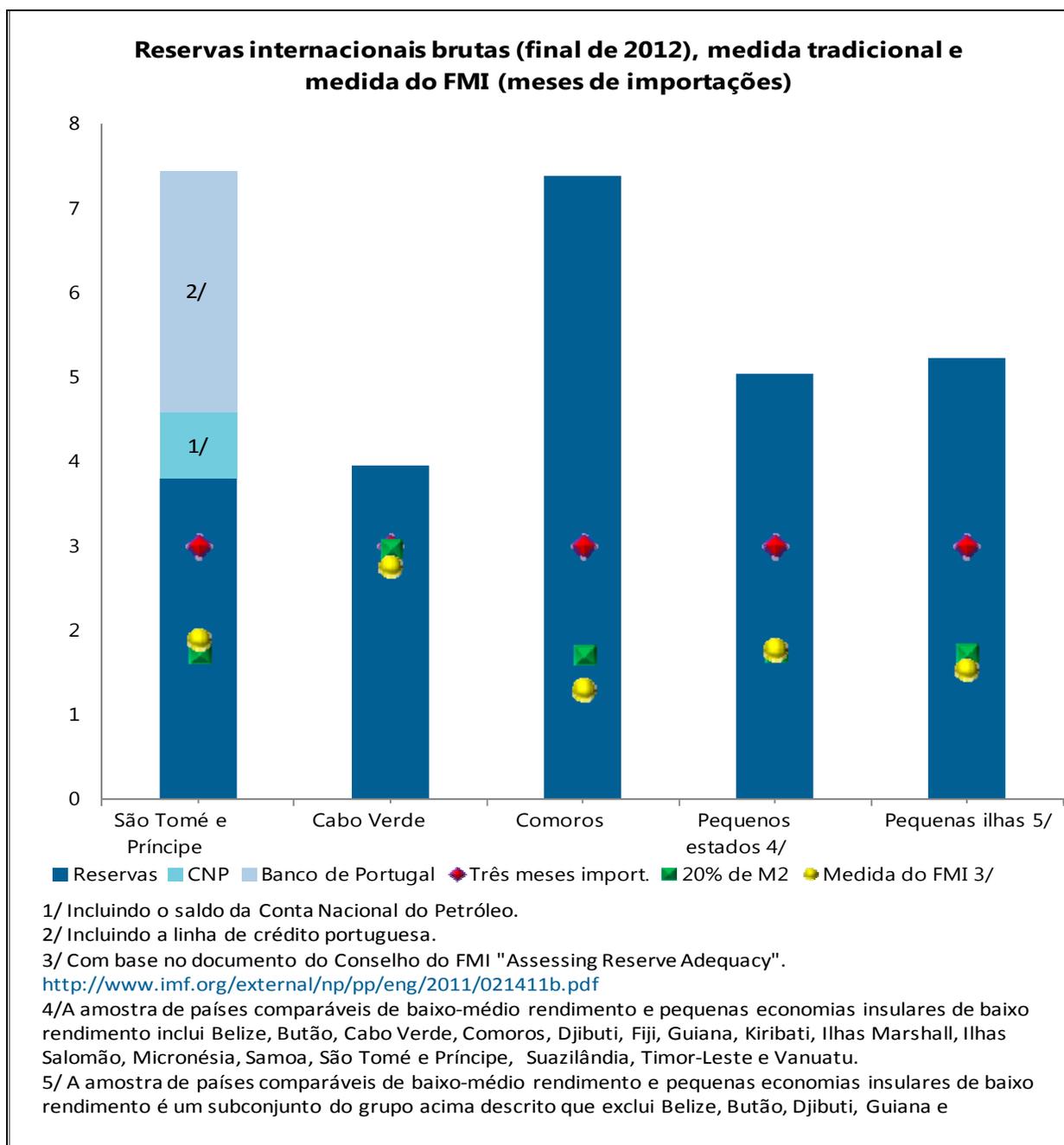
O nível actual das reservas cambiais parece ser suficiente para resistir a choques externos, e encontra-se basicamente em linha com os países comparáveis. As reservas não apenas representam um seguro contra choques externos mas também servem como instrumento estratégico para a gestão da instabilidade financeira interna. Após cair para menos de três meses de importações em meados de 2012,⁶ a acumulação de reservas internacionais pelas autoridades aumentou consideravelmente, beneficiando das receitas de privatização e de ingressos de recursos do Banco Mundial, da Nigéria e de Timor-Leste. As reservas internacionais brutas de São Tomé e Príncipe ascendiam a USD 43,8 milhões (cerca de cinco meses de importações) no final de 2012, e USD 58,5 milhões (cerca de 5,4 meses de importações) no final de Setembro de 2013. Para além disso, as autoridades têm acesso a USD 7,2 milhões em depósitos na CNP e €25 milhões de uma linha de crédito contingente com Portugal.

⁶ O nível das reservas internacionais caiu para menos de três meses de importações em meados de 2012, quando os bancos comerciais locais com posições longas em divisas intensificaram as compras de dólares norte-americanos junto do BCSTP. Em Julho de 2012, porém, as autoridades esclareceram os procedimentos para tais compras.



As autoridades decisoras muitas vezes recorrem a regras práticas para avaliar o nível de suficiência das reservas, tais como a cobertura das importações, o rácio reservas/M2 e as medidas do FMI sobre a adequação das reservas. Os limiares mais utilizados para essas medidas são três meses de cobertura de importações e rácio de reservas/M2 de 20%.⁷ Quando avaliadas segundo essas regras, as reservas cambiais de São Tomé e Príncipe situam-se acima dos limiares tradicionais, mas ligeiramente abaixo do nível mediano de países comparáveis. Contudo, se forem incluídos os depósitos da CNP e a linha de crédito portuguesa, as reservas de São Tomé e Príncipe são superiores às dos países comparáveis.

⁷ O rácio entre as reservas e a dívida de curto prazo é usado em economias de mercados emergentes e poderia ser importante para São Tomé e Príncipe à medida que o seu sector financeiro continua a se desenvolver, mas tal rácio não é incluído nesta nota devido às limitações em termos de dados.

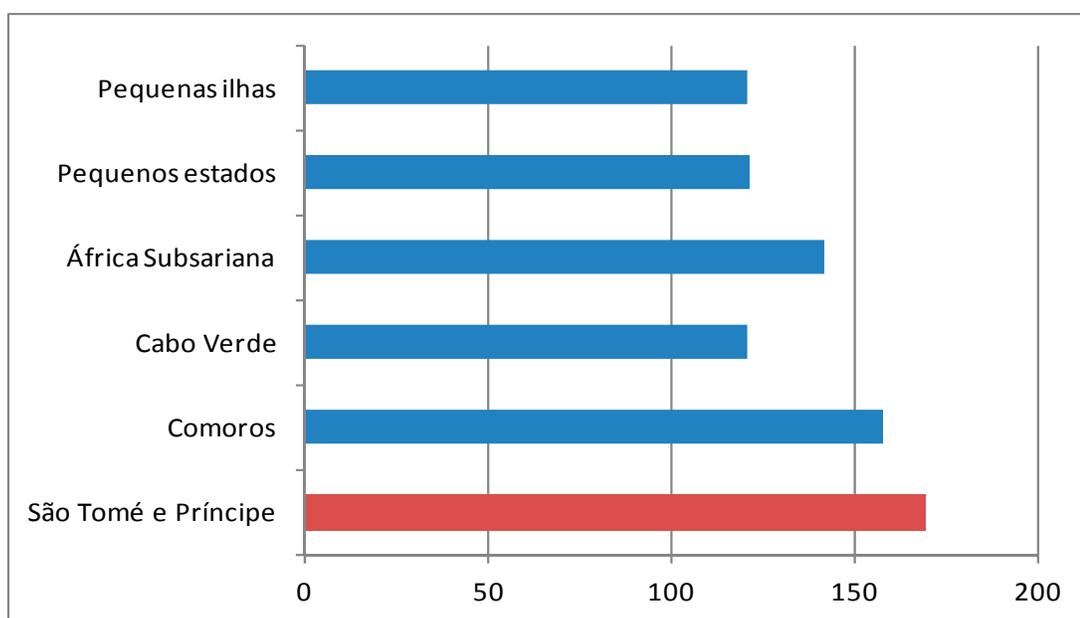


Desequilíbrios externos e competitividade

O défice da conta corrente externa de São Tomé e Príncipe ao longo da última década foi explicado pelas taxas relativamente baixas de poupança pública e privada e pelos investimentos públicos e privados significativos, financiados pela ajuda externa e por IDE. Considerando que o país continua a apresentar necessidades significativas em termos de investimentos, as políticas que visam corrigir esse desequilíbrio ao longo do tempo terão de concentrar-se no aumento da poupança e na promoção da competitividade. O país terá de formular uma abordagem abrangente para melhorar a competitividade. A correcção dos desequilíbrios externos através de uma depreciação nominal dificilmente resultaria numa taxa de câmbio

efectiva real mais depreciada no médio prazo, devido à sua transferência para os preços internos. Um aumento acentuado das importações de mercadorias por causa da depreciação cambial poderia repercutir nos outros sectores da economia, elevar os custos globais de produção interna e, talvez, resultar numa posição inalterada ou até mais fraca no que respeita à competitividade dos preços internacionais.⁸ O regime cambial fixo de São Tomé e Príncipe trouxe benefícios ao país, ao pôr um fim ao ciclo de inflação e depreciação. Por conseguinte, o aumento da produtividade deve provir de investimentos que melhorem o capital humano e reduzam os gargalos infra-estruturais e a escassez esporádica de bens essenciais.

Os indicadores qualitativos da competitividade revelam gargalos estruturais e institucionais significativos em São Tomé e Príncipe. O país é classificado como de fraco desempenho segundo o índice CPIA do Banco Mundial de [Avaliação Institucional e de Políticas Nacionais](#) e continua nas últimas posições na edição de 2014 do inquérito [Doing Business](#) do Banco Mundial.

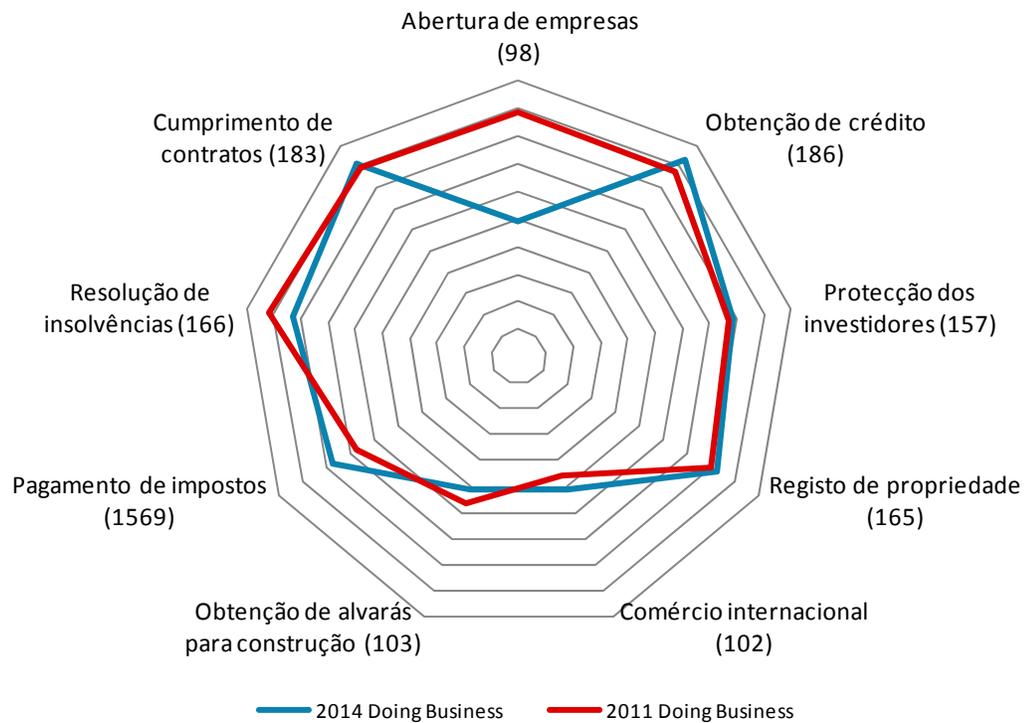


São Tomé e Príncipe fez alguns progressos na melhoria do seu ambiente de negócios, mas ainda há muito a ser feito. A edição de 2012 do inquérito *Doing Business* colocou o país entre os que mais realizaram reformas em 2011, uma vez que as autoridades instituíram um guiché único para os investidores e eliminaram uma gama variada de exigências em matéria de licenças e capital mínimo para a abertura de empresas. Contudo, são necessárias mais reformas estruturais para estimular a produtividade e melhorar o ambiente de negócios, incluindo medidas para fortalecer o enquadramento jurídico do país (nos quesitos de cumprimento dos contratos, registo de propriedades e protecção dos investidores, por exemplo). Para continuar a melhorar o clima de negócios, o governo poderia instituir uma plataforma de diálogo entre os sectores público e privado, com o objectivo de identificar entraves ao desenvolvimento do sector privado e propor planos de acção para eliminá-los.

⁸ Wang, Jian-Ye *et al.*, "The Choice of Monetary and Exchange Rate Arrangements for a Small, Open, Low-Income Economy: The Case of São Tomé and Príncipe", IMF Working Paper 08/118, (Washington: International Monetary Fund).

São Tomé e Príncipe : Indicadores *Doing Business*

Posição em 2014 entre parênteses



Source: World Bank 2014 Doing Business Report

Apêndice III. Diagnóstico do Sector Financeiro¹

A. O Sector Financeiro de São Tomé e Príncipe

1. **O sistema financeiro de São Tomé e Príncipe continua a crescer, apesar da sua base reduzida.**

Os activos totais do sector em percentagem do PIB cresceram de 23% em 2004 para cerca de 40% em 2012. Os bancos comerciais respondem por cerca de 98% do mercado, e as seguradoras pelos restantes 2%. O sector das microfinanças é incipiente, e uma lei foi apresentada ao governo em 2013 para regulamentar o sector. Não existe um mercado de capitais. Dada a predominância dos bancos no sistema, a presente avaliação concentra-se no sector bancário.

2. **O sistema bancário é dominado pelo capital estrangeiro, mas com uma proporção significativa de capital público nacional no maior banco.**

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), o maior banco, apresenta uma estrutura em que 52% do seu capital é detido por um banco português (CGD) e um banco de investimento angolano (BAI). O governo detém uma participação de controlo de cerca de 48%. A maioria do capital do Banco Equador também é de origem estrangeira (Grupo Mombanka e Mosquito), com uma participação local de 5%. O capital dos restantes bancos comerciais, Afriland First Bank, Island Bank, Commercial Bank of São Tomé and Príncipe, EcoBank, Energy Bank e BGFI Bank, é 100% estrangeiro.

| Nome do Banco | Propriedade | | País(es) dos accionistas estrangeiros |
|---|-------------|-------------|---------------------------------------|
| | Nacional | Estrangeira | |
| Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP) 1- | 48% | 52% | Angola, Portugal |
| Afriland First Bank São Tomé e Príncipe | | 100% | Camarões |
| Banco Equador (BE) | 5% | 94% | Angola |
| Island Bank S.A. | | 100% | Nigéria |
| Commercial Bank São Tomé e Príncipe (COBSTP) | | 100% | Camarões |
| Ecobank São Tomé e Príncipe | | 100% | Gana, Nigéria, Costa do Marfim |
| Energy Bank São Tomé e Príncipe | | 100% | Gana, Nigéria |
| BGFI Bank São Tomé e Príncipe | | 100% | Gabão |

1- O Governo detém 48% das acções do BISTP, e os restantes 52% pertencem à CGD (um banco português) e ao BAI (um banco de investimento angolano).

B. Metodologia de Avaliação do Sector Bancário

3. **A metodologia empregada nesta nota para avaliar o sector bancário é conhecida como aferição quantitativa (*quantitative benchmarking*).** Envolve observar a evolução de um conjunto de indicadores através do tempo e entre países. A dimensão temporal é capturada através da análise de tendências dos principais indicadores, uma vez que o desenvolvimento do sector financeiro é um processo com limites temporais. Para a comparação entre países, seleccionou-se um grupo de pequenos estados

¹ Nota elaborada por Rodgers Chawani (AFR).

insulares² com características semelhantes, bem como a África Subsariana (excluindo a África do Sul e a Nigéria).³ A economia de São Tomé e Príncipe é avaliada comparando a sua profundidade, acesso, eficiência e estabilidade com o grupo de países comparáveis. A avaliação também considera o ponto da situação da supervisão bancária em relação aos princípios fundamentais de Basileia, bem como o plano estratégico do banco central para 2012-15. Todavia, a disponibilidade reduzida de dados limitou o alcance deste exercício.

C. Análise das Tendências

4. A análise das tendências concentrou-se na evolução dos agregados entre 2004 e 2012.

A análise constituiu uma avaliação estática do sector bancário, isoladamente dos comparadores seleccionados.

Tabela 1: Tendências do Sector Bancário

| | 2004 | 2008 | 2012 | Métrica |
|---|-------|-------|-------|--------------|
| Massa monetária como percentagem do PIB | 28 | 39 | 37 | Profundidade |
| Crédito ao sector privado como percentagem do PIB | 17 | 28 | 36 | |
| Depósitos do sector financeiro como percentagem do PIB | 23 | 35 | 40 | |
| Agências de bancos comerciais por 100 mil adultos | 5 | 9 | 23 | Acesso |
| Número de caixas automáticos | 0 | 0 | 22 | |
| População adulta com conta bancária (percentagem) | | 51 | 87 | |
| Número de bancos comerciais | 4 | 8 | 8 | Concorrência |
| Intermediários não bancários | 1 | 2 | 2 | |
| Concentração de activos do maior banco (percentagem) | | 49,8 | 50 | |
| Concentração de activos dos três maiores bancos (percentagem) | | 72,5 | 69 | |
| Rendimento dos activos (ROA) | -3,8 | -1 | -0,04 | Eficiência |
| Rendimento do capital (ROE) | -18,6 | -3,7 | -0,16 | |
| Empréstimos mal parados | | 19,3 | 18,9 | |
| Depósitos em divisas como percentagem do total de depósitos | 51 | 55 | 57 | Dolorização |
| Empréstimos em moeda estrangeira como percentagem do total de empréstimos | 60 | 74 | 58 | |
| Activos líquidos como percentagem do total de activos | 18 | 19 | 36 | Liquidez |
| Reservas excedentes como percentagem da massa monetária | 11,93 | 23,72 | 27,58 | |

Fontes: FMI e Bankscope.

² Comoros, Cabo Verde, Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Samoa, Timor-Leste e Vanuatu.

³ As referências à África Subsariana na presente nota se referem à África Subsariana excluindo a África do Sul e a Nigéria.

5. **As medidas convencionais de aferição da profundidade financeira indicam que o sector bancário de São Tomé e Príncipe se aprofundou nos últimos anos.** A profundidade financeira diz respeito até que ponto os diferentes segmentos da população são capazes de utilizar uma variedade de serviços bancários para fins de decisões de investimento e aforro. Tradicionalmente, utilizam-se os rácios da massa monetária e do crédito ao sector privado em relação ao PIB para medir a profundidade financeira. Segundo a Tabela 1, o rácio entre a massa monetária e o PIB aumentou de 28% em 2004 para cerca de 37% em 2012. Do mesmo modo, o rácio entre o crédito ao sector privado e o PIB mais do que dobrou, de 17% do PIB em 2004 para 36% em 2012.
6. **A penetração do sistema bancário de São Tomé e Príncipe, conforme medida pelos progressos na busca de oportunidades mais inclusivas para o acesso equilibrado aos serviços financeiros, revela algumas melhorias notáveis.** Segundo dados do Inquérito de Acesso aos Serviços Financeiros, a proporção de população bancarizada, representada pelo número de contas bancárias por 100 mil adultos, aumentou de 51% em 2008 para 87% em 2012. Este crescimento foi apoiado por uma ampla rede de agências por 100 mil adultos, que cresceu de uns escassos 4% em 2004 para 23% em 2012.
7. **Os caixas automáticos foram introduzidos em Outubro de 2011, o que facilitou o acesso da população aos recursos bancários.** Desde a sua introdução, o número de caixas aumentou para 19–22 em 2012, e, de forma correspondente, o nível de transacções diárias registou um aumento expressivo. Esta evolução aponta para uma melhoria geral no sentido de mais inclusão financeira.
8. **Os indicadores da concorrência e eficiência afiguram um panorama inconclusivo do sector bancário de São Tomé e Príncipe.** Do ponto de vista do número de prestadores de serviços, as condições concorrenciais melhoraram, uma vez que o número de bancos dobrou de quatro em 2004 para oito em 2008. Tal aumento não foi, porém, acompanhado por uma evolução semelhante nas quotas de mercado. O maior banco ainda detém cerca de 50% do mercado e a concentração de activos dos três maiores bancos é muito elevada, em cerca de 69%. O ideal é contar com um sistema financeiro eficiente que ofereça uma ampla gama de serviços financeiros. Contudo, o sector bancário de São Tomé e Príncipe não dispõe de uma variedade de instrumentos financeiros. Acresce que os indicadores de eficiência são muito fracos, uma vez que ambas as medidas de rentabilidade dos activos e rentabilidade do capital têm-se situado próximas ou abaixo de zero por cento.
9. **Uma característica marcante do sector bancário de São Tomé e Príncipe tem sido a dolarização.** Verifica-se uma tendência de manter uma grande parcela dos activos e passivos em moeda estrangeira. Quando a inflação passou de 9% em 2001 para cerca de 28% em 2007, os temores quanto à erosão dos rendimentos na sequência de uma possível desvalorização cambial excessiva induziram um grau elevado de substituição da moeda. O rácio de depósitos em divisas sobre a massa monetária aumentou de 35% em 2001 para cerca de 57% em 2007. Os bancos comerciais operavam sobretudo com moeda estrangeira e, por conseguinte, os créditos em divisas representavam entre 70 e 75% da carteira de crédito. Contudo, graças aos esforços envidados nos últimos anos para reduzir a dolarização no sistema financeiro, inclusive através de regulamentos prudenciais sobre as reservas mínimas de caixa, a parcela dos empréstimos em divisas caiu de 77% em 2010 para 58% em 2012.

10. **A situação em matéria de liquidez mudou muito desde 2011, com os bancos a manter um volume mais elevado de saldos involuntários para além do mínimo regulamentar.** Entre 2004 e 2008, o rácio de activos líquidos sobre o total de activos foi de cerca de 18%, em média. Em Março de 2010, o banco central passou a exigir que as reservas obrigatórias sobre depósitos em divisas fossem constituídas 100% em moeda nacional, ao invés de 100% em divisas. Esta alteração na política provocou um aperto das condições de liquidez e o não-cumprimento dos níveis mínimos de reservas de caixa. Em Dezembro de 2011, o banco central reduziu para 90% a parcela das RMC a ser constituída em moeda nacional e reduziu novamente o coeficiente de reservas obrigatórias, de 21% para 18%. Aliado ao abrandamento da expansão do crédito, isto produziu um forte aumento das reservas excedentárias, de 11,9% da base monetária em Janeiro de 2011 para 27,5% em Março de 2013. Para além destes desenvolvimentos, o rácio de activos líquidos sobre o total de activos dobrou de 18% em 2008 para 36% em 2012.

D. Análise Comparativa do Sector Bancário de São Tomé e Príncipe

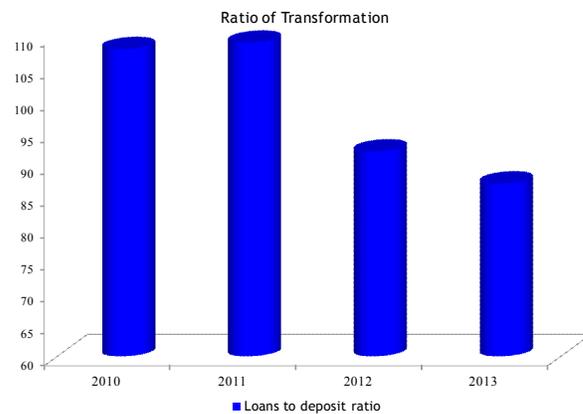
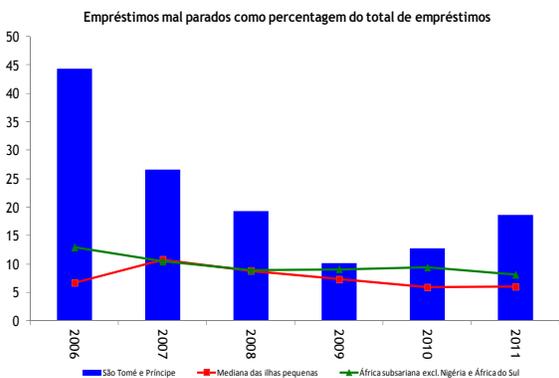
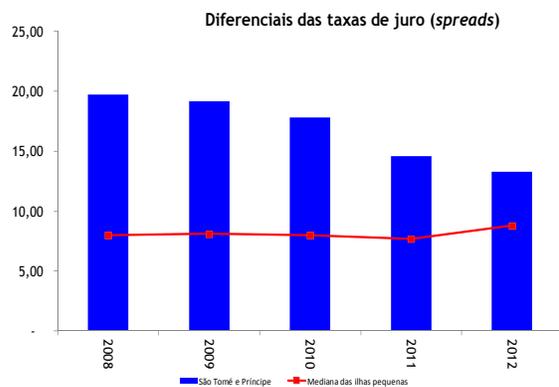
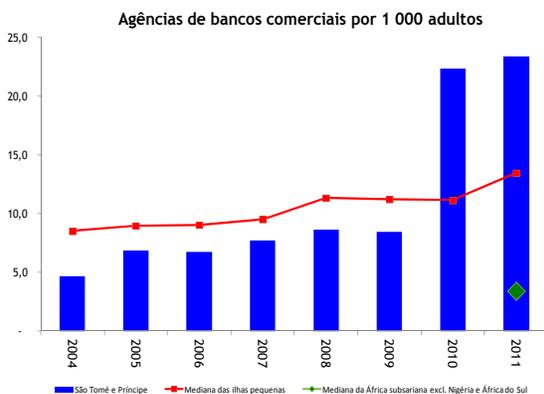
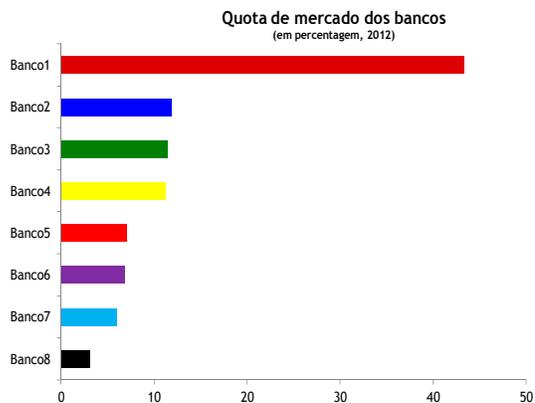
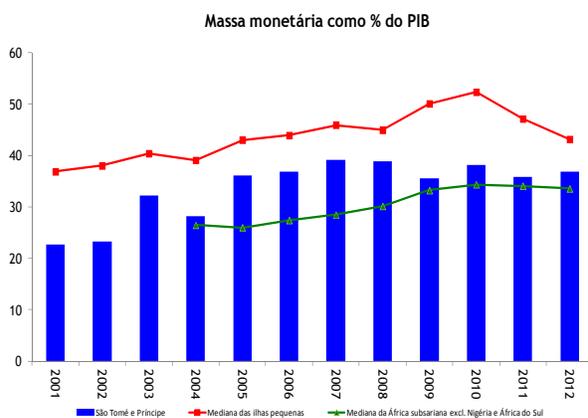
11. **O exercício de aferição comparativa permite uma avaliação do desempenho do sector financeiro de São Tomé e Príncipe relativamente aos quesitos de profundidade, acesso, eficiência, estabilidade e supervisão.** A normalização da maioria dos activos e passivos como proporção do PIB facilita a aferição dos indicadores seleccionados e as comparações entre países. A diferença entre o valor observado e a mediana do referencial indica que há margem para medidas de política ou mais progressos.

Análise comparativa da profundidade

12. **As medidas tradicionais de profundidade indicam que o desempenho de São Tomé e Príncipe é melhor que o da África Subsariana, mas pior que o dos pequenos estados insulares.** Os rácios do crédito ao sector privado e da massa monetária sobre o PIB estão em ascensão desde 2004 e encontram-se muito acima dos referenciais subsarianos. Isto implica que, ao longo dos anos, o desenvolvimento do sector bancário de São Tomé e Príncipe alcançou níveis comparáveis aos dos seus pares regionais. Trata-se de uma evolução positiva, mas que pode também ser sintomática de uma expansão insustentável na sequência da assunção excessiva de riscos, sustentada nas expectativas de produção de petróleo. Não obstante este desempenho, o desenvolvimento do sector bancário de São Tomé e Príncipe ainda é inferior ao dos pequenos estados insulares, talvez em função das características económicas e estruturais do país, como a densidade populacional.⁴

⁴ Como países com baixa densidade populacional estão associados com uma penetração financeira superficial e custos de intermediação financeira mais elevados de deseconomias de escala, o tamanho da população pode ser um factor elucidativo.

Indicadores Seleccionados do Sector Bancário



Análise comparativa do acesso

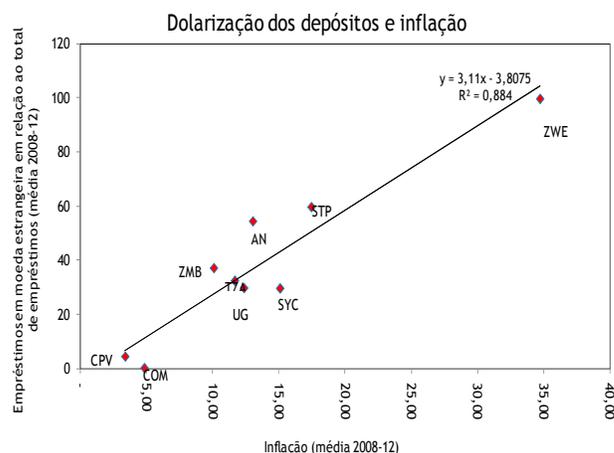
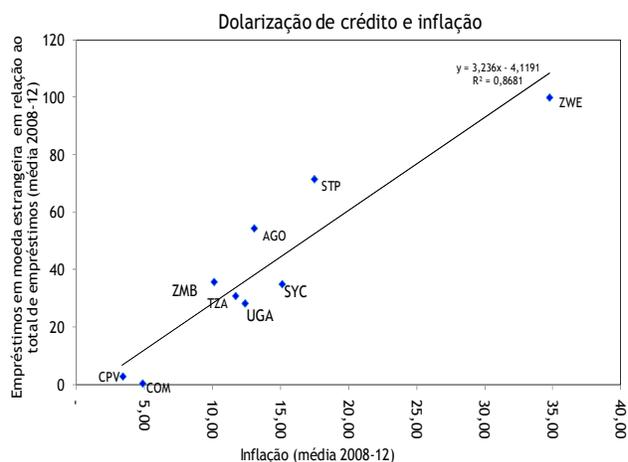
13. **As estimativas do alcance dos serviços financeiros apontam para uma melhoria da penetração dos serviços financeiros em São Tomé e Príncipe.** Partindo-se da relação entre o número de contas de depósitos e a população adulta para estimar a parcela bancarizada da população, conclui-se que o elevado nível de acesso, de 70%, é superior à mediana de 29,2% da África Subsariana. Este resultado é apoiado pelo aumento no número de agências de bancos comerciais por 100 mil adultos, de uns escassos 4,7% em 2004 para cerca de 23,4% em 2011, o que excede o referencial regional de 3,5%. Com o tempo, o número de agências em relação à população alcançou os valores dos pequenos estados insulares e, após 2010, o sector superou largamente a marca de referência desses estados. O aspecto da inclusão do sector bancário beneficiou também da introdução tardia dos caixas automáticos, cujo número (24) é superior à mediana dos pequenos estados insulares (12). De modo geral, o sistema bancário tornou-se mais inclusivo, mas o melhor desempenho em termos de rede de agências indica também que o país tem mais bancos comerciais do que o ideal. De facto, o número mediano de bancos comerciais nos pequenos estados insulares é quatro. Para além disso, os custos de manutenção de caixas automáticos são mais elevados, porém o seu número é muito superior ao da África Subsariana e dos pequenos estados insulares.

Análise comparativa da eficiência

14. **A entrada de novos intermediários financeiros não foi acompanhada por ganhos de eficiência no sector bancário.** O desenvolvimento sustentável do sistema financeiro e o nível de apoio por ele prestado ao sector real dependem da eficiência da intermediação. Quando medida como o diferencial entre as taxas activas e passivas dos bancos comerciais, os diferenciais de taxa de juros, embora tenham diminuído de 19,7% em 2008 para cerca de 13,3% em 2012, continuam acima da mediana dos pequenos estados insulares. Segundo relatos, a fonte do diferencial são os elevados custos gerais administrativos, as deseconomias de escala devido à pequena dimensão dos mercados, bem como a ineficiência dos bancos ao longo dos anos, resultando na transferência dos custos elevados para os clientes.

Análise comparativa da dolarização

15. **A dolarização financeira tem sido uma característica marcante do sector bancário de São Tomé e Príncipe nos últimos oito anos.** A dolarização, medida como o rácio dos depósitos em divisas sobre o total de depósitos, e como os empréstimos em moeda estrangeira sobre o total de empréstimos, aumentou no período 2004-12. O gráfico mostra a inflação média no período 2008-12 e a relação entre os empréstimos em moeda estrangeira e o total de empréstimos num período semelhante, e confirma que, em comparação aos países seleccionados da África Subsariana e pequenos estados insulares, São Tomé e Príncipe é mais dolarizado.



16. **A dolarização financeira tem implicações para a estabilidade financeira.** A posição do banco central pode facilmente sofrer pressões para actuar como emprestador de dólares em última instância. Ademais, os bancos com o maior volume de passivos internos em dólares devem equilibrar as suas posições cambiais através da concessão de empréstimos em dólar a tomadores cujos rendimentos são auferidos em moeda nacional, ou então deter activos no estrangeiro. A concessão de crédito a clientes internos sem cobertura gera um risco de crédito. E, mais importante, a experiência de muitos países revela que não é fácil reverter a dolarização, mesmo após a remoção das causas subjacentes, o que resulta no fenómeno da “histerese da dolarização” — persistência da dolarização após o controlo da inflação. Nos últimos meses, tem-se verificado uma correlação entre o declínio da inflação e uma redução da dolarização.

17. **Recentemente, a desdolarização em São Tomé e Príncipe tem sido o resultado de forças prudenciais e de mercado.** As autoridades obtiveram êxito na implementação de políticas de estabilização macroeconómica, que produziram fundamentos mais sólidos em termos de inflação baixa e expectativas mais bem ancoradas. Para além disso, a gestão activa das reservas obrigatórias e outras medidas prudenciais tomadas pelas autoridades contribuíram para a desdolarização.

D. Análise Comparativa da Solidez do Sector Bancário de São Tomé e Príncipe

18. **A solidez do sector bancário é avaliada com base em Indicadores de Solidez Financeira (ISF) tradicionais relativos à adequação dos fundos próprios, liquidez, rentabilidade e eficiência.** A principal constatação é que os indicadores para o conjunto do sistema estão, de forma geral, em consonância com as normas prudenciais, apesar de encobrirem grandes variações entre bancos.

Avaliação da adequação dos fundos próprios

19. **A informação disponível sobre a solvência indica que o sector bancário de São Tomé e Príncipe está adequadamente capitalizado.** O rácio de solvência média dos últimos nove meses, aferido como os capitais obrigatórios sobre os activos ponderados pelo risco, excedeu o padrão internacionalmente aceitável

de 8%, com cerca de seis bancos a superar sistematicamente os 10%. Este nível de capitalização agregada é positivo quando comparado a outros sistemas bancários, em especial na África Subsariana, mas fica atrás dos pequenos estados insulares.

20. **Contudo, a capitalização de alguns bancos é deficiente.** O número de bancos com rácios de capitalização inferiores a 6% aumentou para dois em Março de 2013. A existência prolongada de bancos subcapitalizados pode diminuir a confiança no BCSTP enquanto autoridade reguladora, uma vez que a aplicação rigorosa dos requisitos de capital é fundamental para a estabilidade financeira.

Análise comparativa da qualidade dos activos

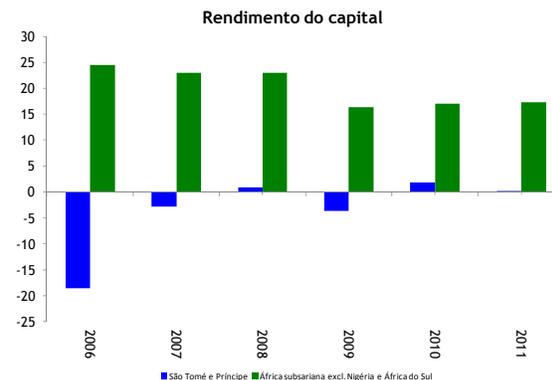
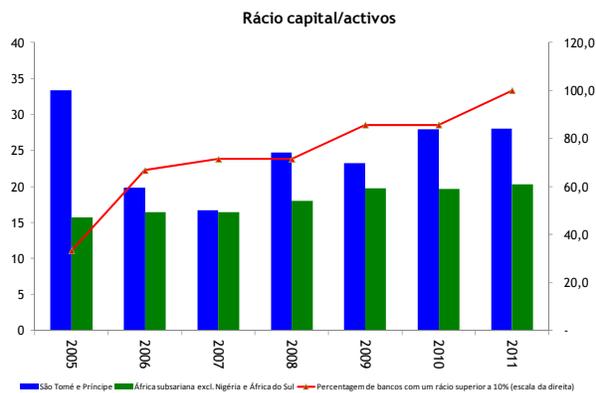
21. **A qualidade dos activos, aferida como o rácio entre os empréstimos mal parados e o total de empréstimos, também se deteriorou, ficando aquém do que verifica em pequenos estados insulares e na África Subsariana.** Entre 2000 e 2010, o país passou por períodos de forte crescimento económico e expansão do crédito que foi acompanhada por uma deterioração da qualidade dos activos. O rácio de empréstimos mal parados sobre os empréstimos totais chegou a cerca de 44% em 2006, mas recuou para 10,2% em 2010, antes de dobrar para 23% em 2013. Tal aumento foi atribuído aos lapsos nas normas regulamentares, que foram lenientes com a classificação incorrecta de activos e a assunção excessiva de riscos num contexto em que o optimismo sobre a economia e o petróleo estimularam a expansão do crédito.

Análise comparativa da rentabilidade

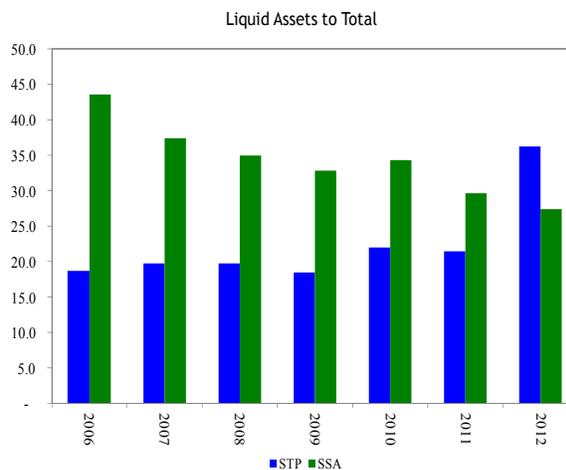
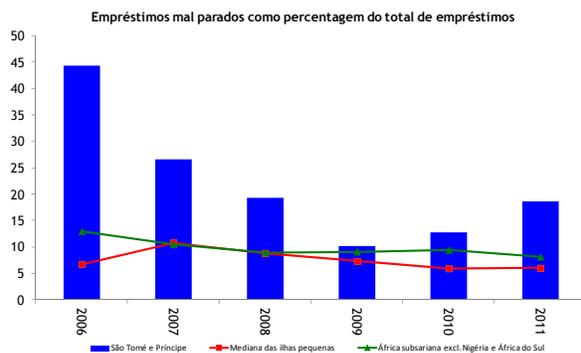
22. **Os indicadores de rentabilidade dos bancos comerciais santomenses são muito fracos.** A maioria dos bancos comerciais não são rentáveis e os resultados são iguais tanto para o rendimento dos activos quanto do capital. O rendimento dos activos dos bancos nos últimos oito anos foi em média -0,9%. O rendimento do capital, uma medida para saber se os fundos próprios disponíveis são usados de maneira rentável, também foi em média -3,2% no mesmo período. A comparação com a média da África Subsariana, superior a 20% em 2012, é desfavorável. Curiosamente, os accionistas dos bancos deficitários estão dispostos a cobrir os seus prejuízos e aumentar o seu capital para manter a sua presença no país, na expectativa do início da produção de petróleo.

Indicadores Seleccionados de Estabilidade

Bem capitalizados, mas alguns dão sinais de problemas... ...os indicadores de rentabilidade são fracos...



... a qualidade dos activos também se deteriorou e a liquidez está a se acumular.



Análise comparativa da liquidez

23. **Os rácios de liquidez do sistema bancário de São Tomé e Príncipe são elevados.** O excesso de liquidez por um período prolongado (acima do mínimo estrutural), gera incentivos de mercado negativos e fere a credibilidade do banco central na sua busca pela meta dupla de estabilidade monetária e financeira. Várias missões de assistência técnica do FMI recomendaram o restabelecimento de condições de liquidez neutras com um risco duplo, ou seja, um excedente ou défice amplo também para preservar o regime de taxa de câmbio fixa. Lidar com as reservas excedentárias também é visto como um catalisador para o desenvolvimento de um mercado interbancário. É recomendável, portanto, que as autoridades envidem esforços para uma gestão mais proactiva da liquidez. Tal pode ser alcançado com uma avaliação adequada das condições de liquidez excedente, alargamento do quadro de previsão de liquidez e autorização, oportunamente, de operações de mercado aberto.

24. **Os bancos comerciais santomenses são financiados sobretudo por depósitos.** O rácio entre depósitos de clientes e empréstimos tem-se mantido estável. Os bancos também beneficiam do financiamento de bancos estrangeiros. O mercado interbancário é praticamente inoperante e, portanto, não constitui uma fonte significativa de financiamento da liquidez dos bancos. Esta situação é atribuída a diversos factores. Apesar da ampla liquidez no sistema, ela não é uniformemente distribuída. O mercado continua segmentado, uma vez que o comércio é raro e baseado em relações bilaterais ou uma contraparte é considerada fiável com base na preferência ou quaisquer outros critérios subjectivos. Os bancos em geral relutam em emprestar uns aos outros devido à falta de capacidade para avaliar os riscos de contraparte. Nunca é demais salientar a necessidade de um mercado interbancário activo, já que irá promover a eficácia e a sustentabilidade do regime de taxa de câmbio fixa.

D. Análise Comparativa da Supervisão e Regulação Bancária

26. **A metodologia empregada para avaliar a supervisão e regulação bancária assenta nos Princípios Fundamentais de Basileia (PFB) de Supervisão Bancária Eficaz, desenvolvidos pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (CBSB).** Os PFB servem de medida de referência em relação à qual se pode avaliar os regimes de supervisão bancária. Os PFB foram avaliados no contexto do progresso feito na implementação do Plano Estratégico do Banco Central de São Tomé e Príncipe para 2012 e 2015. Os PFB estabelecem as cinco condições para um sistema financeiro robusto, nomeadamente: i) políticas macroeconómicas sólidas e sustentáveis, ii) infra-estruturas públicas desenvolvidas, iii) disciplina de mercado efectiva, iv) procedimentos eficazes para a recuperação de um banco problemático e v) nível adequado de protecção sistémica. Pontos fracos ou deficiências nestas áreas podem comprometer seriamente a capacidade da autoridade supervisora para implementar a supervisão eficaz.

Políticas macroeconómicas sólidas e sustentáveis

27. **A avaliação centrou-se na capacidade dos supervisores para avaliar vulnerabilidades e riscos associados às políticas macroeconómicas, quer no sistema financeiro quer para a eficácia da supervisão bancária.** Neste sentido, foram avaliados os esforços feitos pelo BCSTP para cumprir os seus objectivos estratégicos para a melhoria da eficiência da política monetária, bem como o reforço da

capacidade técnica do quadro de inspectores. Deram-se passos importantes nos últimos anos para melhorar a supervisão bancária. No seguimento da assistência técnica do FMI (MCM), as autoridades conseguiram desenvolver um quadro de previsão da liquidez a um dia para a realização de uma gestão activa de liquidez. O quadro foi alargado para além do prazo de um dia, para horizontes semanais e mensais. Todavia, o BCSTP está a se debater com a persistência dos erros de previsão e com o nível de sofisticação do quadro. O BCSTP conseguiu também criar relatórios financeiros para os bancos e uma base de dados electrónica, recomendar formulários padronizados para os bancos comerciais e introduzir inspecções *in situ*.

28. **As rondas de inspecções *in situ* evoluíram conforme o planeado pelo BCSTP, que examinou quatro bancos entre 2011 e 2012.** O BCSTP prevê concluir a inspecção dos restantes bancos comerciais até ao final de Junho de 2014. Aproveitando a assistência técnica do FMI, as autoridades também desenvolveram procedimentos operacionais para empréstimos emergenciais. Para preservar a estabilidade financeira, os dois bancos comprometeram-se a elevar para mais de 10% o seu rácio de fundos próprios sobre activos ponderados pelo risco.

29. **Apesar da evolução das normas de supervisão e do alargamento do perímetro de regulamentação, ainda existem estrangulamentos em matéria de recursos humanos.** A capacidade de inspecção da Direcção de Supervisão Bancária e de Seguros (DSBS) é insuficiente. O BCSTP continua a se debater com a falta de pessoal para atender as exigências de supervisão do sector financeiro, para além da constante rotação do pessoal. O departamento tem um efectivo de oito trabalhadores, o que inclui um director e um administrador.

Adequação das infra-estruturas públicas

30. **Infra-estruturas públicas bem desenvolvidas, que abrangem a execução de contratos, sistemas judiciais eficientes e normas contabilísticas internacionais, são essenciais para uma supervisão eficaz.** A avaliação das infra-estruturas públicas foi realizada no contexto do objectivo do BCSTP de modernizar o seu quadro institucional, contabilístico e jurídico. Progrediu-se na redacção de procedimentos de autuação, com a harmonização de normas contabilísticas baseadas nas normas internacionais. O país também desenvolveu um Sistema Nacional de Pagamentos, um pré-requisito para a manutenção e a promoção da estabilidade financeira.

31. **Numa tentativa de incentivar os bancos a alargar o crédito ao sector privado para além do tradicional círculo de grandes empresas, São Tomé e Príncipe criou um gabinete de crédito.** De preferência, o Gabinete deve recolher, gerir e disseminar informações sobre clientes aos credores com vista a melhorar o acesso ao crédito. Os bancos comerciais têm sido receptivos, de modo geral, à criação do Gabinete, e a apresentação de dados melhorou desde então. Estima-se que actualmente 75% dos credores estejam registados, e os empréstimos múltiplos junto a diferentes bancos diminuiram desde então.

32. **Apesar de São Tomé e Príncipe ter um conjunto completo de medidas correctivas, não consegue aplicá-las sistematicamente.** O processo de definição de directivas e aplicação de coimas ou sanções envolve uma série de procedimentos jurídicos demorados, o que atrasa a decisão final e compromete a eficácia da regulamentação. Em consequência, existem ineficiências no sistema que resultam

em prolongados atrasos na resolução de disputas. Acima de tudo, é preciso actualizar a Lei Orgânica do BCSTP para equipá-lo com os instrumentos e os poderes necessários para a prossecução dos seus objectivos.

33. **O funcionamento eficaz dos mercados financeiros depende muito da expectativa de que elevados padrões profissionais, jurídicos e éticos serão aplicados e fiscalizados.** As autoridades tomaram medidas concretas para resolver as deficiências do quadro de CBC/FT de São Tomé e Príncipe. Com a assistência técnica do Departamento Jurídico do FMI, as autoridades formularam emendas à lei de CBC/FT e apresentaram o projecto revisto à Assembleia Nacional em Maio de 2013; o projecto de lei foi aprovado pela Assembleia Nacional e a lei foi assinada pelo Presidente Pinto da Costa. A aprovação desta lei facilitou a recente retirada de São Tomé e Príncipe da lista do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) de jurisdições de alto risco e não cooperantes. Todavia, o GAFI observou que o regime CBC/FT de São Tomé e Príncipe ainda apresenta uma série de deficiências estratégicas e incentivou as autoridades a trabalharem com o Grupo Intergovernamental de Acção sobre o Branqueamento de Capitais em África (GIABA) para solucioná-las, nomeadamente através de medidas para reforçar as operação e as funções centrais da Unidade de Informação Financeira (UIF) por meio da melhoria dos recursos, como funcionários, equipamento e capacitação. Estas medidas destinam-se a reforçar as funções básicas da UIF, tais como receber, analisar e apresentar à Procuradoria-Geral da República relatórios de transacções suspeitas de instituições e profissões financeiras e não financeiras.

Efectiva disciplina de mercado

34. **A avaliação da força da disciplina de mercado considerou questões de transparência, incluindo a qualidade, actualidade e clareza das informações disponíveis ao público, e o papel do governo no sistema financeiro.** A efectiva disciplina de mercado, assente na transparência e na divulgação, complementa a avaliação dos bancos centrais da segurança e solidez do sistema financeiro. Na ausência de transparência financeira, os bancos são privados de informações financeiras fiáveis que lhes permitam avaliar o risco de contraparte. A este respeito, a avaliação foi contextualizada com os objectivos estratégicos do BCSTP de promover o uso de melhores práticas internacionais em relação à transparência e à eficiência. Não existem provas de que o governo tente influenciar as operações de empréstimo dos bancos. Embora a disponibilização de informações financeiras atempadas, precisas e fiáveis aos participantes do mercado seja essencial para o bom funcionamento da disciplina de mercado, o BCSTP ainda não publica informações económicas e financeiras com grande frequência. Estão a ser envidados esforços para desenvolver um quadro de publicação de tarifas e encargos pelos bancos comerciais. De referir que os bancos comerciais não publicam os seus resultados conforme exige a lei. A explicação apresentada atribui a situação à ausência de veículos de comunicação e sítios Web, bem como à apreensão do banco central em expor aos participantes do mercado a solidez do sistema bancário.

Procedimentos para a recuperação efectiva de bancos problemáticos

35. **Estão a ser desenvolvidos procedimentos para a recuperação efectiva de bancos problemáticos.** Actualmente os supervisores não dispõem de um leque apropriado de procedimentos

flexíveis para a resolução eficiente de problemas em bancos, nem sequer da capacidade de realizar uma resolução ordenada de bancos problemáticos.

Mecanismo para proporcionar um nível adequado de protecção sistémica

36. **Em linha com os objectivos estratégicos de modernização dos quadros jurídicos e reforço do gabinete de apoio ao consumidor, foi realizada uma avaliação das redes de segurança financeira.**

A análise focou elementos projectados para prevenir situações em que a falência ou falência potencial de instituições financeiras individuais afecta a função de intermediação dos mercados financeiros e, portanto, a actividade económica em geral. Um elemento essencial das redes de segurança financeira é o sistema de compensação do investidor e do segurado, projectado para promover a confiança do investidor no funcionamento dos mercados financeiros e proteger os segurados da falência de instituições financeiras. São Tomé e Príncipe criou um sistema de defesa do consumidor, cujos fundos servem para manter a confiança do público no sector ao proteger o interesse de pequenas entidades ou clientes desinformados e assegurar um mecanismo de saída sem sobressaltos para empresas em dificuldade.

37. **Contudo, falta um quadro de gestão de crises financeiras.** Apesar da hipótese de uma crise ser considerada muito remota e a predominância de capital estrangeiro ser considerada como uma protecção, é preciso um plano de contingência para demonstrar a prontidão das autoridades nacionais para enfrentar uma crise sistémica.

E. Áreas de melhoria

38. **As principais vulnerabilidades identificadas pela avaliação podem ser resumidas como segue:**

- Indicadores de solvência e rentabilidade fracos.
- Níveis elevados de empréstimos mal parados.
- Desenvolvimento insuficiente dos mercados monetários e de capitais.
- Necessidade de aperfeiçoar a infra-estrutura de supervisão.

Indicadores de solvência e rentabilidade fracos

39. **Níveis de rentabilidade adequados e sustentáveis são vitais para manter a estabilidade do sistema financeiro.** Como os resultados não distribuídos são a principal fonte de geração orgânica de capital, lucros baixos podem impedir os bancos de expandir e de conceder crédito adicional à economia real. Mesmo que os rácios de solvência sejam elevados, a fraca rentabilidade pode debilitar a capacidade dos bancos de absorver mais choques negativos que porventura venham a afectar a sua solvência. A rentabilidade reflecte, em larga medida, a qualidade de gestores e accionistas, estratégias competitivas e eficiência. A baixa rentabilidade está a ofuscar os ganhos alcançados no aprofundamento financeiro e indicia a tendência de querer assegurar a presença na economia com o objectivo de tirar proveito dos recursos do

petróleo. O BCSTP precisa abordar a fraca rentabilidade dos bancos comerciais para evitar recapitalizações pontuais; para o efeito, deve:

- Monitorar o compromisso dos bancos comerciais de apresentar novos planos de negócios, que incluam um conjunto de medidas e directrizes para garantir a rentabilidade.
- Trabalhar com os bancos comerciais para aumentar a eficiência, rentabilidade e resiliência do sistema. Será importante adoptar um quadro de gestão de crises e resolução bancária e desenvolver soluções para a reestruturação dos bancos com poucas perspectivas de restaurar a rentabilidade a médio prazo (ou seja, recapitalização ou liquidação de instituições caso não seja possível identificar novas fontes de capital ou accionistas).

Nível elevado de empréstimos mal parados

40. **A deterioração da qualidade dos activos patenteados no rácio de empréstimos mal parados sobre os empréstimos totais é motivo de preocupação.** Os empréstimos mal parados, que caíram de 44% dos empréstimos brutos em 2006 para 10% em 2009, já duplicaram desde então e recentemente estabilizaram acima dos 20%. O problema é agravado por algumas dúvidas quanto à precisão da informação reportada. Algumas inspecções *in situ* confirmaram que o cumprimento das normas internacionais de informação financeira relativas aos activos mal parados poderia resultar no ajuste para além dos valores informados, da ordem de alguns pontos percentuais. Existe margem para sanear os balanços dos bancos. Recomenda-se, portanto, que as autoridades desenvolvam uma estratégia de mercado abrangente para lidar com os empréstimos mal parados e que:

- Efectuem uma avaliação realista dos activos de alto risco e uma aplicação rigorosa da classificação baseada nas normas internacionais.
- Continuem a reforçar a supervisão das práticas de gestão de risco nos bancos comerciais e as leis de execução de dívidas.
- Explore opções de reestruturação de alguns empréstimos.

Desenvolvimento dos mercados monetários e de capitais

41. **Apesar da tendência de melhoria dos indicadores-chave de profundidade e extensão do sistema financeiro, São Tomé e Príncipe poderia beneficiar de novos aperfeiçoamentos.** É evidente que o sector financeiro continua subdesenvolvido e, por conseguinte, carece de capacidade suficiente de absorção de choques. Sistemas financeiros subdesenvolvidos limitam a gama e a eficácia dos instrumentos de política disponíveis, impedem a transferência de risco e podem gerar reacções macro-financeiras negativas.

42. **Para além dos esforços actuais, o país poderia beneficiar do acesso alargado a uma gama mais ampla de instrumentos.** As reservas excedentárias estão a ser perpetuadas pela ausência de soluções para a conversão de depósitos que atingem o prazo ou investimentos alternativos. Para além disso, os dados

indicam que o excesso de liquidez estrutural é um incentivo às estratégias de compra e retenção da banca. A este respeito, as autoridades devem explorar:

- A introdução de mais instrumentos do mercado monetário para potencializar o excesso de liquidez e reduzir os seus custos de manutenção.
- O restabelecimento da actividade interbancária para actuar como árbitro entre a oferta e a procura de liquidez no sistema bancário.

Melhoria da infra-estrutura de supervisão

43. **É preciso tratar das limitações de capacidade dos recursos humanos.** A quantidade e a qualidade do capital humano são vitais para a supervisão bancária. O reforço do quadro de inspectores do banco central é essencial. A falta de pessoal pode afectar a regularidade das inspecções aos bancos. Igualmente, a elevada rotação de pessoal pode comprometer a memória institucional e o aproveitamento da assistência técnica.

44. **O banco central deve exigir e fiscalizar a publicação dos resultados financeiros dos bancos comerciais.** A evolução das práticas regulamentares para bancos e outras instituições financeiras, e em especial o Novo Acordo de Capital de Basileia, atribui maior ênfase à utilização do potencial da forças de mercado, através da correcta divulgação de informações e da maior transparência das instituições financeiras. O reforço da transparência e da disciplina de mercado destina-se a complementar as exigências em matéria de capital e de análise pelas autoridades de supervisão, bem como outras ferramentas de supervisão oficial para promover a solidez do sector. Resulta daí a importância de o banco central exigir a publicação dos resultados pelos bancos comerciais, o que deve também facilitar a avaliação dos riscos de contraparte.

45. **As autoridades devem também manter os esforços para melhorar a infra-estrutura jurídica de apoio à contratação e execução de créditos.** O reforço dos direitos de propriedade e a adequada execução de contratos são elementos cruciais para uma melhor protecção dos direitos legais dos credores. Tais melhorias aumentariam as possibilidades de um banco comercial recuperar a sua garantia através de processos judiciais céleres e com custas razoáveis.

46. **O BCSTP deve impor directrizes bem definidas para a gestão de instituições financeiras problemáticas e crises financeiras.** A falta de enquadramentos formais, combinada com a experiência limitada e a insuficiência de pessoal, pode obstruir as medidas rápidas que é preciso tomar quando surgem problemas.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2013 AO ABRIGO DO ARTIGO IV E SEGUNDA AVALIAÇÃO DO ACORDO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO — ANEXO INFORMATIVO

2 de Dezembro de 2013

Elaborado por

Departamento de África
(Em consulta com outros departamentos)

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RELAÇÕES COM O FMI | 2 |
| RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO MUNDIAL | 7 |
| RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO | 9 |
| QUESTÕES ESTATÍSTICAS | 11 |

RELAÇÕES COM O FMI

(em 31 de Outubro de 2013)

Admissão e regime de consultas

Admitido em 30 de Setembro de 1977; Artigo XIV

| Conta de Recursos Gerais: | Milhões de DSE | % da Quota |
|--|-----------------------|-------------------|
| Quota | 7,40 | 100,00 |
| Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio) | 7,40 | 100,05 |
| Posição na tranche de reservas | 0,00 | 0,00 |

| Departamento de DSE: | Milhões de DSE | % da Afectação |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Afectação acumulada líquida | 7,10 | 100,00 |
| Haveres | 0,33 | 4,64 |

| Saldo de compras e empréstimos: | Milhões de DSE | % da Quota |
|--|-----------------------|-------------------|
| Acordos ECF | 3,55 | 48,00 |

Acordos financeiros mais recentes:

| Tipo | Data de aprovação | Data de vencimento | Montante aprovado (Milhões de DSE) | Montante sacado (Milhões de DSE) |
|------------------|--------------------------|---------------------------|---|---|
| ECF | 20/07/2012 | 19/07/2015 | 2,59 | 0,74 |
| ECF ^a | 02/03/2009 | 01/03/2012 | 2,59 | 0,74 |
| ECF ^a | 01/08/2005 | 31/07/2008 | 2,96 | 2,96 |

^a Antigo PRGF.

Projectão dos pagamentos ao FMI¹

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

| | Próximos | | | | |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2013</u> | <u>2014</u> | <u>2015</u> | <u>2016</u> | <u>2017</u> |
| Capital | | 0,63 | 0,70 | 0,61 | 0,44 |
| Comissões/juros | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 |
| Total | 0,00 | 0,64 | 0,72 | 0,62 | 0,45 |

¹ Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

Implementação da Iniciativa HIPC:

| | |
|--|------------------|
| | Quadro reforçado |
| Compromissos da assistência HIPC | |
| Data do ponto de decisão | Dezembro de 2000 |
| Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) ¹ | 124,30 |
| Da qual: assistência do FMI (milhões de USD) | 1,24 |
| (equivalente em milhões de DSE) | 0,82 |
| Data do ponto de conclusão | Março de 2007 |
| Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE) | |
| Assistência prestada ao país membro | 0,82 |
| Assistência intercalar | ... |
| Saldo no ponto de conclusão | 0,82 |
| Desembolso adicional do rendimento de juros ² | 0,04 |
| Total dos desembolsos | 0,87 |

¹ A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor actual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

² No âmbito do quadro reforçado, é efectuado um desembolso adicional correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante da assistência HIPC comprometida mas não desembolsada.

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

| | |
|--|------|
| Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) ¹ | 1,43 |
| Financiada por: Fundo MDRI | 1,05 |
| Recursos HIPC remanescentes | 0,38 |

Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)

| <u>Data da prestação</u> | <u>Dívida habilitada</u> | | |
|--------------------------|--------------------------|-------------|--------------|
| | <u>GRA</u> | <u>PRGT</u> | <u>Total</u> |
| Março de 2007 | N. A. | 1,05 | 1,05 |
| Dezembro de 2007 | N. A. | 0,38 | 0,38 |

^{1/} A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

Avaliação das salvaguardas:

Uma actualização da avaliação das salvaguardas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) foi concluída em Maio de 2013. Constatou-se que o BCSTP enfrenta graves restrições em matéria de capacidades e não dispõe de supervisão independente. Os exames de auditoria externa conduzidos por firmas de auditoria idóneas continuam a servir como um mecanismo essencial de salvaguarda, e a avaliação recomendou o reforço da coordenação da auditoria pela alta administração do BCSTP para assegurar a aplicação imediata de medidas correctivas para resolver os problemas detectados durante a auditoria. O fortalecimento da função de auditoria interna e a implementação de políticas formais de investimento também figuram entre as recomendações.

Regime cambial:

O regime cambial *de jure* e *de facto* é classificado como de paridade fixa convencional ao euro. Desde Janeiro de 2010, São Tomé e Príncipe indexou a dobra ao euro, à taxa de Db 24.500 por euro. A lei orgânica do BCSTP autoriza o banco a tomar decisões relativamente à política cambial. A comissão sobre a venda de divisas não pode ser superior a 2% no caso do euro e 4% no caso das outras moedas. As compras de euros devem ser efectuadas à taxa publicada pelo BCSTP e não é permitida a cobrança de comissões. A taxa oficial cruzada entre o euro e o dólar baseia-se na taxa de referência do Banco Central Europeu (BCE) no dia anterior. O BCSTP financia transacções internacionais correntes à taxa de câmbio oficial somente após a verificação da documentação que comprova a boa-fé do pedido da instituição bancária. O acesso às divisas é restrito às instituições que apresentam uma posição líquida na moeda de transacção não superior a 12% dos fundos próprios e uma posição líquida em divisas não superior a 25% dos fundos próprios, e que estejam em conformidade com os regulamentos do banco central sobre liquidez bancária e adequação dos fundos próprios. As instituições financeiras terão acesso às facilidades do banco central independentemente das condições acima referidas caso as divisas sejam utilizadas na importação de bens e serviços em períodos de crise ou na importação de combustíveis. Os bancos comerciais que cumprirem esses requisitos podem comprar divisas directamente ao banco central, que pode cobrar uma comissão de até 1,5% sobre as vendas de euros e de até 0,5% sobre as compras de euros. A taxa de compra é meramente indicativa, pois o BCSTP raramente efectua compras. O novo regime cambial eliminou a prática de taxas de câmbio múltiplas relacionada à existência de diversos mercados cambiais com diferentes taxas de câmbio efectivas para operações à vista que vigorava nos anos anteriores.

São Tomé e Príncipe continua a se valer do regime transitório previsto no Artigo XIV, mas não mantém restrições nos termos do referido artigo. Contudo, o país mantém uma medida sujeita à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII: uma restrição cambial decorrente dos limites à transferência dos lucros líquidos de investimentos, nos termos do Artigo 3(i) e do Artigo 10.1(b) do Código de Investimento (Lei n.º 7/2008), que condicionam a transferência desses lucros ao pagamento dos impostos e outras obrigações devidas ao Estado. A restrição refere-se ao facto de que a exigência estende-se ao pagamento de impostos e outras obrigações que não têm relação com os lucros líquidos exportáveis.

Consulta ao abrigo do Artigo IV:

O Conselho de Administração concluiu as últimas consultas com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV em 23 de Janeiro de 2012.

Programa de Avaliação do Sector Financeiro (FSAP), Relatórios Sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) e Avaliações dos Centros Financeiros Offshore (OFC):

Nenhuma.

Representante residente:

Desde Outubro de 2006 o FMI não tem um representante residente em São Tomé e Príncipe.

Assistência técnica:

| Data da prestação | Departamento/finalidade |
|--------------------------|---|
| Agosto de 2013 | Missão do FAD sobre administração da receita |
| Agosto de 2013 | Missão do MCM sobre supervisão bancária |
| Junho de 2013 | Missão do FAD sobre contabilidade pública |
| Março de 2013 | Missão do MCM sobre supervisão bancária |
| Janeiro de 2013 | Missão do MCM sobre gestão de liquidez |
| Janeiro de 2013 | Missão do FAD sobre contabilidade pública |
| Novembro de 2012 | Missão do FAD sobre cenário fiscal de médio prazo |
| Novembro de 2012 | Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas |
| Novembro de 2012 | Missão de seguimento do LEG sobre CBC/FT |
| Outubro de 2012 | Missão do MCM sobre supervisão bancária |
| Outubro de 2012 | Missão de diagnóstico do FAD sobre alfândegas |
| Outubro de 2012 | Missão do FAD sobre contabilidade pública |
| Setembro de 2012 | Missão do MCM sobre gestão de liquidez |
| Julho de 2012 | Missão de diagnóstico do LEG sobre CBC/FT |
| Abril de 2012 | Missão do FAD sobre administração da receita |
| Março de 2012 | Missão do FAD sobre gestão financeira pública |
| Março de 2012 | Missão do STA sobre a balança de pagamentos |
| Fevereiro de 2012 | Missão de diagnóstico do LEG sobre CBC/FT |
| Fevereiro de 2012 | Missão do FAD sobre implementação do SAFE-e |
| Janeiro de 2012 | Missão de diagnóstico do FAD sobre administração fiscal |
| Novembro de 2011 | Missão do MCM sobre avaliação das necessidades de AT |
| Novembro de 2011 | Missão do MCM sobre gestão de liquidez |
| Novembro de 2011 | Missão do FAD sobre contabilidade pública |
| Outubro de 2011 | Missão do FAD sobre gestão financeira pública |
| Agosto de 2011 | Missão do FAD sobre contabilidade pública |
| Junho de 2011 | Missão do MCM sobre gestão de liquidez |
| Junho de 2011 | Missão do FAD sobre contabilidade pública |
| Fevereiro de 2011 | Missão do MCM sobre quadros de resolução bancária |
| Janeiro de 2011 | Missão do FAD sobre contabilidade pública |
| Setembro de 2010 | Missão do MCM sobre gestão de liquidez |
| Agosto/Setembro de 2010 | Missão do STA sobre estatísticas monetárias e financeiras |
| Dezembro de 2009 | Missão do MCM sobre supervisão bancária |
| Agosto de 2009 | Missão do MCM sobre supervisão bancária |
| Junho de 2009 | Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas |
| Mai de 2009 | Missão do FAD sobre gestão financeira pública |

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO MUNDIAL

Plano Executivo de Acção Conjunta (JMAP) para São Tomé e Príncipe

(Em Outubro de 2013)

1. As equipas do FMI e do Banco Mundial para São Tomé e Príncipe reuniram-se em diversas ocasiões para discutir reformas estruturais essenciais para o país, bem como os seus respectivos programas de trabalho para o biénio 2013-14.
2. O programa de trabalho do Banco Mundial é norteado por uma Nota de Estratégia Intercalar aprovada em 2011, que focaliza a aceleração do crescimento económico sustentável e de bases alargadas e o fortalecimento da governação, das instituições públicas e do capital humano. Uma nova Estratégia de Assistência ao País (CAS) para 2014–2016 será concluída em 2014, na sequência da finalização recente de uma Nota Consultiva Conjunta (JSAN) sobre a segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Os fundamentos analíticos da nova Estratégia de Assistência ao País incluem um memorando económico intitulado “O sucesso para além do petróleo”, concluído em 2011, um Estudo Diagnóstico sobre a Integração do Comércio, que deve ser concluído em 2013, e uma Avaliação da Pobreza, que deve ser concluída em Junho de 2014. Duas operações de apoio orçamental na vertente Governação e Competitividade foram aprovadas em Março de 2012 e Junho de 2013. Trata-se da primeira e segunda de uma série de três operações anuais de apoio orçamental programático para 2012–14. Um relatório de Avaliação do Desempenho e da Gestão da Dívida (DeMPA) foi concluído em Outubro de 2011, e um plano de reformas para aperfeiçoar a gestão da dívida, em complemento ao DeMPA, foi concluído em Março de 2012.
3. O programa de trabalho do FMI prevê a discussão no Conselho de Administração da primeira avaliação do acordo trienal ao abrigo da ECF, uma visita do corpo técnico, uma missão para conduzir as discussões de 2013 ao abrigo do Artigo IV e a segunda avaliação do acordo ECF, missões para conduzir a terceira e quarta avaliações do acordo ECF e a assistência em matéria de capacitação nas áreas de gestão financeira pública, administração da receita, estatísticas, gestão de liquidez monetária e supervisão bancária.
4. O Banco e o Fundo estão a prestar apoios complementares para ajudar São Tomé e Príncipe a fortalecer a gestão financeira pública e fazer progressos rumo à sustentabilidade da dívida. No que respeita a esta última, as equipas do FMI e do Banco Mundial elaboraram em conjunto uma actualização da análise de sustentabilidade da dívida (ASD) em 2012, e uma nova actualização foi elaborada recentemente para acompanhar as discussões de consultas de 2013 ao abrigo do Artigo IV e a segunda avaliação do programa apoiado pelo acordo ECF.

| Programa de trabalho para o período 2013–14 | | | |
|--|--|---|--|
| <i>Título</i> | <i>Produtos</i> | <i>Datas provisórias das missões</i> | <i>Data prevista de conclusão</i> |
| A. Informação mútua sobre programas de trabalho pertinentes | | | |
| Programa de trabalho do Banco Mundial nos próximos 12 meses | <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da Pobreza • Estratégia de Assistência ao País (CAS) • Estudo Diagnóstico sobre a Integração do Comércio (EDIC) • Operação de apoio ao orçamento | Junho de 2014 Jan./Fev. 2014 Jan./Fev. 2014 Novembro de 2013 | Exercício 2014 Exercício 2014 Exercício 2014 Exercício 2014 |
| Programa de trabalho do FMI nos próximos 12 meses | <ul style="list-style-type: none"> • Segunda avaliação do acordo ECF e Artigo IV • Terceira avaliação do acordo ECF • Quarta avaliação da ECF • Assistência técnica do STA: <ul style="list-style-type: none"> ○ Contas nacionais • Assistência técnica do FAD: <ul style="list-style-type: none"> ○ GFP (SAFE-e e contas públicas) • Assistência técnica do MCM: <ul style="list-style-type: none"> ○ Gestão da liquidez ○ Supervisão bancária | Setembro de 2013 Março de 2014 Setembro de 2014 Novembro de 2013 Dez. 2013/Jan. 2014 ALIGN Fevereiro de 2014 Março de 2014 | Dezembro de 2013 Maio de 2014 Novembro de 2014 Novembro de 2013 |
| B. Pedido de contributos para o programa de trabalho | | | |
| Pedido do FMI ao Banco (com justificação sumária) | <ul style="list-style-type: none"> • Informação sobre as operações do Banco de apoio ao orçamento e o calendário de desembolsos | Em apoio ao programa orçamental de 2014 | Novembro de 2013 |

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

(Em Outubro de 2013)

1. São Tomé e Príncipe tornou-se membro do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) em 1976. Até à data, o BAfD financiou 30 operações no país. Este total abrange 24 projectos, alguns deles de apoio institucional, e seis estudos, para um total de compromissos líquidos de UC 113,099 milhões no âmbito do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAfD) (98,9%), bem como uma operação especial de apoio de UC 1 milhão no âmbito do Nigeria Trust Fund (NTF). A grande maioria dessas operações (94%) foi financiada através de empréstimos, e os restantes 6% através de donativos.

2. Em 6 de Novembro de 2013, a carteira do BAfD abrangia cinco projectos activos, para um total de compromissos de UC 20,4 milhões, nomeadamente: o projecto de desenvolvimento pecuário II; o projecto de reabilitação das infra-estruturas para a segurança alimentar (PRIASA); o recenseamento geral da população e habitação; o projecto de gestão das finanças públicas (PAGEF)¹; e a assistência técnica e capacitação no Ministério do Plano e Finanças² (Tabela 1). Em Junho de 2013, o Banco realizou a sua avaliação do desempenho da carteira do país. A avaliação concluiu que o desempenho da carteira foi satisfatório, com uma pontuação de 2,18 numa escala de 0 a 3, o que representa um progresso em comparação à pontuação de 1,9 em 2011. Durante o período da avaliação, a taxa média de desembolso da carteira foi de 28,8%, em comparação a 25% em 2011, o que representou 12% da taxa anual de desembolso. Em 6 de Novembro de 2013, a taxa de desembolso situava-se nos 32,7%. A idade média da carteira activa é de 2,4 anos, consideravelmente abaixo dos 5,4 anos registados em 2011. Tal melhoria refere-se sobretudo aos novos projectos aprovados no primeiro trimestre de 2013. Em termos de distribuição sectorial, é de referir a participação substancial da agricultura, que representa 45% da carteira, seguida dos projectos plurisectoriais (37%). Não há projectos multinacionais ou do sector privado em curso.

3. O actual envolvimento do BAfD em STP é regido pelo novo documento de estratégia nacional (CSP) de 2012-2016, aprovado em Julho de 2012. O principal objectivo do CSP é preparar as autoridades para a nova era de produção de petróleo e os desafios e riscos que ela representa para o desenvolvimento socioeconómico do país. A actual estratégia assenta num pilar único de capacitação e fortalecimento das instituições, o qual absorveu a totalidade dos recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAfD)-12 para STP, que ascendem a UC 5 milhões. Mais especificamente, a estratégia busca melhorar a capacidade das principais instituições da administração pública, inclusivamente no que respeita ao desenvolvimento dos recursos humanos,

¹ O PAGEF foi aprovado em 14 de Janeiro de 2013, no contexto do novo documento de estratégia nacional (CSP) de 2012-2016, e tem como objectivos a melhoria da governação económica e financeira, a planificação estratégica e a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento do sector privado.

² Aprovada em 4 de Março de 2013, a assistência conjunta será prestada pelo Departamento Regional Sul (ORSB) e pela Facilidade Africana de Apoio Jurídico, instituída pelo BAfD para prestar aconselhamento jurídico aos países africanos e contribuir para a capacitação neste domínio.

sistemas nacionais e quadros jurídicos e regulamentares de importância estratégica, até ao início da era do petróleo.

4. Como parte da sua estratégia e das suas áreas de competência, o BAfD organizou um workshop de validação no Gabão, em Novembro de 2012. Na ocasião, foram apresentadas a representantes do governo e do sector privado para debate as constatações do estudo regional sobre os constrangimentos ao investimento do sector público na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEAC), da qual STP é membro.

5. São Tomé e Príncipe alcançou os pontos de decisão e de conclusão da Iniciativa HIPC para os países pobres muito endividados em 2000 e 2007, respectivamente. Na sequência, o país qualificou-se para a MDRI, e o serviço da dívida no âmbito desta iniciativa foi estimado em USD 99,56 milhões. A assistência total do BAfD no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI ascendeu a USD 187,92 milhões em alívio da dívida. No final de Dezembro de 2008, o BAfD forneceu alívio de USD 13,33 milhões no âmbito da HIPC e USD 99 milhões no âmbito da MDRI.

Tabela 1. Projectos em curso do BAfD (Milhões de UC)

| Título dos projectos | Facilidade | Compromisso | Taxa de desembolso (%) |
|--|---------------|-------------|------------------------|
| Projecto de desenvolvimento pecuário – Fase II | Donativo FAfD | 4,0 | 67,87 |
| PRIASA | Donativo FAfD | 5,0 | 32,96 |
| Recenseamento geral da população e habitação | Donativo FAfD | 0,5 | 60,31 |
| PAGEF | FAfD +FSF | 7 | 2,46 |
| Assistência técnica e capacitação | FAfD +FSF | 0,2 | 0,0 |
| Total | | 16,7 | 32.72 (média) |

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

(Em Outubro de 2013)

I. Avaliação da Suficiência de Dados para Supervisão

Geral: Embora na generalidade os dados económicos sejam apropriados para fins de supervisão, os graves constrangimentos em termos de recursos financeiros, humanos e tecnológicos atrasaram os avanços no fortalecimento do sistema estatístico.

Contas nacionais: As estatísticas sobre o PIB/PNB são compiladas em base anual e fornecidas aquando das consultas do Artigo IV e missões de avaliação dos programas. O STA prestou assistência técnica na área de contas nacionais ao Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2005, 2006, 2008 e 2009. As baixas taxas de resposta e/ou a insuficiência de rigor das respostas aos inquéritos às empresas, inclusive da parte das empresas mais importantes, continuam a afectar a qualidade dos dados de negócios compilados. Uma missão de assistência técnica planeada para Novembro de 2013 deve auxiliar as autoridades a: i) mudar o ano de base da série do PIB para 2008; ii) melhorar as estimativas rápidas do PIB com base em indicadores de alta frequência; iii) avaliar o progresso na migração da série do PIB para uma plataforma estatística aperfeiçoada que melhore a captura da informação de inquéritos e do mercado e que inclua estimativas sobre o sector informal.

Em meados de 2011 foi divulgada uma nova série do PIB para o período 2007-10, com ano base 2001. As novas estimativas cobrem: i) o PIB pela óptica da produção a preços correntes e constantes e ii) mapas de classificação transversal por sector industrial. As séries revisadas reflectem com mais exactidão os desenvolvimentos económicos recentes. Tal sistema tornou-se a base para a elaboração de estimativas rápidas do PIB assentes no mais recente censo populacional, censo empresarial e sondagem das condições de vida, passando-se a atribuir maior peso aos sectores que apresentaram crescimento mais rápido, tais como comércio, transportes, comunicações e serviços. Ainda que a revisão da série do PIB represente uma melhoria significativa, ainda há várias deficiências. Novas melhorias dependerão dos dados do inquérito ao orçamento familiar concluído recentemente (e não do inquérito às condições de vida), utilizando preços no produtor, e de melhores estimativas da produção agrícola.

Estatísticas de preços no consumidor: Desde 1997 as ponderações do IPC são baseadas num inquérito aos agregados familiares de três meses conduzido em 1995. Foi realizado um inquérito ao orçamento familiar em 2010 e o AFRISTAT auxiliou o INE a alterar o cabaz de produtos e actualizar as ponderações. As actuais sondagens de preços cobrem apenas a capital, mas há planos para utilizar os resultados do inquérito ao orçamento familiar de 2010 para alargar a cobertura para todo o país, desde que o INE tenha recursos para apoiar o trabalho de campo. A missão do STA de Novembro de 2013 prestará aconselhamento metodológico visando a consolidação das séries dos mercados locais num único índice nacional de preços no consumidor.

Estatísticas das finanças públicas: Dados detalhados sobre as receitas e despesas são compilados e transmitidos ao AFR. As principais áreas que carecem de reforço são: i) monitorização das despesas com projectos financiados por doadores e ii) operações de financiamento. Todos os

empréstimos a projectos financiados por doadores estão inscritos no orçamento, mas alguns são executados de forma independente. O governo solicitou a ajuda dos parceiros de desenvolvimento para inscrever todos os financiamentos externos no orçamento. A expectativa é que o registo das operações de financiamento e dos stocks seja aperfeiçoado em consequência do reforço da capacidade de gestão da dívida.

As contas públicas de 2010 foram finalizadas e apresentadas ao Tribunal de Contas em Junho de 2013 (a primeira vez em mais de duas décadas que as contas do Governo foram elaboradas e submetidas). As autoridades estão a trabalhar nas contas públicas de 2011 e 2012, mas a elaboração destas usando o recurso de contabilidade do SAFE-e está a consumir mais tempo do que inicialmente previsto, o que ressalta a necessidade de mais assistência técnica e capacitação nessa área.

Uma missão de estatísticas de finanças públicas (EFP) de Outubro de 2004 auxiliou o Ministério das Finanças a compilar e disseminar EFP do governo geral segundo as directrizes do *GFSM 2001 (Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001)*. A missão preparou quadros de transição entre a classificação nacional do orçamento e as classificações segundo o *GFSM 2001*; tais quadros serão utilizados para compilar as EFP que serão reportadas ao STA e ao AFR, bem como para informar as decisões do Ministério das Finanças. A missão examinou também a classificação das receitas do petróleo nos termos da Lei de Gestão da Receita Petrolífera e fez recomendações sobre a classificação dessas transacções. Uma missão de seguimento, em Setembro de 2007, verificou que houve alguns progressos em relação às recomendações da missão de 2004. Em especial, em Janeiro de 2007 foi aprovada uma nova lei do orçamento que promoveu melhorias significativas nas classificações nacionais do orçamento. Apesar desses esforços, a tentativa de acelerar os progressos estatísticos esbarra na ausência de um sistema contabilístico apropriado. Missões sucessivas do FAD visando a melhoria da contabilidade pública começaram a tratar dessa questão.

Estatísticas monetárias e financeiras: Missões do STA prestaram assistência técnica em estatísticas monetárias em Dezembro de 2004, Abril/Maio de 2006, Junho de 2007 e Setembro de 2010, em resultado das quais melhorou-se a exactidão e oportunidade dos dados monetários transmitidos no formulário padrão de reporte de dados (SRF) relativamente ao banco central e às outras sociedades de depósitos.

As missões constataram que os balancetes mensais do BCSTP eram, na generalidade, apropriados para a compilação de estatísticas monetárias em conformidade com o *MFSM (Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras)*.

Um novo Plano de Contas das outras sociedades de depósitos (OSD) foi adoptado em Janeiro de 2010. A missão de Setembro de 2010 examinou este novo plano de contas para o sistema financeiro e considerou-o apropriado para a correcta classificação, sectorização e avaliação dos instrumentos financeiros, e compatível com a metodologia do *MFSM*. Contudo, a missão constatou graves deficiências na informação reportada por alguns bancos e incoerências na abordagem adoptada pelos bancos no reporte de dados ao BCSTP. O banco central já começou a recolher dados das companhias de seguros que iniciaram as suas actividades nos últimos anos. O volume de activos das

companhias de seguros ainda é pequeno demais para justificar a inclusão destas nas estatísticas monetárias.

O banco central produz um quadro trimestral de indicadores de solidez financeira. Missões de assistência técnica do MCM na área de supervisão bancária ajudaram a alargar a cobertura de tal quadro e melhorar a qualidade dos dados. A compilação dessas informações adicionais permitiria ao país começar a realizar exercícios de testes de stress no futuro próximo.

Estatísticas do sector externo: Existem deficiências significativas na recolha de dados de base relacionados ao comércio de mercadorias. Algumas transacções, inclusivamente algumas importações relacionadas ao investimento, não são totalmente capturadas na balança de pagamentos. Os dados mensais sobre as principais exportações e importações são reportados com regularidade ao AFR, com a inclusão esporádica dos preços unitários e volumes de exportações. O AFR não recebe nenhum dado sobre a posição de investimento internacional de São Tomé e Príncipe, uma vez que o BCSTP ainda não compila esses dados.

Uma missão de Março de 2012 constatou incoerências na classificação das operações da balança de pagamentos e que alguns componentes continuam a ser em grande medida estimados. A limitação de recursos, especialmente em termos de pessoal qualificado, contribui para a falta de progressos nas taxas de resposta aos inquéritos. A missão recomendou melhorias na coordenação e na partilha de dados entre os órgãos produtores de dados, a intensificação dos contactos com os respondentes dos inquéritos, bem como o uso de fontes alternativas para melhorar os dados de base. A missão auxiliou as autoridades na criação de um quadro de transição para o reporte de dados no formato exigido pelo *BPM6 (Manual da Balança de Pagamentos, sexta edição)* e elaborou um conjunto de recomendações e um plano de trabalho detalhado para reforçar a capacidade de compilação. As limitações de recursos do BCSTP também impediram o desenvolvimento de dados da posição de investimento internacional.

As autoridades deram continuidade aos esforços anteriores para fortalecer a gestão de dados da dívida, e uma nova unidade foi criada no final de 2003 no Ministério das Finanças para este fim. As autoridades estão a reconciliar os registos da dívida com os credores, e está a ser posto em operação o sistema de registo e gestão da dívida do Secretariado da Commonwealth.

II. Normas e Qualidade dos Dados

O país participa do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) do FMI desde 20 de Abril de 2004. Os metadados e planos para melhorias não foram actualizados desde a publicação original dos metadados no Boletim Electrónico sobre Normas de Difusão (DSBB). No período 2003–09, o país beneficiou de assistência técnica do STA e de outros provedores, em grande medida no âmbito do Projecto do GDDS para os PALOP.

Indicadores Mais Comuns Exigidos para fins de Supervisão

(Em 13 de Novembro de 2013)

| | Data da última observação | Data de recebimento | Frequência dos dados ⁶ | Frequência do reporte | Frequência da publicação |
|---|---------------------------|---------------------|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Taxas de câmbio | Out. 2013 | Nov. 2013 | D | D | D |
| Activos e passivos de reserva internacionais da autoridade monetária ¹ | Out. 2013 | Nov. 2013 | D | D | D |
| Reserva/base monetária | Out. 2013 | Nov. 2013 | D | D | D |
| Massa monetária | Set. 2013 | Out. 2013 | M | M | M |
| Balanço do banco central | Set. 2013 | Out. 2013 | M | M | M |
| Balanço consolidado do sistema bancário | Set. 2013 | Out. 2013 | M | M | M |
| Taxas de juros ² | Out. 2013 | Nov. 2013 | M | M | M |
| Índice de Preços no Consumidor | Set. 2013 | Out. 2013 | M | M | M |
| Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo geral ⁴ | Jun. 2013 | Set. 2013 | T | T | T |
| Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central | Jun. 2013 | Set. 2013 | T | T | T |
| Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵ | Mar. 2013 | Set. 2013 | T | I | T |
| Balança de transacções correntes externas | Dez. 2012 | Mar. 2013 | A | I | A |
| Exportações e importações de mercadorias | Jun. 2013 | Set. 2013 | M | M | A |
| PIB/PNB | 2010 | Ago. 2011 | A | I | A |
| Dívida externa bruta | Mar. 2013 | Set. 2013 | T | I | A |

¹ Inclui os activos de reserva dados em garantia ou penhorados, bem como as posições derivadas líquidas.

² Taxa de referência do banco central.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extra-orçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

ANÁLISE CONJUNTA FMI /BANCO MUNDIAL DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA¹

2 de Dezembro de 2013

Aprovado por

**David Owen e Dhaneshwar
Ghura (FMI) e Marcelo
Giugale e Jeffrey Lewis (AID)**

Elaborado por:

Corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento, em colaboração com as autoridades de São Tomé e Príncipe.

São Tomé e Príncipe apresenta um risco elevado de sobreendividamento, segundo esta actualização da análise da sustentabilidade dívida (ASD) de países de baixo rendimento, efectuada em conjunto pelo Banco Mundial e o FMI. A actualização reflecte a adopção de um cenário de base não petrolífero tendo em vista o aumento das incertezas acerca do volume e do início da produção de petróleo, na sequência da saída recente da Total do Bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria, e à luz dos dados económicos e previsões recentes. Apesar das projecções revistas, não houve alteração na avaliação de risco elevado de sobreendividamento em relação à ASD publicada em Agosto de 2012; contudo, projecta-se agora que os rácios de endividamento permanecerão elevados por mais tempo. De referir, em especial, que o rácio VA da dívida/exportações deve permanecer acima do limiar indicativo específico para o país por um período prolongado, em vista da estreita base exportadora do país. Para alcançar um perfil projectado de endividamento que seja coerente com uma dinâmica de dívida manejável, ainda que de alto risco, seria necessário um ajustamento adicional de 1% do PIB no orçamento no período 2015–17, o uso contínuo de donativos e empréstimos em condições altamente concessionais e novos esforços para diversificar a economia e alargar a base de exportação no médio prazo.

¹ A presente ASD foi elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial em colaboração com as autoridades de São Tomé e Príncipe. A análise actualiza a anterior ASD conjunta, datada de 6 de Julho de 2012 (Relatório do FMI n.º 12/216). A ASD observa os princípios da nota de orientação conjunta para a aplicação do quadro de sustentabilidade da dívida de países de baixo rendimento, de 22 de Janeiro de 2010 (*Staff Guidance Note on the Application of the Joint Fund-Bank Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries*). A ASD utiliza a taxa de desconto unificada de 5% definida na Decisão n.º 15462 (11/10/2013).

CONTEXTO

1. A ASD anterior para São Tomé e Príncipe foi realizada em 2012 no contexto do pedido de um acordo trienal no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês).² A referida ASD concluiu que São Tomé e Príncipe apresentava um alto risco de sobreendividamento, mas revelou uma dinâmica mais favorável dos indicadores da dívida do que a avaliação corrente, pois o seu cenário de base previa o início da produção de petróleo em 2015. A avaliação de 2012 também presumia que os desembolsos da Conta Nacional do Petróleo (CNP) seriam suficientes para financiar o programa de investimentos de capital do governo, o que atenuaria a necessidade de contrair novos empréstimos.

2. São Tomé e Príncipe atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC reforçada em Março de 2007, recebeu complementação (*topping-up*) da assistência em Dezembro de 2007 e beneficiou do alívio da dívida das iniciativas HIPC/MDRI. A MDRI, em especial, permitiu uma economia substancial do serviço da dívida, uma vez que 54% do total da dívida antes do ponto de conclusão HIPC referia-se à AID, ao BAfD e ao FMI. O alívio da dívida junto aos credores do Clube de Paris também ajudou a melhorar o perfil de endividamento do país.

3. Estima-se que a dívida externa pública e com garantia pública de São Tomé e Príncipe, de médio e longo prazo, ascendia a USD 221,6 milhões (84% do PIB) em Dezembro de 2012 (Tabela 1).³ A carga da dívida aumentou em relação aos USD 200,1 milhões registados no final de 2011 (devido aos desembolsos de Portugal e da Nigéria) mas continua muito abaixo do pico de USD 359,5 milhões verificado antes do alívio da dívida, no final de 2006. O total da dívida do sector público refere-se unicamente à dívida contraída ou garantida pelo governo central, e no presente não há qualquer dívida externa

Table 1. São Tomé and Príncipe: External Debt Stock

| (As of end-December 2012) | | |
|--------------------------------|--------------|-------------|
| | Million USD | Share |
| Multilateral Creditors | 41.0 | 19% |
| IDA | 14.1 | 6% |
| FIDA | 8.0 | 4% |
| BADEA | 5.9 | 3% |
| IMF | 5.5 | 2% |
| OPEC | 4.5 | 2% |
| AfDB | 2.1 | 1% |
| EIB | 0.9 | 0% |
| Bilateral Creditors | 162.3 | 73% |
| Portugal | 39.8 | 18% |
| Angola ¹ | 35.4 | 16% |
| Nigeria ^{1,2} | 30.0 | 14% |
| Italy ^{1,3} | 25.8 | 12% |
| China ¹ | 17.3 | 8% |
| Yugoslavia ¹ | 8.8 | 4% |
| Brazil ^{1,3} | 4.3 | 2% |
| Belgium | 0.9 | 0% |
| Private Creditors ¹ | 18.3 | 8% |
| Total | 221.6 | 100% |

Sources: Country authorities and IMF staff estimates

¹ Includes debt in dispute.

² Advances on oil revenues

³ Commercial debt guaranteed by the government.

² Relatório do FMI n.º 12/216 sobre São Tomé e Príncipe (FMI, 2012).

³ Deste total, USD 123,4 milhões se referem a atrasados técnicos (incluindo juros corridos), com a Nigéria (USD 30 milhões em adiantamento de receitas petrolíferas), Itália (USD 25,8 milhões), Angola (USD 25,4 milhões), China (USD 17,3 milhões), Jugoslávia (USD 8,8 milhões), Brasil (USD 4,3 milhões) e dois credores privados (USD 11,9 milhões). A dívida com a Jugoslávia é garantida pelo governo angolano.

das empresas públicas. A composição da dívida mudou após o ponto de conclusão HIPC. A participação da dívida multilateral caiu de quase 60% antes do ponto de conclusão para 20%. Portugal é hoje o principal credor bilateral do país, e o maior credor multilateral é a AID.

4. Para aplicar os termos da Acta Acordada de Maio de 2007 no Clube de Paris, as autoridades firmaram acordos bilaterais com todos os credores envolvidos. A Rússia foi o último membro do Clube de Paris a assinar o acordo bilateral, em 2012. A Argélia concedeu alívio da dívida a São Tomé e Príncipe em 2011. Estão em curso esforços para obter alívio da dívida adicional de outros credores fora do Clube de Paris.

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

5. As autoridades agiram com prudência ao adoptar um cenário de base não petrolífero em vista das incertezas crescentes acerca do volume e o momento do início da produção de petróleo, na sequência da saída recente da Total da ZDC. Os principais pressupostos do cenário de base para o período 2013–33 são os seguintes:

- Recuperação moderada da crise económica mundial, com a produção anual a crescer 4% em 2013, 5% em 2014 e 5,5% em 2015. No longo prazo, projecta-se que o crescimento se sustente numa faixa próxima aos 5,5% ao ano, semelhante à norma histórica e sem alteração em relação aos pressupostos para o cenário alternativo não petrolífero da ASD anterior. Espera-se que os motores do crescimento sejam a construção, o turismo, a agricultura e as pescas. No horizonte de longo prazo, a manutenção do crescimento no nível de 5,5% ao ano exigirá políticas macroeconómicas mais sólidas, novas medidas para melhorar o clima de negócios e o êxito na aplicação de uma estratégia de desenvolvimento do turismo.
- Um recuo da inflação média anual, de 10,6% em 2012 para 8,3% em 2013, e para cerca de 5% em 2015. Presume-se que em seguida a inflação se mantenha ao redor dos 3% no longo prazo, o que reflecte a continuação da prudência orçamental e os efeitos da paridade da dobra ao euro, que está em vigor desde Janeiro de 2010. Projecta-se que o deflator do PIB em dólares caia de uma média de 13,3% em 2013 para 10% em 2014, declinando ainda mais em 2015, para cerca de 3%. No longo prazo, a expectativa é que se mantenha ao redor dos 2%.
- Um défice primário interno em linha com o financiamento disponível não gerador de dívida. Presume-se que todas as necessidades de financiamento interno serão atendidas através de levantamentos dos depósitos da Conta Nacional do Petróleo (CNP) e donativos em apoio ao orçamento. O défice primário interno será de 3% do PIB em 2014, mas terá um ajuste acumulado de 1% do PIB no período 2015–17 (ou seja, para 2% do PIB até 2017) para se manter em linha com o financiamento projectado não gerador de dívida. O ajustamento orçamental teria de advir sobretudo de medidas de mobilização de receitas. Não há previsão de endividamento interno.
- Projecta-se que o total de donativos aumente do seu nível actual de cerca de 14% do PIB em 2013 para uma média de 17% do PIB ao ano no período 2014-17. Após atingir um pico de mais

de 18% do PIB em 2018, os donativos passarão a ter menor importância, registando uma média de cerca de 10% do PIB ao ano no longo prazo.

- A ASD presume um nível de concessionalidade de pelo menos 50% nos empréstimos. Para 2014, projecta-se um montante adicional de empréstimos de cerca de 8% do PIB para financiar o programa de investimento de capital do governo. Os novos empréstimos ascenderão em média a cerca de 4% do PIB ao ano no período 2015-21 e ¼% do PIB nos anos subsequentes. Em todo o período projectado na ASD, presume-se que o país não recorrerá ao financiamento proveniente das futuras operações de privatização e nem a empréstimos comerciais, endividamento interno ou empréstimos de curto prazo.
- Uma recuperação do nível das entradas de capitais, à medida que a economia europeia melhora. A expectativa das autoridades é de investimento contínuo em projectos de infra-estruturas para apoiar o desenvolvimento do turismo e da agricultura. Projecta-se que, a longo prazo, o IDE estabilize em cerca de 7% do PIB.
- A expectativa é que o défice da conta corrente excluindo juros (incluindo donativos oficiais) diminua à medida que o governo continue a consolidar a sua posição. Tal défice situa-se hoje acima dos 20% do PIB, e projecta-se que decline gradualmente para uma média de 10% do PIB a mais longo prazo. O crescimento das exportações será impulsionado pelo aumento da produção de cacau, o início da produção de óleo de palma e a intensificação do turismo, à medida que São Tomé e Príncipe reabilita as suas infra-estruturas.
- Os riscos de deterioração abrangem um excesso significativo de despesas no período que antecede as eleições locais e parlamentares de 2014. As perspectivas também poderiam também ser adversamente afectadas por choques na oferta (levando a um aumento da inflação e à desaceleração do crescimento), da repercussão de uma nova deterioração das condições financeiras na Europa (resultando em atrasos na execução de projectos) e da demora em agir para reduzir a dimensão do sector bancário (o que levaria à manutenção da baixa rentabilidade no sector e à estagnação do crédito).

6. As perspectivas de que São Tomé e Príncipe venha a se tornar um produtor de petróleo continuam boas, embora mais incertas. A título ilustrativo, a ASD inclui um cenário alternativo petrolífero para avaliar as perspectivas para a dívida com a produção de petróleo. Os detalhes dos pressupostos do cenário alternativo com petróleo são os seguintes:

- A produção de petróleo deve ser iniciada em 2019 no Bloco 1 da ZDC, elevando o crescimento do PIB para 19% naquele ano e para 27% em 2020, à medida que a produção de petróleo se aproxima do seu pico. Presume-se que o PIB real não petrolífero seja igual ao do cenário de base sem petróleo. O volume total de reservas disponíveis no Bloco 1 da ZDC foi revisto de 100 milhões de barris para 60 milhões de barris.
- A produção seria de cerca de 5.000 barris por dia em 2019, chegando a cerca de 18.300 barris por dia em 2021–22. A produção média durante os 20 anos do ciclo de vida do projecto seria de

cerca de 8.000 barris por dia. Isso corresponderia a uma média de USD 294 milhões de receitas anuais de exportação, dos quais USD 195 milhões seriam devidos aos parceiros da ZDC e cerca de 40% (USD 78 milhões) pertenceriam a São Tomé e Príncipe.⁴ Segundo a Lei de Gestão da Receita Petrolífera, uma vez iniciada a produção, o grosso das receitas correntes será transferido para uma subconta da CNP — o Fundo Permanente de São Tomé e Príncipe. Os recursos do Fundo Permanente serão investidos por forma a gerar um fluxo permanente de rendimento para a CNP. Numa situação de equilíbrio, todas as receitas são depositadas no Fundo Permanente, e uma taxa real de retorno a longo prazo (máximo de 5%), aplicada ao saldo no final do ano anterior será usada para definir o montante a ser transferido todos os anos para o orçamento.

- O país continuaria a beneficiar de donativos da AID até ao início da produção petrolífera.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

A. Cenário de base

7. No cenário de base não petrolífero, diversos indicadores da dívida externa permanecem bem próximos ou muito acima dos seus limiares indicativos pertinentes nos próximos anos (Figura 1, linhas azuis).⁵ Como reflexo da estreita base exportadora do país, o rácio VA da dívida externa pública e com garantia pública (PPG)/exportações é quase o triplo do limiar indicativo de 100%, e deve permanecer acima do limiar até 2030. O rácio VA da dívida externa PPG/PIB permanece ligeiramente acima do limiar até 2020, e o rácio serviço da dívida/exportações ultrapassa o limiar até 2014. Os rácios VA da dívida externa/receitas e serviço da dívida/receitas permanecem abaixo dos limiares durante todo o horizonte de previsão. Todos os indicadores exibem melhorias ao longo do tempo, como resultado do crescimento, consolidação orçamental, menor acumulação de dívida e aumento da base de exportação.

⁴ A ASD presume que o preço médio do petróleo será USD 111 por barril no período 2019-39. A ASD anterior elaborada pelo corpo técnico do FMI previa que o petróleo seria cotado a USD 96 por barril no período 2015-35.

⁵ A qualidade das políticas e instituições de São Tomé e Príncipe no período 2010-12, segundo a média do índice CPIA do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais recebeu notação de 3,03 (fraco desempenho). Os limiares indicativos correspondentes a esta notação são 30% para o rácio VAL da dívida/PIB, 100% para o rácio VAL da dívida/exportações, 200% para o rácio VAL da dívida/receitas, 15% para o rácio serviço da dívida/exportações e 18% para o rácio serviço da dívida/receitas.

B. Análise de sensibilidade e cenário alternativo

8. Os testes de stress mostram que a vulnerabilidade mais acentuada para a sustentabilidade da dívida diverge no caso dos indicadores do stock da dívida e do serviço da dívida (Figura 1, linhas vermelhas tracejadas).⁶ Os rácios dívida/PIB e dívida/receitas do país são vulneráveis a um choque de depreciação pontual e nominal de 30%, enquanto o rácio dívida/exportações é vulnerável a um choque do crescimento das exportações. Isto salienta a necessidade de manter a credibilidade da paridade cambial fixa e manter as reservas internacionais em níveis prudentes. Uma depreciação pontual provocaria uma alteração significativa do VA da dívida, resultando na ultrapassagem dos limiares de cada um dos indicadores por um longo período. O rácio dívida/exportações não cai para níveis abaixo do limiar até quase ao final do período de projecção. Os indicadores do serviço da dívida são especialmente vulneráveis a variações nas condições de endividamento do sector público. Isto mostra que o país está bastante exposto a alterações no nível de concessionalidade dos empréstimos e salienta a necessidade de que o governo procure obter apenas financiamentos em condições altamente concessionais. Um choque das condições do endividamento do sector público manteria o rácio serviço da dívida/exportações a rondar o limiar até 2025, enquanto o rácio serviço da dívida/receitas permaneceria bem abaixo do limiar durante todo o período da projecção.

9. No cenário alternativo com petróleo, os indicadores da dívida projectados de São Tomé e Príncipe exibiriam melhorias significativas, e todos os indicadores caíam rapidamente para níveis abaixo dos respectivos limiares (Figura 1, linhas laranjas). Nesse cenário, os níveis de financiamento concessional poderiam ser progressivamente reduzidos, à medida que o país faz a transição de donativos para créditos da AID, num primeiro momento, e em seguida passa a buscar financiamento a taxas de mercado, conforme necessário.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

10. Não há praticamente diferença alguma entre as ASD externa e pública, pois o governo de São Tomé e Príncipe não mantém nenhum stock de dívida pública interna e não se prevê que venha a emitir títulos de dívida interna no cenário de base.⁷ Contudo, a dinâmica da dívida parece insustentável em dois cenários alternativos. Os indicadores da dívida continuam a subir durante todo o período de projecção nos cenários de crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas, (Figura 2, linha verde ponteadada) ou de saldo primário inalterado em relação a 2013 (Figura 2, linha negra tracejada). Tais choques salientam a importância de prudência orçamental constante para garantir a sustentabilidade da dívida e de reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios e, assim, apoiar o crescimento liderado pelo sector privado. A dívida pública é

⁶ Na ASD anterior, o país mostrou-se mais vulnerável a um choque nos fluxos não criadores de dívida.

⁷ Os dados sobre os atrasados cruzados entre o Tesouro, a Empresa de Água e Electricidade (EMAE) e a Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO) não foram incluídos nesta análise uma vez que está a ser formulado um plano para a eliminação dos mesmos.

mais sensível a um choque combinado no crescimento projectado do PIB nominal, exportações, transferências privadas e IDE. O rácio serviço da dívida pública/receitas é o mais sensível a um choque de depreciação pontual de 30% da dobra.

CONCLUSÃO E OPINIÃO DAS AUTORIDADES

11. São Tomé e Príncipe ainda apresenta um alto risco de sobreendividamento externo.

Contudo, o país está em condições de cumprir as suas obrigações correntes e, embora as projecções indiquem que alguns indicadores da dívida externa permanecerão acima dos seus respectivos limiares, eles apresentam uma tendência claramente descendente a longo prazo. Em comparação à ASD anterior, os indicadores se mantêm bem próximos ou bastante acima dos limiares por períodos mais longos, devido à ausência de petróleo. Nesse contexto, a ASD sublinha a necessidade das seguintes medidas para atenuar os riscos:

- Empenho contínuo na manutenção da paridade cambial fixa. Será importante manter um nível suficiente de reservas internacionais para reforçar a confiança em face da diminuição das perspectivas petrolíferas;
- Manter a prudência orçamental, especialmente no período que antecede as eleições locais e parlamentares de 2014;
- Acelerar as reformas para a melhoria do desempenho das políticas e instituições de modo a alargar o potencial de crescimento do país;
- Reestruturar e fortalecer o sistema bancário, seja através de novas recapitalizações ou da fusão e/ou encerramento de bancos em dificuldades e frágeis;
- Garantir condições de financiamento favoráveis na forma de donativos ou empréstimos em condições altamente concessionais; e
- Formular e implementar uma estratégia abrangente para reduzir os custos dos negócios e atrair investimentos privados tendentes a alargar a base exportadora.

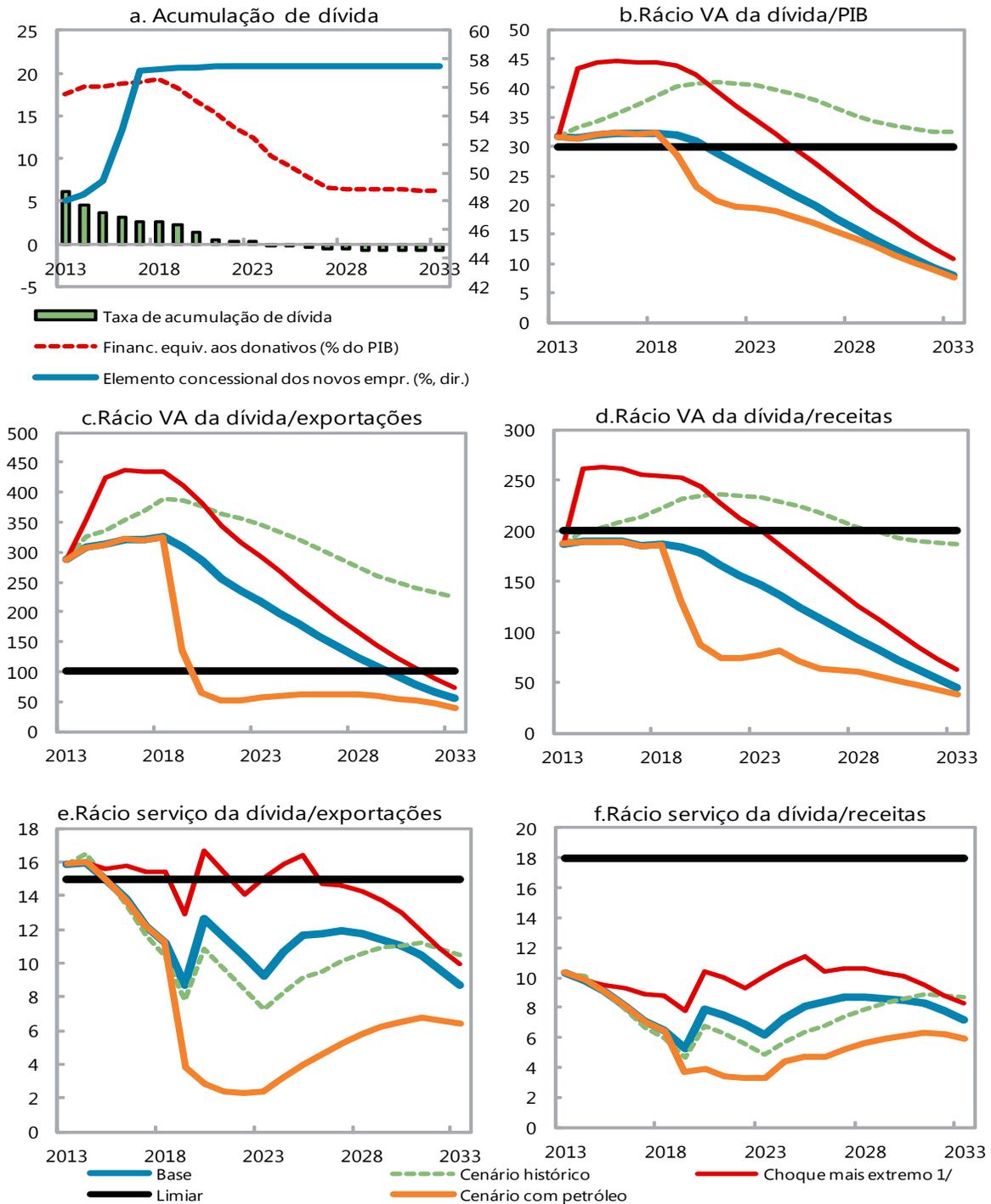
12. Os maiores riscos à sustentabilidade da dívida externa provêm de choques cambiais e condições menos favoráveis de contratação de novos empréstimos do sector público.

A sustentabilidade da dívida poderia deteriorar caso os preços mundiais dos alimentos e combustíveis registassem aumentos significativos, o que elevaria o custo das importações e pressionaria a conta corrente. Os riscos parecem ser administráveis no médio prazo caso as autoridades consigam avançar o ajustamento orçamental planeado para os próximos anos e salvaguardar as reservas internacionais. Estas vulnerabilidades também salientam a importância de políticas macroeconómicas sólidas para realizar o potencial de crescimento do país numa base sustentada. A criação de um bom sistema de gestão da dívida pública, assente numa estratégia de médio prazo para a gestão da dívida e num quadro orçamental de médio prazo, será essencial para guiar as futuras decisões em matéria de financiamento do desenvolvimento. Adicionalmente, no que

respeita ao plano de investimento público, deve-se dar prioridade aos projectos que contribuam para o alto crescimento, a geração de empregos e as exportações, para ajudar a garantir a capacidade do serviço da dívida no futuro.

13. As autoridades concordam, em linhas gerais, com os principais pressupostos macroeconómicos e a análise que sustenta a ASD conjunta. Após a decisão da Total de abandonar o Bloco 1 da ZDC, as autoridades passaram a adoptar um cenário de base não petrolífero preventivamente, mas mantêm-se confiantes quanto às perspectivas para a futura produção de petróleo, citando o interesse expresso por empresas de médio porte em assumir o lugar da Total, a assinatura recente de um acordo de partilha de produção na ZEE e o potencial de exploração *offshore* conjunta ao longo da fronteira marítima com a Guiné Equatorial. Embora reconheçam que o país ainda corre um alto risco de voltar a cair numa situação de sobreendividamento, elas destacaram que o apoio ao crescimento e à diversificação exige a mobilização de recursos suficientes para executar o programa de investimento público do país, o que continuará a exigir a contratação de empréstimos em condições altamente concessionais caso não haja disponibilidade de financiamento suficiente na forma de donativos. Por último, as autoridades observaram que o endividamento adicional não seria um motivo de apreensão imediata, pois os níveis do serviço da dívida encontram-se actualmente abaixo ou próximos dos limiares.

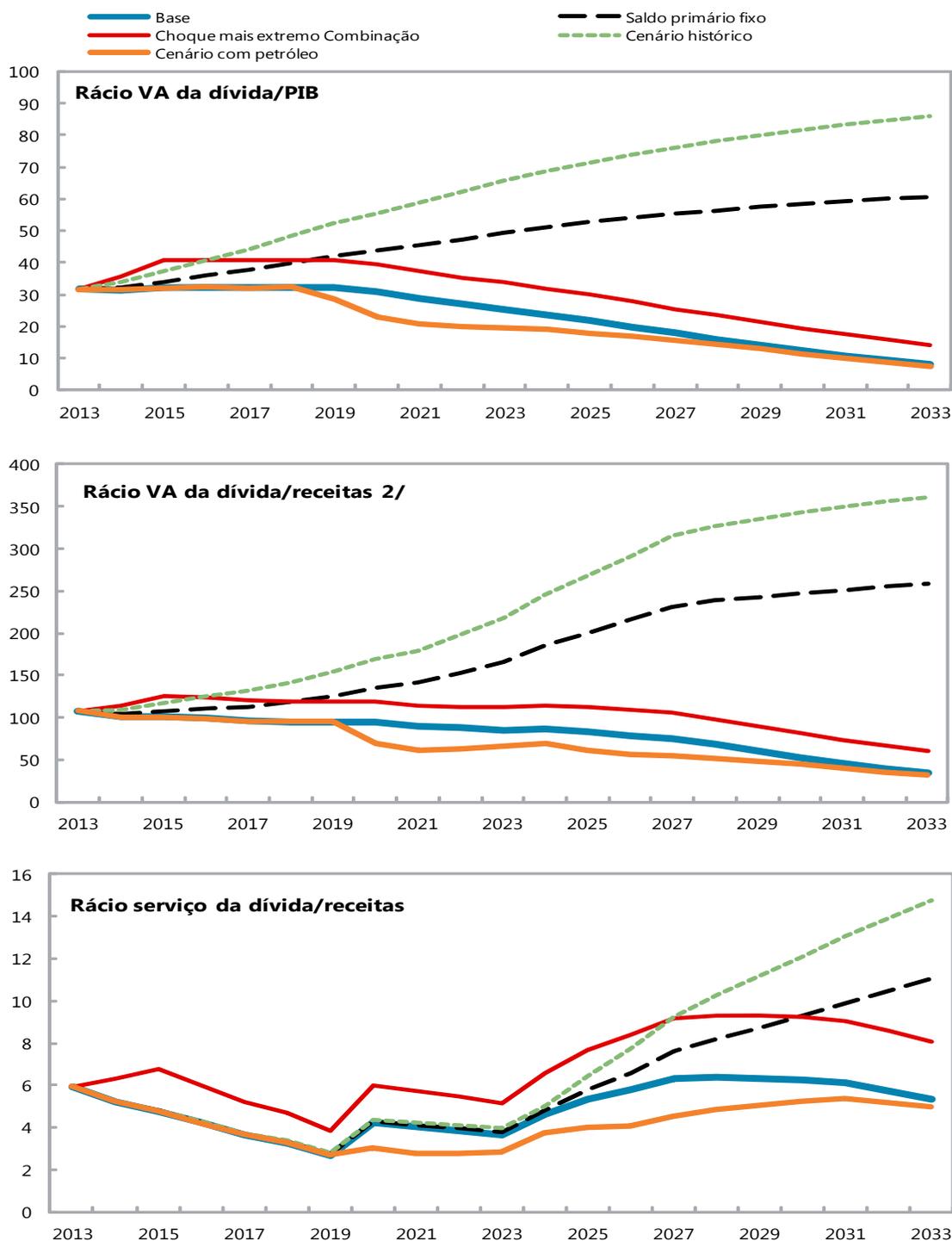
Figura 1. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2013-2033 ^{1/}



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em 2023. Em b. corresponde ao choque de Depreciação pontual; em c., ao choque de Exportações; em d., ao choque de Depreciação pontual; em e., ao choque das Condições e em f., an choque das Condições.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2013-33 ^{1/}



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.
 1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em 2023.
 2/ A definição das receitas inclui os donativos.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de base, 2010–33 1/
(Percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

| | Efectivo | | | Média histórica ^{6/} | Desvio padrão ^{6/} | Projeções | | | | | | Média 2013-18 | 2023 | 2033 | Média 2019-33 |
|---|--------------|--------------|--------------|-------------------------------|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|-------------|---------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | | | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | | | | |
| Dívida externa (nominal) 1/ | 32,6 | 38,9 | 49,0 | | | 51,6 | 51,6 | 52,9 | 53,7 | 53,6 | 53,9 | | 38,5 | 10,3 | |
| <i>d/q: pública e com garantia pública (PGP)</i> | 32,6 | 38,9 | 49,0 | | | 51,6 | 51,6 | 52,9 | 53,7 | 53,6 | 53,9 | | 38,5 | 10,3 | |
| Variação da dívida externa | 8,5 | 6,3 | 10,1 | | | 2,6 | 0,1 | 1,2 | 0,8 | -0,1 | 0,3 | | -3,6 | -1,9 | |
| Fluxos líquidos geradores de dívida identificados | -2,7 | 7,6 | 9,9 | | | 9,5 | 6,6 | 4,9 | 3,3 | 1,6 | 0,4 | | 1,1 | 1,4 | |
| Défica da conta corrente, excl. juros | 22,8 | 26,4 | 20,1 | 25,4 | 5,9 | 19,8 | 15,4 | 14,0 | 12,5 | 11,2 | 10,1 | | 10,1 | 9,1 | 10,2 |
| Défica da balança de bens e serviços | -72,0 | -71,1 | -65,8 | | | -58,3 | -54,7 | -53,9 | -52,5 | -51,4 | -50,6 | | -47,9 | -45,2 | |
| Exportações | 12,1 | 11,8 | 12,9 | | | 11,0 | 10,2 | 10,2 | 10,1 | 10,0 | 10,0 | | 11,7 | 14,4 | |
| Importações | -59,9 | -59,2 | -52,8 | | | -47,3 | -44,5 | -43,6 | -42,4 | -41,4 | -40,7 | | -36,2 | -30,8 | |
| Transferências correntes líquidas (negativo = ingresso) | -25,0 | -20,9 | -20,3 | -18,4 | 3,7 | -16,8 | -19,3 | -19,5 | -19,9 | -20,3 | -20,7 | | -14,5 | -7,3 | -11,6 |
| <i>d/q: oficiais</i> | -23,5 | -19,8 | -18,4 | | | -13,9 | -16,1 | -16,5 | -17,1 | -17,7 | -18,3 | | -12,7 | -6,3 | |
| Outros fluxos de transacções correntes (negativo = ing. líq.) | 119,9 | 118,4 | 106,2 | | | 94,9 | 89,4 | 87,4 | 84,9 | 82,9 | 81,5 | | 72,5 | 61,7 | |
| IDE líquido (negativo = ingresso) | -25,1 | -12,8 | -8,4 | -15,3 | 13,5 | -9,0 | -7,0 | -7,0 | -7,0 | -7,0 | -7,0 | | -7,1 | -7,1 | -7,1 |
| Dinâmica endógena da dívida 2/ | -0,3 | -5,9 | -1,8 | | | -1,2 | -1,8 | -2,1 | -2,2 | -2,5 | -2,6 | | -1,9 | -0,6 | |
| Contributo da taxa de juro nominal | 0,2 | 0,3 | 0,4 | | | 0,4 | 0,5 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | | 0,2 | 0,0 | |
| Contributo do crescimento do PIB real | -1,1 | -1,3 | -1,5 | | | -1,7 | -2,2 | -2,6 | -2,7 | -3,0 | -3,0 | | -2,2 | -0,6 | |
| Contributo das variações cambiais e de preços | 0,5 | -4,9 | -0,8 | | | ... | ... | ... | ... | ... | ... | | ... | ... | |
| Resíduo (3-4) 3/ | 11,1 | -1,3 | 0,2 | | | -7,0 | -6,6 | -3,6 | -2,5 | -1,7 | -0,1 | | -4,7 | -3,3 | |
| <i>d/q: financiamento excepcional</i> | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | 0,0 | 0,0 | |
| VA da dívida externa 4/ | ... | ... | 30,7 | | | 31,6 | 31,4 | 32,0 | 32,3 | 32,1 | 32,3 | | 25,3 | 7,9 | |
| Em percentagem das exportações | ... | ... | 237,6 | | | 287,2 | 307,9 | 312,4 | 321,4 | 320,5 | 324,8 | | 217,2 | 54,8 | |
| VA da dívida externa PGP | ... | ... | 30,7 | | | 31,6 | 31,4 | 32,0 | 32,3 | 32,1 | 32,3 | | 25,3 | 7,9 | |
| Em percentagem das exportações | ... | ... | 237,6 | | | 287,2 | 307,9 | 312,4 | 321,4 | 320,5 | 324,8 | | 217,2 | 54,8 | |
| Em percentagem da receita pública | ... | ... | 200,3 | | | 186,9 | 189,2 | 189,4 | 189,2 | 184,9 | 186,0 | | 145,8 | 45,4 | |
| Rácio serviço da dívida/exportações (em percentagem) | 6,6 | 31,9 | 7,1 | | | 15,9 | 15,9 | 14,9 | 13,8 | 12,2 | 11,2 | | 9,2 | 8,7 | |
| Rácio serviço da dívida PGP/exportações (em percentagem) | 6,6 | 31,9 | 7,1 | | | 15,9 | 15,9 | 14,9 | 13,8 | 12,2 | 11,2 | | 9,2 | 8,7 | |
| Rácio serviço da dívida PGP/receitas (em percentagem) | 4,4 | 20,9 | 6,0 | | | 10,3 | 9,8 | 9,0 | 8,1 | 7,0 | 6,4 | | 6,2 | 7,2 | |
| Total da necessidade bruta de financiamento (mil milhões de USD) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | 0,0 | 0,0 | |
| Défica da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida | 14,3 | 20,1 | 10,0 | | | 17,2 | 15,3 | 12,8 | 11,7 | 11,3 | 9,8 | | 13,7 | 11,0 | |
| Principais pressupostos macroeconómicos | | | | | | | | | | | | | | | |
| Crescimento do PIB real (em percentagem) | 4,5 | 4,9 | 4,0 | 5,4 | 3,3 | 4,0 | 5,0 | 5,5 | 5,5 | 6,0 | 6,0 | 5,3 | 5,5 | 5,5 | 5,6 |
| Deflator do PIB em USD (variação percentual) | -2,1 | 17,7 | 2,0 | 6,5 | 7,2 | 13,3 | 10,2 | 4,0 | 3,0 | 2,7 | 2,1 | 5,9 | 1,9 | 1,9 | 1,9 |
| Taxa de juro efectiva (em percentagem) 5/ | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 0,7 | 0,3 | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 0,9 | 0,6 | 0,3 | 0,5 |
| Crescimento das export. de bens e serviços (em termos de USD, %) | 24,0 | 20,7 | 16,1 | 9,5 | 13,9 | 0,3 | 7,0 | 10,2 | 6,7 | 8,6 | 7,4 | 6,7 | 9,5 | 10,1 | 10,4 |
| Crescimento das import. de bens e serviços (em termos de USD, %) | 17,3 | 22,0 | -5,4 | 13,2 | 18,2 | 5,4 | 9,1 | 7,5 | 5,6 | 6,4 | 6,3 | 6,7 | 5,0 | 6,8 | 5,7 |
| Elemento de donativo do novo endividamento do sector público (%) | ... | ... | ... | ... | ... | 48,1 | 48,4 | 49,4 | 53,1 | 57,2 | 57,3 | 52,3 | 57,5 | 57,5 | 57,5 |
| Receita pública (excl. donativos, em percentagem do PIB) | 18,2 | 18,0 | 15,3 | | | 16,9 | 16,6 | 16,9 | 17,1 | 17,4 | 17,4 | | 17,4 | 17,4 | 17,4 |
| Fluxos de ajuda financeira (em mil milhões de USD) 7/ | 0,1 | 0,1 | 0,1 | | | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | | 0,1 | 0,1 | |
| <i>d/q: Donativos</i> | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | | 0,1 | 0,1 | |
| <i>d/q: Empréstimos concessionais</i> | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | 0,0 | 0,0 | |
| Financiamento equivalente aos donativos (em % do PIB) 8/ | ... | ... | ... | | | 17,6 | 18,5 | 18,5 | 18,8 | 19,1 | 19,3 | | 12,5 | 6,3 | 9,9 |
| Financiamento equivalente aos donativos (em % do fin. externo) 8/ | ... | ... | ... | | | 76,0 | 81,5 | 84,1 | 87,1 | 89,7 | 90,8 | | 99,3 | 98,7 | 98,1 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | | | | | | | | |
| PIB nominal (mil milhões de USD) | 0,2 | 0,2 | 0,3 | | | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,5 | | 0,7 | 1,5 | |
| Crescimento do PIB nominal em USD | 2,3 | 23,5 | 6,1 | | | 17,8 | 15,7 | 9,7 | 8,7 | 8,9 | 8,2 | 11,5 | 7,6 | 7,5 | 7,7 |
| VA da dívida externa PGP (em mil milhões de USD) | ... | ... | 0,1 | | | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,2 | | 0,2 | 0,1 | |
| (VAt-VAt-1)/PIBT-1 (em percentagem) | ... | ... | 6,1 | | | 6,1 | 4,6 | 3,7 | 3,1 | 2,7 | 2,5 | 3,8 | 0,3 | -0,8 | -0,1 |
| Remessas brutas de trabalhadores (mil milhões de USD) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | 0,0 | 0,0 | |
| VA da dívida externa PGP (em % do PIB + remessas) | ... | ... | 30,2 | | | 30,7 | 30,4 | 31,1 | 31,4 | 31,3 | 31,6 | | 24,9 | 7,8 | |
| VA da dívida externa PGP (em % das exportações + remessas) | ... | ... | 207,5 | | | 227,2 | 234,3 | 242,4 | 252,1 | 254,9 | 261,2 | | 188,3 | 51,2 | |
| Serviço da dívida externa PGP (em % das exportações + remessas) | ... | ... | 6,2 | | | 12,6 | 12,1 | 11,6 | 10,8 | 9,7 | 9,0 | | 8,0 | 8,1 | |

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ Inclui a dívida externa dos sectores público e privado. Exclui os atrasados técnicos que estão a ser renegociados.

2/ Derivado como $[r - g - \rho(1+g)] / (1+g+\rho+gp)$ multiplicado pelo rácio da dívida no período anterior, sendo r = a taxa de juro nominal; g = a taxa de crescimento do PIB real e ρ = a taxa de crescimento do deflator do PIB em USD.

3/ Inclui o financiamento excepcional (ou seja, variação dos atrasados e alívio da dívida), variação dos activos externos brutos e ajustes por reavaliação. Nas projecções, inclui também o contributo das variações cambial e de preços.

4/ Presume que o VA da dívida do sector privado seja equivalente ao seu valor facial.

5/ Pagamentos de juros no ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores, dependendo da disponibilidade de dados.

7/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

8/ O financiamento equivalente aos donativos inclui os donativos concedidos ao governo por via directa e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2013-33
(Porcentagem)

| | Projeções | | | | | | | 2033 |
|--|-----------|------|------|------|------|------|------------|------|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2023 | |
| Rácio VA da dívida/PIB | | | | | | | | |
| Base | 32 | 31 | 32 | 32 | 32 | 32 | 25 | 8 |
| A. Cenários alternativos | | | | | | | | |
| A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/ | 32 | 33 | 34 | 36 | 37 | 39 | 40 | 32 |
| A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/ | 32 | 34 | 36 | 38 | 39 | 39 | 32 | 13 |
| A3. Cenário alternativo | 32 | 33 | 34 | 36 | 37 | 38 | 35 | 16 |
| B. Testes-limite | | | | | | | | |
| B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 32 | 32 | 34 | 35 | 34 | 34 | 27 | 8 |
| B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/ | 32 | 32 | 34 | 34 | 34 | 34 | 26 | 8 |
| B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 32 | 35 | 37 | 38 | 38 | 37 | 29 | 9 |
| B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/ | 32 | 36 | 41 | 41 | 41 | 40 | 32 | 9 |
| B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão | 32 | 36 | 40 | 40 | 40 | 40 | 31 | 10 |
| B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/ | 32 | 43 | 44 | 45 | 44 | 44 | 35 | 11 |
| Rácio VA da dívida/exportações | | | | | | | | |
| Base | 287 | 308 | 312 | 321 | 320 | 325 | 217 | 55 |
| A. Cenários alternativos | | | | | | | | |
| A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/ | 287 | 326 | 336 | 354 | 369 | 389 | 347 | 225 |
| A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/ | 287 | 330 | 350 | 374 | 385 | 395 | 277 | 89 |
| A3. Cenário alternativo | 290 | 325 | 335 | 354 | 368 | 384 | 300 | 113 |
| B. Testes-limite | | | | | | | | |
| B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 287 | 310 | 314 | 323 | 322 | 323 | 216 | 55 |
| B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/ | 287 | 352 | 425 | 436 | 434 | 435 | 292 | 73 |
| B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 287 | 310 | 314 | 323 | 322 | 323 | 216 | 55 |
| B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/ | 287 | 354 | 401 | 408 | 404 | 403 | 275 | 65 |
| B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão | 287 | 340 | 394 | 404 | 401 | 401 | 271 | 67 |
| B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/ | 287 | 310 | 314 | 323 | 322 | 323 | 216 | 55 |
| Rácio VA da dívida/receitas | | | | | | | | |
| Base | 187 | 189 | 189 | 189 | 185 | 186 | 146 | 45 |
| A. Cenários alternativos | | | | | | | | |
| A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/ | 187 | 200 | 204 | 209 | 213 | 223 | 233 | 187 |
| A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/ | 187 | 203 | 212 | 220 | 222 | 226 | 186 | 74 |
| A3. Cenário alternativo | 189 | 200 | 203 | 208 | 212 | 220 | 201 | 93 |
| B. Testes-limite | | | | | | | | |
| B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 187 | 196 | 203 | 202 | 197 | 197 | 154 | 48 |
| B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/ | 187 | 193 | 200 | 199 | 194 | 193 | 152 | 47 |
| B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 187 | 211 | 221 | 221 | 216 | 215 | 169 | 53 |
| B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/ | 187 | 217 | 243 | 240 | 233 | 231 | 185 | 54 |
| B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão | 187 | 217 | 238 | 236 | 230 | 228 | 181 | 55 |
| B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/ | 187 | 262 | 262 | 261 | 255 | 254 | 199 | 62 |

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2013–33 (conclusão)
(Porcentagem)

| | Projeções | | | | | | | |
|--|-----------|------|------|------|------|------|-----------|------|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2023 | 2033 |
| Rácio serviço da dívida/expoções | | | | | | | | |
| Base | 16 | 16 | 15 | 14 | 12 | 11 | 9 | 9 |
| A. Cenários alternativos | | | | | | | | |
| A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/ | 16 | 16 | 15 | 13 | 12 | 10 | 7 | 10 |
| A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/ | 16 | 16 | 16 | 16 | 15 | 15 | 15 | 10 |
| B. Testes-limite | | | | | | | | |
| B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 16 | 16 | 15 | 14 | 12 | 11 | 9 | 9 |
| B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/ | 16 | 18 | 19 | 18 | 16 | 15 | 12 | 12 |
| B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 16 | 16 | 15 | 14 | 12 | 11 | 9 | 9 |
| B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/ | 16 | 16 | 15 | 14 | 12 | 11 | 9 | 11 |
| B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão | 16 | 17 | 17 | 16 | 14 | 13 | 10 | 11 |
| B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/ | 16 | 16 | 15 | 14 | 12 | 11 | 9 | 9 |
| Rácio serviço da dívida/receitas | | | | | | | | |
| Base | 10 | 10 | 9 | 8 | 7 | 6 | 6 | 7 |
| A. Cenários alternativos | | | | | | | | |
| A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/ | 10 | 10 | 9 | 8 | 7 | 6 | 5 | 9 |
| A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/ | 10 | 10 | 9 | 9 | 9 | 9 | 10 | 8 |
| B. Testes-limite | | | | | | | | |
| B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 10 | 10 | 10 | 9 | 7 | 7 | 7 | 8 |
| B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/ | 10 | 10 | 9 | 8 | 7 | 6 | 6 | 8 |
| B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 10 | 11 | 11 | 9 | 8 | 7 | 7 | 8 |
| B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/ | 10 | 10 | 9 | 8 | 7 | 7 | 6 | 9 |
| B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão | 10 | 11 | 10 | 9 | 8 | 7 | 7 | 9 |
| B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/ | 10 | 13 | 12 | 11 | 10 | 9 | 8 | 10 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | |
| Elemento de donativo presumido sobre o fin. residual (ou seja, o financiamento necessário acima do cenário de base) 6/ | 54 | 54 | 54 | 54 | 54 | 54 | 54 | 54 |

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o crescimento do deflator do PIB (em USD), a conta corrente excl. juros em percentagem do PIB e os fluxos não geradores de dívida.

2/ Presume que a taxa de juro sobre novos empréstimos seja dois pontos percentuais superior à do cenário de base, mas que os prazos de carência e de vencimento sejam os mesmos do cenário de base.

3/ Presume que os valores das exportações permaneçam permanentemente no nível mais baixo, mas que a conta corrente como parcela do PIB retorne ao seu nível de base após o choque (presume implicitamente um ajuste compensatório no nível das importações).

4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

5/ Define-se a depreciação como o declínio percentual da taxa de câmbio dólar/moeda nacional, de modo que ela nunca ultrapassa os 100%.

6/ Aplica-se a todos os cenários de stress, excepto A2 (financiamento menos favorável), no qual as condições de todos os novos empréstimos são aquelas especificadas na nota 2.

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Sector Público, Cenário de base, 2010-33
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

| | Efectivo | | | Média 5/ | Desvio padrão | 5/ | Estimado | | | | | Projeções | | | | |
|--|----------|------|-------|-------------|------------------|----|----------|-------|-------|-------|-------|-----------|------------------|-------|------|------------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | | | | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | Média 2013-18 | 2023 | 2033 | Média 2019-33 |
| Dívida do sector público 1/ | 32,6 | 38,9 | 49,0 | | | | 51,6 | 51,6 | 52,9 | 53,7 | 53,6 | 53,9 | | 38,5 | 10,3 | |
| <i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i> | 32,6 | 38,9 | 49,0 | | | | 51,6 | 51,6 | 52,9 | 53,7 | 53,6 | 53,9 | | 38,5 | 10,3 | |
| Variação da dívida do sector público | 8,5 | 6,3 | 10,1 | | | | 2,6 | 0,1 | 1,2 | 0,8 | -0,1 | 0,3 | | -3,6 | -1,9 | |
| Fluxos geradores de dívida identificados | 9,9 | 7,3 | 6,0 | | | | 2,4 | 0,4 | 1,6 | 1,1 | 0,1 | 0,3 | | -3,6 | -1,4 | |
| Défice primário | 10,9 | 12,8 | 11,4 | 12,5 | 5,4 | | 8,7 | 6,8 | 5,7 | 4,8 | 4,0 | 3,5 | 5,6 | -0,9 | -0,6 | |
| Receita e donativos | 37,4 | 35,3 | 32,3 | | | | 29,4 | 31,2 | 32,0 | 32,7 | 33,5 | 34,0 | | 29,8 | 23,5 | |
| <i>d/q: donativos</i> | 19,1 | 17,3 | 16,9 | | | | 12,5 | 14,6 | 15,1 | 15,6 | 16,1 | 16,6 | | 12,4 | 6,2 | |
| Despesas primárias (excl. juros) | 48,3 | 48,1 | 43,7 | | | | 38,1 | 37,9 | 37,7 | 37,5 | 37,5 | 37,5 | | 28,9 | 22,9 | |
| Dinâmica automática da dívida | -1,0 | -4,1 | -5,4 | | | | -6,3 | -6,4 | -4,1 | -3,7 | -3,9 | -3,2 | | -2,7 | -0,8 | |
| Contributo do diferencial taxa de juro/crescimento | -1,1 | -1,9 | -1,8 | | | | -2,1 | -2,7 | -3,1 | -3,3 | -3,6 | -3,7 | | -2,8 | -0,8 | |
| <i>d/q: contributo da taxa de juro real média</i> | -0,1 | -0,3 | -0,3 | | | | -0,2 | -0,3 | -0,5 | -0,6 | -0,6 | -0,7 | | -0,6 | -0,2 | |
| <i>d/q: contributo do crescimento do PIB real</i> | -1,0 | -1,5 | -1,5 | | | | -1,9 | -2,5 | -2,7 | -2,8 | -3,0 | -3,0 | | -2,2 | -0,6 | |
| Contributo da depreciação da taxa de câmbio real | 0,1 | -2,2 | -3,6 | | | | -4,2 | -3,7 | -0,9 | -0,4 | -0,3 | 0,5 | | ... | ... | |
| Outros fluxos geradores de dívida identificados | 0,0 | -1,4 | 0,0 | | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | 0,0 | 0,0 | |
| Receita de privatizações (negativa) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | 0,0 | 0,0 | |
| Reconhecimento de passivos contingentes ou implícitos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | 0,0 | 0,0 | |
| Alívio da dívida (HIPC e outros) | 0,0 | -1,4 | 0,0 | | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | 0,0 | 0,0 | |
| Outros (especificar, ex. recapitalização bancária) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | | 0,0 | 0,0 | |
| Resíduo, incl. variação dos activos | -1,4 | -1,0 | 4,1 | | | | 0,2 | -0,3 | -0,4 | -0,3 | -0,2 | 0,0 | | 0,0 | -0,5 | |
| Outros indicadores de sustentabilidade | | | | | | | | | | | | | | | | |
| VA da dívida do sector público | ... | ... | 30,7 | | | | 31,6 | 31,4 | 32,0 | 32,3 | 32,1 | 32,3 | | 25,3 | 7,9 | |
| <i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i> | ... | ... | 30,7 | | | | 31,6 | 31,4 | 32,0 | 32,3 | 32,1 | 32,3 | | 25,3 | 7,9 | |
| <i>d/q: externa</i> | ... | ... | 30,7 | | | | 31,6 | 31,4 | 32,0 | 32,3 | 32,1 | 32,3 | | 25,3 | 7,9 | |
| VA dos passivos contingentes (não incl. na div. do sector púb) | ... | ... | ... | | | | ... | ... | ... | ... | ... | ... | | ... | ... | |
| Necessidade bruta de financiamento 2/ | 11,7 | 16,6 | 12,3 | | | | 10,4 | 8,4 | 7,2 | 6,2 | 5,2 | 4,6 | | 0,2 | 0,7 | |
| Rácio VA da dívida do sector público-receitas e donativos (em %) | ... | ... | 95,3 | | | | 107,6 | 100,7 | 100,0 | 98,8 | 95,9 | 95,0 | | 85,1 | 33,6 | |
| Rácio VA da dívida do sector público-receitas (em %) | ... | ... | 200,3 | | | | 186,9 | 189,2 | 189,4 | 189,2 | 184,9 | 186,0 | | 145,8 | 45,4 | |
| <i>d/q: externa 3/</i> | ... | ... | 200,3 | | | | 186,9 | 189,2 | 189,4 | 189,2 | 184,9 | 186,0 | | 145,8 | 45,4 | |
| Rácio serviço da dívida/receitas e donativos (em %) 4/ | 2,2 | 10,7 | 2,8 | | | | 5,9 | 5,2 | 4,8 | 4,2 | 3,6 | 3,3 | | 3,6 | 5,3 | |
| Rácio serviço da dívida/receitas (em percentagem) 4/ | 4,4 | 20,9 | 6,0 | | | | 10,3 | 9,8 | 9,0 | 8,1 | 7,0 | 6,4 | | 6,2 | 7,2 | |
| Défice primário que estabiliza o rácio dívida/PIB | 2,4 | 6,5 | 1,3 | | | | 6,1 | 6,7 | 4,5 | 4,1 | 4,1 | 3,2 | | 2,7 | 1,3 | |
| Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Crescimento do PIB real (em percentagem) | 4,5 | 4,9 | 4,0 | 5,4 | 3,3 | | 4,0 | 5,0 | 5,5 | 5,5 | 6,0 | 6,0 | 5,3 | 5,5 | 5,5 | |
| Taxa de juro nominal média sobre a dívida em ME (em %) | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 0,7 | 0,3 | | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 0,9 | 0,6 | 0,3 | |
| Taxa de juro nominal média sobre a dívida interna (em %) | ... | ... | ... | ... | ... | | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | |
| Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação) | 0,6 | -7,2 | -9,8 | -4,0 | 5,8 | | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | |
| Taxa de inflação (deflator do PIB, em percentagem) | 11,7 | 12,1 | 10,3 | 14,6 | 4,7 | | 9,8 | 8,4 | 2,6 | 1,8 | 1,7 | 2,1 | 4,4 | 2,9 | 2,9 | |
| Cresc. da desp. prim. real (deflacionado pelo deflator do PIB, em %) | 0,0 | 0,0 | -0,1 | 0,1 | 0,3 | | -0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | |
| Elemento de donativo do novo endividamento externo (em %) | ... | ... | ... | ... | ... | | 48,1 | 48,4 | 49,4 | 53,1 | 57,2 | 57,3 | 52,3 | 57,5 | 57,5 | |

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

Inclui a dívida bruta do governo geral. Exclui os atrasados técnicos que estão a ser renegociados.

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o défice primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior.

3/ Receitas excluindo os donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma dos juros e amortizações da dívida de médio e longo prazo.

5/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores dependendo da disponibilidade de dados.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2013–33
(Porcentagem)

| | Projeções | | | | | | | |
|---|-----------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2023 | 2033 |
| Rácio VA da dívida/PIB | | | | | | | | |
| Base | 32 | 31 | 32 | 32 | 32 | 32 | 25 | 8 |
| A. Cenários alternativos | | | | | | | | |
| A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas | 32 | 34 | 37 | 41 | 44 | 48 | 66 | 86 |
| A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2013 | 32 | 32 | 34 | 36 | 38 | 40 | 49 | 61 |
| A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/ | 32 | 32 | 33 | 33 | 34 | 34 | 30 | 19 |
| B. Testes-limite | | | | | | | | |
| B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 32 | 32 | 35 | 35 | 36 | 36 | 31 | 15 |
| B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 32 | 36 | 42 | 42 | 42 | 42 | 33 | 12 |
| B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão | 32 | 35 | 41 | 41 | 41 | 41 | 34 | 14 |
| B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014 | 32 | 42 | 40 | 39 | 37 | 36 | 29 | 10 |
| B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2014 | 32 | 36 | 36 | 36 | 36 | 36 | 29 | 9 |
| Rácio VA da dívida/receitas 2/ | | | | | | | | |
| Base | 108 | 101 | 100 | 99 | 96 | 95 | 85 | 34 |
| A. Cenários alternativos | | | | | | | | |
| A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas | 108 | 109 | 117 | 125 | 132 | 142 | 217 | 362 |
| A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2013 | 108 | 103 | 107 | 110 | 113 | 118 | 166 | 258 |
| A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/ | 108 | 101 | 101 | 101 | 99 | 99 | 98 | 78 |
| B. Testes-limite | | | | | | | | |
| B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 108 | 103 | 105 | 105 | 103 | 104 | 101 | 64 |
| B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 108 | 116 | 132 | 129 | 124 | 122 | 112 | 50 |
| B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão | 108 | 113 | 125 | 123 | 120 | 119 | 112 | 60 |
| B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014 | 108 | 134 | 126 | 119 | 111 | 107 | 97 | 43 |
| B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2014 | 108 | 115 | 113 | 111 | 108 | 106 | 96 | 40 |

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2013–33 (conclusão)
(Percentagem da receita)

| | Projeções | | | | | | | |
|---|-----------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2023 | 2033 |
| Rácio serviço da dívida/receitas 2/ | | | | | | | | |
| Base | 6 | 5 | 5 | 4 | 4 | 3 | 4 | 5 |
| A. Cenários alternativos | | | | | | | | |
| A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas | 6 | 5 | 5 | 4 | 4 | 3 | 4 | 15 |
| A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2013 | 6 | 5 | 5 | 4 | 4 | 3 | 4 | 11 |
| A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/ | 6 | 5 | 5 | 4 | 4 | 3 | 4 | 7 |
| B. Testes-limite | | | | | | | | |
| B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 6 | 5 | 5 | 4 | 4 | 3 | 4 | 7 |
| B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 | 6 | 5 | 5 | 4 | 4 | 3 | 4 | 7 |
| B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão | 6 | 5 | 5 | 4 | 4 | 3 | 4 | 7 |
| B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014 | 6 | 6 | 7 | 6 | 5 | 5 | 5 | 8 |
| B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2014 | 6 | 5 | 5 | 4 | 4 | 3 | 4 | 6 |

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ Presume que o crescimento do PIB real seja o do cenário de base menos um desvio-padrão, dividido pela raiz quadrada da duração do período de projecção.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.



Comunicado de Imprensa n.º 13/533
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
19 de Dezembro de 2013

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 USA

Conselho de Administração do FMI conclui a consulta de 2013 com a República Democrática de São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV

Em 16 de Dezembro de 2013, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a consulta¹ com a República Democrática de São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV.

Após um período até 2009 de alta volatilidade do crescimento económico e elevava inflação, o crescimento estabilizou-se e a inflação atingiu níveis historicamente baixos em São Tomé e Príncipe. No entanto, estima-se que o crescimento real do PIB tenha-se abrandado para 4% em 2012. Esse abrandamento reflecte um corte no financiamento a projectos de investimento e no investimento directo estrangeiro, uma vez que muitos dos principais parceiros do país foram bastante afectados pela crise económica mundial. Prevê-se que a taxa de crescimento económico se mantenha inalterada em 4% em 2013 devido às incertezas que persistem em razão de um ambiente externo desafiador. Apesar da vulnerabilidade de São Tomé e Príncipe a choques de oferta, a inflação continua a recuar desde a adopção, em Janeiro de 2010, da paridade cambial fixa ao euro: a taxa de inflação homóloga atingiu 6,4% em Setembro de 2013 (o nível mais baixo em duas décadas).

Nos últimos anos, o país adoptou uma política orçamental prudente. Após uma derrapagem inicial em 2009, o saldo primário interno melhorou de forma sustentada desde então, o que reflecte os esforços para aumentar as receitas tributárias e conter as despesas não prioritárias. Contudo, as autoridades têm tido dificuldades para manter o esforço de arrecadação tributária, que caiu para 14% do PIB em 2012, devido ao efeito adverso do crescimento económico mais fraco sobre a cobrança de direitos aduaneiros e impostos sobre o consumo e o lucro, além da ainda reduzida base tributária e da persistência de impostos sobre os combustíveis em atraso.

O crescimento dos agregados monetários tem sido compatível com a manutenção da paridade

¹ Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração.

cambial fixa. A aceleração do crescimento da massa monetária em 2012 reflectiu a acumulação de activos estrangeiros acima das previsões. Contudo, houve um recuo desde então e hoje o crescimento homólogo da massa monetária segue, em termos gerais, o crescimento do PIB nominal.

A solidez financeira do sistema bancário foi afectada negativamente pela rápida expansão do crédito até 2011, num contexto de gestão de risco e práticas de crédito deficientes. Os dados revelam níveis de rentabilidade baixos de modo geral, uma percentagem elevada e crescente de empréstimos mal parados e uma tendência de rápido declínio dos rácios de fundos próprios/activos ponderados pelo risco da banca. No lado positivo, a dolarização no sistema bancário continua a recuar, o que reflecte as medidas tomadas pelo Banco Central para promover o uso da moeda nacional, além do aumento da confiança do público na dobra à medida que a inflação está a convergir para níveis internacionais.

O défice da conta corrente externa continua a cair e as reservas internacionais do Banco Central continuam a aumentar. Um ritmo de crescimento económico mais lento levou a uma desaceleração do crescimento das importações de bens e serviços e a uma melhoria do saldo da conta corrente externa. Após um breve período em que as reservas internacionais do Banco Central baixaram para menos de três meses de importações, em meados de 2012, as autoridades conseguiram acumular um volume expressivo de reservas, tendo sido beneficiadas de receitas de privatizações e donativos. No final de Setembro de 2013, as reservas internacionais do Banco Central situavam-se em torno dos 5,5 meses de importações.

O panorama económico para 2014 continua a ser afectado pela difícil conjuntura económica mundial. O crescimento real do PIB foi revisto para menos, de 5,5% para 5%, o que reflecte a incerteza persistente em torno da economia mundial, as perspectivas fracas de financiamento externo para projectos de investimento e a mudança das perspectivas sobre a produção de petróleo. A taxa de inflação deve atingir 6% até ao final de 2014, uma vez que as expectativas inflacionárias continuam ancoradas por uma orientação prudente da política orçamental e pelo regime de paridade cambial fixa. O défice da conta corrente externa deve diminuir ainda mais, com o crescimento económico menor do que o que havia sido projectado anteriormente, a levar a um crescimento mais lento das importações.

As perspectivas económicas a médio prazo de São Tomé e Príncipe dependerão do reforço da resiliência da economia perante a maior incerteza no sector petrolífero. O ritmo de melhoria dos indicadores de sustentabilidade orçamental e da dívida externa deverá ser mais lento após a decisão, em Setembro de 2013, da empresa petrolífera francesa Total de não dar prosseguimento à exploração do Bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria. Assim sendo, o país continuará a depender de donativos e financiamento altamente concessional durante muitos anos; os bancos comerciais que entraram no mercado atraídos, sobretudo, pelas perspectivas petrolíferas terão de alterar a sua estratégia de mercado e reforçar os seus balanços, ou deverão deixar o mercado; e as autoridades precisarão

promover, de forma ainda mais determinada, o desenvolvimento de sectores prioritários não petrolíferos, como o turismo, a agricultura e as pescas, inclusive através de melhorias do ambiente de negócios e da reabilitação das infraestruturas do país, com o apoio do sector privado.

Avaliação do Conselho de Administração²

Os Administradores observaram que o crescimento económico foi sustentado e a inflação caiu apesar da conturbada conjuntura mundial. Enalteceram as autoridades pela prudência orçamental nos últimos anos e pelas medidas que tomaram para reforçar o sector financeiro. Para o futuro, os Administradores incentivaram as autoridades a manterem a disciplina orçamental, inclusive no período que antecede as eleições, devido ao panorama económico mais incerto. Também recomendaram que sejam tomadas mais medidas para reforçar a resiliência da economia, inclusive através do reforço do sector financeiro e da melhoria da competitividade.

Os Administradores saudaram os planos orçamentais cuidadosos das autoridades a médio prazo. Sublinharam a importância de se manter um défice primário interno compatível com os financiamentos não geradores de dívida e de se mobilizar receita interna adicional para impulsionar os gastos prioritários com as infraestruturas e as despesas para redução da pobreza. A prudência na contratação de empréstimos externos atenuará o elevado risco de sobreendividamento de São Tomé e Príncipe. Em particular, o país deve procurar obter donativos e empréstimos concessionais para financiar o programa de investimento público. Os Administradores aguardam com expectativa uma solução abrangente para a eliminação do problema de longa data dos atrasados cruzados.

Os Administradores sublinharam a importância de se preservar a estabilidade financeira. Em vista do elevado número de bancos comerciais, incentivaram as autoridades a monitorar de perto a rentabilidade e a adequação do capital dos bancos. Também recomendaram o reforço do cumprimento das exigências prudenciais e medidas que impulsionem a eficiência do sistema bancário. Os Administradores saudaram a rápida aprovação da lei de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e incentivaram as autoridades a eliminar os obstáculos ainda existentes à sua rigorosa aplicação.

Os Administradores concordaram que o regime de câmbio fixo proporcionou estabilidade económica e financeira a São Tomé e Príncipe no contexto de uma orientação prudente da política orçamental e um nível adequado de reservas internacionais. Todavia, o elevado défice da conta corrente do país constitui uma fonte de vulnerabilidade e os Administradores

² Concluídas as discussões, a Directora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos:
<http://www.imf.org/external/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

recomendaram esforços contínuos para aumentar a produtividade e a competitividade. Mais investimentos em infraestruturas e novas reformas regulatórias ajudarão a melhorar o ambiente de negócios e a promover a diversificação económica.

São Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2010–17
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|--|--------|--------|--------|------|------|-----------|------|------|
| | | | Prel. | | | Projeções | | |
| Rendimento nacional e preços | | | | | | | | |
| PIB a preços constantes | 4,5 | 4,9 | 4,0 | 4,0 | 5,0 | 5,5 | 5,5 | 6,0 |
| Preços ao consumidor | | | | | | | | |
| Final do período | 12,9 | 11,9 | 10,4 | 8,0 | 6,0 | 4,0 | 3,0 | 3,0 |
| Média do período | 13,3 | 14,3 | 10,6 | 8,3 | 7,1 | 5,0 | 3,5 | 3,0 |
| Comércio externo | | | | | | | | |
| Exportações de bens e serviços não factoriais | 24,0 | 20,7 | 16,1 | 0,3 | 7,0 | 10,2 | 6,7 | 8,6 |
| Importações de bens e serviços não factoriais | 17,3 | 22,0 | -5,4 | 5,4 | 9,1 | 7,5 | 5,6 | 6,4 |
| Taxa de câmbio (dobras por USD; final do período) ¹ | 18.651 | 19.008 | 18.585 | ... | ... | ... | ... | ... |
| Taxa de câmbio efectiva real (desvalorização = -) | -2,8 | 11,7 | 5,0 | ... | ... | ... | ... | ... |
| Moeda e crédito | | | | | | | | |
| Base monetária | -7,9 | -0,7 | 28,6 | 42,9 | 10,0 | 9,0 | 5,5 | 7,0 |
| Massa monetária (M3) | 25,1 | 10,4 | 20,3 | 11,5 | 13,1 | 9,5 | 9,2 | 9,6 |
| Crédito à economia | 41,1 | 14,5 | 9,6 | 9,4 | 9,9 | 10,2 | 11,1 | 11,1 |
| Velocidade (PIB/massa monetária; final do período) | 2,6 | 2,8 | 2,7 | 2,7 | 2,8 | 2,7 | 2,7 | 2,6 |
| Taxa de juros de referência do banco central (%) | 15,0 | 15,0 | 14,0 | ... | ... | ... | ... | ... |
| Taxa dos empréstimos bancários (%) | 28,9 | 27,0 | 26,2 | ... | ... | ... | ... | ... |
| Taxa de depósitos bancários (%) | 11,0 | 12,4 | 12,9 | ... | ... | ... | ... | ... |
| Finanças públicas (valores em % do PIB) | | | | | | | | |
| Total de receita, donativos e bónus de assinatura do petróleo ² | 38,1 | 37,1 | 33,6 | 31,7 | 31,9 | 32,7 | 33,4 | 34,2 |
| <i>Do qual:</i> receita fiscal | 16,6 | 16,6 | 14,0 | 15,2 | 15,3 | 15,6 | 15,8 | 16,1 |
| Receita não fiscal | 1,6 | 1,4 | 1,3 | 1,7 | 1,3 | 1,3 | 1,3 | 1,3 |
| Donativos | 19,9 | 18,3 | 17,5 | 13,2 | 15,3 | 15,8 | 16,3 | 16,8 |
| Bónus de assinatura do petróleo | 0,0 | 0,8 | 0,8 | 1,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Despesa total e empréstimos líquidos | 49,1 | 49,0 | 44,3 | 39,0 | 38,9 | 38,6 | 38,5 | 38,4 |
| Custos de pessoal | 8,3 | 8,4 | 8,4 | 8,5 | 8,2 | 8,1 | 8,1 | 8,1 |
| Juros devidos | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,4 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | 0,5 |
| Despesa corrente não salarial e excluindo juros | 11,1 | 10,5 | 8,5 | 9,4 | 9,2 | 9,2 | 9,0 | 9,0 |
| Despesas de investimento financ. pelo Tesouro | 2,3 | 1,5 | 1,5 | 1,7 | 1,7 | 1,7 | 1,7 | 1,7 |
| Despesas de investimento financ. por doadores | 26,3 | 27,5 | 25,1 | 18,6 | 18,6 | 18,6 | 18,6 | 18,6 |
| Despesa social relacionada à Iniciativa HIPC | 0,6 | 0,7 | 0,3 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 |
| Saldo primário interno ³ | -4,1 | -3,0 | -3,3 | -3,1 | -3,0 | -2,6 | -2,3 | -2,0 |

| | | | | | | | | |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Saldo global (base de compromissos) | -11,0 | -12,0 | -10,8 | -7,3 | -7,0 | -6,0 | -5,1 | -4,2 |
| Sector externo | | | | | | | | |
| Conta corrente (% do PIB) | | | | | | | | |
| Incl. transferências oficiais | -23,0 | -26,6 | -20,5 | -20,2 | -15,9 | -14,5 | -13,0 | -11,6 |
| Excl. transferências oficiais | -46,5 | -46,5 | -38,9 | -34,1 | -32,0 | -31,0 | -30,1 | -29,3 |
| PV da dívida externa (% do PIB) | 33,7 | 33,6 | 35,7 | 32,7 | 30,4 | 28,0 | 26,0 | 23,8 |
| Serviço da dívida externa (% das exportações) ⁴ | 6,6 | 8,0 | 7,1 | 15,5 | 15,0 | 13,6 | 12,2 | 10,7 |
| Exportação de bens e serviços não factoriais (milhões de USD) | 24,3 | 29,3 | 34,1 | 34,2 | 36,6 | 40,3 | 43,0 | 46,7 |
| Reservas internacionais brutas ^{5, 6, 7} | | | | | | | | |
| Milhões de USD | 39,3 | 39,7 | 43,8 | 53,4 | 59,0 | 65,2 | 70,3 | 75,8 |
| Meses de import. de bens e serv. não factoriais ⁸ | 4,5 | 4,6 | 4,8 | 5,5 | 5,7 | 6,0 | 6,1 | 6,2 |
| Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD) | 7,8 | 8,3 | 9,0 | 12,2 | 9,9 | 8,0 | 6,5 | 5,3 |
| Por memória | | | | | | | | |
| PIB | | | | | | | | |
| Mil milhões de dobras | 3.719 | 4.376 | 5.021 | 5.732 | 6.524 | 7.064 | 7.589 | 8.180 |
| Milhões de USD | 201,0 | 248,3 | 263,3 | 310,2 | 359,1 | 393,9 | 428,0 | 465,9 |

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções dos técnicos do FMI.

¹ Taxa média do Banco Central (BCSTP).

² Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI.

³ Exclui receitas do petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de investimento com financiamento externo.

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais. Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI.

⁵ Reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP destinados a cumprir as reservas obrigatórias e depósitos em divisas de bancos comerciais que usam depósitos para novos licenciamentos ou cumprir exigências de capital.

⁶ Em 2008 e 2009, incluiu as receitas da privatização da participação do governo na Empresa Nacional de Combustível e Óleos (ENCO) de USD 32 milhões. Deste valor, USD 10 milhões foram utilizados para pagar parte da dívida da ENCO à Sonangol, USD 0,96 milhões foram utilizados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram depositados no BCSTP para aumentar as reservas.

⁷ Em 2009, inclui nova afectação de DSE 6,5 milhões.

⁸ Importações de bens e serviços não factoriais excluem importações de bens de investimento e assistência técnica.



Comunicado de Imprensa n.º 13/516
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
16 de Dezembro de 2013

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a segunda avaliação do acordo com São Tomé e Príncipe ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a segunda avaliação no âmbito de um acordo de três anos com São Tomé e Príncipe ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês). Concluída a avaliação, um montante equivalente a DSE 0,37 milhões (cerca de USD 0,57 milhões) fica imediatamente disponível, perfazendo um total de DSE 1,11 milhões (cerca de USD 1,71 milhões) em desembolsos ao abrigo do acordo ECF.

O Conselho de Administração concluiu também a consulta de 2013 com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV. Um comunicado de imprensa será publicado oportunamente.

O acordo trienal com São Tomé e Príncipe ao abrigo da ECF, no montante de DSE 2,59 milhões (cerca de USD 3,9 milhões à época), foi aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em 20 de Julho de 2012 (veja [Comunicado de Imprensa n.º 12/272](#)).

O Subdirector-Geral e Presidente Interino do Conselho, Sr. Min Zhu, fez o seguinte pronunciamento ao término das discussões:

“As autoridades de São Tomé e Príncipe devem ser enaltecidas pelo desempenho satisfatório no âmbito do programa apoiado pelo FMI. Um crescimento económico estável e o processo de desinflação foram mantidos apesar da conturbada conjuntura mundial, e uma política orçamental prudente deu sustento ao regime cambial de paridade fixa.

“Daqui para a frente, é importante que se continue a reforçar a resiliência económica, em particular perante a incerteza em relação à produção de petróleo. A disciplina orçamental, principalmente no período que antecede as eleições de 2014, será crucial. Quanto a esse aspecto, melhorias na arrecadação de receitas tributárias continuam a ser necessárias para

criar espaço adicional para os investimentos públicos e o gasto social. O recurso a donativos e financiamento concessional ajudará a atenuar o risco de sobreendividamento.

“As prioridades em matéria de políticas para o sector financeiro são reforçar o cumprimento das exigências prudenciais e promover a eficiência e a rentabilidade do sistema bancário.

“É preciso prosseguir nos esforços para melhorar a produtividade e a competitividade, de modo a reduzir as vulnerabilidades externas. A modernização das infraestruturas e novas reformas regulatórias ajudarão a melhorar o ambiente de negócios e a promover a diversificação económica.”

**Declaração de Kossi Assimaidou, Administrador do FMI por São Tomé e Príncipe,
e Woury Mamadou Diallo, Administrador Suplente
16 de Dezembro de 2013**

As autoridades são-tomenses são gratas ao corpo técnico do FMI pelas discussões construtivas mantidas em São Tomé e em Washington durante as consultas de 2013 ao abrigo do Artigo IV e da segunda avaliação do acordo ECF, em Setembro e Outubro de 2013. As discussões de política enfocaram a necessidade de manter a sustentabilidade orçamental e da dívida à luz da diminuição das perspectivas petrolíferas, de reforçar a resiliência da economia e de reduzir as vulnerabilidades do sector financeiro. As autoridades continuam empenhadas em consolidar os avanços obtidos ao longo dos anos para fortalecer o crescimento económico e a estabilidade macroeconómica. Na generalidade, concordam com as principais recomendações de política constantes do relatório do corpo técnico, as quais lhes ajudarão a implementar a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II.

1. Evolução económica recente e desempenho ao abrigo do acordo ECF

A economia de São Tomé e Príncipe sofreu um impacto negativo em decorrência da desaceleração da economia mundial, que afectou muitos dos principais parceiros do país no plano do desenvolvimento e investimento. Após alcançar 5% em 2011, o ritmo do crescimento do PIB real diminuiu para 4% em 2012 e deve manter-se neste nível em 2013, em consequência do enfraquecimento das perspectivas de financiamento externo para projectos de investimento públicos e privados. A paridade cambial fixa com o euro, assim como a orientação prudente da política orçamental adoptada pelas autoridades, contribuiu para uma tendência de declínio da inflação, cuja taxa média anual passou de um pico de 32% em 2008 para 12% em 2012. A inflação anual chegou até a atingir um nível mínimo recorde, de 6,4%, em Agosto de 2013.

As autoridades continuaram a obter avanços rumo à consolidação orçamental. A meta do défice primário interno de 3,1% do PIB deve ser atingida em 2013. Embora a arrecadação de impostos no primeiro semestre de 2013 tenha sido inferior aos níveis projectados, em consequência da desaceleração da economia, as receitas não fiscais, bem como o controlo sobre as despesas, permitiram compensar esta insuficiência. As autoridades implementaram várias reformas estruturais destinadas a fortalecer as finanças públicas, especialmente a criação de uma unidade macro-orçamental composta por representantes do Ministério do Plano e Finanças, BCSTP e Instituto Nacional de Estatística. Esta unidade deu início aos trabalhos preliminares para implementar um quadro orçamental de médio prazo. Outras realizações merecedoras de nota foram a conclusão da segunda fase da implementação do SYDONIA World na administração aduaneira e o reforço da gestão dos contribuintes mediante o aumento da segurança do Sistema de Registo de Contribuintes e a criação de uma unidade dedicada aos grandes contribuintes e de um dossiê único informatizado por contribuinte. As autoridades também continuam a trabalhar para resolver a questão dos atrasados cruzados entre o Tesouro, a Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO)

e a Empresa de Água e Electricidade (EMAE), os quais contribuíram para a queda nas receitas fiscais.

No sector monetário, as autoridades melhoraram a gestão da política monetária ao diminuir a dolarização do sistema bancário comercial, promover o uso da moeda nacional e reduzir a inflação. Foram tomadas medidas para fortalecer o quadro de supervisão do sector bancário e assegurar que os bancos em dificuldade sejam recapitalizados ou reestruturados a fim de melhorar a solidez do sistema financeiro. Neste sentido, as autoridades concluíram a inspecção *in situ* do maior banco comercial do país e assumiram o controlo de outro banco após ele não haver conseguido cumprir as exigências da supervisão nem apresentar um plano de acção correctivo.

Como resultado do enfraquecimento da actividade económica e da redução das importações, o défice da conta corrente externa caiu, enquanto as reservas internacionais continuaram a aumentar com o reforço das receitas de privatização e de donativos do Banco Mundial e de Timor-Leste. As autoridades apoiaram a paridade cambial ao manter as reservas internacionais líquidas no banco central acima do equivalente a três meses de importações.

O desempenho do programa apoiado pelo acordo ECF no fim de Junho teve um balanço satisfatório. Todos os critérios de desempenho quantitativos e de aplicação contínua foram cumpridos, porém duas metas indicativas, referentes à base monetária em dobras e à não acumulação de atrasados internos, não o foram. No tocante às reformas estruturais, obtiveram-se avanços, sobretudo no processo de inspecção *in situ* dos bancos comerciais e na preparação e apresentação das contas públicas de 2010 à Assembleia Nacional e ao Tribunal de Contas. As autoridades estão agora a trabalhar nas contas de 2011 e 2012 e prevêem que a sua apresentação levará mais tempo do que inicialmente esperado, em virtude de atrasos na prestação de assistência técnica e na formação nesta área.

2. Agenda de políticas e reformas a médio prazo

As autoridades estão empenhadas em continuar os esforços para alcançar a estabilidade macroeconómica, o crescimento económico sustentável e a redução da pobreza conforme estipulado na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II. Embora estejam confiantes quanto às perspectivas para a produção de petróleo, apesar da saída da petrolífera Total, as autoridades decidiram adoptar um cenário de base não petrolífero cauteloso, uma vez que ainda há incerteza quanto ao cronograma e volume da produção de petróleo.

Consolidação orçamental e reformas estruturais

As autoridades perseguirão gradativamente a consolidação orçamental com vistas a limitar o seu impacto contraccionista sobre a economia. O orçamento de 2014 tem como objectivo manter a disciplina fiscal em um ano de eleição e visa a um défice primário interno de 3% do PIB, em linha com o financiamento não gerador de dívida proveniente de parceiros externos e com as transferências da Conta Nacional do Petróleo. Um ajustamento acumulado do défice primário de 1% do PIB será implementado ao longo de três anos, a contar do ano após as eleições locais e parlamentares, a fim de limitar o choque gerado pela

saída da Total. As autoridades estarão mais bem posicionadas para fazer o ajustamento orçamental tão logo a recuperação económica se consolide.

Para além disso, as autoridades estão cientes da necessidade de reforçar a mobilização de receitas, pois o espaço para novas restrições das despesas é limitado em virtude do baixo nível das despesas correntes e das despesas de capital financiadas com recursos internos. Neste sentido, as reformas destinadas a melhorar a arrecadação de impostos e aumentar a eficiência das administrações aduaneira e fiscal serão intensificadas. Ao mesmo tempo, será criado espaço adicional no orçamento para gastos com infra-estruturas e para a redução da pobreza, e o défice primário interno será mantido em linha com o financiamento não gerador de dívida. Entre as medidas contempladas, as autoridades adoptarão um plano abrangente para resolver o problema dos atrasados cruzados até Março de 2014, com a assistência da CFI e do Banco Mundial. Serão tomadas medidas para alargar ainda mais a base de tributação com a melhoria do registo dos contribuintes, bem como para combater a fraude e evasão fiscais ao melhorar a selecção de contribuintes para fiscalização por meio da análise de risco. Contudo, as autoridades estão cientes de que o aumento do nível de cumprimento voluntário por parte dos contribuintes exige melhorias na qualidade do atendimento aos contribuintes e o alargamento desses serviços a todo o país, bem a simplificação e harmonização dos procedimentos tributários. Elas pretendem oferecer às administrações fiscal e aduaneira os recursos necessários, principalmente mais funcionários e equipamento, para permitir-lhes levar a cabo essas reformas.

Gestão da liquidez, estabilidade financeira e salvaguardas

No intuito de tornar a economia mais resistente a choques e promover o desenvolvimento saudável e a transparência do sistema financeiro, as autoridades reforçarão as práticas de supervisão e a gestão da política monetária. Com respeito ao aumento da resiliência da economia, a intenção é elevar o piso das reservas internacionais de 3 para 3,5 meses de importações a fim de reforçar a confiança em face das perspectivas menos optimistas para a produção de petróleo.

No que respeita ao quadro regulamentar e de supervisão, o foco recairá sobre o reforço do cumprimento das normas de solvência e outros regulamentos. Neste contexto, entre outras medidas, será exigido que todos os bancos em actividade no país mantenham um rácio de fundos próprios/activos ponderados pelo risco de pelo menos 12%. Em caso de descumprimento dessa exigência, os respectivos bancos precisariam passar por uma intervenção ou ser fechados. O processo de inspecção *in situ*, o qual foi concluído no maior banco comercial, continuará também nos demais bancos comerciais até Junho de 2014, e o Banco Central pretende aumentar a frequência destas inspecções daí em diante.

O Banco Central envidará esforços para lançar instrumentos de mercado monetário tão logo seja possível e lançar as bases para um mercado interbancário. Neste sentido, a gestão da liquidez será fortalecida mediante a formulação de uma abordagem sistemática para analisar os erros de previsão e o desenvolvimento das condições diárias de liquidez agregada. A autonomia do Banco Central será reforçada por meio da revisão da Lei do Banco Central em linha com as normas internacionais, e um projecto de lei deverá ter sido elaborado até ao fim de Setembro de 2014.

A transparência financeira continuará a ser promovida com a exigência de que todos os bancos comerciais publiquem os seus resultados financeiros referentes a 2012 e 2013 até ao fim de Março e até ao fim de Setembro de 2014, respectivamente, e serão aplicadas sanções em caso de descumprimento. Com a assistência técnica do Brasil, as autoridades também estão a agir para elaborar e implementar um novo plano de contas e relatórios no banco central em conformidade com as normas internacionais de informação financeira.

As autoridades estão empenhadas em garantir a conformidade do sistema financeiro são-tomense com as normas referentes ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Com a assistência técnica do FMI, formularam emendas à lei de CBC/FT, a qual foi aprovada pela Assembleia Nacional. Assim, São Tomé e Príncipe foi retirado da lista do GAFI de jurisdições de alto risco e não cooperantes, e as autoridades pretendem aumentar os recursos da Unidade de Informação Financeira (UIF) para reforçar as suas funções e operações centrais.

As autoridades reconhecem a necessidade de continuar a melhorar o ambiente de negócios a fim de alargar a base de exportação e diversificar a economia. Obtiveram avanços na criação de um guiché único, o qual facilitará e promoverá o comércio exterior ao reduzir os custos de transacção e aumentar a competitividade externa do país. Planeia-se implementar outras reformas para fortalecer e simplificar a infra-estrutura jurídica do país, sobretudo nas áreas de cumprimento de contratos, registo de propriedades e protecção de investidores.

3. Conclusão

As autoridades são-tomenses estão empenhadas em aplicar políticas macroeconómicas sólidas e fortalecer e diversificar o crescimento. Continuarão a tirar proveito das recentes realizações, sobretudo ao reduzir a inflação e manter o défice primário interno em linha com o financiamento disponível não gerador de dívida. Os seus esforços terão também como alvo a melhoria da gestão de liquidez e da supervisão bancária a fim de manter a estabilidade financeira. As autoridades estão cientes dos desafios para tornar a economia mais resistente no contexto da diminuição das perspectivas para o petróleo no curto prazo. Assim, manterão a orientação prudente das políticas orçamental e monetária e continuarão a tratar o fortalecimento da gestão da dívida como prioritário. Para além disso, as autoridades recorrerão a donativos ou financiamento em condições altamente concessionais para os seus projectos. À luz dos avanços satisfatórios na implementação do programa, conto com o apoio dos Administradores para a conclusão da segunda avaliação.